

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

SISTEMAS DE CONTAS NACIONAIS:

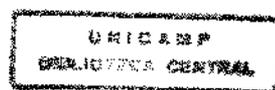
A GÊNESE DAS CONTAS NACIONAIS MODERNAS

E A EVOLUÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS NO BRASIL

Eduardo Pereira Nunes

Tese de Doutorado
apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade
Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr.
Wilson Suzigan

Campinas, maio de 1998



Este exemplar corresponde ao original da Tese defendida por Eduardo Pereira Nunes em 17/06/98 e assinada pelo Prof. Dr. Wilson Suzigan. CPGE/IEE, 17/06/98
Wilson Suzigan

28/6/98

| | |
|--------------|-----------|
| UNIDADE | BC |
| N.º CHAVADA: | |
| | Pinicamps |
| | N922s |
| V. | |
| T.Valor Br. | 34786 |
| P. | 395/98 |
| | |
| | OK |
| PREÇO | R\$ 11,00 |
| DATA | 12/08/98 |
| N.º CPD | |

CM-00114426-B

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

Nunes, Eduardo Pereira
N922s Sistemas de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil / Eduardo Pereira Nunes. – Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : Willson Suzigan
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Contas nacionais - Brasil - História. I. Suzigan, Wilson.
- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.
- III. Título.

SUMÁRIO

| | <u>Página</u> |
|---|---------------|
| Agradecimentos | vi |
| Introdução | 1 |
| | |
| I Antecedentes das Contas Nacionais Modernas: 1665-1930 | 7 |
| II Gênese das Contas Nacionais Modernas: 1930-1940. Os Fundamentos das Contas Nacionais Modernas: John Maynard Keynes | 25 |
| III Construção do Sistema de Contas Nacionais Modernas: 1940- 1953 | 60 |
| 3.1 As Condições para a validade da identidade contábil entre Produto, Renda e Despesa: Ragnar Frisch | 60 |
| 3.2 O conceito de Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto: Simon Kuznets | 63 |
| 3.3 O estudo das relações intersetoriais e a Matriz de Insumo Produto: Wassily Leontief | 65 |
| 3.4 O Sistema de Contas Nacionais Modernas: James Meade e Richard Stone | 76 |
| Nota Metodológica | 98 |
| Apêndice | 108 |
| IV Evolução do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas: 1953-1968-1993 | 111 |
| 4.1 O Sistema de Contas Nacionais de 1953 | 111 |
| 4.2 O Sistema de Contas Nacionais de 1968 | 119 |
| 4.3 O Novo Sistema de Contas Nacionais de 1993 | 133 |
| V As Contas Nacionais do Brasil | 154 |
| 5.1 Origem das Contas Nacionais do Brasil: 1947 - 1980 | 154 |
| 5.2 As Contas Nacionais Consolidadas | 159 |
| 5.3 O Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil | 161 |
| 5.3.1 Contas Nacionais do Ano Base de 1980 | 161 |
| 5.3.2 Contas Nacionais: Preços Correntes e Preços Constantes | 171 |
| 5.3.3 Contas Econômicas Integradas da Economia Brasileira de 1990 a 1996 | 173 |
| | |
| Conclusão | 178 |
| Bibliografia | 185 |
| | |
| Anexos | |
| 1 Contas Econômicas Integradas do Brasil – 1990 | 192 |
| 2 Contas Econômicas Integradas do Brasil – 1991 | 193 |
| 3 Contas Econômicas Integradas do Brasil – 1992 | 194 |
| 4 Contas Econômicas Integradas do Brasil – 1993 | 195 |
| 5 Contas Econômicas Integradas do Brasil – 1994 | 196 |
| 6 Contas Econômicas Integradas do Brasil – 1995 | 197 |

LISTA DE TABELAS

Página

| | |
|--|-----|
| Tabela 1. Tabela de insumo-produto ou quadro econômico. | 10 |
| Tabela 2. Importações de produtos industrializados | 19 |
| Tabela 3. Conta do produto e renda nacional agregada, de Keynes. | 55 |
| Tabela 4. Conta de apropriação e uso da renda do setor privado, de Keynes. | 55 |
| Tabela 5. Conta de apropriação e uso da renda do governo, de Keynes . . . | 56 |
| Tabela 6. Conta de capital, de Keynes. | 56 |
| Tabela 7. Conta de produção - Tabela A de Meade e Stone. | 80 |
| Tabela 8. Conta de apropriação e uso da renda - Tabela B de Meade e Stone. | 83 |
| Tabela 9. Conta de apropriação e uso da renda - Tabela B' de Meade e Stone. | 84 |
| Tabela 10. Conta de capital - Tabela C de Meade e Stone. | 85 |
| Tabela 11. Conta de apropriação e uso da renda do governo de Meade e Stone. | 86 |
| Tabela 12. Conta de transações com o exterior - Tabela D de Meade e Stone. | 91 |
| Tabela 13. Conta do produto interno líquido gerado por gastos internos – Tabela E de Meade e Stone. | 93 |
| Tabela 14. Tabela de recursos e usos de bens e serviços: SNA 1993 | 148 |
| Tabela 15. Estrutura da tabela de recursos e usos das contas nacionais . . . | 150 |
| Tabela 16. Planilha de equilíbrio oferta e demanda de 1980. | 162 |
| Tabela 17. Tabela de insumo-produto do Brasil de 1980. | 163 |
| Tabela 18. Planilha de equilíbrio oferta e demanda de anos correntes | 172 |
| Tabela 19. Tabela de recursos e usos das contas nacionais do Brasil de 1996. | 174 |

LISTA DE QUADROS

Página

| | |
|--|-----|
| Quadro 1. Economia fechada e sem governo. | 100 |
| Quadro 2. Economia fechada com governo. | 101 |
| Quadro 3. Economia aberta. | 103 |
| Quadro 4. Economia aberta. | 105 |
| Quadro 5. 1 ^o Modelo: contas consolidadas da nação. | 121 |
| Quadro 6. 2 ^o Modelo: quadro econômico de conjunto. | 124 |
| Quadro 7. 3 ^o Modelo: matriz de contabilidade social. | 125 |
| Quadro 8. Agregados macroeconômicos. | 128 |
| Quadro 9. Conta de produção consolidada compatível com a matriz de insumo-produto: SNA 1968. | 129 |
| Quadro 10. Conta de apropriação e uso da renda – SNA 1968. | 130 |
| Quadro 11. Conta corrente do governo – SNA 1968. | 130 |
| Quadro 12. Conta de acumulação de capital – SNA 1968. | 130 |
| Quadro 13. Conta do resto do mundo – SNA 1968. | 131 |
| Quadro 14. Contas econômicas integradas: I. Contas da economia nacional. | 140 |
| Quadro 15. Contas econômicas integradas: II. Contas dos setores institucionais. | 144 |
| Quadro 16. Quadro econômico de conjunto da economia brasileira de 1980. | 168 |
| Quadro 17. Contas econômicas integradas do Brasil - 1996. | 176 |

LISTA DE FIGURAS

| | <u>Página</u> |
|---|---------------|
| Figura 1. Fluxo circular da renda. | 9 |
| Figura 2. Fluxo circular da renda de Walras. | 14 |

AGRADECIMENTOS

A preparação destas notas de agradecimento tem um significado muito especial para mim. Agora é chegada a hora de agradecer àqueles que contribuíram para que a realização desta tese se transformasse numa tarefa viável e também agradável.

Por isso, começo a lista de agradecimentos com três pessoas muito especiais: Beth, Marta Skinner e Sulamis Dain. Cada uma, à sua maneira, tem uma dose de participação nesta tese.

À Beth, agradeço o apoio, carinho, cobrança e compreensão ao longo de uma longa jornada que, para nós, começou há 15 anos atrás. Desta nossa união resultaram o Pedro e a Mariana, a quem também devo agradecer pela compreensão por não podermos compartilhar tantos sábados, domingos e feriados, para que eu pudesse concluir minha tese. A eles, posso assegurar que valeu o esforço e, por isso, meu muito obrigado.

À Marta devo dizer que sua amizade contribuiu para viabilizar esta tese, pois além de me dar o estímulo para continuar nesta jornada, abriu as portas para eu reencontrar a minha mestre Sula. As dúvidas a respeito do rumo da tese existiram até o momento em que pude discutir minhas idéias com ela. Depois disso, seus comentários sempre abriam novos horizontes e facilitavam a redação da tese.

Ao Wilson Suzigan, professor, orientador e amigo, quero agradecer pela oportunidade de ter sido seu aluno e pela paciência em esperar pelas primeiras páginas de minha tese, após um período de muitas dúvidas sobre o tema. Depois, sua leitura cuidadosa, seus comentários e, principalmente, sua cobrança a respeito do problema central de minha tese serviram para amadurecer o tema em minha cabeça. Mais uma vez, muito obrigado.

O tema escolhido para esta tese é produto de quase 20 anos de trabalho na área de Contas Nacionais no IBGE e na Universidade Cândido Mendes (Ipanema). Ao longo de vários anos, tive a oportunidade de trabalhar no IBGE com a Lia Haguenaer e Magdalena Góes. Tenho consciência de que devo compartilhar com elas o mérito que, porventura, esta tese venha a ter.

Quero agradecer também ao Lenildo Fernandes, à Gilda Santiago, ambos do IBGE, e ao Ruy Afonso Guimarães, da Cândido Mendes, pelo apoio incondicional que me deram durante os anos do curso de doutorado. A confiança que eles depositaram em mim foi um estímulo a mais para a redação desta tese.

Ao Gélio, Marco Cícero, Samuel, Mendonça, Niltinho e demais colegas do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, agradeço pela contribuição que deram para a

minha tese, ao prepararem os dados e compartilharem trabalhos e idéias.

Ao pessoal da Cândido Mendes, agradeço por tantos anos de convívio em um ótimo ambiente de trabalho, o que estimula a vida acadêmica.

Não posso deixar de registrar minha dívida com a Cida, Alberto e a Márcia da Unicamp pelo apoio que me deram durante todo o curso. A boa vontade dos três encurtou muitas vezes a distância que me separava de Campinas e facilitou a minha vida acadêmica.

Dedico esta tese aos meus pais, meus irmãos, à Beth, Pedro, Mariana e à D. Neuza. Carrego dentro de mim um pedacinho de cada um.

INTRODUÇÃO

Os conceitos das Contas Nacionais Modernas são categorias econômicas cada vez mais conhecidas do público em geral, em função da constante divulgação, pela mídia, de informações sobre produção, renda, emprego, desemprego, salários, preços e outros indicadores. Todos que utilizam essas estatísticas concordam em que um bom sistema de Contas Nacionais deve produzir informações atualizadas, compreensíveis e coerentes entre si.

A apresentação dos dados da economia de um país sobre produção, renda, emprego, investimento, consumo, poupança e outros agregados macroeconômicos envolve a utilização de uma gama de informações que, para serem compreensíveis, consistentes e comparáveis, se organizam de acordo com os conceitos das Contas Nacionais.

O Sistema de Contas Nacionais possibilita a integração dos dados estatísticos com os conceitos macroeconômicos, uma vez que compreende um conjunto de contas e equações que retratam as diversas etapas e transações realizadas pelos agentes econômicos. Possibilita também identificar lacunas nas informações estatísticas utilizadas na elaboração das contas nacionais.

O interesse pelo emprego de estatísticas consistentes e atualizadas como instrumento de planejamento vem de longa data. Em 1941, Kaldor¹ fez a seguinte observação a respeito da experiência pioneira inglesa de construção de um Sistema de Contas Nacionais durante a Segunda Guerra Mundial:

“...it is much better to have up-to-date information, however approximate, than exact and final figures at a time when they are only historically useful” (Kaldor, 1941: 191).

A tentativa de compreensão a respeito da evolução dos métodos de registro das Contas Nacionais Modernas tem-se concentrado no acompanhamento das mudanças metodológicas introduzidas pelas Nações Unidas desde a primeira edição em 1953 do Sistema de Contas Nacionais.

No entanto, a tradição de acompanhamento das metodologias de Contas Nacionais não se verifica igualmente no campo do conhecimento da gênese daquele mesmo sistema. Tal fato, por sua vez, contribui para que não se compreenda a importância que o conhecimento

¹ Nicholas Kaldor, economista, professor e assessor do governo inglês.

histórico tem para a percepção da necessidade e oportunidade de introdução de novas mudanças no próprio sistema.

Para se compreender a gênese e a estrutura das contas nacionais modernas é preciso que se analise o momento histórico em que ocorreu a transformação na forma de se estudarem os próprios fenômenos macroeconômicos. O ponto de partida do argumento central desta tese é o de que aquela transformação verificou-se ao longo dos anos 30 e 40, quando a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial tornaram obsoletos alguns dos conhecimentos teóricos e instrumentos de política econômica até então vigentes.

Por outro lado, a análise da história e do pensamento econômico dos anos 30 remete-nos necessariamente ao estudo da obra de John Maynard Keynes, autor responsável pelo desenvolvimento de uma nova abordagem macroeconômica para os problemas causados pela depressão e pela guerra.

A partir da análise da obra de Keynes, pretende-se mostrar que a gênese das contas nacionais modernas está diretamente relacionada com a nova teoria econômica de Keynes. A opção por esta abordagem deve-se à percepção de que as mudanças históricas que contribuíram para o surgimento da teoria keynesiana também conduziram ao surgimento das Contas Nacionais Modernas.

Entende-se por Contabilidade Nacional Moderna um sistema integrado de contas construídas a partir de registros contábeis, visando a revelar como os agentes econômicos se relacionam desde a etapa em que o produto e a renda são gerados, passando pelos mecanismos de apropriação e distribuição da renda nacional, até chegar à identificação dos fluxos relativos ao uso da renda nacional em consumo e poupança e à desagregação da poupança em poupança privada e pública.

A definição adotada nesta tese para o significado das Contas Nacionais Modernas servirá para diferenciar o sistema criado por Keynes nos anos 30 e 40 das contas nacionais existentes até aquela data. Pretende-se mostrar que a transição das contas nacionais de uma metodologia de *cálculo da renda nacional* para a metodologia de construção de um *sistema de contas nacionais* ocorreu a partir dos trabalhos desenvolvidos por Keynes.

Esta transformação nas contas nacionais resultou da experiência pioneira de Keynes de integração das contas nacionais à macroeconomia visando ao emprego, pela primeira vez, em 1939-1940, das estimativas das Contas Nacionais da Inglaterra para a apresentação de propostas de política econômica.

Desta forma, pode-se dizer que a Contabilidade Social Moderna que se desenvolveu nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial constitui um campo específico da teoria econômica de Keynes. Sendo assim, a análise da gênese das Contas Nacionais Modernas deve, necessariamente, partir do estudo da contribuição de Keynes para o desenvolvimento do pensamento econômico.

No entanto, para alcançar este objetivo, será preciso explicar por que Keynes precisava de um sistema de contas nacionais para desenvolver sua teoria macroeconômica. Para tanto, serão analisadas nesta tese algumas obras do autor, especialmente os livros *The General Theory of Employment, Interest and Money* e *How to Pay for the War – A Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer*, publicados em 1936 e 1940, respectivamente.

A leitura da Teoria Geral será importante para mostrar que o método empregado por Keynes para analisar o pensamento neoclássico (livro segundo, capítulo 4) lançará a semente do sistema de contas nacionais, ao optar por trabalhar com categorias econômicas expressas em “unidades quantitativas em valor”, em detrimento da teoria neoclássica que operava com conceitos abstratos e heterogêneos que não eram mensuráveis.

Mais tarde, em 1940, quando escreveu *How to Pay for the War* para mostrar a necessidade de criação de um novo imposto (denominado por Keynes *poupança compulsória*) para financiar os gastos com a guerra, sem causar inflação, Keynes recorreu à montagem de um sistema de contas que articularia, pela primeira vez, a análise das finanças públicas com a das contas nacionais, valendo-se para isso do princípio contábil das partidas dobradas.

Procurar-se-á mostrar nesta tese que este método original adotado por Keynes contribuiu para a transformação das contas nacionais em um sistema de contas articuladas, construído para ser utilizado como instrumento de planejamento das ações do governo no sistema econômico. O caráter revolucionário do método empregado por Keynes também reside no fato de o autor poder combinar sua teoria econômica que defende a intervenção do Estado na economia, em contraposição com a visão liberal neoclássica, com a criação de instrumentos de política econômica compatíveis com a concepção teórica.

Os dois primeiros capítulos foram estruturados em função deste último objetivo. No Capítulo 1, faz-se um breve análise da forma como as contas nacionais tradicionais (entendidas como um método de cálculo da renda nacional) eram utilizadas, desde a sua criação por William Petty no século XVII até os anos 30 do século XX. Todos esses anos compreenderam um período de profundas transformações na estrutura produtiva do modo de produção capitalista, que, por sua vez, contribuíram para o surgimento de novas correntes de

pensamento econômico.

Durante esse período, o pensamento econômico desenvolveu-se desde as teses protecionistas dos economistas mercantilistas; passando pelas teses dos fisiocratas; gerou a escola clássica que defendia os princípios econômicos liberais que deveriam governar o capitalismo; proporcionou o aparecimento de teses radicais marxistas contestadoras do caráter desigual desse mesmo capitalismo e culminou com o aparecimento da abordagem marginalista, desenvolvida por economistas neoclássicos que pregavam a noção de tendência do capitalismo ao equilíbrio econômico e pleno emprego.

A descrição feita no capítulo 1 desta tese sobre a evolução das contas nacionais tradicionais, à luz da evolução do pensamento econômico, servirá para explicar por que a passagem da abordagem macroeconômica dos clássicos para a abordagem marginalista dos neoclássicos contribuiu para o surgimento de uma teoria que trabalha com categorias econômicas não-mensuráveis (Figueiredo, 1980: 30), ou utiliza conceitos que carecem de precisão, e que talvez sejam desnecessários (Keynes, 1986: 38).

O Capítulo 2 será dedicado à análise da contribuição de Keynes para a gênese das Contas Nacionais Modernas. O conhecimento da sua trajetória intelectual, desde os anos posteriores ao término da Primeira Guerra Mundial até o início da década de 1940, ajudará a entender aquela gênese. Ao longo desse período, Keynes escreveu vários ensaios sobre questões econômicas contemporâneas com o intuito de apresentar suas idéias a respeito de medidas de política econômica necessárias para enfrentar os problemas de sua época.

Durante mais de duas décadas, Keynes se deparou com questões relativas a depressão, deflação, inflação, desemprego e reconstrução no pós-guerra que requeriam medidas de política econômica nem sempre compatíveis com a teoria econômica ortodoxa. Além disso, a preocupação de Keynes com a política econômica exigia a construção de um arcabouço teórico que explicasse a sua visão acerca do papel do Estado na economia. Tal concepção levou o autor a defender teses intervencionistas (*managed capitalism*)² em prol do estado de bem-estar (*welfare state*)³ nos anos 30 e da reconstrução da economia inglesa após o término da Segunda Guerra Mundial.

A abordagem adotada no capítulo 2 destacará a preocupação de Keynes com a articulação entre a teoria e a política econômica. A partir dessa análise será possível mostrar como Keynes montou o sistema de contas nacionais que mais tarde foi adotado pelas Nações

² Moggridge, 1993: 31.

³ Weir e Skocpol, 1985.

Unidas.

Em seguida, o Capítulo 3 analisará a forma como o modelo de contas nacionais criado por Keynes foi transformado no Sistema de Contas Nacionais Modernas elaborado pelas Nações Unidas em 1953 e atualizado em 1968 e 1993. Para realizar este estudo, o Capítulo 3 analisará a contribuição de outros autores que, assim como Keynes, trabalharam para o desenvolvimento e modernização das contas nacionais, particularmente as contribuições de Ragnar Frisch, Simon Kuznets e Wassily Leontief.

Entretanto, é preciso adiantar que alguns desses autores (Frisch e Kuznets) desenvolveram trabalhos sobre contas nacionais antes mesmo de Keynes. Pretende-se, todavia, mostrar que a contribuição desses economistas somente se transformou em avanço efetivo das contas nacionais a partir dos trabalhos realizados, nos anos 40, por James Meade e Richard Stone para o aperfeiçoamento do sistema criado por Keynes. Estes dois autores deram o passo decisivo para a transformação do modelo de Keynes no primeiro Sistema de Contas Nacionais Modernas das Nações Unidas em 1953.

Ragnar Frisch e Simon Kuznets são economistas que se destacaram no campo das contas nacionais por desenvolverem trabalhos voltados para a precisão de conceitos e métodos adotados no cálculo das contas nacionais (Kenessey, 1994). Em relação à contribuição de Wassily Leontief para o desenvolvimento das Contas Nacionais Modernas, o Capítulo 3 mostrará como este autor constrói a Matriz de Insumo-Produto com o objetivo de utilizá-la como um instrumento de análise da interdependência entre os diversos setores de atividade econômica.

A compreensão do modelo de Leontief servirá para explicar por que as Contas Nacionais Modernas evoluíram, ao longo dos últimos cinquenta anos, no sentido da incorporação da Matriz de Insumo-Produto de Leontief ao corpo central das Contas Nacionais das Nações Unidas. A análise da convergência desses dois subsistemas para um único sistema de contas terá como pano de fundo a tentativa de mostrar como a matriz de Leontief recupera o conceito teórico neoclássico de equilíbrio, que já havia sido rejeitado por Keynes, o criador daquele sistema.

É preciso destacar que a metodologia de análise da gênese das contas nacionais modernas proposta nesta tese privilegiará a análise do trabalho dos autores, sem se prender à ordem cronológica em que suas obras foram divulgadas. A cronologia fundamental para essa tese será a da gênese daquele sistema, e não a cronologia da obra de cada um dos autores.

Uma vez realizada a análise da gênese das Contas Nacionais Modernas, descreve-se no Capítulo 4 a evolução do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, desde a primeira versão de 1953 até as revisões de 1968 e 1993. Esta análise permitirá verificar a integração entre o modelo de Keynes e o de Leontief, ao longo dos sistemas criados pelas Nações Unidas desde 1953.

No Capítulo 5 pretende-se mostrar a evolução do Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Neste capítulo será feita a descrição das Contas Nacionais construídas pela Fundação Getúlio Vargas de 1947 a 1986 e pelo IBGE de 1986 até hoje. Procurar-se-á mostrar como a evolução das Contas Nacionais do Brasil acompanhou as mudanças introduzidas pelas Nações Unidas nos sistemas de 1953, 1968 e 1993.

Finalmente, a compreensão da evolução das Contas Nacionais Modernas, desde a sua criação por Keynes em 1939-1940 até o seu desenvolvimento nos dias de hoje, possibilitará refletir acerca do debate entre as teses defensoras das “regras do mercado” e as do “estado de bem-estar”. Se as Contas Nacionais Modernas foram concebidas com o intuito de fornecer informações para a tomada de decisões de política econômica em contextos históricos nos quais as teses liberais estavam em franca decadência, como então devemos entendê-las, ou justificá-las, em épocas em que as teses intervencionistas são rejeitadas?

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES DAS CONTAS NACIONAIS MODERNAS: 1665-1930

A preocupação com o desenvolvimento de instrumentos que permitam quantificar (contabilizar) o nível de renda e riqueza das nações é muito antiga entre os economistas. Há mais de trezentos anos registramos os esforços de economistas que procuram explicar o funcionamento da economia por meio de medidas estatísticas.

As primeiras experiências de cálculo da renda nacional foram realizadas por William Petty (1986) durante os anos 60 do século XVII na Grã-Bretanha. Os motivos que levaram Petty⁴ a se interessar pela área da estatística aplicada à economia não eram diferentes daqueles que fazem com que os economistas contemporâneos combinem estatísticas econômicas e contas nacionais. Ou seja, todos têm em comum a intenção de utilizar as informações estatísticas com a finalidade de compreender o mundo em que vivem e, também, subsidiar os governantes com informações úteis e atualizadas para tomada de decisões de política econômica.

Todavia, alguns vão mais além: a fim de compreender e explicar a realidade da sua época, alguns são obrigados a construir suas próprias estatísticas; outros constroem novos modelos explicativos, ou realizam ambas as atividades. Este é, por exemplo, o caso de William Petty, François Quesnay e John Maynard Keynes.

Petty desenvolveu no século XVII um método bastante simples para medir o nível de renda da Inglaterra naquela época. Pela primeira vez (Studenski, 1958: 13), efetuou o cálculo da renda nacional a partir de informações sobre rendimentos do capital e trabalho, confrontando-os com a estimativa da demanda. Segundo Petty,

“Se o rendimento anual do capital ou riqueza da nação alcança apenas 15 milhões, enquanto que as despesas chegam a 40 milhões, então o trabalho do povo deve ser responsável pelos outros 25 milhões” (Petty, 1986: 85).

⁴ Durante os anos em que desenvolveu os estudos sobre estatística e economia, William Petty desempenhou funções de médico do exército britânico na Irlanda; depois, foi proprietário de terras e

Como se vê, a abordagem acerca do cálculo do produto pelas óticas da renda e da despesa, tão conhecida entre os economistas atuais, foi originalmente proposta por Petty nos livros *Verbum Sapienti* e *Political Arithmetic* (1986), escritos, respectivamente, em 1665 e 1676.

Petty criou este método de cálculo da renda nacional com o objetivo de provar matematicamente que a Coroa britânica poderia aumentar o volume de impostos arrecadados, uma vez que a base tributária, ou seja, a renda nacional, era bem superior ao que se supunha até então. Também pretendia utilizar aquelas estimativas para comparar o nível de renda da Inglaterra com o das nações rivais (Holanda e França) da Coroa britânica.

Em relação a Quesnay (1986), este autor⁵ escreveu em 1758 o *Tableau économique des physiocrates* com a preocupação de demonstrar que a terra era a principal fonte geradora do valor. A teoria fisiocrata de Quesnay considerava a agricultura a única atividade produtiva, enquanto as demais eram tratadas como atividades que apenas se apropriavam da renda gerada pelo setor primário.

Para desenvolver sua teoria, Quesnay seguiu o caminho percorrido por Petty um século antes para construir um modelo que explicasse a realidade da sua época. Esse modelo, ou *Tableau Économique*, introduziu duas inovações na forma de se estudar o funcionamento do sistema econômico, a saber: *noção de fluxo circular da renda* e *quadro econômico* ou tabela de insumo-produto, que permanecem até os dias atuais, principalmente nas contas nacionais e nos manuais de introdução à economia.

Para Quesnay, três classes sociais participavam do processo de apropriação da renda: a classe produtiva, a classe estéril e a classe dos proprietários de terras. As atividades econômicas, por sua vez, eram compostas pelas manufaturas e a agricultura.

Enquanto a agricultura era tratada como atividade produtiva e, como tal, geradora de valor e empregadora da classe produtiva, a manufatura era considerada uma atividade não-produtiva que ocupava a classe estéril, cuja renda provinha da apropriação de parcela da renda gerada pelo setor primário. Já os proprietários de terras obtinham sua renda através do aluguel de suas terras para a classe produtiva dos agricultores arrendatários. O total da renda gerada nessa economia é utilizado na compra de produtos agrícolas e manufaturados (Studenski, 1958; Quesnay, 1986; e Niehans, 1990).

avaliador de terras naquele país e responsável pela arrecadação de impostos para a Coroa britânica (Petty, 1986: X).

⁵ François Quesnay, médico e economista francês.

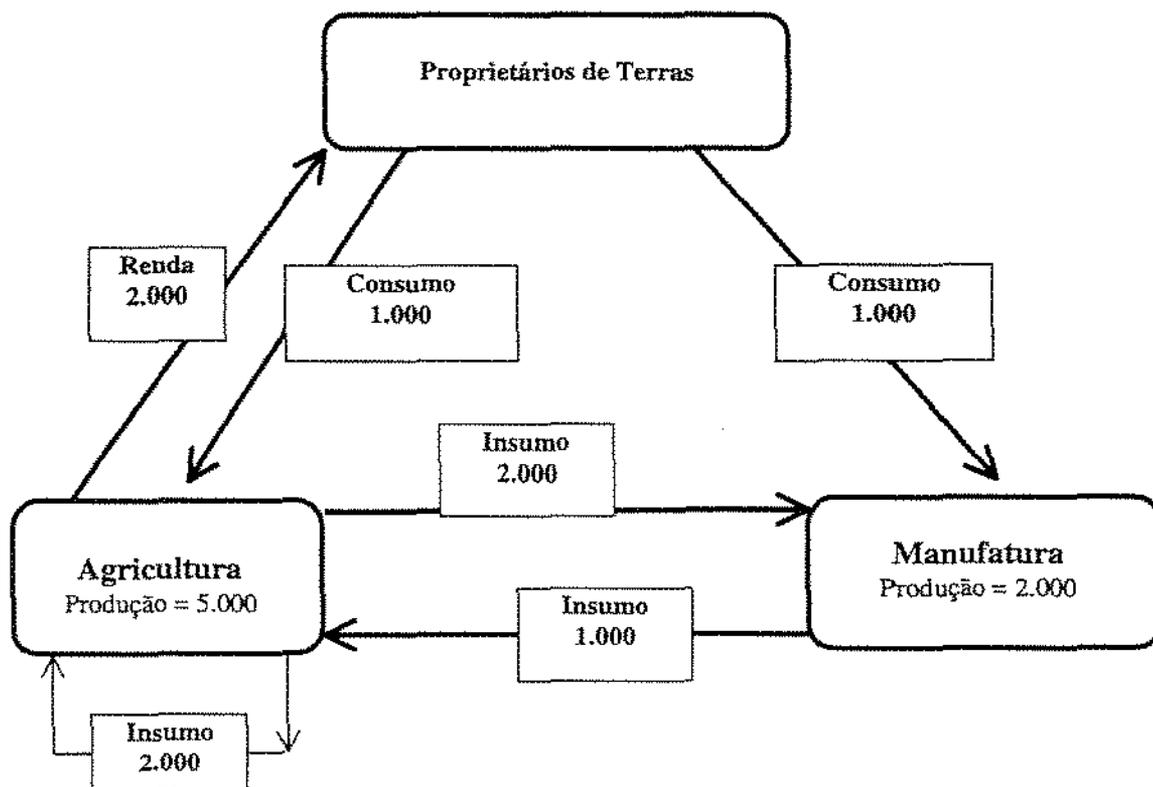
A produção agrícola é vendida como insumo do próprio setor, para o setor manufatureiro e para a classe dos proprietários de terras. Por outro lado, o produto do setor agrícola é repartido em insumos do próprio setor, insumos da manufatura e pagamento de renda da terra aos proprietários. A produção manufaturada é, por sua vez, vendida para a agricultura e para os proprietários de terras.

Esse modelo pode ser expresso pela Figura 1 e pelo Quadro 1, que representam os fluxos de uma economia hipotética criados por Quesnay.

- Produção agrícola = 5.000
- Consumo de insumos agrícolas pela agricultura = 2.000
- Consumo de insumos manufaturados pela agricultura = 1.000
- Renda da terra = 2.000
- Produção manufatureira = 2.000
- Consumo de insumos agrícolas pela manufatura = 2.000
- Consumo final de produtos agrícolas = 1.000
- Consumo final de produtos manufaturados = 1.000

Figura 1

Fluxo Circular da Renda



Fonte: Quesnay, 1986 e Niehans, 1990.

A forma criativa desenvolvida por Quesnay para ressaltar a importância da agricultura no processo de geração da renda nacional foi, mais tarde, utilizada por Marx para explicar o esquema de reprodução da economia capitalista e desenvolvida por Leontief para analisar a estrutura produtiva dos diversos setores de atividade da economia americana.

Tabela 1

Tabela de Insumo-Produto ou Quadro Econômico

| Produto | Insumo | | Demanda Final | Total |
|----------------|-------------|------------|---------------|-------|
| | Agricultura | Manufatura | | |
| Agricultura | 2.000 | 2.000 | 1.000 | 5.000 |
| Manufatura | 1.000 | 0 | 1.000 | 2.000 |
| Renda da terra | 2.000 | 0 | 2.000 | 2.000 |
| Produção total | 5.000 | 2.000 | | |

Fonte: Quesnay, 1986 e Niehans, 1990.

Embora saibamos que, durante os séculos XVIII e XIX, Quesnay, Smith, Ricardo e Marx tenham privilegiado a abordagem macroeconômica para explicar o funcionamento do sistema econômico, é preciso reconhecer que, em relação às contas nacionais, tais estudos, no século XIX, restringiam-se às estimativas da renda nacional, já que os economistas clássicos concentraram seus esforços para explicar o conceito de produção, a fonte do valor e os mecanismos de apropriação da renda.

Nessa época, a metodologia de cálculo do produto e renda nacional adotada pelos economistas clássicos seguia o conceito de produção proposto por Adam Smith, segundo o qual *somente* o trabalho dedicado às atividades de produção de bens materiais (agricultura e indústria) deveria ser computado como trabalho produtivo, ou gerador de renda. As demais atividades seriam consideradas atividades que se apropriavam da renda gerada, mas que não contribuíam para a sua criação. Logo, não seriam atividades produtivas.

No entanto, o rápido desenvolvimento da economia européia no século XIX proporcionava um ambiente adequado para o aparecimento de novas idéias acerca da natureza do modo de produção capitalista. De um lado, a expansão econômica, iniciada pela Revolução

Industrial no século XVIII e que se estendeu por toda a primeira metade do século XIX, contribuiu para a vitória dos princípios liberais defendidos por Adam Smith e David Ricardo contra as teses protecionistas defendidas pelos mercantilistas.

De outro lado, alguns pensadores do século XIX analisavam o crescimento do capitalismo de uma perspectiva crítica. Este é o caso de Thomas Robert Malthus, cuja tese sobre o crescimento da população a um ritmo maior que o da produção colocava em dúvida o caráter moderno e duradouro do modo de produção capitalista, uma vez que o crescimento da produção não se traduziria em melhora do padrão de vida da população.

Ainda em relação à crítica ao modo de produção capitalista, havia a tese defendida por Karl Marx na segunda metade do século XIX, segundo a qual, tanto o caráter desigual da distribuição dos frutos do crescimento econômico entre capital e trabalho, quanto a existência de crises periódicas, representavam fenômenos que poderiam abalar o alicerce do capitalismo.

As críticas de Marx tinham por objetivo revelar a forma como a renda nacional se repartia entre o capital e trabalho e mostrar o caráter anárquico da produção capitalista. Marx procurava demonstrar que a desigualdade na distribuição da renda entre capital e trabalho estava relacionada com a transformação dos meios de produção em propriedade privada dos capitalistas.

Essa separação entre os trabalhadores assalariados, de um lado, e os proprietários dos meios de produção, de outro, obrigava os primeiros a cederem a sua força de trabalho aos capitalistas, em troca de uma renda (salário) que lhes permitia comprar os bens de que precisavam para satisfazer suas necessidades básicas de subsistência. Por outro lado, o produto do trabalho gerado pelo trabalhador assalariado ao longo da sua jornada de trabalho era apropriado pelo capitalista proprietário dos meios de produção. A diferença entre o valor da produção (valor do produto do trabalho) e o valor do trabalho (salário), depois de descontado o valor do consumo de matérias-primas, determinaria o lucro, ou, segundo Marx, a mais-valia.

Em relação à tendência à crise, Marx afirmava que esta era um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, em virtude do caráter anárquico da sua produção. As teses de Marx sobre a concorrência entre os capitais em busca de lucros crescentes (lucro extra) indicavam que o capitalismo tendia a crises que abalariam o seu próprio alicerce. E, dessa forma, os frutos do crescimento econômico não poderiam ser revertidos em prol de toda a sociedade. Ao contrário, tendiam a concentrar-se nas mãos de uma minoria.

Como se pode observar, no século XIX os temas econômicos eram analisados a partir de abordagens que privilegiavam os aspectos macroeconômicos relacionados com a produção, a geração e a apropriação da renda nacional e com a análise da tendência do capitalismo a longo prazo.

A macroeconomia clássica empregava a noção de fluxo circular da renda criada por Quesnay para revelar a forma como a renda nacional era distribuída entre as classes sociais (Figueiredo, 1980: 28-29 e Niehans, 1990: 161) e, também, a noção de quadro econômico (ou tabela de insumo-produto) para explicar a forma como o capitalismo se reproduzia.

Entretanto, no final do século XIX, a abordagem macroeconômica desenvolvida pelos clássicos foi substituída pela abordagem marginalista desenvolvida pelos economistas neoclássicos que pregavam a noção de tendência ao equilíbrio econômico e ao pleno emprego.

Tal abordagem contribuiu para deslocar o debate a respeito das desigualdades da repartição da renda nacional e da tendência à instabilidade do capitalismo para outro campo. Com o surgimento da teoria neoclássica, autores como Léon Walras e Alfred Marshall passaram a analisar o capitalismo a partir das teorias do equilíbrio geral e equilíbrio parcial dos mercados.

Segundo Canuto,

“O equilíbrio em um sistema, noção emprestada da física, corresponde a um estado – ou a um movimento uniforme – que tende a se manter indefinidamente se não se alterarem as condições que conduzem a tal situação.

No sistema de Walras, (...) alcança-se o equilíbrio quando em *todos* os mercados há perfeita compatibilidade entre quantidades demandadas e ofertadas aos preços vigentes e, portanto, não há desequilíbrio entre as forças atuantes que levem à alteração de preços e subsequentes modificações de decisões” (Canuto, 1997: 204).

Para utilizar o modelo de equilíbrio geral na análise do processo de produção, Walras⁶ descreveu o funcionamento da economia a partir da noção do fluxo circular dos fatores de produção e dos produtos (Walras, 1983: 117-8 e Niehans, 1990: 214).

Walras baseou-se no modelo criado por Quesnay no século XVIII para mostrar que a transformação dos fatores de produção em produtos ocorria de acordo com os princípios da maximização das utilidades das famílias (consumidores) e da maximização dos lucros das empresas (produtores).

⁶ Léon Walras, Éléments d'économie politique pure, 1874.

Para maximizarem suas utilidades, as *famílias* precisam de renda para comprar os bens de consumo no mercado. Para tanto, vendem no mercado de fatores os serviços dos fatores (terra, capital e trabalho) para as empresas, em troca do recebimento das rendas provenientes do uso desses fatores (renda da terra, lucro e salário).

Já as *empresas*, para maximizarem seus lucros, transformam os fatores de produção em produtos (a partir de uma função de produção) para vendê-los no mercado de bens. Com o dinheiro da venda desses produtos, as empresas remuneram as famílias proprietárias dos fatores de produção.

E, assim, completa-se o raciocínio sobre o funcionamento da economia a partir da noção de fluxo circular desenvolvida originalmente por Quesnay. Na Figura 2, pode-se ver como funciona o fluxo circular da renda de Walras.

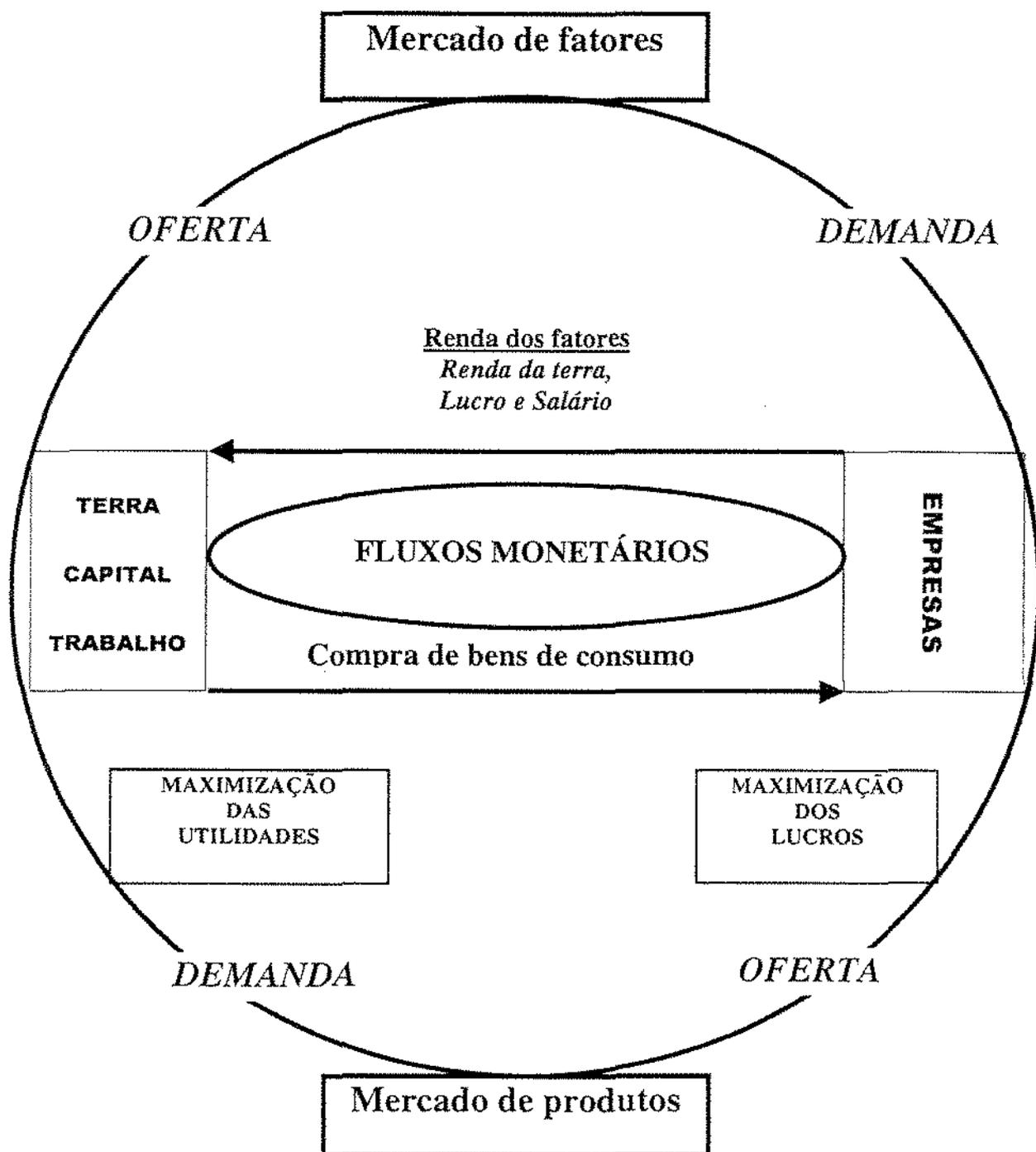
Em Walras, a noção de fluxo circular seria empregada para revelar a forma como o capitalismo caminhava para um estágio de equilíbrio com pleno emprego, no qual produtores e consumidores (capital e trabalho) maximizam seus lucros e utilidades.

De acordo com o pensamento de Walras, o que une os dois mercados (de fatores e de produtos) é a moeda, entendida como meio de troca, pois, conforme o próprio autor,

“... apesar de distintos, os dois mercados [de fatores e produtos] não deixam de ser estreitamente vinculados um ao outro; porque é com a moeda que receberam no primeiro, devido a seus serviços produtivos, que os proprietários fundiários, trabalhadores e capitalistas consumidores vão ao segundo para comprar produtos; e é com a moeda que receberam no segundo, devido a seus produtos, que os empresários produtores vão ao primeiro para comprar serviços produtivos [*fatores de produção*]” (Walras, 1983: 118).

Figura 2

Fluxo circular da renda de Walras



No modelo de Walras, nos mercados onde as empresas alcançam lucros mais elevados, o preço de venda é maior que o custo dos fatores, ou “preço de custo em serviços produtivos” (Walras, 1983: 118). Nestes casos, movidas pela perspectiva de lucros excedentes, as empresas tendem a ampliar a produção ou, então, novos produtores concorrentes tendem a afluir para esses mercados. Com isso, ocorre um aumento na oferta de produtos com a conseqüente queda no preço do produto em questão, eliminando-se aquele “desvio”. Já nos mercados onde o preço de venda é menor que o custo dos fatores, tende a ocorrer a situação oposta.

Assim, esse movimento (ou tendência) conduz a economia a uma situação de equilíbrio, na qual consumidores procuram maximizar suas utilidades e empresas procuram maximizar seus lucros, ou reduzir perdas (Walras, 1983: 118).

Walras descreve essa tendência ao equilíbrio do sistema econômico da seguinte maneira:

“O estado de equilíbrio da produção, contendo implicitamente o estado de equilíbrio da troca, fica agora fácil de ser definido.

Em primeiro lugar, é aquele no qual a oferta e a demanda efetivas dos serviços produtivos [fatores de produção] são iguais.

Em segundo lugar, é aquele no qual a oferta e demanda efetiva dos produtos são iguais e no qual há preço corrente estacionário no mercado de produtos.

E, finalmente, é aquele no qual o preço de venda dos produtos é igual ao seu custo em serviços produtivos.

As duas primeiras condições relacionam-se com o equilíbrio da troca; a terceira é relativa ao equilíbrio da produção.

Esse estado de equilíbrio da produção é, bem como o estado de equilíbrio da troca, um estado ideal e não real. (...) é o estado normal para o qual tendem por si só as coisas no regime de livre concorrência, aplicado tanto à produção quanto à troca” (Walras, 1983: 118).

Fonseca (1981: 4) observa que Walras, além de se preocupar com o problema da determinação simultânea dos preços, também se interessava pelo equilíbrio geral na produção, ao usar “... um conceito que é fundamental no modelo de insumo-produto, a saber, o conceito de coeficiente técnico de produção”.

De acordo com Walras (1983: 133),

“Podemos enunciar a proposição específica da teoria da produção [da seguinte forma]:

atinge-se a igualdade entre preço de venda dos produtos e seus preços de custo em serviços produtivos aumentando-se a quantidade dos produtos cujo preço de venda excede o preço de custo e diminuindo-se a quantidade daqueles cujo preço de custo excede o preço de venda.

Donde se conclui que, rigorosamente falando, a consideração das despesas de produção determina a quantidade dos produtos, não o preço.”

Convém ainda ressaltar que *no modelo de Walras o preço é determinado no mercado pela interação entre oferta total e demanda total* (“estado de equilíbrio da troca”, nas palavras de Walras⁷). E, como o autor trabalha com a idéia de mercados em regime de concorrência perfeita, admite que neste tipo de mercado nenhum produtor pode, individualmente, influir nos preços, uma vez que estes são dados (parâmetros) para as empresas (Hicks, 1989: 90-92).

Segundo Niehans (1990: 214), o modelo walrasiano de reprodução da economia em condições de equilíbrio combina o conceito de função de produção com a hipótese de coeficientes técnicos de produção fixos, segundo a qual a produção de cada produto é função de uma combinação fixa dos fatores de produção empregados no processo produtivo⁸.

Em relação à teoria do equilíbrio parcial, Silva assim descreve o modelo desenvolvido por Alfred Marshall:

“O método de análise marshalliano baseava-se em um duplo recorte – no espaço e no tempo – justificado pela complexidade do objeto e pela presença do elemento tempo, ‘uma das principais causas das dificuldades nas investigações econômicas’ [Marshall, *The Principles of Economics*, livro quinto, cap. V, § 2].

O primeiro recorte conduzia a análises do tipo ‘parcial’, com o uso da chamada cláusula *coeteris paribus*...

Relegando ao segundo plano o equilíbrio geral, Marshall propunha em seu lugar o método do equilíbrio parcial e a posterior combinação das soluções parciais numa solução mais ou menos completa do problema como um todo” (Silva, 1997: 153-4).

A concepção neoclássica acerca do equilíbrio econômico influenciou grande parte dos economistas do final do século XIX e início do século XX. E, no que concerne à obra de Marshall, deve-se ainda ressaltar a sua influência no ensinamento de economia, principalmente nas universidades britânicas, que eram, segundo Niehans (1990: 246), completamente marshallianas. Alfred Marshall é também considerado a “principal figura da velha ortodoxia da chamada escola neoclássica de Cambridge” (Silva, 1997: 149).

Em contraste com a teoria neoclássica que pregava a noção de equilíbrio com pleno emprego, as primeiras décadas do século XX eram uma confusão de emergências,

⁷ Walras, 1983: 118.

⁸ O conceito de função de produção neoclássica foi alvo das críticas de Keynes no capítulo 4 da Teoria Geral onde o autor revela que o conceito de produção neoclássico não permite que se calcule o produto agregado da economia. E, sem ele, não é possível construir a macroeconomia. Ao sugerir, no capítulo 4, o cálculo da produção agregada a partir de quantidades monetárias, Keynes estaria dando um passo decisivo para integrar macroeconomia e contas nacionais modernas. Essa questão será desenvolvida no capítulo 2 desta tese.

desastres, guerras, improvisações e expedientes artificiais. Segundo Landes⁹,

“... muitos dos aspectos econômicos do período do pós-guerra já estavam patentes antes de 1914: o fechamento das fronteiras à concorrência estrangeira, a tendência a restrições ao livre comércio, a intervenção do Estado em assuntos antes reservados à iniciativa privada ou entregues à livre atuação do mercado – todos esses assuntos estavam bem avançados na virada do século.”

Nesta época, a Inglaterra já sofria pressões para abandonar o livre comércio, em resposta a medidas protecionistas adotadas por outros países. Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), muitos países viram-se obrigados a optar pelo fechamento de fronteiras¹⁰, intervencionismo estatal, emissão monetária para financiar déficits fiscais e outras medidas contrárias ao receituário convencional.

O crescimento da inflação¹¹ nos países envolvidos na guerra refletia a dificuldade de se conciliarem políticas fiscais austeras e políticas monetárias e cambiais coerentes com o padrão ouro.

Em que pese a hegemonia do pensamento econômico neoclássico nas primeiras décadas do século XX, a evolução da economia mundial estava contribuindo para o retorno do interesse pela abordagem macroeconômica, a qual passaria a combinar a teoria econômica com as contas nacionais. O início de uma “era de incertezas” (Galbraith, 1979: 210) e de grandes transformações revelava a necessidade de atualização do pensamento econômico para melhor entender esta nova realidade.

Explica-se esse processo, em *primeiro lugar*, porque crescia a necessidade de se quantificar o nível do produto e renda das economias nacionais, uma vez que, ao final da Primeira Guerra, havia ocorrido uma substancial mudança na correlação de forças entre os países mais industrializados (Studenski, 1958: 149 e Tinbergen, 1993: 13).

Já nos anos 20, era evidente a expansão do poderio econômico dos Estados Unidos e o declínio da Inglaterra e da França. Esses dois países, potências industriais européias e grandes impérios coloniais, durante a guerra tiveram que se desfazer de

⁹ David Landes, *Prometeu desacorrentado* _ Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1969, p. 369.

¹⁰ O nível do comércio mundial registrado em 1913 somente voltou a ser alcançado em 1924 (Landes, 1969: 375).

¹¹ Segundo Landes (1969: 372), o nível de preços na Inglaterra em 1920 equivalia a três vezes o nível vigente antes da guerra. Na França, a inflação acumulada de 1913 a 1920 foi de 409%. Nesse mesmo período, os preços subiram 14.000 vezes na Áustria; 23.000 na Hungria; 2.500.000 na Polônia; 4 bilhões na Rússia; e na Alemanha, em 1923, os alemães usavam carrinhos de criança para transportarem o dinheiro das compras. Neste ano, “a unidade monetária alemã foi reduzida a um milionésimo de milhão do seu valor de 1913, ou seja, na prática o valor da moeda foi reduzido a zero” (Hobsbawm, 1995: 94).

investimentos realizados no exterior¹² (que geravam renda para os países investidores) para custear a importação de alimentos e suprimentos militares, principalmente dos Estados Unidos.

A mudança que estava ocorrendo na economia mundial após o término da Primeira Guerra Mundial acentuava a dificuldade que os países europeus estavam enfrentando para recuperar suas economias. Em relação ao comércio internacional, observa-se que, entre os anos de 1909 e 1913, as exportações européias representavam 30% do total das exportações, ao passo que no período 1925-1938 tal participação caiu para 25%. Segundo Parker (1978: 103), antes de 1913 apenas 25% das exportações mundiais eram realizadas entre países não-europeus, mas no período de 1925 a 1938 essa cifra subiu para 40%.

Esta perda de importância econômica da Europa estava relacionada com a interrupção – durante os anos de guerra – das exportações européias de produtos industrializados, principalmente para os países exportadores de matérias-primas.

Com esta paralisação, os países importadores de produtos industrializados procuraram novos fornecedores (principalmente nos Estados Unidos) ou, então, estimularam a implantação de indústrias substituidoras de importações¹³. Conseqüentemente, após o término da guerra, aquelas indústrias nascentes continuaram a concorrer com os produtos europeus no abastecimento de seus mercados locais.

Com isso, os mercados estrangeiros tradicionalmente abastecidos por produtos europeus estavam agora “menos dispostos a receber os produtos europeus” (Parker, 1978: 103). A Tabela 2, a seguir, revela a evolução das importações de produtos industriais ingleses, franceses e americanos realizadas por Argentina, Brasil e Índia entre 1913 e 1938.

¹² A Inglaterra desfez-se de aproximadamente 25% das suas reservas em dólares, além de gastar 54 milhões de libras esterlinas com importações. Já a França perdeu quase metade de seus investimentos realizados no exterior. Com isso, a sua renda anual proveniente daqueles investimentos caiu de 8 bilhões de francos no período de 1910-1913 para 2,8 bilhões em 1920 (Landes, 1969: 373).

¹³ Em relação ao Brasil, ver as descrições feitas por Celso Furtado (*Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, 24ª edição) e Wilson Suzigan (*Indústria Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986) a respeito do “processo de industrialização por substituição de importações” nesse período.

Tabela 2

Importações de produtos industrializados (%)

| Destino | Argentina | | | Brasil | | | Índia | | |
|----------------|-----------|------|------|--------|------|------|-------|------|------|
| | 1913 | 1918 | 1938 | 1913 | 1918 | 1938 | 1913 | 1918 | 1938 |
| Reino Unido | 43 | 34 | 35 | 36 | 31 | 16 | 85 | 70 | 56 |
| França | 13 | 9 | 7 | 9 | 8 | 5 | 2 | 2 | 1 |
| Estados Unidos | 16 | 36 | 33 | 22 | 37 | 37 | 2 | 10 | 9 |
| Outros países | 28 | 21 | 25 | 33 | 24 | 42 | 11 | 18 | 34 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Parker (1978: 105).

Movimento tão expressivo não poderia deixar de ser registrado pelos analistas econômicos. Para tanto, a ciência econômica deveria recorrer ao instrumental disponível para retratar (ou seja, contabilizar) a nova realidade econômica dos países capitalistas. Portanto, é neste contexto que se deve procurar entender a mudança na base conceitual e na metodologia de cálculo da renda nacional, introduzida pelos economistas (especialmente Keynes) e estatísticos ao longo do período entre as guerras.

Em *segundo lugar*, os enormes prejuízos causados às economias dos países diretamente envolvidos com a Primeira Guerra Mundial exigiram que se desenvolvessem esforços no sentido de se avaliar (quantificar) os efeitos da guerra sobre a renda nacional, assim como programar as ações públicas e privadas orientadas para o esforço de reconstrução dessas economias, uma vez que, ao final da guerra, muitos países europeus estavam empobrecidos.

Segundo Landes (1969: 373),

“... todos os beligerantes europeus tiveram necessidade de tomar empréstimos para financiar seu esforço militar e o de seus aliados. Os ingleses emprestaram £ 1,741 bilhão aos seus aliados e tomaram emprestado £ 1,365 bilhão, do qual £ 1,027 bilhão dos Estados Unidos.”

O mesmo havia ocorrido com a França, reforçando ainda mais a supremacia econômica e financeira americana no pós-guerra. Por precisar utilizar divisas para financiar os gastos de guerra, ao mesmo tempo que as fábricas eram destruídas pelos bombardeios inimigos, a Europa chegou ao término da Primeira Guerra Mundial sem recursos suficientes

para financiar a sua reconstrução. E, por isso, precisava do apoio financeiro americano (Landes, 1969: 381).

Em *terceiro lugar*, a Grande Depressão dos anos 30 trouxe para os economistas novas preocupações acerca do funcionamento das economias capitalistas, tais como depressão, desemprego e deflação.

A taxa de desemprego na Inglaterra girava, desde 1921, em torno de 9% da força de trabalho. Na Alemanha, a taxa variou de 7% a 18% nos anos 20, alcançando um contingente de 2 milhões de desempregados em 1929. Na Suécia, o índice de desemprego chegou a 25% em 1921 e flutuou, ao longo de toda a década, em torno de 10%.

Em relação à Europa como um todo, o número de trabalhadores do sexo masculino desempregados no setor industrial urbano era de 3,5 a 4 milhões no período 1921-1925 e chegou ao patamar de 4,5 a 5 milhões de desempregados, entre 1926 e 1929 (Landes, 1969: 378-380).

As elevadas taxas de desemprego registradas na Europa nesse período indicavam a necessidade de revisão dos postulados teóricos da escola neoclássica que sugeriam a idéia de equilíbrio com pleno emprego dos fatores.

Além do problema do desemprego, a Europa vivia também o fantasma da queda do nível de produção e dos preços dos produtos. Na Inglaterra, esse problema era exacerbado pela adoção de políticas monetárias deflacionárias regidas pelas regras do padrão ouro. Tais problemas eram agravados pelo fato de a Inglaterra ter retornado ao padrão ouro em 1925, estabelecendo a mesma taxa de câmbio¹⁴ da libra em relação ao ouro vigente antes da Primeira Guerra Mundial.

Por toda a Europa, as atividades de produção de bens de consumo e de carvão mineral, a siderurgia, a construção naval e a agricultura estavam em queda. A crise na agricultura, por sua vez, gerava mais problemas sociais urbanos, uma vez que provocava o êxodo rural, em uma época de grande desemprego nas indústrias.

Segundo Hobsbawm (1995: 95), a recuperação e

“... o ‘boom’ dos anos 20 foram em grande parte alimentados pelo enorme fluxo de capital internacional que invadiu os países industriais naqueles anos, em especial a Alemanha. Só esse país recebeu cerca de metade das exportações de

¹⁴ Segundo Galbraith (1979: 202), a tentativa de Winston Churchill de voltar em 1925 ao padrão ouro à cotação do pré-guerra do ouro e do dólar em relação à libra esterlina (123,27 grãos de ouro fino e 4,86 dólares por libra) foi o “... mais dramático e desastroso erro cometido por um governo na moderna história econômica. Foi Keynes quem tornou esse erro famoso”.

capital do mundo em 1928.

Mais uma vez isso deixou a economia alemã extremamente vulnerável, como ficou provado quando o dinheiro americano foi tirado de circulação após 1929”.

Quando, ao final dos anos 20, os capitais fluíram de volta para os Estados Unidos, seja por conta da perda de competitividade dos produtores europeus, especialmente da Inglaterra, seja para financiar a especulação financeira americana (Galbraith, 1979: 206 e 209), a economia européia sofreu um profundo choque contracionista, com reflexos sobre o crédito, a demanda interna, o comércio internacional e o balanço de pagamentos. E, com isso, a crise dos anos 30 estava-se tornando inevitável.

A crise de 1929, que começou com a quebra da Bolsa de Nova York em outubro de 1929 e se estendeu rapidamente a toda a economia mundial, afetou tanto os países mais industrializados quanto os países primários exportadores. Para Hobsbawm (1995: 96),

“... a dramática recessão da economia industrial norte-americana logo contaminou outro núcleo industrial, a Alemanha. A produção industrial americana caiu cerca de um terço entre 1929 e 1931 e, a alemã, mais ou menos o mesmo. Houve uma crise na produção básica, tanto de alimentos como de matérias-primas, porque os preços entraram em queda livre.”

Em suma, se dependesse apenas das “livres forças do mercado”, a Europa não teria saído da crise em que se encontrava ao final da década de 1920.

Em 1931, a Liga das Nações relacionou os seguintes países exportadores de produtos primários cujas economias entraram em colapso com a queda do comércio internacional: Argentina, Austrália, países balcânicos, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Egito, Equador, Finlândia, Hungria, Índia, Malásia britânica, México, Índias holandesas (atual Indonésia), Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (1995: 96).

Landes descreve essa mesma crise do início dos anos 30 da seguinte forma:

“É difícil fornecer um relato analítico da crise que faça justiça àquela avalanche de desastres, um despencando após o outro (...). Todos os ramos da economia ficaram em dificuldade.

As empresas manufatureiras reduziram drasticamente sua produção e dispensaram uma grande parcela da sua força de trabalho.

O desemprego na Inglaterra mais do que duplicou de 1929 a 1931, saltando de 1.249.000 para 2.698.000 desempregados (...). Na Europa como um todo, atingiu cerca de 15 milhões de pessoas.

No ano de 1931, (...) cerca de 17 mil empresas fecharam suas portas” (Landes, 1969: 383).

Nos Estados Unidos, em 1933, a taxa de desemprego alcançou a cifra de 25%; o PNB decresceu 30% e cerca de 9.000 bancos – ou seja, quase um terço dos bancos existentes

no país – faliram (Galbraith, 1979: 210).

Portanto, não havia como imaginar a economia caminhando para um quadro de equilíbrio com pleno emprego. E, para avaliar o impacto daquela crise sobre a economia durante a década de 1930 era necessário desenvolver novos instrumentos de análise e quantificação da renda e do produto nacional.

Em *quarto lugar*, os crescentes gastos dos governos dos países envolvidos com a Segunda Guerra Mundial exigiam a realização de estudos para a mobilização de recursos para financiar a guerra, assim como para avaliação do impacto dos gastos bélicos sobre a inflação e o balanço de pagamentos.

Como se observa, o retorno da abordagem macroeconômica nas análises sobre a economia dos anos 20, 30 e 40 contribuiu para integrar as novas contas nacionais à análise econômica. Portanto, é nessa perspectiva que se deve compreender a origem das Contas Nacionais Modernas, uma vez que seus precursores contribuíram para incorporar os conceitos desenvolvidos pela teoria macroeconômica às Contas Nacionais com o intuito de usá-las como instrumento de política econômica.

Resta ver, nos próximos capítulos, que o retorno da análise macroeconômica a partir dos anos 20 não restaurou a abordagem tradicional da contabilidade nacional, entendida, até então, como uma metodologia de cálculo da renda nacional, elaborada originalmente com a finalidade de comparar o nível de renda e de riqueza das nações.

Na verdade, a percepção acerca da complexidade das crises, da necessidade de construção de uma nova teoria (macroeconômica) que explicasse a realidade daquele período e da necessidade de criação de novos instrumentos de política econômica adequados à realidade de um mundo em crise foi um fator determinante da mudança na forma pela qual a contabilidade nacional deveria ser considerada.

A definição de novos instrumentos de registro contábil e estatístico; o surgimento de uma nova classificação dos agentes econômicos; a proposta de agregação das variáveis econômicas a partir de uma abordagem macroeconômica, e a criação de instrumentos e instituições para o acompanhamento do comportamento das variáveis econômicas relevantes para fins de política econômica determinaram o surgimento de uma nova contabilidade nacional a partir dos anos 40.

A *contabilidade nacional moderna* passaria então a ser entendida como um sistema integrado de contas construídas a partir de registros contábeis, visando a revelar como

os agentes econômicos se relacionam desde a etapa em que o produto e a renda são gerados, passando pelos mecanismos de apropriação e distribuição da renda nacional até chegar à identificação dos fluxos relativos ao uso da renda nacional em consumo e poupança e à desagregação da poupança em poupança privada e pública.

Nesse sentido, os dois próximos capítulos serão dedicados à análise dos trabalhos dos autores que contribuíram para o desenvolvimento das Contas Nacionais Modernas. Em relação a esses autores, cabe adiantar que a transição das contas nacionais de uma metodologia de *cálculo da renda nacional* para a metodologia de construção de um *sistema de contas nacionais* ocorreu a partir dos trabalhos desenvolvidos por Keynes ao longo dos anos 30 e início dos 40.

Como será visto, a integração das contas nacionais à macroeconomia ocorreu, de fato, nos anos 40, quando Keynes utilizou pela primeira vez as estimativas das Contas Nacionais da Inglaterra para apresentar propostas de política econômica.

Entretanto, deve-se ressaltar que, antes de Keynes, outros autores também trabalharam para o desenvolvimento e modernização das contas nacionais, com destaque para Ragnar Frisch, Simon Kuznets e Wassily Leontief. A contribuição desses economistas, porém, somente se transformou em avanço efetivo das contas nacionais a partir dos trabalhos de James Meade e Richard Stone, que desenvolveram, nos anos 40, o sistema de Keynes e contribuíram para a sua transformação no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas em 1953.

Tendo em vista a importância de Keynes para o desenvolvimento do sistema de contas nacionais, é fundamental que se inicie a análise da *gênese das contas nacionais modernas* a partir deste pensador, para, depois, descrever a contribuição dos demais autores.

Sendo assim, o Capítulo 2 está estruturado de maneira a analisar a contribuição de Keynes para o surgimento das Contas Nacionais Modernas, enquanto o Capítulo 3 descreverá a contribuição de Ragnar Frisch, Simon Kuznets, Wassily Leontief, James Meade e Richard Stone para a montagem do Sistema de Contas Nacionais que foi adotado em 1953 pelas Nações Unidas.

Deve-se observar que a metodologia de análise da *gênese das contas nacionais modernas* adotada nesta tese permite que se analise o trabalho dos autores sem se prender à ordem cronológica em que suas obras foram divulgadas. A cronologia fundamental para esta tese é a da gênese daquele sistema, e não a cronologia da obra de cada um dos autores.

Por último, deve-se também destacar que a leitura dos trabalhos dos autores aqui considerados terá como objetivo analisar aquelas obras onde se encontram as contribuições de cada um deles para a gênese e desenvolvimento das contas nacionais modernas. Logo, este trabalho deve ser visto como um estudo da contribuição dos autores para as Contas Nacionais Modernas e não como uma análise do seu pensamento econômico.

CAPÍTULO 2

GÊNESE DAS CONTAS NACIONAIS MODERNAS: 1930-1940

Os fundamentos das contas nacionais modernas: John Maynard Keynes

Para se compreender a gênese e a estrutura das contas nacionais modernas é preciso que se analise o momento histórico em que ocorreu a transformação no modo de se estudar os próprios fenômenos macroeconômicos. Acredita-se que essa transformação tenha ocorrido basicamente ao longo dos anos 30 e 40, quando a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial tornaram obsoletos alguns dos conhecimentos teóricos e instrumentos de política econômica até então vigentes.

Em termos teóricos, pode-se dizer que essa mudança começou com Keynes¹⁵ em 1936 e 1940 quando o autor desenvolveu uma nova abordagem sobre os problemas da depressão, desemprego e inflação, em contraposição ao pensamento neoclássico dominante que privilegiava os aspectos relacionados com o equilíbrio monetário e fiscal, pleno emprego e estabilização de preços.

Como já foi visto no capítulo anterior, no lugar de indicadores que expressassem uma situação de equilíbrio, os anos 30 eram plenos de índices econômicos em queda, exceto o do desemprego que se encontrava em persistente alta. A queda recorde da Bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929 e a queda acentuada dos preços agrícolas foram os primeiros sinais da crise que assolaria a economia mundial. Depois vieram a recessão prolongada, o desemprego, as falências de bancos e indústrias e a deflação.

Em relação ao impacto social do desemprego na Europa dos anos trinta, Hobsbawm (1995: 98) cita um editorial do jornal "The Times" de Londres:

"Depois da guerra, o desemprego tem sido o mais insidioso, o mais corrosivo mal de nossa geração: é a doença social específica da civilização ocidental em nosso tempo".

E, para esse mal, a teoria neoclássica não tinha qualquer explicação, a não ser considerar o desemprego como um fato passageiro e voluntário. No livro *Era dos Extremos*,

¹⁵ John Maynard Keynes: *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1936) e *How to Pay for the War - A Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer* (1940).

Hobsbawm (1995: 107) mostra a falácia da teoria econômica da seguinte forma:

“Até onde se podia confiar nos economistas quando demonstravam que a Depressão em que eles mesmos viviam não podia acontecer numa economia de livre mercado propriamente conduzida, pois (segundo uma lei econômica com o nome de um francês¹⁶ do início do século XIX) não era possível nenhuma superprodução que logo não se corrigisse?”

Ou então, quando ocupavam postos importantes na administração pública, propunham medidas absurdas, mas coerentes com a ortodoxia econômica, como as apresentadas por Andrew Mellon, secretário do Tesouro da administração Hoover: “liquide-se a mão-de-obra, liquidem-se as ações, liquidem-se os agricultores...” Depois disso, certamente, a situação melhoraria (Galbraith, 1979: 212).

Como se vê, era evidente a necessidade de se repensar a teoria econômica como um todo para encontrar as explicações para o desemprego, a recessão e a deflação.

Por outro lado, os anos 30 também foram marcados pelo surgimento de políticas econômicas que buscavam reverter o quadro de recessão e desemprego que assolava a economia mundial, com destaque para a Suécia e os Estados Unidos.

Na Suécia, no final da década de 1920, foi criada uma agência governamental que seria encarregada do programa de obras públicas voltadas para a redução do desemprego no país. Em 1932, o Partido Social Democrata, vencedor das eleições realizadas naquele ano, implantou uma política de gastos públicos com o objetivo de combater, simultaneamente, a recessão econômica e o desemprego (Weir e Skocpol, 1985: 120-132). Ali, nascia um programa de governo no qual a preocupação com a estabilidade social e política do país já não se submetia aos ditames das políticas econômicas ortodoxas de equilíbrio fiscal.

Nos Estados Unidos, o governo do presidente Franklin Roosevelt (1933-1945) implantou em 1933 um programa de gastos que visavam a reduzir o impacto social causado pelo desemprego em massa. Na primeira edição desse programa (1933-1937), o objetivo do *New Deal* era basicamente social e humanitário, pois pretendia expandir os gastos públicos para combater o desemprego. Nessa fase, entretanto, o presidente Roosevelt prometia o retorno ao equilíbrio das contas públicas assim que a questão do desemprego fosse solucionada (Weir e Skocpol, 1985: 132-163).

Já no ano de 1938, Franklin Roosevelt implantou um conjunto de medidas sociais

¹⁶ *Lei de Say*, ou lei dos mercados, segundo a qual “toda oferta cria sua própria procura”. Esta lei econômica foi criada pelo economista francês Jean-Baptiste Say, em 1803, para explicar que a renda agregada é, necessariamente, igual ao produto (Niehans, 1990: 111-112).

e econômicas que visavam a transformar o *New Deal* em um programa de políticas macroeconômicas keynesianas. Estas políticas compreendiam a realização de gastos públicos com o objetivo de reduzir o nível de desemprego e promover a recuperação do ritmo de crescimento econômico.

Estas políticas de estímulo ao emprego e à instalação de sistemas previdenciários de proteção contra o desemprego e a fome e de amparo aos mais idosos ficaram conhecidas como *welfare state* (Weir e Skocpol, 1985), ou *estado de bem-estar*.

Como se observa, o *welfare state* que nasceu nos anos 30 foi produto de um momento histórico no qual a economia de mercado estava desmoronando e era preciso que o Estado adotasse medidas de política econômica e social em resposta à grave crise econômica vivida durante aqueles anos (Hobsbawm, 1995: 100 e Weir e Skocpol, 1985: 109). Naquele momento, somente a intervenção do Estado poderia reverter tal quadro.

Convém observar que foi justamente nesse contexto que surgiram as novas teses de Keynes sobre teoria e política econômica. A partir da observação da experiência americana com o *New Deal*, Keynes (Moggridge, 1992: 583) sugeriu algumas medidas de política econômica que o governo dos Estados Unidos deveria adotar para promover a recuperação econômica, a saber:

1. aumento dos gastos públicos com a construção de casas e estradas de ferro;
2. redução da taxa de juros de longo prazo para estimular o investimento privado e, ao mesmo tempo, desestimular a poupança especulativa; e
3. estabilização da taxa de câmbio.

Em 1933, contudo, ainda não se entendia como as quedas na renda, na produção, no emprego e no consumo privados poderiam ser compensadas por uma elevação dos gastos públicos, já que o pensamento econômico predominante rezava que a elevação dos gastos públicos estaria somente retirando recursos do setor privado. Conseqüentemente, o resultado daquelas medidas deveria, em tese, causar uma depressão ainda maior.

Como se vê, as políticas de *welfare state* nos Estados Unidos e na Suécia e as novas teses de Keynes na Inglaterra encarregar-se-iam de demonstrar, na prática e na teoria, como os gastos públicos poderiam reverter o quadro de crise em que a economia se encontrava. Para tanto, Keynes contava com a experiência americana para avaliar suas teorias sobre o princípio da demanda efetiva e sobre o princípio do multiplicador.

A compreensão da especificidade da economia britânica nos anos 20 e 30 é fundamental para se entender por que as políticas adotadas na Inglaterra para a implantação do *welfare state* não correspondiam ao receituário keynesiano.

Segundo Weir e Skocpol (1985), enquanto o Partido Social Democrata sueco introduziu um programa de gastos públicos para enfrentar a recessão e o desemprego logo que subiu ao poder em 1932, o Partido Trabalhista que governou a Inglaterra de 1929 a 1931 negou-se a adotar medidas semelhantes.

Ocorre no entanto que, em 1932, a Suécia já havia rompido com as regras monetárias e cambiais do padrão ouro que disciplinavam a política econômica interna dos países adeptos daquele regime. Por ter-se libertado das limitações impostas pelo padrão ouro, a Suécia pôde adotar uma política macroeconômica ativa, inclusive com a geração de déficits fiscais, com vistas a reverter o quadro recessivo em que se encontrava.

Quanto à Inglaterra, deve-se observar que este país somente abandonou o padrão ouro ao final de 1931, quando a sua economia já estava em crise, em virtude dos problemas de balanço de pagamentos, recessão e desemprego. Durante todo o período em que a Inglaterra esteve atrelada ao padrão ouro (1925-1931), o governo inglês não pôde adotar uma política fiscal ativa nos moldes da adotada pela Suécia.

O fato de a Inglaterra ter retornado ao padrão ouro em 1925 implicou a aceitação do receituário neoclássico ortodoxo que pregava a adoção de políticas econômicas voltadas para a geração de equilíbrios nas contas externas e internas, mesmo que à custa de uma forte recessão interna.

O sistema monetário e cambial apoiado no padrão ouro representou um conjunto de regras de funcionamento das economias nacionais e do comércio internacional, visando à regulamentação dos mecanismos de criação e circulação do ouro, enquanto mercadoria-dinheiro internacional (Lichtensztejn e Baer, 1987: 17).

Esse sistema compreendia um conjunto de regras referentes à política cambial das economias nacionais que se apoiavam nos seguintes princípios:

a. No nível interno das economias nacionais pertencentes ao padrão ouro, a emissão de dinheiro de curso interno – moedas nacionais – deveria ser efetuada com base na quantidade de ouro disponível em suas reservas. De acordo com este princípio, no interior de cada país era livre a circulação de ouro ou de moedas nacionais, desde que lastreadas em ouro. Neste caso, havia implícita a noção de livre conversibilidade (Lichtensztejn e Baer,

1987) dessas moedas em ouro, para quaisquer detentores, nacionais ou estrangeiros.

b. No nível internacional, o padrão ouro estabelecia que os pagamentos de transações externas deveriam ser efetuados com ouro, pois este poderia ser livremente importado ou exportado. Este princípio estava diretamente associado à noção de que o ouro (dinheiro-mercadoria internacional) poderia cumprir as funções básicas da moeda (meio de pagamento internacional e nacional; reserva de valor e medida de valor).

Para cumprir a função de medida de valor, o padrão ouro estabelecia que as taxas de câmbio entre moedas nacionais, cada qual expressa em ouro, deveria ser fixa ao longo do tempo.

c. No nível do comércio internacional, o padrão ouro estabelecia as bases para a difusão do princípio do liberalismo econômico, ao pressupor liberdade comercial de cada economia, tanto no que se refere à circulação das mercadorias, quanto no que toca ao seu equivalente monetário (ouro). De acordo com este princípio de liberdade comercial, admitia-se que o padrão ouro poderia contribuir decisivamente para a estabilidade dos preços e, conseqüentemente, das taxas de câmbio, e para o equilíbrio econômico.

d. Finalmente, para que os três princípios básicos anteriores fossem válidos, o padrão ouro trazia implícita a idéia de que este regime monetário e cambial se generalizaria por todas as economias nacionais, acompanhando, assim, a própria expansão do modo de produção capitalista. Somente com a sua universalização é que seria possível imaginar, e tornar reais, as políticas econômicas implícitas no padrão ouro. A base teórica do padrão ouro apoiava-se nas seguintes noções:

- ouro, como dinheiro internacional, poderia promover os ajustes automáticos dos desequilíbrios dos balanços de pagamentos; e
- a criação de moedas nacionais deveria submeter-se àqueles mecanismos automáticos, de forma a garantir a estabilidade dos preços internos.

O padrão ouro, em nível teórico, pressupõe a validade da teoria quantitativa da moeda em escala internacional, pois o equilíbrio da economia internacional dependerá da aplicação simultânea dessa teoria em cada uma das economias nacionais. Dessa forma, o padrão ouro não somente pressupõe a sua generalização por todas as economias, como também subentende a generalização da própria teoria quantitativa da moeda.

De acordo com a abordagem teórica do padrão ouro, há uma relação direta entre

os fluxos internacionais de ouro e o movimento de preços. O desequilíbrio do balanço de pagamentos de uma dada economia era interpretado como um fenômeno necessariamente conjuntural que tendia a ser compensado por um desequilíbrio, em sentido inverso, de outra economia. Seguindo este raciocínio, uma saída de ouro provocada por um déficit no balanço de pagamentos de uma economia correspondia a uma entrada equivalente (superávit) em outra (s) economia (s) na mesma magnitude.

Tanto o déficit quanto o superávit eram vistos como situações de desequilíbrios meramente conjunturais das economias que, por sua vez, chegariam a novas situações de equilíbrio através da flutuação dos seus preços, desde que não alterassem suas taxas de câmbio. A relação entre esses desequilíbrios e os movimentos dos preços era determinada pela variação da quantidade de moeda resultante da flutuação das reservas em ouro, já que o padrão ouro estabelecia a paridade entre o ouro e a moeda nacional.

De acordo com essa concepção, a economia mundial dividia-se em dois subconjuntos de economias: economias superavitárias e economias deficitárias. Para fins de compreensão da teoria quantitativa da moeda (Lichtensztein e Baer, 1987: 18-19) e do próprio padrão ouro, essa dicotomia era basicamente a única diferença existente entre as economias.

Do ponto de vista do balanço de pagamentos, o padrão ouro estabelecia que, nas economias deficitárias, os *déficits* provenientes de importações de bens e serviços superiores às exportações teriam que ser cobertos com a saída correspondente de ouro para cobrir a diferença.

Dada a paridade existente entre quantidade de ouro e de moeda de curso interno, e dada a necessidade de se manter a *taxa de câmbio fixa*, então a saída de ouro teria como consequência uma contração na oferta interna de moeda. Esta redução da quantidade de moeda levaria, por sua vez, a uma redução na demanda interna de bens e serviços e, conseqüentemente, nos preços internos, reconstituindo, assim, o poder de competição das exportações do país deficitário.

Com a elevação das exportações, tais economias eliminariam seus *déficits* na conta de mercadorias, recuperando os níveis anteriores de equilíbrio de reservas em ouro.

Já as economias superavitárias teriam um comportamento inverso ao apresentado acima, pois seus *superávits* levariam à expansão da oferta interna de moeda, com reflexos na elevação da demanda e dos preços internos. Em virtude desse aumento dos preços, as importações passariam a ser competitivas, em comparação com os preços dos produtos

nacionais, e as exportações iriam se contrair, justamente por perderem competitividade no mercado internacional.

Conforme este mecanismo de ajustamento automático, o padrão ouro baseava-se na teoria quantitativa da moeda para evidenciar a capacidade de auto-regulação do mercado, com estabilidade cambial e de preços, com tendência a alcançar uma nova situação de equilíbrio no balanço de pagamentos das economias deficitárias.

Também ao nível da balança de capitais, o padrão ouro previa mecanismos que contribuíssem para restaurar o equilíbrio interno e externo. E, segundo esses mecanismos, o papel dos Bancos Centrais é extremamente importante, devido ao seu poder regulador das taxas de juros.

Quando o Banco Central eleva as taxas de juros internas com o intuito de conciliar a evasão de ouro – resultante do déficit na conta de mercadorias – e a correspondente restrição monetária interna, há neste processo dois mecanismos que se compensam, a saber:

a. internamente, a subida nas taxas de juros, acompanhada da contração da oferta monetária – crédito – leva ao aumento do custo de estoques que, por sua vez, contribui para que as empresas canalizem sua produção para o mercado, aumentando, assim, a oferta e reduzindo os preços internos;

b. externamente, a mesma elevação nas taxas de juros contribui para atrair capitais externos provenientes dos excedentes de ouro acumulados pelas economias superavitárias.

Em suma, a saída de ouro resultante do déficit na balança comercial é então compensada pela sua entrada na balança de capitais. Já nos países com superávits na balança comercial, verifica-se um processo inverso, caracterizado pela saída de ouro através de suas Balanças de Capitais, em busca de taxas de juros maiores no mercado internacional.

A aceitação dos princípios teóricos do padrão ouro dependia, entretanto, de alguns pressupostos que historicamente não se verificaram, pois, como dissemos anteriormente, o regime monetário do padrão ouro, com estabilidade das taxas de câmbio, implicava admitir:

1. que o padrão ouro fosse adotado por todas as economias nacionais;
2. que todas as moedas fossem conversíveis em ouro;
3. que os mercados de capitais das economias deficitárias fossem estáveis o suficiente para atrair capitais dos países superavitários;
4. que a estabilidade desses fluxos de capitais fosse garantida pela estabilidade nas

taxas de câmbio; e

5. que as políticas econômicas internas (monetárias e fiscais) seguissem a regra fixada pelo padrão ouro, segundo a qual os governos teriam que deixar o mercado funcionar como regulador.

Conseqüentemente, caberia aos governos apenas a função de garantir o pleno funcionamento da economia de mercado que tenderia ao retorno às situações de equilíbrio. Dessa forma, o padrão ouro não concebia a possibilidade de os governos intervirem na economia para combater desequilíbrios (desemprego, queda de preços, recessão, déficit comercial, etc.), dado que estes eram “eventuais e passageiros”.

Assim, para a Inglaterra que no início dos anos 30 ainda estava atrelada ao padrão ouro, era difícil visualizar novas políticas econômicas que não se enquadrassem no pensamento econômico dominante. Por isso, era difícil entender como o crescimento dos gastos públicos poderia contribuir para a elevação do produto da economia, em vez de apenas substituir o gasto privado pelo público, sem qualquer efeito sobre o produto total.

Tendo em vista esta concepção ortodoxa da política econômica, o governo inglês apenas adotava políticas sociais de concessão de seguro e auxílio ao desemprego, mas não as associava a políticas econômicas anticíclicas, uma vez que as regras monetárias do padrão ouro não permitiam.

E, dada a extensão da crise econômica e o impacto social gerado pelo desemprego, os gastos crescentes com o auxílio ao desemprego já estavam sendo alvo de preocupações dos funcionários do Tesouro britânico, uma vez que estavam causando um déficit fiscal. Daí, contraditoriamente, surgiam pressões para que o governo cortasse os benefícios sociais, o que acabou ocorrendo em agosto de 1931 (Weir e Skocpol, 1985: 122).

Finalmente, deve-se observar que a recuperação econômica inglesa somente ocorreu com a saída, ainda em 1931, da Inglaterra do padrão ouro. A partir de então, o país pôde adotar políticas econômicas ativas, como:

1. desvalorização da libra esterlina, e
2. imposição de tarifas sobre produtos importados,

deixando, portanto, de lado as políticas liberais ortodoxas do período do *laissez-faire* dominado pelo padrão ouro.

Entretanto, tais medidas não foram *tipicamente keynesianas*, uma vez que as

políticas sociais, como auxílio ao desemprego, não estavam associadas às políticas macroeconômicas de recuperação do crescimento econômico do país. Cada qual seguia um caminho próprio, a saber:

- a. objetivo da política social: auxílio ao desemprego;
- b. objetivo da política econômica: protecionismo econômico.

Já as medidas propostas por Keynes recorriam à utilização de uma política fiscal ativa para alcançar, simultaneamente, a recuperação econômica e a redução do desemprego. Entretanto, estas medidas não chegaram a ser adotadas na Inglaterra, mas nos Estados Unidos e na Suécia (Weir e Skocpol, 1985: 122).

Galbraith (1979: 213) sintetiza o pensamento de Keynes na seguinte frase escrita em carta enviada por Keynes, em 1933, ao presidente americano Franklin Roosevelt: “dou máxima importância ao aumento do poder aquisitivo nacional resultante das despesas feitas pelo governo, que são financiadas pelos empréstimos...”

A disseminação das novas idéias de Keynes durante os anos 30 iria proporcionar uma revolução no pensamento econômico e, também, contribuiria para o surgimento das contas nacionais modernas.

De fato, Keynes pôde reunir em torno de si vários aspectos que convergiram para a disseminação de suas idéias, em virtude da sua formação neoclássica¹⁷; da sua experiência como *policy-maker* na Inglaterra desde os anos 20; e como assessor do Tesouro britânico durante a Segunda Guerra Mundial, quando ficou encarregado da preparação do programa de financiamento dos gastos bélicos.

Por outro lado, o hábito de escrever ensaios sobre os temas econômicos de sua época (*Essays in Persuasion*¹⁸) refletia o seu interesse em debater com economistas, críticos e o público em geral suas idéias acerca da natureza das políticas econômicas adotadas ou por adotar.

E, como desde o início da sua carreira Keynes sempre esteve envolvido com o ambiente acadêmico, além de desempenhar funções na administração pública britânica relacionadas com a produção e o uso de estatísticas econômicas, a sua produção teórica culminou com a montagem de um sistema de contas nacionais que seria utilizado como instrumento de política econômica.

¹⁷ Keynes foi aluno e discípulo de Marshall na Universidade de Cambridge (Moggridge, 1992).

¹⁸ John Maynard Keynes, *Essays in Persuasion*. Nova York: Norton, 1963.

Portanto, é nesse sentido que se deve compreender os seguintes trabalhos de Keynes:

a. *Economic Consequences of the Peace* (1919): Keynes critica as condições impostas pelos países Aliados à Alemanha para a assinatura do Tratado de Paz em Versailles. Para ele, em vez de procurar impor um humilhante e impagável acordo de paz à Alemanha, os Aliados deveriam negociar um acordo capaz de viabilizar a atuação solidária dos países da Europa no sentido de restaurar as condições econômicas prevalecentes antes do início da Primeira Guerra Mundial.

b. *The Economic Consequences of Mr. Churchill* (1925): Keynes alerta para o risco de a Inglaterra perder suas reservas internacionais (em função da perda de competitividade da economia inglesa), ao retornar ao padrão ouro com a libra sobrevalorizada, uma vez que a Inglaterra adotaria a mesma taxa de câmbio vigente antes da Primeira Guerra Mundial, após um período de forte inflação.

Para explicar as implicações do retorno ao padrão ouro naquelas condições, Keynes desenvolve o seguinte argumento: a adoção da taxa de câmbio da libra frente ao ouro (e ao dólar) vigente antes da guerra resultaria no declínio das exportações inglesas e no aumento das importações.

A fim de evitar uma queda acentuada no nível das reservas internacionais e de acordo com as regras do regime monetário e cambial do padrão ouro, a Inglaterra seria obrigada a elevar suas taxas de juros para atrair os capitais que financiariam seu déficit comercial. Essa elevação das taxas de juros levaria à deflação e, conseqüentemente, à queda da produção e dos salários.

A crítica de Keynes estava baseada na percepção de que, enquanto a política econômica adotada pelo governo inglês apoiava-se nos fundamentos da livre concorrência e do *laissez-faire*, o mundo se distanciava rapidamente dessas hipóteses (Moggridge, 1993: 71).

Para efeito do presente trabalho, a compreensão do *The Economic Consequences of Mr. Churchill* contribui para explicar a evolução do pensamento teórico de Keynes a partir das suas discussões sobre política econômica e, principalmente, contribui para melhor entender a sua preocupação em 1939-1940 com o impacto de um possível financiamento inflacionário dos gastos militares da Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial sobre as taxas de juros e a recuperação no pós-guerra.

c. *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1936): Keynes

procura demonstrar que o arcabouço teórico da escola neoclássica não era compatível com as medidas de política econômica adotadas para superar a depressão dos anos 30.

d. *How to Pay for the War* (1939/40): Keynes desenvolve um modelo de Contas Nacionais para mostrar a importância das políticas econômicas sugeridas por ele para evitar a inflação na Inglaterra durante os anos da Segunda Guerra Mundial.

Embora oriundo da Escola de Cambridge e apesar de ter sido fortemente influenciado pelas idéias de Marshall, Keynes sabia que o arcabouço teórico da escola neoclássica já não era capaz de explicar a natureza da inflação, do desemprego, da queda das reservas internacionais inglesas (após o retorno ao padrão ouro nos anos 20), do protecionismo crescente e da expansão da fase monopolista do capitalismo durante os anos 20.

Da mesma forma, Keynes reconhecia que o instrumental neoclássico também não era suficiente para explicar a natureza da depressão da economia mundial e do desemprego dos anos 30, assim como era incapaz de fornecer os instrumentos de política econômica que levassem à recuperação das economias capitalistas e ao financiamento dos gastos com a Segunda Guerra Mundial na década seguinte.

De acordo com Keynes, os acontecimentos da década de 1930 exigiam uma abordagem analítica da realidade econômica dos países capitalistas distinta da abordagem neoclássica, na medida em que a grande depressão dos anos 30 evidenciou a falácia de vários pressupostos da ortodoxia neoclássica, tais como as noções de equilíbrio, *laissez-faire* e pleno emprego.

Por isso, na Teoria Geral, escrita em 1936, Keynes (1983: 24-25 e 44-45) contesta a versão neoclássica, inspirada na “Lei de Say” do equilíbrio com pleno emprego¹⁹, e mostra que a natureza instável do investimento (proveniente de mudanças nas expectativas – incerteza – dos empresários quanto ao lucro futuro) faz com que desemprego, instabilidade e crise sejam fenômenos inerentes ao modo de produção capitalista.

Segundo Keynes, como a oferta não era capaz de criar sua própria procura, era preciso criar instrumentos para estimular a procura a manter o nível de oferta elevado e sustentar o nível de produção e de emprego.

¹⁹ “Say estava supondo implicitamente que o sistema econômico está sempre operando com sua capacidade máxima, de forma que uma atividade nova apareceria sempre em substituição e não em suplementação a alguma outra atividade (...) No entanto, uma teoria com essa base é claramente incompetente para enfrentar os problemas do desemprego e do ciclo econômico” (Keynes, 1983: 11-12).

Ao contrário dos defensores do *laissez-faire*, ou dos princípios liberais da economia de mercado, Keynes pregava a idéia de intervencionismo (*managed capitalism*), pois entendia que somente o planejamento poderia contribuir para a solução da crise econômica do capitalismo.

"This [*managed capitalism*] involved a rejection of laissez faire: 'the conclusion that individuals acting independently for their own advantage will produce the greatest aggregate of wealth' [CWJMK, Vol. IX, p. 284]. He rejected it on several grounds ranging from the logical 'complications' posed by formal economic theory which limit the applicability of the economist's competitive model to the real world, to the moral and the philosophical" (Moggridge, 1993: 31-32).

Em 1939, Keynes definia sua visão de capitalismo organizado (*managed capitalism*) da seguinte forma:

"The question is whether we are prepared to move out of the nineteenth-century laissez faire state into an era of liberal socialism, by which I mean a system where we can act as an organised community for common purposes and to promote economic and social justice, whilst respecting and protecting the individual – his freedom of choice, his faith, his mind and its expression, his enterprise and his property" (CWJMK, vol. XXI: 500 e Moggridge, 1993: 37).

Moggridge destaca o fato de Keynes avaliar freqüentemente o papel do Estado dentro do sistema capitalista, sem no entanto procurar negar as virtudes do próprio capitalismo. Com suas críticas, pretendia apenas encontrar uma solução para os problemas de sua época. Para ele, o capitalismo era muito mais eficiente do que qualquer outro sistema e, por isso, não via qualquer vantagem na alternativa socialista. "The problem was to make capitalism 'as efficient as possible without offending our notions of satisfactory way of life'" (CWJMK, vol. IX: 294 e Moggridge, 1993: 30).

Sendo assim, era preciso antes rever as teorias sobre o funcionamento do capitalismo do que pensar na sua substituição por outro tipo de sociedade. Para Keynes, o pensamento neoclássico acerca da tendência ao equilíbrio há muito não se coadunava com a realidade do capitalismo, o qual, segundo ele, "caminha ao longo do tempo a partir de uma trajetória que parte de um passado irrevogável em direção a um futuro desconhecido"²⁰.

Para explicar o funcionamento da economia capitalista e contestar a veracidade da teoria neoclássica quanto ao caráter passageiro das crises e quanto à tendência ao equilíbrio, Keynes desenvolveu sua Teoria Geral, enfatizando as relações existentes entre os seguintes agregados: produção, consumo, investimento, poupança e os correspondentes fluxos monetários (Keynes, 1983: caps. 6 e 7).

²⁰ "I might have added that it [*capitalism*] deals with motives, expectations, psychological uncertainties". JMKCW, vol. XIV: 300 e Moggridge, 1993: 14.

Segundo Keynes, a grande depressão dos anos 30 refletia uma crise de demanda efetiva cuja superação exigia a ação dos governos no sentido de encontrar mecanismos que revertessem o comportamento recessivo das variáveis que compõem a demanda agregada, a saber: consumo (público e privado) e investimento.

Já em 1939, Keynes dirigiu sua atenção para os problemas relativos à necessidade de financiamento dos gastos do governo inglês com a Segunda Guerra Mundial. Ao abordar esta questão em seu artigo sobre *How to Pay for the War*, Keynes (1940)²¹ se deparou com a necessidade de elaborar um quadro contábil que refletisse a interdependência entre os agregados macroeconômicos, para então desenvolver seu raciocínio sobre os mecanismos de financiamento dos gastos de guerra e seus impactos sobre a inflação; reservas internacionais da Inglaterra; consumo e bem-estar da população.

A partir da leitura da *Teoria Geral* e de *How to Pay for the War*, percebe-se que, ao longo dos anos 30 e 40, Keynes preocupou-se, ora com problemas relacionados à insuficiência de demanda efetiva, à recessão e ao desemprego, ao investimento e aos gastos do governo, ora com o excesso de demanda, a inflação, a necessidade de poupança e a tributação.

Ao comparar essas duas obras, Harrod fez o seguinte comentário:

“Este pequeno livro (*How to Pay for the War*) tiene un gran interés teórico e práctico. Se han hecho críticas en el sentido de que al elaborar su ‘Teoría General’, Keynes concedió preponderancia a los problemas de la desocupación. La demanda insuficiente era el mal que prevalecía en el período entre las dos guerras, y Keynes tenía los ojos puestos en la solución práctica. En *How to Pay for the War* Keynes aplicó su técnica de análisis a la economía de la demanda excesiva; de este modo el libro llenó una laguna” (Harrod, 1958: 562).

No que diz respeito à contribuição de Keynes para a compreensão do problema da inflação durante a Segunda Guerra Mundial, Harrod mostra que, para Keynes, “los problemas de las finanzas de guerra se centraban en torno de la inflación” (Harrod, 1951: 562).

Para Harrod, enquanto

“la vieja escuela aún se aferraba a la idea de que no había inflación si el déficit presupuestario se financiaba con un ‘préstamo voluntario’, la opinión de Keynes era que la voluntariedad en los préstamos no constituía criterio para juzgar el problema. Cualquiera que fuese el grado de inflación, el gobierno siempre encontraría prestamistas voluntarios.

Para Keynes, obtener préstamos era un fenómeno esencialmente inflacionario

²¹ Na edição de 1940 do *How to Pay for the War*, Keynes incorporou os comentários feitos às versões publicadas em 14, 15 e 28 de novembro de 1939 no jornal *The Times* e no *The Economic Journal* de dezembro de 1939. Os artigos do *The Times* foram editados sob o título de *Paying for the War, the control of consumption* (Keynes, 1940: iii e 88; Moggridge, 1992: 629).

cuando excedía del monto que la gente hubiese estado dispuesta a prestar en ausencia de una elevación de los precios. Si el gobierno tenía que conseguir préstamos mayores de tal monto, la consecuencia sería el alza de los precios” (Harrod, 1958: 563).

Com esta afirmação, Keynes pretendia mostrar que não se podia analisar a inflação como um fenômeno decorrente da expansão da oferta monetária. Para ele, “en el proceso inflacionario el papel del dinero era de segundo orden” (Harrod, 1958: 563). Ou seja, a pressão dos gastos dos governos envolvidos com a guerra contribuía de tal modo para o crescimento da demanda agregada, que culminaria com o crescimento dos preços.

Segundo Moggridge (1992), Keynes utilizou as estimativas realizadas por Colin Clark²² em 1932 sobre o Produto Nacional Bruto da Inglaterra para demonstrar sua tese. Essas estimativas foram atualizadas por Rothbarth²³ e incluídas no *Budget of National Resources*, publicado por Keynes em 1940, após a divulgação de *How to Pay for the War*.

De acordo com Harrod (1958: 563), o “Budget of National Resources” representava um ensaio de contabilidade da renda nacional que serviria de ponto de partida para a montagem dos Sistemas de Contas Nacionais do pós-guerra.

Para Kurabayashi, essa abordagem (*contabilidade da renda nacional*) introduzida por Keynes pode ser considerada um ponto de referência entre os tradicionais estudos sobre a renda nacional e a noção dos sistemas de contas nacionais modernos²⁴.

A seguir, pretende-se mostrar como a *Teoria Geral* e o *How to Pay for the War* de Keynes serviram de ponto de partida para a montagem dos sistemas de contas nacionais do pós-guerra, os quais incorporaram as contas da administração pública ao corpo central do sistema.

Relativamente à Teoria Geral, percebe-se a preocupação de Keynes com a construção de um conjunto de equações contábeis construídas com o intuito de mostrar que a noção neoclássica de equilíbrio com pleno emprego²⁵ não correspondia à realidade das

²² Colin Clark, economista, professor da Universidade de Cambridge, subsecretário de Estado da Austrália, diretor de Pesquisa da Universidade de Oxford e assessor do Tesouro inglês (Moggridge, 1992). Segundo Arndt (1988), C. Clark foi o primeiro economista a empregar o conceito de Produto Nacional Bruto, no lugar das tradicionais estimativas da Renda Nacional.

²³ Erwin Rothbarth, economista, assessor de Keynes e professor da Universidade de Cambridge.

²⁴ “The revolutionary idea by Keynes of analysing the war finance and inflation was not confined to the use of national income and expenditure; he went further on the notion of national accounts” (Kurabayashi, 1994: 94).

²⁵ Segundo Keynes (1983: 26), “(...) os economistas do pós-guerra [Primeira Grande Guerra] nem sempre lograram sustentar este ponto de vista de maneira consistente, pois suas idéias atuais acham-se demasiadamente influenciadas pela tendência contrária e por fatos da experiência em

economias capitalistas dos anos 30.

De fato, aquela noção contribuiu apenas para que as teorias clássica e neoclássica servissem de fundamento para justificar a liberdade de ação do capitalista individual, o *laissez-faire* e o princípio da não-intervenção do Estado na economia (Keynes, 1983: 34).

Entretanto, em relação ao desenvolvimento das *Contas Nacionais Modernas*, acredita-se que a maior contribuição de Keynes encontra-se no capítulo 4²⁶ da Teoria Geral, no qual o autor procura construir os fundamentos da sua teoria geral, a saber:

- a escolha das unidades quantitativas;
- o papel representado pelas expectativas na análise econômica;
- a definição de renda.

Em relação à “**escolha das unidades quantitativas**”, Keynes critica o conceito de função de produção que deu origem ao conceito de dividendo nacional, empregado por Marshall e Pigou, uma vez que, segundo ele, não é possível agregar grandezas heterogêneas. Essa crítica está apoiada nos argumentos que se seguem.

Em primeiro lugar, o conceito de dividendo nacional serve apenas para medir o volume de produção corrente ou a renda real, mas não o valor da produção ou renda monetária (Keynes, 1983: 37).

Em segundo lugar, o conceito de função de produção neoclássica não permite calcular a produção agregada de uma economia real, pois esta compreende um conjunto não-homogêneo de bens e serviços que não podem ser reduzidos a unidades comparáveis de capital e trabalho. Portanto, a função de produção neoclássica só seria válida “(...) em casos especiais, quando todos os artigos de uma produção entram na mesma proporção em outra produção” (Keynes, 1983: 38).

Em terceiro lugar, Keynes ressalta que não está preocupado com a ponderação de cada produto no produto agregado. Ou seja, para ele não se trata de um problema relacionado com os números-índices, pois, para efeitos de análise da evolução histórica de uma economia, pode-se até utilizar os índices de preços e os índices de volume como ferramentas de trabalho.

A sua objeção não é quanto à medida estatística da renda, mas quanto à própria concepção teórica do modelo neoclássico, na medida em que os conceitos de nível geral de

flagrante desacordo com sua concepção anterior”. Ou seja, de acordo com o modelo de equilíbrio geral, a grande depressão dos anos 30 nunca teria ocorrido.

²⁶ John Maynard Keynes, *Teoria Geral*. Livro segundo: Definições e Idéias, 1983.

preços e renda real são vagos e imprecisos. São conceitos que podem ser usados apenas em estudos sobre a evolução temporal da renda e da riqueza de uma economia, mas não para medir aquela renda.

Quanto à objeção ao conceito de renda real, cabe notar que, ao demonstrar que não é possível medi-la a partir da agregação de produtos heterogêneos, Keynes está, de fato, abandonando a teoria marginalista:

“No caso de uma empresa ou indústria isolada que produza artigos homogêneos, é legítimo falar, se quisermos, de aumentos e diminuições de produção. Porém, quando somarmos as atividades de todas as empresas, só nos exprimiremos com exatidão por meio de quantidades de emprego aplicadas a determinado equipamento.

Os conceitos de produção total e seu nível de preços deixam então de ser indispensáveis, pois não necessitamos de uma medida absoluta da produção agregada corrente, como a que nos permitiria comparar o seu montante com o que resultaria da associação de um equipamento de capital diferente e uma quantidade de emprego diferente” (Keynes, 1983: 39).

Keynes pretende mostrar que, se a renda real não pode ser definida precisamente, então o produto agregado resultante da combinação de capital e trabalho significa um conceito que jamais pode ser calculado. Portanto, conclui-se que “*esses conceitos não apenas carecem de precisão, como são desnecessários*” (Keynes, 1983: 38).

Segundo Figueiredo (1980: 30), o

“(…) pensamento neoclássico, preocupado com categorias teóricas necessariamente não-mensuráveis – porquanto subjetivas – não poderia consubstanciar motivação suficiente para desenvolver metodologia aplicada a medidas destas categorias (e correspondentes conceitos)”.

Além disso, de acordo com Hicks (1990: 528-9), mesmo que houvesse motivação para o uso das contas nacionais dentro do seu marco teórico, os economistas neoclássicos teriam dificuldades para fazê-lo, uma vez que, ao menos no caso da Inglaterra, as primeiras estimativas da renda nacional britânica foram elaboradas apenas em 1911 e 1924. Vale dizer, estas estimativas não estavam disponíveis quando Marshall²⁷ escreveu sua obra sobre equilíbrio econômico.

E, tendo em vista a impossibilidade de trabalhar com o conceito neoclássico de produção, Keynes propôs utilizar apenas duas unidades quantitativas de medida, a saber, *quantidades de valor monetário e quantidades de emprego*.

²⁷ Alfred Marshall, The Principles of Economics, 1890.

De acordo com Keynes,

“As primeiras são estritamente homogêneas e pode-se fazer com que as segundas assim o sejam, pois, à medida que diversas categorias e espécies de trabalho e emprego assalariado obtêm uma remuneração relativa mais ou menos fixa, a quantidade de emprego pode ser satisfatoriamente definida ...” (Keynes, 1983: 39).

Com a opção pelo uso de medidas obtidas a partir do valor monetário e do número de pessoas empregadas, Keynes pretende analisar o funcionamento da economia como um todo, sem cair no problema de definição não resolvido pelos economistas neoclássicos (Weeks, 1988).

Em suma, na visão de Keynes o que faz com que o modelo agregativo neoclássico seja rejeitado é o fato de, em nenhum momento, a renda ou produto de uma nação assumir a forma de produtos homogêneos que possam ser agregados, ou diferenciados entre si em termos de quantidade de capital e trabalho incorporados em cada um (Weeks, 1988).

Se estes produtos não podem ser diferenciados entre si, também não podem ser agregados. Logo, qualquer modelo resultante dessa teoria não passa de uma abstração teórica, sem qualquer relação com a realidade.

Assim, ao rejeitar as unidades neoclássicas de renda e produto real e, ao mesmo tempo, limitar-se ao uso da *moeda* e do *trabalho* como *unidades de medida*, Keynes estava substituindo categorias “puramente teóricas” (Keynes, 1983: 38 e 256) que não têm qualquer correspondência com a realidade por categorias “concretas” que podem ser confrontadas com a realidade que se pretende explicar.

Como se vê, enquanto os economistas neoclássicos criavam categorias abstratas que jamais são encontradas no “mundo real”, Keynes utilizava sua capacidade de abstração para tentar explicar a complexidade desse mesmo “mundo real”.

Por outro lado, os conceitos adotados por ele foram extraídos da própria realidade em estudo. Por isso, no capítulo 6 (“Definição de renda, poupança e investimento”) da Teoria Geral Keynes definiu a renda do capital a partir do valor das vendas, menos o valor das compras e os pagamentos aos trabalhadores assalariados. Segundo ele, sua definição de lucro bruto “está de acordo com o senso comum” e “a renda assim definida, é uma quantidade completamente inequívoca” (Keynes, 1983: 48).

Dessa forma, Keynes constrói um conceito com base no método de cálculo do valor da renda e do produto a partir da unidade monetária que é, por definição, homogênea e,

portanto, quantificável.

A partir daí, seus trabalhos evoluem desde as definições de renda, poupança e investimento (capítulos 6 e 7 da Teoria Geral) até desembocarem na construção de um sistema de contas nacionais no livro *How to Pay for the War*.

É nesse sentido que se acredita que, *ao desenvolver a Teoria Geral a partir da utilização da moeda como medida do valor, Keynes, necessariamente, chegaria às estimativas da renda e do produto que compreendem a base do moderno sistema de contas nacionais.*

Segundo Hicks (1990: 528), “o método de Keynes depende das contas nacionais” e está voltado para a construção de uma teoria da política econômica da sua época.

Como se observa, a compreensão da gênese e do desenvolvimento desses conceitos na obra de Keynes revela a forma como o autor combina a análise da realidade que quer estudar com a criação da teoria econômica. E acredita-se que tal processo tenha ocorrido tanto na Teoria Geral quanto no *How to Pay for the War* (Moggridge, 1993: 71 e 130).²⁸

Em relação ao livro editado em 1940 sob o título de *How to Pay for the War* verifica-se a preocupação de Keynes com os possíveis efeitos do financiamento do déficit público sobre a inflação, durante os anos em que a Inglaterra estava envolvida com a Segunda Grande Guerra. De acordo com Kurabayashi (1994), a necessidade de compreender o impacto do esforço de guerra sobre a renda interna levou Keynes a preparar o primeiro modelo das contas nacionais, expressas pelas equações sobre produto, renda e dispêndio. Para tanto, Keynes utilizou o método contábil das partidas dobradas para registrar as transações entre os agentes e para identificar as relações existentes entre as contas do sistema (produção, apropriação e uso da renda e acumulação).

A leitura de *How to Pay for the War* revela a preocupação de Keynes com o desenvolvimento de novos instrumentos de política econômica que:

- ◆ pudessem ser empregados para financiar as necessidades de recursos do Tesouro inglês durante a Segunda Guerra Mundial e
- ◆ viabilizassem a recuperação econômica do país, após encerrada a guerra.

²⁸ Hicks (1990: 528) considera a teoria do emprego criada por Keynes em 1936 um caso particular do método adotado por Keynes para construir sua teoria da política econômica. Ainda segundo este autor, o “método keynesiano” é mais explícito no livro *How to Pay for the War* de 1940 do que na Teoria Geral de 1936.

Nesse mesmo trabalho, percebe-se a estratégia usada por Keynes para combinar teoria com política econômica: em primeiro lugar, ele divulga suas idéias por meio de panfletos e artigos publicados em jornais; em seguida, avalia e incorpora as críticas para preparar o terreno para a proposição e implementação de novas medidas de política econômica. A combinação dessa técnica de persuasão prévia (Moggridge, 1977: 165) com o desenvolvimento de novas teorias que expliquem a “complexidade do mundo real” é um traço marcante no livro *How to Pay for the War*.

Por isso mesmo, três versões diferentes desse trabalho foram publicadas por Keynes em novembro de 1939 no Jornal *The Times*, para explicar sua descrição de “poupança compulsória”, até a edição em fevereiro de 1940 de *How to Pay for the War – a Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer*.

No prefácio da 1ª edição do livro, Keynes (1940: iii) apresenta sua obra da seguinte maneira:

“This is a discussion of how best to reconcile the demands of War and the claims of private consumption.

In three articles published in *The Times* last november I put forward a first draft of proposals under the description of ‘Compulsory Savings’.

It was not to be expected that a new plan of this character would be received with enthusiasm. But it was not rejected either by experts or by the public.”

A crítica mais comum feita à proposta de Keynes referia-se ao fato de a opinião pública não estar preparada para assimilar idéias tão radicais como a noção de “poupança compulsória”. A resposta de Keynes foi a de que a guerra exigiria soluções criativas – e radicais – para o problema do seu financiamento.

Segundo Keynes, era preciso formular um conjunto de contas que mostrasse a relação entre os agregados²⁹ macroeconômicos de forma a identificar as necessidades de financiamento da economia inglesa, seu impacto sobre a inflação e sobre o balanço de pagamentos. Como, entretanto, o pensamento econômico predominante na época não fornecia os instrumentos apropriados para tal análise, Keynes partiu para a construção de um novo modelo.

E, como se pretende demonstrar, o modelo proposto por Keynes no *How to Pay for the War* serviu de base para o trabalho desenvolvido em 1941 por James Meade e Richard Stone sobre renda nacional, consumo, poupança e investimento. O trabalho de Meade e Stone, por sua vez, serviu de base para Stone montar em 1947 a estrutura do Sistema das Contas

²⁹ “Quantidades de valor monetário”, conforme definição apresentada no capítulo 4 da Teoria Geral.

Nacionais que seria adotado pelas Nações Unidas em 1953.

Moggridge (1992) mostra como Keynes introduziu os conceitos das contas nacionais em sua análise sobre a realidade econômica inglesa durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Segundo Moggridge, ao escrever o artigo "Paying for the War" para o jornal *The Times* em 1939, Keynes estava preocupado em discutir a noção corrente de que o financiamento do déficit público por meio de empréstimos voluntários efetuados pelo setor privado não era inflacionário.

Keynes discordava dessa idéia defendida pelos economistas neoclássicos, afirmando que, se os recursos utilizados para financiar o déficit público contribuíssem para expandir o nível de demanda (pública e privada) numa proporção superior à capacidade de crescimento da oferta, então haveria inflação. Logo, para Keynes, seria preciso estimar o impacto da expansão dos gastos bélicos sobre a demanda agregada e a inflação.

De acordo com Keynes, era necessário distinguir o comportamento dos agentes durante os anos de paz e de guerra. Para ele, a dificuldade de avaliação das conseqüências econômicas da guerra, por parte da grande maioria dos economistas, devia-se à suposição de que a economia trabalhava abaixo do nível de pleno emprego. Nestas circunstâncias, o aumento dos gastos poderia ser atendido por uma elevação na produção.

Ocorre no entanto que, durante a guerra, por se trabalhar próximo do nível correspondente ao pleno emprego, aquele aumento de gastos (civis ou bélicos) não poderia ser atendido pela oferta na mesma proporção. Neste caso, portanto, haveria uma elevação nos preços.

Segundo Keynes (1940: 4),

"In peace time, the size of the cake depends on the amount of work done. But in war time, the size of the cake is fixed. If we work harder, we can fight better. But we must not consume more."

Como se observa, o raciocínio desenvolvido por Keynes (1940: 13 e 16) ressalta a importância do cálculo da renda nacional (*the size of the cake*) e da demanda agregada na economia inglesa do final dos anos 30 para se verificar o impacto econômico da guerra. Como, entretanto, a Inglaterra não produzia este tipo de estatística em 1939, Keynes, para construir o seu sistema de contas, utilizou as estimativas de Colin Clark³⁰ – relativas ao ano de 1932 – e atualizadas por Erwin Rothbarth para o ano fiscal de 1938-1939 (Keynes, 1940: 79).

³⁰ Colin Clark, National Income and Outlay. Londres: Macmillan, 1938.

No modelo desenvolvido por Keynes (1940: 79-82; CWJMK, vol. II: 52-74 e 124-132) em *How to Pay for the War*, as contas nacionais eram representadas pelas seguintes equações referentes à economia inglesa durante o ano fiscal de 1º de abril de 1938 a 31 de março de 1939 (valores em milhões de libras):

1. Equação do produto nacional ao custo dos fatores³¹

£ 3.290 = consumo final privado (CP) ao custo dos fatores (isto é, exclui impostos indiretos)

£ 420 = consumo de capital fixo (depreciação)

£ 290 = investimento líquido público e privado em prédios, instalações e meios de transporte

£ 850 = consumo corrente do governo (CG), exceto transferências feitas ao setor privado em forma de pensões, juros da dívida, etc.

£ 4.850 = produto nacional bruto (Y), medido ao custo dos fatores.

A estimativa efetuada por Keynes (1940: 79) sobre o valor do consumo privado inclui o valor do consumo de capital fixo. Assim, Keynes apresenta o consumo privado ao custo dos fatores no valor de £3.710 (£ 3.290, equivalente ao consumo final privado e £ 420 correspondentes à depreciação).

Deve-se ressaltar também que as equações desenvolvidas por Keynes referem-se ao conceito de produto e renda nacional em uma economia aberta, mas o autor omite os componentes relativos ao balanço de pagamentos. Portanto, pode-se dizer que os conceitos apresentados restringem-se, de fato, às economias fechadas.

³¹ Segundo Keynes (1983: 29 e 48), "o custo dos fatores vem a ser a renda dos fatores de produção considerada do ponto de vista do empresário, de modo que o custo de fatores e o lucro formam, juntamente, a *renda total* resultante do emprego oferecido pelo empresário." Sob a ótica do empresário (ou da produção) essa renda agregada (custo dos fatores mais lucro) corresponde ao *produto* resultante de certo nível de emprego. Para Keynes, o lucro representa o custo do fator capital pertencente ao empresário.

2. Equação do produto nacional ao preço de mercado

£ 3.290 = consumo final privado ao custo dos fatores

£ 670 = impostos indiretos líquidos de subsídios (II)

£ 710 = investimento bruto (IB)

£ 850 = consumo corrente do governo

£ 5.520 = produto nacional bruto ao preço de mercado

Para Keynes o valor do consumo privado, medido ao preço de mercado, corresponde a £ 4.380, decomposto da seguinte forma: £3.710 (consumo final privado ao custo dos fatores, mais depreciação) e £ 670 (impostos indiretos).

3. Equação da origem e utilização da renda do governo

Origem da renda

£ 550 = impostos diretos (ID)

£ 670 = impostos indiretos

£ 50 = receita de serviços mercantis

£ 80 = necessidade de financiamento do setor público. Equivale ao valor dos empréstimos obtidos junto ao setor privado para financiar o déficit corrente do governo. Este valor não inclui a necessidade de recursos do setor público para financiar seus investimentos.

£ 1.350 = total da renda do governo

Utilização da renda

£ 500 = transferências feitas pelo governo (YTr) para o setor privado

£ 850 = consumo corrente do governo (gastos com a prestação de serviços à coletividade)

£ 1.350 = total dos gastos correntes do governo

4. Equação da origem e utilização da renda do setor privado

Origem da renda

£ 4.800 = rendas bruta dos fatores (YP = salários e lucros) utilizados no processo de produção

£ 500 = renda recebida por transferência do governo (YTr)

£ 5.300 = total da renda apropriada pelo setor privado

Note-se que a renda bruta dos fatores (£ 4.800) inclui o valor da depreciação estimada em £ 420. Assim, a renda líquida dos fatores corresponde a £ 4.380.

Utilização da renda

£ 550 = impostos diretos (ID)

£ 4.380 = consumo privado (CP) ao preço de mercado

£ 370 = poupança privada (PP), correspondente ao valor de £ 290 destinada ao financiamento do investimento líquido e £ 80 utilizados para financiar o déficit corrente do setor público

£ 5.300 = total da renda utilizada pelo setor privado

A poupança privada (PP) é representada pelo saldo entre o valor da renda privada disponível e o consumo privado (CP). Segundo Keynes, a poupança privada representa o total dos investimentos líquidos da economia, já descontado o valor do déficit público. Vale dizer, a poupança privada teria que financiar tanto o investimento interno quanto o déficit público.

Como observa Kurabayashi (1994: 97), a distinção entre a conta do setor privado e a do governo foi feita por Keynes de forma a identificar a capacidade e/ou necessidade de financiamento de cada setor institucional.

Desta forma, Keynes poderia calcular separadamente a poupança privada e a pública para demonstrar a relação existente entre poupança do setor privado e o déficit público. Com isso, pretendia mostrar o mecanismo de distribuição da renda entre o setor privado e governo durante a guerra, uma vez que a poupança do setor privado financiaria o investimento e o déficit público.

5. Equação da renda nacional

£ 4.800 = renda dos fatores (YP)

£ 50 = renda do governo com a prestação de serviços mercantis (YG)

£ 4.850 = total do produto nacional (Y)

6. Equação da formação de capital

£ 290 = investimento líquido

£ 420 = depreciação

£ 710 = investimento bruto, dos quais,

£ 290 = poupança privada destinada ao financiamento de novos investimentos (investimento líquido)

£ 80 = poupança privada destinada ao financiamento do déficit corrente do governo

£ 340 = saldo entre os gastos com a formação de capital e a capacidade de poupança da economia.

Embora não haja menção às transações com o exterior, o saldo de £ 340 representa a necessidade líquida de financiamento da economia que deveria ser atendida por empréstimos externos ou pela utilização das reservas internacionais do país.

Todavia, a incorporação das transações com o resto do mundo no escopo do sistema de contas nacionais somente foi realizada mais tarde por Meade e Stone, no trabalho publicado em 1941 no *Economic Journal* intitulado: "The Construction of Tables of National Income, Expenditure, Savings and Investment". Neste trabalho, os autores, orientados por Keynes (Kurabayashi, 1994: 99 e Moggridge, 1992: 645-646), associaram o saldo da balança de pagamentos em transações correntes à formação de capital (Meade e Stone, 1941: 227 e 233).

Tendo em vista a necessidade de financiar os crescentes gastos militares, as autoridades poderiam empregar os seguintes instrumentos:

1. estimular o aumento da taxa de poupança dos indivíduos, os quais canalizariam seus recursos excedentes para o financiamento daqueles gastos, sob a forma de empréstimos;
2. criar impostos adicionais sobre os ganhos de capital provenientes do aumento de preços;

3. adotar uma política de racionamento para reduzir o consumo privado; e
4. aumentar dos impostos para reduzir a renda disponível do setor privado.

Em relação à poupança privada, Keynes observa que a magnitude dos recursos requeridos para financiar os gastos de guerra exigia a elevação da taxa de poupança do setor privado para um nível superior ao que os indivíduos estariam dispostos a fazê-lo de forma voluntária.

Sendo assim, o governo somente poderia financiar seu déficit fiscal se elevasse as taxas de juros internas, o que dificultaria a reconstrução no pós-guerra e reduziria a competitividade do país³².

Quanto ao financiamento inflacionário dos gastos públicos, Keynes ressalta que este é um mecanismo perverso na medida em que transfere renda dos assalariados para os capitalistas.

Já a introdução de racionamento era uma medida que desagradava a muitos, por atingir a todos indiscriminadamente e limitar a liberdade individual, além de gerar custos para a manutenção desse sistema.

Conseqüentemente, restaria a opção por medidas de natureza fiscal para financiar os gastos excedentes da guerra. Essas medidas deveriam compreender a criação de impostos adicionais sobre a renda privada para financiar aqueles gastos. Keynes denomina a este imposto extra poupança compulsória, que representaria um complemento da poupança voluntária dos indivíduos.

A poupança compulsória deveria atingir todas as camadas da população, inclusive as de menor poder aquisitivo. O esforço de guerra exigia o sacrifício de todos para se evitar a elevação da inflação no curto prazo e das taxas de juros no longo prazo. Segundo Keynes, aos assalariados não restavam muitas opções: ou viam sua renda real cair por conta do crescimento dos preços a um ritmo mais acelerado que o dos salários, ou aceitavam a criação desse imposto adicional.

Contudo, para amenizar o impacto dessa tributação, Keynes sugeriu que parte desse imposto fosse devolvida à população em forma de “*pagamento diferido*”, ou “*poupança forçada*” (Moggridge, 1992: 633 e 1993: 133) após o final da guerra. Com o pagamento

³² Neste caso, a preocupação de Keynes é semelhante à que o motivou a escrever em 1925 o *The Economic Consequences of Mr. Churchill*, ou seja, a possibilidade de a Inglaterra não recuperar sua importância relativa no cenário mundial, em função da perda de competitividade da sua economia.

diferido³³ ele procurava conciliar dois objetivos, aparentemente contraditórios:

- ✓ em tempos de guerra, contenção da demanda interna privada, visando ao financiamento não-inflacionário dos gastos públicos; e
- ✓ em tempos de paz, proporcionar um nível de renda para o setor privado suficiente para sustentar o ritmo de demanda agregada após o fim da guerra, quando haveria queda nos gastos públicos (principalmente os gastos militares).

Neste caso, a preocupação de Keynes consistia em evitar que o crescimento da atividade econômica contribuísse para elevar o consumo privado (em virtude da elevação da taxa de salário, ou da massa de salário) e o nível dos preços durante os anos de guerra.

Logo, segundo Keynes, seria preciso elevar os impostos diretos sobre a renda dos assalariados para reduzir sua renda disponível (ou reprimir a demanda) e, assim, utilizar a poupança compulsória proveniente do setor privado para financiar o déficit do setor público.

Por outro lado, a não-instituição desse imposto adicional poderia estimular os assalariados a aumentarem a parcela da renda disponível usada na compra de bens de consumo.

No livro *How to Pay for the War* Keynes (1940: 129) afirma:

“This means first that, since we must not increase our rate of living on capital, the source of increased government expenditure beyond some such figure as this must come entirely out of increased output.

But it means second that, if the whole of the increased output is required for government consumption or for export, so that nothing more is available for increased civilian consumption, the whole of the increased incomes resulting from this increased output must be saved or taxed, if we are to avoid inflation; since there is no longer any other substantial source on which the government can draw”.

Utilizando as equações da contabilidade da renda nacional apresentadas anteriormente, podemos apresentar a argumentação de Keynes a favor da poupança compulsória da seguinte maneira:

³³ A proposta de criação de “pagamentos diferidos” não estava incluída nos artigos escritos em 1939 para o *The Times*. Somente foi introduzida por Keynes na versão de 1940, após avaliar o impacto social das suas propostas iniciais (Keynes, 1940: iii e 44).

Num primeiro momento, teríamos:

$$Y + \Pi = CP + CG + I$$

$$Y = YP + YG$$

$$YP + YTr = CP + ID + PP, \text{ ou seja,}$$

$$PP = YP + YTr - ID - CP, \text{ onde,}$$

$$YP + YTr - ID = \text{renda privada disponível}$$

Se, num segundo momento, o crescimento da economia (ΔY) implicasse o crescimento da renda privada (ΔYP), em virtude do aumento da taxa de salário, ou aumento do nível de emprego, poderia ocorrer um acréscimo do consumo privado (ΔCP) durante os anos de guerra.

Neste caso, aquelas equações sofreriam as seguintes modificações:

$$Y + \Delta Y = CP + \Delta CP + CG + I$$

$$Y + \Delta Y = YP + \Delta YP + YG$$

$$YP + \Delta YP = CP + \Delta CP + ID + PP$$

Neste caso, o aumento da produção implicaria o aumento indesejado do consumo privado durante a guerra.

Ou seja, em última instância, $\Delta YP \Rightarrow \Delta CP$.

Para evitar essa distorção, Keynes sugeria a introdução de um imposto direto sobre os salários para que o aumento da renda pudesse financiar o aumento dos gastos bélicos.

Sendo assim, num terceiro momento, as equações seriam apresentadas na seguinte forma:

$$Y + \Delta Y = CP + CG + \Delta CG + I$$

$$Y + \Delta Y = YP + \Delta YP + YG$$

$$YP + \Delta YP = CP + ID + \Delta ID + PP$$

Com o aumento do imposto direto, a renda disponível do setor privado não se alteraria, posto que, se

$$\Delta YP = \Delta ID, \text{ então,}$$

$$\Delta Y \Rightarrow \Delta CG.$$

Vale dizer, com esta poupança compulsória, o aumento da renda nacional poderia ser empregado para financiar os gastos militares. Como observa Harrod (1958: 564), “si los precios no subían, el volumen mayor de salarios permitiría a los asalariados un consumo mayor; este aumento del consumo sería a todas luces inconsecuente con el pleno esfuerzo de guerra”.

Harrod (1958: 565) mostra que, para Keynes,

“El problema era cómo impedir que la corriente total de la demanda efectiva (es decir, la parte de los ingresos privados dirigidos al consumo, más los gastos del gobierno) excediera de los recursos disponibles para cubrirla a los precios existentes. El ‘hueco’ inflacionario era la diferencia entre las corrientes de demanda total y de oferta total (...)”.

A abordagem de Keynes a respeito da criação de “pagamentos diferidos para o pós-guerra” revela como o autor procura persuadir seus leitores para criar um ambiente favorável à adoção de uma medida de política econômica que viabilize o financiamento da guerra através de recursos baratos (Moggridge, 1993: 134).

Durante o ano de 1940, Austin Robinson³⁴, James Meade³⁵, Lionel Robbins³⁶ e Richard Stone³⁷ convenceram-se da importância da construção das estatísticas utilizadas por Keynes no *How to Pay for the War* e incentivaram o *Central Economic Information Service of the War Cabinet* a realizar os estudos sobre a renda e a despesa nacionais, sob a coordenação de James Meade e contando com o apoio de Keynes (Studenski, 1958: 152). Nesse projeto, coube a Richard Stone a responsabilidade pelo levantamento dos dados estatísticos.

No final de dezembro de 1940, Meade e Stone concluíram as primeiras estimativas sobre a contabilidade da renda nacional da Inglaterra³⁸, de acordo com a metodologia já empregada por Keynes em *How to Pay for the War*.

Em janeiro de 1941, Keynes submeteu ao órgão do governo inglês encarregado pelas finanças públicas (*Budget Committee*) seu estudo intitulado “*National Income, Savings and Consumption*” e logo em fevereiro utilizou os dados de Meade e Stone para estimar o

³⁴ Edward Austin Gossage Robinson, professor da Universidade de Cambridge, editor assistente do *Economic Journal*, e assessor do Ministério inglês encarregado pelo planejamento da produção durante a Guerra (1942-1945).

³⁵ James Edward Meade, economista, professor da Universidade de Cambridge, trabalhou na Liga das Nações e no Gabinete de Guerra do governo inglês.

³⁶ Lionel Charles Robbins, economista, professor da Universidade de Oxford e de Londres, e trabalhou no Gabinete de Guerra do governo inglês.

³⁷ John Richard Nicholas Stone, professor e diretor da Universidade de Cambridge, assessor do Ministério inglês encarregado pelo planejamento da economia durante a Guerra (1939-1940), economista do *Central Economic Information Service* e do *Statistical Office* inglês.

³⁸ “An Analysis of the Sources of War Finance and an Estimate of the National Income and Expenditure in 1938 and 1940” (Harrod, 1958: 576, Moggridge, 1992: 645 e Kurabayashi, 1994: 99).

déficit público inglês (*budgetary gap*) [Moggridge, 1992: 645], previsto para o ano fiscal de 1941.

Tal déficit teria, portanto, que ser financiado por meio de poupança voluntária ou compulsória (aumento de impostos), para evitar que a inflação corroesse o poder de compra da moeda, ao reduzir, em termos reais, a renda nacional, a poupança e a renda do governo.

Moggridge (1992: 647) descreve as palavras de Keynes após a explicação do método adotado para elaborar o orçamento inglês de 1941:

“I am as well satisfied with the Budget as I could reasonably expect (...) the two points I attached most importance to and where I played a part were the stabilisation of prices (...) and the logical structure and method of a wartime Budget, which, together with the new White Paper is really a revolution in public finance.”

O caráter revolucionário dessa metodologia residia justamente em integrar a análise das finanças públicas com as contas nacionais para melhor compreender a realidade econômica e definir os instrumentos de política econômica apropriados para o planejamento das ações do governo inglês durante a Segunda Guerra Mundial (Kaldor, 1941: 181).

Conforme Moggridge (1992: 647),

“Keynes was right: the logic and method of the 1941 Budget did represent a ‘revolution’, for it shifted the criteria for budgetary policy from the balance or lack of balance in the public accounts to the balance of the economy as a whole, while the national income and expenditure accounting combined with the notion of the inflationary gap which would be closed by either taxation and voluntary saving at the existing price level or inflation, gave the authorities the means of coming to their Budget judgement.”

O caráter revolucionário da metodologia de Keynes não se restringiu apenas ao tratamento integrado das contas nacionais e das finanças públicas, mas também à introdução do método contábil de registro das transações econômicas através das partidas dobradas.

Em virtude da ausência de estatísticas exaustivas, Keynes recorreu ao método contábil das partidas dobradas para garantir a consistência dos dados sobre a renda nacional apresentados em *How to Pay for the War*. Segundo ele,

“The method of the following analysis is partly logical, partly statistical. I feel more confidence in the logical than in the statistics, much of which is guess-work (...) remember that is a balance sheet. If one figure is altered, the logical of the analysis requires that other figures must be altered so as to balance it (Keynes, 1940: 124).”

É interessante notar que a contribuição de Keynes para o desenvolvimento das contas nacionais originou-se da sua desconfiança em relação à atualidade, qualidade e abrangência das estatísticas disponíveis. Para ele, somente um modelo contábil coerente poderia garantir a qualidade das estimativas sobre a renda nacional e demais agregados macroeconômicos.

Como se vê, se o tradicional cálculo da renda nacional já não era suficiente para explicar o funcionamento da economia, agora também não era confiável para garantir a qualidade das estimativas. Portanto, era preciso adotar novos métodos.

Para Studenski (1958: 153), a adoção por Keynes do método das partidas dobradas nas contas nacionais representou uma extensão para o conjunto da economia da abordagem que ele precisava adotar na análise das contas do governo inglês durante a Segunda Guerra. Keynes precisava decompor o orçamento público de acordo com as rubricas relativas à renda e à despesa, para calcular o déficit público.

Dessa forma, Keynes pôde construir a conta do governo, distinguindo as contas de renda (créditos) das contas de despesa (débitos) para, através do saldo contábil, estimar a poupança (ou déficit) do governo.

Em seguida, Keynes estendeu esse procedimento às demais contas de forma a adotar o método das partidas dobradas na construção das contas do conjunto da economia.

Para evidenciar o uso do método das partidas dobradas no modelo de contas nacionais construído por Keynes em 1940, no *How to Pay for the War*, os dados relativos às contas nacionais da Inglaterra em 1939 serão organizados de acordo com o sistema desenvolvido posteriormente por Meade e Stone e adotado na versão de 1953 do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas.

A construção das Tabelas 3, 4, 5 e 6, apresentadas a seguir, permite confirmar a tese de que o modelo de contas nacionais desenhado por Keynes em 1940 é, de fato, o precursor das *Contas Nacionais Modernas*. Keynes apenas não apresentou o seu modelo de contas nacionais sob a forma de tabelas (Produção; Apropriação e Utilização Privada e Pública da Renda e de Capital), mas por meio do conjunto de seis equações descritas anteriormente. As tabelas das Contas Nacionais foram, pela primeira vez, construídas por Meade e Stone em 1941 (ver Tabelas 7 a 13), sob a coordenação de Keynes, e adotadas pelas Nações Unidas em 1953³⁹.

³⁹ Ver Harrod, 1958: 576, Moggridge, 1992: 645 e Kurabayashi, 1994: 99.

Estimativa das Contas Nacionais da Inglaterra

Ano fiscal de 1º de abril de 1938 a 31 de março de 1939

Valores em milhões de libras

Tabela 3

Conta do produto e renda nacional agregada, de Keynes

| | |
|--|--|
| (1.1) Renda líquida dos fatores = 4.380 (2.5) | (1.6) Consumo privado = 3.960, dos quais: (2.2) 3.290 (consumo final) e 670 (impostos indiretos) |
| (1.2) Depreciação = 420 (4.5) | (1.7) Consumo de capital fixo = 420 (4.2) |
| (1.3) Serviços mercantis do governo = 50 (3.4) | (1.8) Consumo corrente do governo = 850 (3.2) |
| (1.4) Impostos indiretos = 670 (3.6) | (1.9) Investimento líquido = 290 (4.1) |
| (1.5) Produto nacional bruto = 5.520 | (1.10) Despesa agregada bruta = 5.520 |

Tabela 4

Conta de apropriação e uso da renda do setor privado, de Keynes

| | |
|---|---|
| (2.1) Imposto direto = 550 (3.5) | (2.5) Renda líquida dos fatores = 4.380 (1.1) |
| (2.2) Consumo privado = 3.960, dos quais: 3.290 (cons. final); 670 (II) (1.6) | (2.6) Transferência recebida do governo = 500 (3.1) |
| (2.3) Poupança privada = 370, sendo 290 (IL) e 80 (NFSP) (4.4) | |
| (2.4) Utilização da renda privada = 5.300 | (2.7) Renda do setor privado = 5.300 |

Tabela 5

Conta de apropriação e uso da renda do governo, de Keynes

| | | | | | |
|--------|--|-------|-------|------------------------------------|-------|
| (3.1) | Transferência para o setor privado = 500 | (2.6) | (3.4) | Serviços mercantis do governo = 50 | (1.3) |
| (3.2) | Consumo corrente do governo = 850 | (1.8) | (3.5) | Imposto direto = 550 | (2.1) |
| | | | (3.6) | Impostos indiretos = 670 | (1.4) |
| (3.3.) | Gastos do governo = 1.350 | | (3.7) | Renda do governo = 1.270 | |
| | | | (3.8) | Déficit corrente do governo = 80 | (4.6) |

Tabela 6

Conta de capital, de Keynes

| | | | | | |
|-------|-------------------------------|-------|-------|---|-------|
| (4.1) | Investimento líquido = 290 | (1.9) | (4.4) | Poupança privada = 370, sendo: 290 (IL) e 80 (NFSP) | (2.3) |
| (4.2) | Consumo de capital fixo = 420 | (1.7) | (4.5) | Depreciação = 420 | (1.2) |
| | | | (4.6) | Déficit do governo = (-) 80 | (3.8) |
| (4.3) | Investimento bruto = 710 | | (4.7) | Poupança interna bruta = 710 | |

Fonte: elaboração do Autor, a partir dos dados utilizados por Keynes.

A introdução do método contábil das partidas dobradas nas contas nacionais representa o elemento-chave na determinação da fronteira que divide as tradicionais estimativas da renda nacional e a moderna contabilidade social (Studenski, 1958: 153 e Kenessey, 1993 e 1994).

O registro dos dados através das partidas dobradas permitiu a Keynes evidenciar as relações entre os fluxos de renda e despesa; produção e consumo; poupança e investimento, assim como entre a economia nacional e o exterior.

O trabalho de Meade e Stone publicado em 1941 no *Economic Journal*⁴⁰ sob o título de "The Construction of Tables of National Income, Expenditure, Savings and Investment" incorporou, pela primeira vez, a estrutura apresentada anteriormente. Nesse trabalho, os autores expuseram a estrutura do sistema de contas utilizado por Keynes para

⁴⁰ Economic Journal; jun.-set./1941, volume LI: p. 216-233. Na época, editado por John Maynard Keynes e Austin Robinson.

elaborar as estimativas integradas das Contas Nacionais e do Orçamento inglês de 1941, já incorporando o método das partidas dobradas.

Também no ano de 1941, Kaldor escreveu para o *Economic Journal*⁴¹ um artigo comentando a iniciativa do governo inglês de publicar, pela primeira vez (abril de 1941), os dados do orçamento da Inglaterra integrados às informações sobre as Contas Nacionais do país.

Segundo Kaldor, o documento intitulado *Analysis of the Sources of War Finance and Estimate of the National Income and Expenditure in 1938 and 1940*, preparado pelo Tesouro e pelo Central Statistical Office da Inglaterra e escrito sob a supervisão de Meade e Stone (Eijk, 1993: 135), representava um marco na história das contas nacionais daquele país. Para Kaldor, a preparação desse trabalho deveria ser entendida como uma etapa fundamental para a elaboração dos orçamentos e para a definição das políticas fiscais:

“The publication of this document marks the official recognition of a very important principle: that in order to pass judgement on the financial system of the nation, it is necessary to review the national accounts, and not merely the government accounts, which are described in the Budget.

It is impossible to judge intelligently the system of taxation, or the scale of public expenditures, without a quantitative record of the total economic activity of the nation, which forms its background” (Kaldor, 1941: 181).

Nesta época, Keynes desempenharia papel importante para o desenvolvimento das modernas contas nacionais, ao propiciar a transformação daquele estudo sobre o orçamento inglês em um instrumento eficaz de política fiscal, ainda durante os anos de guerra.

Em 1942, Hicks, reconhecendo a importância das contas nacionais, publicou o livro *The Social Framework*⁴² com o objetivo de integrar a abordagem das contas nacionais à macroeconomia. Nesse livro, Hicks descreveu a construção das contas nacionais; reforçou o argumento de Kaldor acerca da importância da divulgação das informações contidas nos *White Papers* que serviam de base para Governo e o Parlamento elaborarem a política econômica e propôs a introdução das contas nacionais nos currículos dos cursos de economia.

No prefácio da 1ª edição do *Social Framework*, Hicks utilizou, pela primeira vez, a expressão contabilidade social para definir o método de cálculo do rendimento nacional (Stone, 1947: 23). Segundo Hicks, a contabilidade social seria o ramo da Economia voltado para a contabilidade de toda a sociedade, assim como a contabilidade privada era a

⁴¹ Nicholas Kaldor. The White Paper on National Income and Expenditure. *Economic Journal*, Vol LI, June-September, 1941, p. 182-191.

⁴² John Richard Hicks, *The Social Framework of the American Economy - An Introduction to Economics*. Nova York, 1954 (1ª edição: 1942).

contabilidade da firma individual.

Percebe-se que estava ficando cada vez mais claro para os analistas dos anos 40 que as contas nacionais não poderiam mais ser vistas apenas como iniciativas de economistas que estimavam a renda nacional dos países para realizar comparações entre a riqueza das nações, mas que deveriam ser entendidas como um importante instrumento estatístico que fornecia informações fundamentais para o planejamento econômico.

Em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu expandir para todos os países os métodos de cálculo que, naquela época, já estavam sendo empregados nas Contas Nacionais da Holanda e da Inglaterra.

Em 1947, o Conselho da ONU reuniu representantes de 33 países para analisar as experiências nacionais de cálculo da renda nacional. Ainda no mesmo ano, publicou o texto de Stone (*Definition and Measurement of the National Income and the Related Totals*) com o objetivo de difundir a metodologia proposta por Stone para o cálculo das contas nacionais.

Posteriormente, em 1953, a ONU publicou a primeira versão do Manual de Contas Nacionais (*A System of National Accounts*) contendo as recomendações para a montagem dos sistemas padronizados de Contas Nacionais nos países membros. Com esta publicação, a ONU pretendia divulgar uma metodologia que viabilizasse a construção de contas nacionais pelos países membros, de forma a garantir a comparabilidade internacional dos resultados.

Como se nota, nos anos 40 estava sendo preparado o caminho definitivo para a transformação da contabilidade nacional em um instrumento de registro das variáveis macroeconômicas, sob a decisiva influência de Keynes e dos economistas da Escola de Cambridge. Devido à contribuição de Keynes, o sistema de contas nacionais passaria a ser visto como um instrumento de análise econômica que permitiria:

- a. medir a renda nacional (passada e presente) dos países;
- b. integrar as finanças públicas às demais variáveis macroeconômicas; e
- c. elaborar modelos de previsão e planejamento do comportamento dos agregados macroeconômicos.

Dessa forma, a partir de Keynes, macroeconomia, contas nacionais e planejamento econômico passariam a ser entendidos como um importante campo da ciência econômica.

Cabe ressaltar, finalmente, que a experiência obtida com a articulação das contas nacionais às finanças públicas e ao planejamento durante a Segunda Grande Guerra contribuiu para difundir o seu uso durante os anos de paz. Por isso, após o término da guerra, vários governos passaram a empregar esse método para desenvolver os planos de reconstrução, expansão e estabilização econômica (Studenski, 1958 e United Nations, 1993). Já na primeira versão do Sistema de Contas Nacionais, a ONU (1953) enfatizava a importância da construção de contas nacionais para a condução de políticas econômicas.

No Capítulo 3, a seguir, discute-se a contribuição dos autores que, assim como Keynes, também exerceram influência na obra de Meade e Stone.

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS MODERNAS: 1940-1953

3.1 As condições para a validade da identidade contábil entre produto, renda e despesa: Ragnar Frisch

A principal contribuição de Frisch (1942) para o desenvolvimento das contas nacionais modernas está relacionada com a sua preocupação – desde os anos 20 – com o rigor conceitual na definição das grandezas macroeconômicas em estudo.

Esse cuidado de Frisch refletia, por sua vez, o próprio estágio em que se encontrava a teoria econômica naqueles anos. Os problemas derivados da Grande Depressão deixaram evidente a falência dos princípios liberais da economia de mercado, ou da “mão invisível”, e exigiram que a “mão visível” do planejamento intervisse para reverter aquele quadro de crise com desemprego (Nichans, 1990: 372). A teoria econômica subjacente ao modelo de concorrência concebido pelos economistas neoclássicos já não correspondia ao “mundo real” (Moggridge, 1992: 454-6). Por isso, era preciso revê-la.

Tendo em vista esse quadro, Frisch procurou desenvolver no final da década de 1920 um modelo de análise das contas nacionais (Kenessey, 1993: 46 e Nichans, 1990: 373). Deste estudo resultou o seu modelo de reprodução da economia capitalista, construído a partir da noção de fluxo circular da renda de Quesnay. Por meio da explicação do funcionamento deste fluxo, Frisch pretendia definir os conceitos de renda, produto, despesa, acumulação e outras categorias das contas nacionais.

A partir do fluxo circular, Frisch descreveu os processos de produção, geração e apropriação da renda, consumo e acumulação. Desse circuito resultaram os conceitos de rendas dos fatores utilizados no processo de produção, as quais seriam denominadas “custos dos fatores” (Keynes, 1983: 29 e 48)⁴³.

⁴³ Convém observar que a ONU optou por excluir o método de valoração ao “custo de fator” na revisão de 1993 do Sistema de Contas Nacionais (United Nations, SNA, 1993: 24). Nesta edição das Contas Nacionais, a ONU sugere que o método de valoração da produção seja, preferencialmente,

No sistema circular, Frisch procurou, tanto identificar o sentido dos fluxos reais e monetários, como precisar cada conceito adotado. Tais conceitos foram posteriormente utilizados nos sistemas de contas nacionais do pós-guerra. Dessa forma, a definição de conceitos difundidos nos estudos sobre contas nacionais, tais como “custo de fator, preço básico e preço de mercado”, e a distinção entre fenômenos “monetários e reais” são algumas das contribuições de Frisch para o desenvolvimento das contas nacionais modernas.

Segundo Frisch, era preciso diferenciar os conceitos de “produto nacional bruto a preço de mercado” e “produto nacional ao custo de fator”. Em primeiro lugar, dizia que essas medidas não eram apenas duas formas distintas de se medir a mesma grandeza macroeconômica (produto). Para ele, o conceito de “produto nacional ao custo dos fatores” compreendia o valor da renda dos fatores empregados no processo produtivo e, como tal, representava a parte do valor adicionado que cabe aos fatores de produção.

Já o conceito de “produto nacional bruto ao preço de mercado” incluía também o valor referente aos impostos indiretos, líquidos de subsídios. Dessa forma, o “produto ao custo de fator” não seria a mesma coisa que o “produto a preço de mercado”, mas parte integrante do “preço de mercado”, após deduzida a parte do governo relativa ao valor dos impostos indiretos, líquidos de subsídios (Aukrust, 1994: 42).⁴⁴

Em relação à noção de circulação real e financeira, deve-se observar que Frisch, ao distinguir os fluxos reais dos monetários, contribuiu também para reforçar a importância do método contábil das partidas dobradas nas contas nacionais. Segundo o autor, para cada operação que ocorre no lado real da economia deve haver uma operação correspondente do lado monetário.

E se, do lado real, cada operação dá lugar a dois registros (débito e crédito dos agentes intervenientes: empresas, famílias, governo e resto do mundo), a sua contrapartida do lado monetário também se desdobra em dois fluxos financeiros. Assim, do ponto de vista dos fluxos reais e monetários, cada operação daria lugar a quatro registros: dois do lado real e dois do financeiro.

Como será visto mais adiante, essa concepção estará presente nos modernos sistemas de contas nacionais (United Nations, 1968 e 1993), os quais procurarão descrever o funcionamento das economias por meio de:

ao “preço básico”. Não sendo possível utilizar este método, o SNA-93 sugere que se utilize o “preço de produtor”.

⁴⁴ Ver Nota Metodológica no final deste Capítulo.

§ contas não-financeiras das instituições, e

§ contas financeiras das instituições.

As *contas não-financeiras* retratam as operações que os agentes realizam entre si, associadas aos processos de produção, apropriação e repartição da renda e de acumulação de capital. A principal vantagem do emprego do método das partidas dobradas nas contas nacionais estaria relacionada com a possibilidade de associar – e estudar de forma integrada – os fluxos de gastos aos fluxos de renda; fluxos de produção aos de consumo; e fluxos de poupança aos de investimento. Já as *contas financeiras* registram os fluxos monetários (ou fluxos de fundos) provenientes daquelas operações.

Segundo Postner (1994: 237), essa abordagem permite que se trate os sistemas de contas nacionais não apenas como um sistema de partidas dobradas (*double-entry bookkeeping*), mas como um sistema de partidas quádruplas (*quadruple-entry bookkeeping*)⁴⁵.

Assim como Keynes contribuiu para o desenvolvimento do sistema de Contas Nacionais da Inglaterra, os estudos de Ragnar Frisch contribuíram para o avanço das Contas Nacionais na Noruega e em outros países escandinavos (Studenski, 1958 e Aukrust, 1994). Segundo Aukrust, Frisch participou em 1937 do projeto da University Institute of Economics denominado “A Structural Analysis of the Norwegian Economy”, encarregando-se da parte relativa às Contas Nacionais da Noruega.

O modelo de fluxo circular da renda desenvolvido por Frisch foi introduzido em 1948 no cálculo das Contas Nacionais da Noruega por Aukrust (1994: 34), ao combinar a abordagem de Frisch com a estrutura do sistema de contas nacionais sugerida por Stone em 1947.

⁴⁵ Deve-se observar que os primeiros estudos sobre “fluxos de fundos” foram realizados ao longo dos anos 40 e 50 por Morris Copeland para o National Bureau of Economic Research dos Estados Unidos. Todavia, esse projeto foi desenvolvido independentemente dos sistemas de contas nacionais vigentes na mesma época (Kenessey, 1993: 37 e 1994: 118).

3.2. Os conceitos de produto interno bruto e produto nacional bruto: Simon Kuznets

Assim como nos países europeus, o desenvolvimento das contas nacionais nos Estados Unidos está relacionado com a necessidade de melhor compreender os conceitos e métodos adotados para avaliar a evolução da economia americana durante os anos de depressão e de guerra (Kenessey, 1994).

Durante os anos de recessão, havia necessidade de se medir a evolução da renda nacional durante um período em que o desemprego e a queda dos preços, salários e lucros indicavam que a crise poderia prolongar-se por muitos anos. Ocorre no entanto que, para isso, era preciso construir um sistema estatístico que fornecesse informações compatíveis com os modelos teóricos de interpretação da realidade.

É dentro desse contexto que se deve procurar entender a contribuição da escola americana para o desenvolvimento dos sistemas de contas nacionais modernas. A partir da experiência pioneira de Kuznets⁴⁶, os economistas americanos desenvolveram as metodologias pioneiras de construção de séries históricas sobre a renda nacional e de conversão dos agregados macroeconômicos, até então estudados de forma dispersa, em um sistema de estatísticas da renda nacional.

Neste sistema, os componentes da renda nacional, a saber: consumo, investimento e poupança, ou ainda salários e lucros, eram desagregados com o intuito de fornecer mais detalhes sobre as contas nacionais.

A partir desses trabalhos, Kuznets procurou definir com maior precisão conceitos fundamentais para as contas nacionais, tais como:

- ◆ a diferenciação entre o conceito de Produto Nacional Bruto (o qual deveria considerar a contribuição dos agentes nacionais residentes no país, acrescida das rendas dos fatores provenientes do exterior) e o de Produto Interno Bruto, determinado pela produção no território geográfico do país em estudo;
- ◆ a distinção entre despesas de operações correntes que compõem o consumo intermediário e despesas de capital (ou formação de capital) e que foram adotadas por Keynes

⁴⁶ Simon Smith Kuznets, economista russo, naturalizado americano, desenvolveu no National Bureau of Economic Research (Instituto privado, criado após o final da Primeira Guerra Mundial) pesquisas

no capítulo 8 da Teoria Geral (1983: 79), que trata da relação entre consumo, renda e emprego; e

♦ a definição dos serviços públicos como produtos finais fornecidos à coletividade que passariam a ser considerados nas contas nacionais e na macroeconomia como categoria de demanda final (Kenessey, 1994: 111). Por se tratar de um serviço prestado gratuitamente, convencionou-se calcular a contribuição do governo para o Produto Nacional através da soma dos custos, isto é, dos gastos com consumo corrente do governo (Ruggles e Ruggles, 1962: 100 e INSEE, 1979: 14).

Entretanto, cabe ressaltar que aqueles estudos, embora já produzissem nos anos 30 conceitos mais precisos e informações mais desagregadas sobre as contas nacionais, ainda não haviam incorporado o método contábil das partidas dobradas, o qual somente foi incorporado às contas nacionais por Keynes em 1940.

Conseqüentemente, o cálculo da renda nacional e dos seus respectivos componentes ainda era realizado a partir do método contábil simples. E, neste caso, a análise da consistência econômica e estatística dos dados somente poderia ser efetuada por meio da construção da identidade contábil entre produto, renda e despesa⁴⁷.

Segundo Eijk (1993), as preocupações dos economistas americanos com a precisão dos conceitos mencionados anteriormente, relativos ao consumo intermediário, formação bruta de capital fixo, depreciação e consumo final do governo deviam-se ao fato de que, até meados dos anos 30, ainda não havia uma metodologia adequada para levantamento de dados estatísticos que permitisse estimar a renda nacional pela ótica da despesa⁴⁸. Era necessário, portanto, precisar os conceitos para, então, criar as estatísticas correspondentes.

Por outro lado, percebe-se que vários conceitos e procedimentos metodológicos desenvolvidos por Kuznets durante os anos 30 precederam inclusive o próprio avanço da teoria econômica realizado mais tarde por Keynes. Nesse sentido, verifica-se que a possibilidade de interação das obras desses dois autores, realizada por Keynes, também contribuiu para o desenvolvimento das Contas Nacionais Modernas nos Estados Unidos durante os anos 40.

As primeiras estimativas oficiais sobre a série histórica do PNB americano foram

estatísticas visando à quantificação dos fenômenos econômicos relacionados com a causa dos ciclos econômicos e com a difusão do crescimento econômico.

⁴⁷ Ver Nota Metodológica ao final deste capítulo sobre a identidade contábil entre produto, renda e despesa.

⁴⁸ Ver Nota Metodológica ao final deste capítulo sobre o cálculo do produto, renda e despesa.

feitas em 1942 e começavam no ano-base de 1929 (Kenessey, 1994). Essas estatísticas consistiam em estudos sobre os componentes da identidade entre produto, renda e despesa, estimativas trimestrais do PNB e cálculo do PNB americano medido a preços constantes.

3.3. O estudo das relações intersetoriais e a matriz de insumo-produto: Wassily Leontief

A contribuição de Leontief⁴⁹ para o desenvolvimento das contas nacionais modernas está relacionada com os seus estudos sobre matrizes de insumo-produto que permitiram a desagregação das estimativas das contas nacionais relativas à geração e apropriação primária da renda, por ramo de atividade econômica.

Apesar dos primeiros estudos de Leontief sobre insumo-produto terem começado nos anos 30, a incorporação da matriz de insumo-produto ao sistema de contas nacionais modernas não se verificou imediatamente.

À época, de um lado Keynes e os economistas de Cambridge estavam trabalhando para a construção de um sistema de contas nacionais estruturado a partir de contas dos agentes institucionais (empresas, famílias, governo e o resto do mundo) que desembocaram no sistema adotado pelas Nações Unidas em 1953. De outro, Leontief estava desenvolvendo um modelo independente de contas nacionais (Leontief, 1983: 74) com ênfase na análise da estrutura produtiva e da interdependência entre os setores de atividade econômica, tendo como ponto de partida o *Tableau Économique* de François Quesnay e o modelo de equilíbrio geral de Léon Walras.

É preciso, entretanto, enfatizar que a abordagem introduzida por Leontief proporcionou, desde o início, maior aproximação entre os campos da macroeconomia, da estatística, da matemática e, mais tarde, da computação. A esse respeito cabe notar que, no pós-guerra, quanto mais se difundia entre os economistas a utilização da computação e, principalmente, da microeletrônica na estatística, mais avançava a integração entre as contas nacionais modernas e a matriz de insumo-produto.

Ademais, o modelo de Leontief contribuiu para o desenvolvimento de um sistema

⁴⁹ Wassily Leontief, economista russo, emigrou em 1925 para a Alemanha, aos 18 anos de idade, para fazer o doutorado em Economia, concluído em 1928. Em 1931 mudou-se para os Estados Unidos, onde iniciou seus estudos sobre insumo-produto (Leontief, 1986).

de contas que, além de permitir a construção da identidade contábil entre produto, renda e despesa, garantiu maior consistência aos dados estatísticos utilizados.

Em artigo publicado em 1951⁵⁰ Leontief explicava a necessidade de estudos sobre insumo-produto da seguinte forma:

“Alguns dos maiores nomes recentes da Economia – Léon Walras, Vilfredo Pareto e Irving Fisher – estão associados ao esforço por desenvolver métodos quantitativos para trabalhar o imenso volume de dados empíricos que estão relacionados a cada situação econômica real.”

O autor pretendia utilizar o modelo de insumo-produto, ou análise interindustrial, para combinar a teoria e os dados econômicos, pois, segundo ele, a construção de matriz de insumo-produto

“trata-se essencialmente de um método de análise que aproveita o padrão relativamente estável do fluxo de bens e serviços entre os elementos de nossa economia, para trazer um quadro estatístico muito mais detalhado do sistema ao alcance de manipulação da teoria econômica” (Leontief, 1951: 15-16).

Para Leontief, a crescente complexidade da sociedade moderna impedia que os economistas contemporâneos continuassem a explicar os fenômenos econômicos a partir de análises simples, baseadas nas tradicionais interações entre PNB, juros, salários e preços. Segundo ele, entre uma variação de salários e o desenlace final do seu impacto sobre os preços havia uma série complexa de transações de bens e serviços entre pessoas reais.

Com a análise de insumo-produto seria possível realizar estudos que permitissem ampliar o domínio da teoria econômica sobre aquela realidade complexa, uma vez que as múltiplas transações individuais seriam analisadas em seu conjunto, após classificadas em grupos relativamente homogêneos entre si.

No artigo de 1951, Leontief (p. 16) descreveu o método de representação da economia através da matriz de insumo-produto como um método que também emprega a contabilidade das partidas dobradas ao vincular cada ramo de atividade aos demais setores da economia. Também afirmava que as tabelas de insumo-produto expressas em valor podiam ser interpretadas como um sistema de contabilidade nacional (1986: 32).

Em 1965, ao apresentar a tabela de insumo-produto da economia americana relativa ao ano de 1958, Leontief teceu os seguintes comentários acerca da importância deste instrumento para o desenvolvimento das contas nacionais:

“Produto Nacional, Produto Total, Valor Adicionado pela Indústria de

⁵⁰ Wassiliy Leontief . A economia de insumo-produto. Coleção "Os Economistas", São Paulo: Abril Cultural, 1983, cap. 2, p. 15.

Transformação, Gastos de Consumo Pessoal, Gastos do Governo Federal, Exportações – esses títulos que se encontram nas contas nacionais descrevem os aspectos externos conhecidos do sistema econômico.

Recentemente, os estudiosos e administradores do sistema acharam-se diante de muitas perguntas que não podem ser claramente formuladas em tais termos agregativos.

Para respondê-las precisamos examinar o funcionamento encoberto no interior do sistema. Nos órgãos fiscais dos governos, universidades (...) a visão que se precisa está sendo fornecida pela técnica da análise de insumo-produto.

A estrutura conceitual para a especificação dos registros nacionais foi fornecida pelos modelos agregativos da teoria econômica [neoclássica] predominante. Essa estrutura evoluiu no decorrer dos anos, do mesmo modo que evoluiu a teoria, e mostra hoje a grande influência das idéias do grande economista inglês *John Maynard Keynes*” (Leontief, 1986: 89).

Como será visto mais adiante, a tendência das *contas nacionais modernas* seria justamente incorporar a tabela de insumo-produto ao corpo central do sistema, no qual aquela tabela representaria uma conta de produção detalhada (Stone, 1961 e United Nations, 1968 e 1993).

No entanto, deve-se ressaltar que a análise da contribuição de Leontief para o desenvolvimento das contas nacionais modernas – e a sua utilização como instrumento de planejamento – revela alguns aspectos contraditórios da obra desse autor, quando o comparamos a Keynes.

A análise da trajetória intelectual de Leontief revela que o autor começou a trabalhar no projeto de construção da primeira tabela de insumo-produto em 1931 na Universidade de Harvard. Como se sabe, naquela época a economia capitalista enfrentava uma grande depressão que colocava em dúvida os princípios fundamentais da teoria neoclássica do equilíbrio e pleno emprego.

Paradoxalmente, nessa época de crise da economia e da teoria econômica, surgiram duas obras importantes mas, em princípio, conflitantes entre si. De um lado, surgiu a Teoria Geral de Keynes que rompeu com as noções de equilíbrio da teoria marginalista, de concorrência perfeita e de liberalismo econômico, além de revelar a inconsistência do conceito neoclássico de função de produção (Keynes, 1986: cap. 4; Moggridge, 1993: 71 e Weeks, 1988). Por outro, surgiu a obra de Leontief cuja base teórica apoiava-se justamente nos ensinamentos de Walras sobre o equilíbrio geral.

De acordo com o próprio Leontief,

“... l’analyse globale [*l’équilibre général*] est la seule approche théorique permettant de comprendre le système économique selon la tradition classique (...). C’est Marshall qui a un peu détruit cette position, en concentrant tout sur l’analyse partielle au lieu de l’analyse globale, tandis qu’avec Walras, l’analyse générale est toujours très théorique.

J’ai alors pensé qu’on devait développer une formulation théorique qui puisse être appliquée d’un point de vue empirique en analysant les flux de biens” (Leontief, 1986: 84).

A crítica de Leontief à teoria do equilíbrio parcial de Marshall⁵¹ baseava-se na sua discordância quanto ao método adotado para explicar o funcionamento do sistema econômico. Para Leontief, há na economia determinados fenômenos que somente podem ser compreendidos se o cientista considera todas as variáveis intervenientes. E, neste caso, não é recomendável supô-las constantes (*coeteris paribus*), sob pena de se criar um modelo sem qualquer correspondência com a realidade que se quer estudar.

Por outro lado, ainda de acordo com Leontief (1986: 98-99), quando se constrói um modelo, não há muita diferença se este tem cem ou trezentas variáveis. O importante é saber quais são os fenômenos importantes. Conseqüentemente, o modelo que mais se coadunaria com a concepção do autor seria o modelo de equilíbrio geral de Walras.

A adequação do modelo de equilíbrio geral de Walras ao projeto de Leontief de análise da estrutura produtiva da economia em seu conjunto, através de matrizes de insumo-produto, devia-se aos seguintes atributos, ou pressupostos (Canuto, 1997: 206), daquele modelo:

- equilíbrio geral: existe pelo menos um conjunto de preços que compatibilizam todas as quantidades ofertadas e demandadas;
- modelo estático comparativo: há a possibilidade de equilíbrios múltiplos que permitem a realização de comparações entre diferentes posições de equilíbrio decorrentes de alterações nos parâmetros. Conseqüentemente, o método de comparação decorrente dessas modificações seria “estático comparativo”; e,
- modelo convergente: o equilíbrio deriva da presença de forças que fazem com que o sistema econômico tenda a retornar a um novo ponto de equilíbrio após a ocorrência de algum distúrbio (temporário) no seu funcionamento.

Leontief (1986: 30-41) baseou-se nas noções de Walras sobre o equilíbrio geral e

⁵¹ Ver descrição do equilíbrio geral de Walras no Capítulo 1.

tendência ao equilíbrio do sistema econômico e, também, nas equações básicas das contas nacionais referentes à identidade entre produto, renda e despesa para montar o modelo de insumo-produto.

De acordo com Niehans (1990: 387), o modelo de insumo-produto desenvolvido por Leontief nos anos 30 transformou o conceito walrasiano de coeficiente fixo de utilização técnica dos fatores de produção, obtido através da função de produção, em coeficiente tecnológico de utilização dos fatores de produção (insumos primários) e matérias-primas (insumos intermediários) e, com isso, contribuiu para restaurar a teoria da produção neoclássica.

Deve-se ressaltar que esse processo de restauração dos ensinamentos neoclássicos acerca do equilíbrio econômico ocorreu justamente numa época em que aquela corrente de pensamento estava sendo alvo de severas críticas por parte de Keynes.

Em relação à possibilidade de integração do modelo de insumo-produto com as contas nacionais, Fonseca (1981: 4) observa que

“O modelo walrasiano é formado por conjuntos de equações que descrevem o rendimento e a despesa dos consumidores, o custo de produção em cada setor e a demanda e oferta totais de mercadorias e fatores de produção.”

Para Leontief⁵²,

“O método de insumo-produto é uma adaptação da teoria neoclássica do equilíbrio geral para o estudo empírico da interdependência quantitativa entre atividades econômicas inter-relacionadas.

A interdependência (...) é descrita por um conjunto de equações lineares; suas características estruturais refletem-se na grandeza numérica dos coeficientes dessas equações.”

O primeiro modelo de insumo-produto, construído em 1931 por Leontief para a economia americana e relativo ao ano-base de 1919, foi denominado pelo autor “**modelo fechado**” (Leontief, 1983: 75-78, Fonseca, 1981 e Menezes, 1992).

Nessa versão, as atividades produtivas e as unidades familiares (assim como o governo e outros usuários finais) eram tratadas da mesma forma, isto é,

“os itens que aparecem no vetor de demanda final eram interpretados como representando os insumos absorvidos pelas famílias necessários para que estas fornecessem os serviços de mão-de-obra, capital, etc.

Da mesma forma, os serviços [dos fatores de produção] fornecidos pelo setor final eram tratados de forma equivalente aos insumos de qualquer outro setor”

⁵² Wassily Leontief (1965). “A Análise de Insumo-Produto”. In: *A economia do insumo-produto*. Coleção “Os Economistas”, São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 73.

(Fonseca, 1981: 12).⁵³

Sendo assim, no modelo fechado não era preciso diferenciar a categoria de demanda final das famílias, governo e outros usuários finais do consumo intermediário das atividades produtivas, uma vez que

“As famílias não precisam ser necessariamente consideradas como parte dos setores exógenos.

Quando todos os setores e todas as aquisições são considerados endógenos, o sistema de insumo-produto é chamado de fechado” (Leontief, 1983: 78).

Em relação à versão do “**modelo aberto**” de insumo-produto, cabe observar que esta noção começou a ser trabalhada por Leontief apenas em 1944 e os primeiros resultados foram divulgados pelo autor em 1951, ano da 2ª edição do livro sobre *The Structure of the American Economy*, referente ao ano de 1939. Com este novo método, “a demanda final é considerada como autônoma e determinada fora do modelo” (Fonseca 1981: 13 e Menezes, 1992: 7).

Neste caso, as famílias (assim como o governo e outros usuários finais) devem ser tratadas diferentemente dos setores produtivos. Estes últimos compõem o quadrante inter-industrial⁵⁴ da tabela de insumo-produto e os primeiros compreendem o quadrante da demanda final. Analisando a tabela de insumo-produto sob o prisma dos produtos, estes são classificados em produtos intermediários e produtos finais.

Já a análise da estrutura de produção das atividades indica que estas consomem insumos “intermediários” (ou produzidos por outras atividades) e insumos primários. Os insumos “intermediários” consistem nas matérias-primas utilizadas pelos setores durante o processo de produção. Para Leontief, estes setores são interdependentes, na medida em que compram e vendem produtos uns aos outros.

A partir da teoria da produção de Walras, Leontief define os insumos primários como serviços dos fatores fornecidos pelas famílias e utilizados pelas unidades produtivas. No modelo de insumo-produto aberto, os serviços dos fatores são considerados exógenos ao modelo.

Por último, o preço de cada setor produtivo é determinado pelas despesas totais⁵⁵ feitas com a aquisição (usos ou *inputs*) dos insumos durante a produção dos produtos

⁵³ Segundo Menezes (1992: 3), “as famílias fornecem serviços ao sistema econômico – que correspondem à mão-de-obra utilizada no período – e absorvem ou demandam bens de consumo. Esta maneira de tratar o setor final é o que caracteriza o *fechamento do modelo*”.

⁵⁴ Ver modelo de tabela de insumo-produto no Capítulo 4, item 4.3.

⁵⁵ Ver Walras, 1983: 133.

(recursos ou *outputs*). Portanto, as despesas compreendem o pagamento dos insumos comprados aos outros setores e o pagamento às famílias que cedem os fatores de produção.

Analisando o processo de produção pela ótica da formação da renda, deduz-se que o valor adicionado compreende o valor da renda paga aos fatores, que, por sua vez, corresponde ao valor da demanda final⁵⁶. Visto desse prisma, o valor adicionado representa o pagamento efetuado pelos setores produtivos aos setores exógenos (isto é, demanda final) em forma de salários, juros, lucro, renda da propriedade e impostos pagos ao governo.

Por outro lado, percebe-se que esse modelo reproduz a identidade básica das contas nacionais expressa pelas seguintes equações:

1. Equação da produção: produção = consumo intermediário ou insumos comprados dos outros setores endógenos + valor adicionado.

Logo, valor adicionado = produção – consumo intermediário.

2. Equação da renda: produção = consumo intermediário ou insumos comprados dos outros setores endógenos + renda dos insumos primários ou pagamentos aos setores exógenos.

Logo, valor adicionado = renda dos insumos primários ou pagamentos aos setores exógenos.

3. Equação da demanda final: produção = consumo intermediário ou insumos comprados dos outros setores endógenos + demanda final

Logo, valor adicionado = demanda final.

O número de equações do modelo de insumo-produto é determinado pelo número de setores produtivos e de categorias de demanda final. Cada linha da matriz de insumo-produto é constituída pela equação que revela a composição da demanda da economia, isto é, quanto de cada produto se destina ao consumo intermediário e quanto à demanda final.

Cada coluna dessa mesma matriz é composta pela equação que indica a estrutura produtiva da economia, isto é, revela a tecnologia de produção de cada setor produtivo, ou a sua função de produção.

⁵⁶ Ver Nota Metodológica ao final deste capítulo.

A partir das três equações anteriores, pode-se deduzir, então, que o equilíbrio entre as equações desse sistema é alcançado através da seguinte identidade contábil:

$$\text{Valor Adicionado} = \text{Renda dos Fatores} = \text{Demanda Final.}$$

De acordo com Leontief, o que garante a convergência desse modelo para uma situação de equilíbrio é o fato de que cada equação do sistema de insumo-produto descreve o equilíbrio entre (I) os preços recebidos pelos setores (*output*) e (II) os pagamentos efetuados por cada setor (*inputs*). Ou seja,

I. Produção = consumo intermediário + demanda final, ou

II. Produção = consumo intermediário + valor adicionado.

Segundo Niehans (1990: 389-390), o “*modelo fechado*” não era capaz de fornecer respostas a questões econômicas relevantes para aquela época, tais como: a determinação do nível de produção e emprego requeridos para atender à expansão de algum dos componentes da demanda final da economia (consumo, investimento, gastos públicos e exportação).

Quando Leontief iniciou em 1944 o trabalho de construção do “*modelo aberto*” da tabela de insumo-produto, economistas e governantes estavam preocupados com os problemas provenientes da reconversão de indústrias voltadas para a produção de equipamentos bélicos para a produção em tempos de paz.

A utilização do “*modelo aberto*” para estimar impactos causados por mudanças exógenas e para prever possíveis pontos de estrangulamento estruturais acabou contribuindo para a rápida divulgação da técnica de insumo-produto desenvolvida por Leontief, tanto entre os países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento, quanto entre os países socialistas.

Para o autor,

“Apesar da simplicidade de sua aplicação, a elaboração de uma tabela de insumo-produto é uma operação extremamente complexa e laboriosa.

O primeiro passo (...) é a coleta e organização de um imenso volume de informação quantitativa.

Dado o lapso inevitável entre a acumulação e sistematização dos dados para um dado ano, a tabela de insumo-produto será sempre um documento histórico” (Leontief, 1986: 19).

Em virtude do tempo despendido com a coleta e preparação dos dados, as primeiras tabelas de insumo-produto para a economia americana foram construídas no começo da década de 1930 e referiam-se aos valores dos anos de 1919 e 1929.

Em 1945, Leontief elaborou um estudo sobre economia americana no ano de

1950, recorrendo à projeção dos dados da tabela de insumo–produto de 1939, cuja construção havia sido concluída em 1944. Esse modelo foi desenvolvido a pedido do governo americano, interessado em saber o impacto da reconversão da economia dos EUA após o término da Segunda Guerra Mundial, uma vez que havia a preocupação com a ocorrência de possíveis pontos de estrangulamento.

Nesse estudo, Leontief projetou os coeficientes técnicos da matriz de 1939 para o ano de 1950, após alterar aqueles coeficientes que estariam sendo modificados em virtude de mudanças tecnológicas expressivas, tais como a revisão dos coeficientes técnicos de carvão e petróleo nas indústrias de transporte, em função da tendência verificada de substituição das locomotivas a vapor pelas movidas a diesel (Leontief, 1986: 19).

Com a disseminação desses modelos de projeção, a construção de matrizes de insumo-produto passou a ser associada à idéia de planejamento econômico. Com isso, a economia do insumo-produto de Leontief estava-se aproximando da contabilidade social moderna que também fora concebida por Keynes para ser utilizada como instrumento de planejamento econômico.

Em relação à *contabilidade social* desenvolvida a partir das idéias de Keynes, pode-se dizer que a sua importância para o planejamento deve-se à possibilidade de fornecer informações sobre a interdependência entre os setores institucionais (empresas, famílias, governo e o resto do mundo). Este sistema permite analisar as finanças públicas, articuladas com as contas do setor privado e com as contas relativas às transações com o exterior, além de identificar a capacidade de a economia nacional em financiar a sua acumulação de capital.

Já a *matriz de insumo-produto* desenvolvida por Leontief teve realçada a sua importância como instrumento de planejamento ao fornecer as informações necessárias para a avaliação dos impactos das medidas de política econômica sobre as atividades produtivas. Neste caso, o modelo de Leontief permite que se analise a economia a partir das informações sobre a interdependência entre os setores produtivos (atividades econômicas).

Desta forma, percebe-se que estas duas técnicas (insumo-produto e contabilidade social), embora percorrendo caminhos distintos e baseando-se em teorias conflitantes, culminariam em um único instrumento de planejamento representado pelo Sistema de Contas Nacionais adotado pelas Nações Unidas em 1968.

O ponto de convergência entre a matriz de insumo-produto e as contas nacionais modernas é representado pela possibilidade de se conciliarem a noção de equilíbrio

econômico neoclássico entre oferta e demanda e a noção de identidade contábil entre produto, renda e despesa.

Para Figueiredo (1980: 33), essa contradição é apenas aparente, na medida em que "... a aceitação das teses de *desequilíbrio* de Keynes é adaptada ao seu contrário (ou seja, a situações de *equilíbrio*⁵⁷)."

Por isso, "a associação das Contas Nacionais com a Teoria Neoclássica e a Teoria Keynesiana não constitui uma contradição em termos. Pelo contrário, o *desequilíbrio* pode ser encarado desde um ponto de vista de *equilíbrio*" (Figueiredo, 1980: 35).

Como será visto adiante, o desenvolvimento das contas nacionais modernas caminhou no sentido da inclusão dos dados em valor da matriz de insumo-produto ao corpo central do sistema de contas nacionais, no qual *equilíbrio* econômico e identidade contábil se confundem.

Com isso, as contas nacionais acabaram por transformar a polêmica acerca da tendência ao *equilíbrio* econômico⁵⁸ em uma questão aritmética que se traduz no confronto de estatísticas (registros contábeis) sobre o volume anual de oferta e procura em uma dada economia e na apresentação daqueles valores através da identidade contábil entre produto, renda e despesa⁵⁹.

A *Matriz de Insumo-Produto* constitui o modelo desenvolvido por Leontief, a partir da noção walrasiana de *equilíbrio* e de coeficientes técnicos fixos, com o objetivo de estudar a interdependência dos setores produtivos e de elaborar modelos de projeção da estrutura produtiva.

Por outro lado, as *Contas Nacionais Modernas* (SNA, 1993: cap. XV) extraem do modelo de Leontief os valores da tabela de insumo-produto relativos aos registros contábeis sobre origem e destino setorial do produto e sobre a origem setorial da renda gerada e distribuição primária dessa renda entre os fatores de produção que permite, por sua vez, analisar a distribuição funcional da renda.

De posse dessas informações, pode-se construir a conta de bens e serviços (desagregada por produto) e a conta de geração da renda (aberta por atividade) das Contas Nacionais Modernas. Esses dados, por sua vez, permitem que se construa a identidade

⁵⁷ Figueiredo chega a esta conclusão a partir da leitura do livro VI, capítulo 24 da *Teoria Geral*, onde Keynes (1983: 256) afirma que o conceito de *equilíbrio* econômico, com pleno emprego, é possível a partir de ações do governo central, mas não a partir das "livres forças do mercado".

⁵⁸ Criada por Jean-Baptiste Say no início do século XIX e contestada por Keynes um século depois.

⁵⁹ Ver Nota Metodológica ao final deste Capítulo.

contábil entre produto, renda e despesa.

Deve-se ainda observar que, para a construção de um ano-base, as contas nacionais modernas somente utilizam as informações em valor (registros contábeis) das tabelas de insumo-produto de Leontief. Entretanto, a preparação da série histórica das contas nacionais, construídas a preços correntes e constantes, requer a utilização dos coeficientes técnicos de Leontief para a projeção dos valores anuais.

Após a investigação a respeito da contribuição dos autores anteriormente citados para o desenvolvimento das contas nacionais modernas, julga-se pertinente analisar os trabalhos de Meade e Stone que serviram de base para o aparecimento dos primeiros sistemas de contas nacionais do pós-guerra.

Todavia, antes de iniciar esta análise deve-se ressaltar que a incorporação do modelo de insumo-produto de Leontief ao sistema de contas nacionais modernas somente iria ocorrer por ocasião da edição da 2ª revisão do manual de contas nacionais das Nações Unidas (SNA, 1968).

Embora já conhecessem os trabalhos realizados por Leontief sobre insumo-produto nos anos 40, Meade e Stone optaram por construir um *sistema de contas* apoiado na concepção desenvolvida originalmente por Keynes. Esta abordagem culminou, mais tarde, na publicação da primeira versão do manual de contas nacionais das Nações Unidas em 1953.

Como foi visto no Capítulo 2, o modelo de Keynes que inspirou a montagem de um sistema tinha como prioridade evidenciar a articulação entre o setor público e o privado. Ou seja, o primeiro sistema de contas nacionais (SNA, 1953) procurava mostrar a interdependência entre as finanças públicas e as contas nacionais.

Por outro lado, o modelo de Leontief orientava sua atenção para o estudo da interdependência entre os setores produtivos. E, conforme será visto ao longo deste trabalho, a integração dessas duas abordagens ao sistema de contas nacionais modernas ocorrerá apenas em 1968.

3.4. O sistema de contas nacionais modernas: James Meade e Richard Stone

A análise da contribuição de Meade e Stone para o desenvolvimento das contas nacionais modernas implica o retorno aos anos 30 e 40, quando os dois autores trabalharam com Keynes na montagem do arcabouço do sistema que mais tarde seria adotado pelas Nações Unidas.

James Meade fez parte do grupo de “jovens economistas keynesianos” que discutiram com o mestre as idéias inovadoras sobre teoria econômica, desde o início dos anos 30 (Moggridge, 1992: 467 e Niehans, 1990: 341). Antes de trabalhar com Stone no projeto que originou o sistema de contas nacionais do pós-guerra, James Meade exerceu de 1931 a 1937 a função de economista na Liga das Nações em Genebra. Mais tarde, durante os anos da Segunda Guerra Mundial, foi requisitado pelo governo inglês para trabalhar como assessor no Gabinete de Guerra (Moggridge, 1992: 645).

Foi no desempenho daquela função no Central Economic Information Service of the Offices of the War Cabinet que Meade foi destacado, em 1940, para preparar um texto sobre a economia inglesa naqueles anos de guerra. Esse trabalho de Meade⁶⁰ compreendia uma estimativa das contas nacionais, organizadas segundo o princípio das partidas dobradas.

Nesta mesma época, Richard Stone foi indicado para trabalhar com Meade, ficando encarregado da organização e crítica dos dados estatísticos. Segundo Kendrick (1995: 8), o interesse de Stone pela estatística econômica já vinha da época em que trabalhara com Colin Clark na Universidade de Cambridge.

Ao assumir a função de assessor do tesouro inglês, Keynes estimulou Meade e Stone a adotarem o método das partidas dobradas nas estimativas das contas nacionais e finanças públicas que seriam incluídas como um apêndice da proposta do Orçamento inglês para o ano de 1941. Este estudo foi publicado em abril de 1941⁶¹ e serviu de base para o futuro desenvolvimento das *contas nacionais modernas*.

Estimulados por Keynes (Kurabayashi, 1994: 99 e Studenski, 1958: 152), os autores publicaram este *White Paper* sob a forma de notas técnicas no *Economic Journal* de junho-setembro de 1941, sob o título *The Construction of Tables of National Income*,

⁶⁰ *Financial Aspects of War Economy*, jul./1940 (Moggridge, 1992: 645 e 649 e Kendrick, 1995: 8).

⁶¹ James Meade e Richard Stone: “*An Analysis of the Sources of War Finance and an Estimate of the National Income and Expenditure in 1938 and 1940*”, 7/4/1941 (Harrod, 1958: 576, Moggridge, 1992: 645 e Kurabayashi, 1994: 99).

Expenditure, Saving and Investment.

Nesse artigo, Meade e Stone explicaram a estrutura do sistema de contas construído para apresentar os dados referentes às contas nacionais e finanças públicas da Inglaterra. Naquela mesma edição do *Economic Journal*, Kaldor (1941: 181-191) enfatizaria a importância daquele trabalho como instrumento de análise da realidade econômica do país e de planejamento das ações do governo, tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz.

Meade e Stone pretendiam mostrar que a estimativa das contas nacionais a partir da construção de um sistema de contas sobre a origem, apropriação e uso da renda nacional possibilitaria:

- a compatibilização de informações estatísticas distintas;
- a construção da identidade contábil entre renda, produto e despesa de forma coerente, além de facilitar
- a comparação internacional das estimativas sobre a renda nacional.

Segundo os autores, a montagem de um conjunto de tabelas contabilmente integradas seria um passo importante na direção da uniformização dos procedimentos (conceituais e estatísticos) de cálculo da renda nacional.

O sistema de contas proposto por Meade e Stone compreendia um conjunto de sete tabelas, a saber:

Tabela A: Conta de produção ou renda nacional líquida a custo de fator

A Tabela A divide-se em três colunas para mostrar a identidade entre renda, produto e dispêndio. Na coluna I, tem-se a renda nacional que é composta pela remuneração (rendas da propriedade, dos lucros, juros e salários) dos fatores de produção (terra, capital e trabalho) utilizados no processo produtivo.

Como o modelo considerado é o de uma economia aberta e com governo, Meade e Stone ressaltam que o valor das “rendas da propriedade” inclui a renda de propriedade recebida pelo governo e, também, as rendas provenientes de investimentos no exterior. Conseqüentemente, esse primeiro agregado mede a Renda nacional líquida a custo de fator que representa o valor da renda gerada pelas unidades produtivas ao empregarem os fatores de produção para transformar as matérias-primas em novos produtos.

A coluna II mede o Produto nacional líquido a custo de fator que mede o valor

adicionado pelos setores produtivos, inclusive as atividades realizadas pelo governo (serviços governamentais), cujo valor é medido por meio dos gastos correntes do governo⁶². Para compatibilizar o conceito de produto interno com o de produto nacional, Meade e Stone consideram na coluna II o valor das rendas recebidas do exterior.

A coluna III fornece as informações referentes ao uso final da renda, ou Despesa nacional líquida a custo de fator, que representa a parcela da renda nacional usada na compra de bens e serviços finais (consumo pessoal das famílias, consumo corrente do governo e formação de capital).

Como as aquisições finais podem ser de produtos nacionais e estrangeiros, mas apenas a produção local contribui para a formação da renda nacional⁶³, os autores enfatizam a necessidade de se considerar, no cálculo da renda nacional, o valor das receitas e despesas correntes resultantes de transações com o exterior, cuja contrapartida será encontrada na Tabela D.

As *receitas correntes* provenientes do exterior compreendem as exportações de bens e serviços, mais as rendas da propriedade de fatores de produção e as transferências unilaterais recebidas. Já as *despesas correntes* incluem as importações de bens e serviços, os pagamentos de renda dos fatores e transferências unilaterais pagas ao exterior.

Ao considerar as transações referentes às exportações e importações de bens e serviços, chega-se ao cálculo da *despesa interna líquida*. Em seguida, ao incluir o valor das rendas da propriedade dos fatores e das transferências, ambas líquidas (recebidas menos pagas ao exterior), calcula-se a *despesa nacional líquida* (item 21, Tabela A).

O valor resultante da diferença entre o total das receitas correntes e despesas correntes representa o *saldo da balança de pagamentos em transações correntes* que Meade e Stone denominaram “investimento estrangeiro” (item 20, Coluna III, Tabela A e Tabela D⁶⁴).

O “investimento estrangeiro” compreende o saldo entre receitas e despesas correntes que, por sua vez, é decomposto pelos autores em:

- haveres em ouro
- haveres em moeda estrangeira

⁶² Como foi visto no Capítulo 3, foi Simon Kuznets quem, pela primeira vez, incluiu no conceito de atividade produtiva as atividades realizadas pelo governo. E, também, classificou os gastos correntes do governo como uma categoria de demanda final.

⁶³ Ver item 3.2 deste capítulo.

⁶⁴ Meade e Stone (1941: 218 e 233).

- haveres em títulos e outros ativos estrangeiros.

Se o saldo em transações correntes for positivo, a operação “investimento estrangeiro” indica que a economia nacional pode ampliar os seus “haveres no exterior”.

Por outro lado, o saldo negativo sugere que a economia nacional tem que reduzir seus “haveres no exterior” para saldar as obrigações não financiadas pelas receitas correntes. Dessa forma, o déficit nas transações correntes estaria sendo financiado pela poupança estrangeira⁶⁵.

Para Meade e Stone, as colunas I e II da Tabela 7, a seguir, são duas formas distintas de apresentação do valor da renda gerada pelos fatores de produção. A primeira coluna realça a *geração da renda* pela ótica funcional, para identificar a parcela da renda que está sendo atribuída a cada fator de produção. Já a segunda coluna destaca a geração daquela renda (ou produto) pela ótica setorial, para mostrar as atividades econômicas que estão contribuindo para a formação da renda nacional.

⁶⁵ É importante observar que o conceito de “*poupança estrangeira*” das contas nacionais tem sido utilizado no Brasil, desde os anos 70, para justificar estratégias de endividamento externo voltadas para a ampliação das reservas internacionais do país. No entanto, alguns economistas, com destaque para José Eduardo de Carvalho Pereira (Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966/1973, Rio de Janeiro: IPEA, 1974, p. 52-92), alertam para o fato de que esse conceito inclui dispêndio de divisas (por exemplo, turismo, gastos de representações diplomáticas, etc.) cujo déficit não pode ser associado a qualquer noção de necessidade de poupança externa para financiar a formação de capital do país.

Tabela 7

Conta de produção – Tabela A de Meade e Stone

| <u>Coluna I</u> Renda Nacional Líquida a Custo de Fator | <u>Coluna II</u> Produto Nacional Líquido a Custo de Fator | <u>Coluna III</u> Despesa Nacional Líquida a Custo de Fator |
|---|--|---|
| 1. Renda da propriedade | 6. Produto líquido da agricultura | 15. Consumo pessoal a preço de mercado (B-9) |
| 2. Lucros e juros | 7. Produto líquido da extração mineral | 16. Gastos correntes do governo (bens e serviços) |
| 3. Salários | 8. Produto líquido da indústria | 17. Subsídios do governo |
| 4. Ordenados | 9. Produto líquido dos transportes | 18. (menos) Impostos indiretos |
| | 10. Produto líquido do comércio | 19. Investimento de nacionais: |
| | 11. Produto líquido dos serviços pessoais | a. Formação bruta de capital fixo |
| | 12. Produto líquido dos serviços governamentais | b. (menos) Depreciação |
| | 13. Renda líquida recebida do exterior = Tabela D.1.(a) e (e) | c. Variação de estoques |
| | | d. Despesa com a transferência de propriedade de bens de capital |
| | | 20. Investimento estrangeiro |
| 5. Total = RNLcf (B1) | 14. Total = PNL cf | 21. Total = DNL cf |

Como as colunas I e II expressam o valor da renda nacional medida ao custo de fator e a coluna III mede a demanda final (consumo pessoal das famílias, consumo corrente do governo e formação de capital), estimada a preço de mercado, torna-se preciso promover a compatibilização desses agregados.⁶⁶

Assim, para construir na Tabela A a identidade entre renda, produto e despesa ao custo do fator, os autores sugerem deduzir da demanda final o valor relativo aos impostos indiretos e acrescentar o valor dos subsídios pagos pelo governo.

Quanto ao procedimento adotado por Meade e Stone para a construção da identidade contábil entre produto, renda e despesa, convém observar que os autores preocuparam-se em registrar na Tabela de Rendas e Gastos do Governo (Meade e Stone, 1941: 223) a contrapartida do lado do governo de cada operação associada à passagem do conceito de “custo de fator” para “preço de mercado”. Vale dizer, estavam naquele momento preparando a base de um sistema onde cada operação deveria ser duplamente registrada para se identificarem os respectivos débitos e créditos contábeis.

Constata-se portanto que, desde a construção da Tabela A, já há a preocupação

⁶⁶ Ver item 3.1 deste capítulo e Nota Metodológica sobre identidade contábil entre produto, renda e despesa.

dos autores com a necessidade de se confrontarem os dados com vistas a obter estimativas consistentes dos agregados das contas nacionais. A partir deste método os autores enfatizam a importância de se conciliarem conceitos e estatísticas para a realização de estudos sobre as contas nacionais do país.

Ao adotarem essa metodologia, Meade e Stone estavam preocupados com a construção de um sistema de contas que pudesse fornecer informações desagregadas sobre as principais categorias de análise econômica e, também, garantir a coerência dos dados usados na sua construção.

Quanto à desagregação, Meade e Stone sugeriam que o valor adicionado calculado na Tabela A (Conta de produção ou renda nacional líquida a custo de fator) deveria permitir identificar a origem setorial da produção pelas seguintes atividades: agricultura, extração mineral, indústria de transformação, transporte, comércio, serviços pessoais e serviços governamentais.

Deve-se notar, entretanto, que a forma de apresentação dos resultados da conta de produção desagregada pelas atividades não era tão completa quanto a matriz de insumo-produto que Leontief estava preparando naquela mesma época.⁶⁷ Por outro lado, ao sugerirem as fontes estatísticas que poderiam ser usadas para a construção dessa conta, os autores já chamavam a atenção para a importância da utilização de mais de uma fonte para se avaliar a consistência dos dados, assim como alertavam para a necessidade de consistência entre os dados de produção e consumo.⁶⁸

Tabela B: Conta de apropriação e uso da renda

A Tabela B mostra a conta de apropriação e uso da renda nacional. Por essa tabela pode-se analisar a distribuição funcional e pessoal da renda nacional, a renda pessoal disponível e a utilização da renda pessoal disponível em consumo e poupança.

Na coluna I (ver Tabela 8) tem-se a composição da renda pessoal, calculada a partir da renda nacional líquida (RNL), cuja estimativa é feita na Tabela A (item A.5). Ao se acrescentar à RNL (B.1) o valor das transferências recebidas do governo (B.2) e deduzir os impostos diretos (B.3) e outras transferências feitas para o governo (B.4) e a parcela do lucro das empresas que não é distribuída para as famílias (B.5), chega-se ao valor da *renda pessoal*

⁶⁷ Ver item 3.3. deste capítulo e ver também Leontief (1986).

⁶⁸ "For some items of personal consumption and of investment the Census of Production figures would, no doubt, have to be used, so that there would not be complete statistical independence between the estimates of national output and national expenditure". James Meade e Richard Stone (1941: 217).

disponível.

O valor da renda pessoal disponível é distribuído na coluna II da Tabela B de acordo com os estratos de renda, de forma a permitir a análise da distribuição pessoal da renda.

Uma vez identificado o recurso correspondente à renda pessoal disponível, pode-se então construir a coluna III que revela o uso dado à renda pessoal disponível ao identificar o valor do *consumo pessoal* (B.9) por grupos de produtos e a *poupança pessoal* (B.10).

Com a construção da Tabela B, Meade e Stone pretendiam demonstrar com maior clareza a tese de Keynes acerca da correspondência entre renda nacional e renda pessoal disponível; entre renda pessoal disponível e consumo e entre poupança privada e déficit público.

Como se observa na Tabela B de Meade e Stone, apresentada a seguir, a renda pessoal disponível é negativamente afetada pela transferência de recursos privados para o governo. Isto é, quanto maior for o valor dos impostos diretos (inclusive a *poupança compulsória*, segundo a terminologia usada por Keynes no livro *How to Pay for the War*)⁶⁹, pagos pelas famílias (coluna I, item 3), menor será a renda pessoal disponível (coluna I, item 6).

⁶⁹ Ver capítulo 2.

Tabela 8

Conta de apropriação e uso da renda – Tabela B de Meade e Stone

| <u>Coluna I</u> Composição da renda pessoal | <u>Coluna II</u> Distribuição da renda pessoal | <u>Coluna III</u> Consumo pessoal e poupança |
|--|---|---|
| 1. Renda nacional a custo de fator (<u>A5</u>) 2. Transferências de renda recebidas do governo 3. (<u>menos</u>) Impostos diretos 4. (<u>menos</u>) Renda do governo 5. (<u>menos</u>) Lucros retidos pelas empresas | 7. Renda pessoal (por estratos de renda) (<u>menos</u>) Impostos diretos | 9. Consumo pessoal a preço de mercado por produto (<u>A-15</u>): a. alimentos bebidas e fumo b. aluguéis e taxas c. vestuário d. viagens, etc. 10. Poupança pessoal a. variação das disponibilidades em <u>moeda</u> pelas famílias b. variação das disponibilidades em <u>títulos</u> pelas famílias c. variação de outros ativos das famílias |
| 6. Renda pessoal (disponível) após dedução de impostos diretos | 8. Renda pessoal após dedução dos impostos diretos | 11. Consumo pessoal e poupança das famílias |

Como já foi visto no Capítulo 2, de acordo com Keynes, a transferência (compulsória) de recursos das famílias para o governo em forma de impostos diretos, asseguraria o financiamento dos gastos excedentes do setor público, pois parte da renda nacional apropriada pelas famílias seria transferida para o governo. Por outro lado, a redução do consumo pessoal contribuiria para reduzir a pressão que a demanda total (pública e privada) exerce sobre a inflação.

Ainda em relação à Tabela B, convém destacar que Meade e Stone construíram uma tabela complementar (Tabela B') visando a explicitar o uso do *método contábil das partidas dobradas* dentro do sistema de contas nacionais proposto por eles.

Tabela 9

Conta de apropriação e uso da renda – Tabela B' de Meade e Stone

| <u>Coluna I</u> Renda pessoal | | <u>Coluna II</u> Consumo pessoal e poupança | |
|---|-------------------------|--|--------------------------------|
| OPERAÇÃO | Correspon- dência | OPERAÇÃO | Correspondência |
| 1. Renda nacional a custo de fator | <u>Tabela A, item 5</u> | 7. Consumo pessoal | <u>Tabela A - item 15</u> |
| 2. Transferência recebida do governo | <u>Tabela B, item 2</u> | 8. Gastos correntes do governo com bens e serviços | <u>Tabela A - item 16</u> |
| 3. (menos) Impostos diretos | <u>Tabela B, item 3</u> | 9. Subsídio do governo | <u>Tabela A - item 17</u> |
| 4. (menos) Renda do governo | <u>Tabela B, item 4</u> | 10. Transferências do governo | <u>Tabela B - item 2</u> |
| 5. (menos) Lucros retidos | <u>Tabela B, item 5</u> | 11. (menos) Impostos indiretos | <u>Tabela A - item 18</u> |
| | | 12. (menos) Impostos diretos | <u>Tabela B - item 3</u> |
| | | 13. (menos) Renda governo | <u>Tabela B - item 4</u> |
| | | 14. Investimento nacional e estrangeiro | <u>Tabela A - item 19 e 20</u> |
| | | 15. (menos) Lucro retido | <u>Tabela B - item 5</u> |
| 6. Renda pessoal antes da dedução de impostos diretos | <u>Tabela B, item 6</u> | 16. Consumo pessoal e poupança | <u>Tabela B, item 11</u> |

Nesta tabela, os autores explicam a origem dos recursos que compõem a renda pessoal (coluna I), indicam o destino dado à renda e mostram o mecanismo de formação da poupança nacional que será ilustrado pela Tabela 10, a seguir, que corresponde à Conta de capital – Tabela C de Meade e Stone.

Cada operação registrada na Tabela B é associada a alguma operação verificada no âmbito da produção, ou geração da renda (pagamento de renda dos fatores); da repartição da renda (operações de distribuição da renda nacional); da utilização da renda (consumo e poupança), até chegar ao cálculo da capacidade ou necessidade de financiamento da economia (saldo das transações correntes com o exterior).

Tabela C: Conta de Capital

A Tabela C mostra a Conta de capital da economia nacional, ao identificar os fluxos de Poupança e Investimento verificados nessa economia. É importante observar que a estrutura da Conta de capital (Tabela 10) construída por Meade e Stone em 1941 reflete

fielmente a proposição feita por Keynes em 1940, no livro *How to Pay for the War*.

Tabela 10

Conta de capital – Tabela C de Meade e Stone

| <u>Coluna I</u> Fonte da poupança | <u>Coluna II</u> Uso da poupança |
|--------------------------------------|---|
| 1. Poupança pessoal | 4. Investimentos realizados por empresas residentes e empresas estrangeiras |
| 2. Lucros não-distribuídos | 5. Déficit público |
| 3. Total da poupança | 6. Total da poupança |

Os recursos para a formação da poupança (item C.3 da Tabela 10) são decompostos em poupança pessoal (item C.1) e poupança das empresas, ou lucros não-distribuídos (C.2). De acordo com os autores, a poupança (C.6) é utilizada para financiar investimentos feitos por empresas residentes e empresas estrangeiras (C.4), ou para financiar o excesso de gastos correntes em relação à renda corrente do governo. Segundo as palavras de Keynes, a poupança privada pode ser utilizada para financiar o déficit público (C.5).

Refletindo o fato de que a Inglaterra enfrentava, no início dos anos 40, o problema de financiamento do déficit público, Meade e Stone registraram o valor da poupança pública (déficit público) no campo oposto ao da poupança privada. Dessa forma, os autores, assim como Keynes, optaram por equiparar o déficit público aos investimentos privados para estimar o montante de recursos que deveria ser poupado pelo setor privado (empresas e famílias) para financiar o conjunto da economia.

Caso a poupança privada não fosse suficiente para financiar o investimento privado e o déficit público, então a economia em questão necessitaria de recursos externos (ou poupança externa) para suprir essa carência de poupança.

A poupança externa, por sua vez, estaria relacionada com o balanço de pagamentos do país, através do saldo da balança de pagamentos em transações correntes, conforme pode ser visto na Tabela C (item C.4); que Meade e Stone denominaram “investimento estrangeiro” (Tabela A, coluna III, item 20 e Tabela D, coluna II, item 4).⁷⁰

⁷⁰ Meade e Stone (1941: 218 e 233).

Como se observa, o sistema de contas nacionais proposto por Meade e Stone em 1941 estava sendo desenhado para servir como um instrumento de quantificação e articulação dos agregados macroeconômicos, a partir do modelo de interpretação desenvolvido por Keynes desde 1936.

A interpretação de Meade e Stone a respeito do conceito de déficit público foi apresentada na Tabela de Rendas e Gastos do Governo. Nesta tabela, os autores construíram uma conta de apropriação e uso da renda do governo, nos mesmos moldes da conta do setor privado.

É importante observar que a estrutura dessa conta corresponde à Conta 5 (conta do governo) do primeiro Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SNA, 1953: 19). Ao separarem a conta do governo da conta do setor privado, Meade e Stone estariam montando o arcabouço do SNA de 1953, o qual também foi estruturado para representar o funcionamento do sistema econômico a partir da ótica institucional (empresas, famílias e governo).

Tabela 11

Conta de apropriação e uso da renda do governo de Meade e Stone

| <u>Coluna I</u> Renda do governo | <u>Coluna II</u> Gastos do governo |
|--|--|
| a. Impostos diretos | f. Transferências para o setor privado |
| b. Impostos indiretos | g. Subsídios |
| c. Renda da propriedade e de prestação de serviços mercantis | h. Gastos correntes com a prestação de serviço público |
| d. Saldo = déficit, superávit ou equilíbrio fiscal | |
| e. Total das receitas | i. Total dos gastos |

Com as informações das Tabelas A, B e C, Meade e Stone estavam caminhando na direção da montagem de um sistema de contas nacionais que integrava as equações fundamentais para o cálculo da identidade contábil entre produto, renda e despesa ao método contábil das partidas dobradas, identificando os respectivos débitos e créditos de cada transação econômica.

A articulação dessas equações com o sistema de contas nacionais pode ser descrita do seguinte modo:

No caso de uma economia fechada sem governo:

A renda gerada (Y) é apropriada apenas pelo setor privado. Conseqüentemente, a renda total (Y) é igual à renda privada disponível (RPrD) que, por sua vez, corresponde à renda pessoal disponível (RPD) + lucros retidos pelas empresas privadas.

A RPrD pode ser utilizada em consumo (C) ou poupança (S), ou seja:

$$RPrD = C + S \quad (\text{equação 1}).$$

Pela ótica da despesa (utilização da renda), na economia fechada sem governo, tem-se a seguinte equação:

renda = renda privada disponível = consumo + investimento

$$Y = RPrD = C + I \quad (\text{equação 2}).$$

A partir das equações 1 e 2, conclui-se que:

$$C + S = C + I \quad (\text{equação 3}).$$

$$\text{Logo, } S = I \quad (\text{equação 4}).$$

A identidade contábil expressa pela equação 4 revela que, numa economia fechada sem governo, o investimento é integralmente financiado pela poupança privada.

No caso de uma Economia Fechada Com Governo:

A renda privada disponível = renda – impostos diretos pagos ao governo + transferências recebidas do governo, ou

$$RPrD = \text{renda} - (\text{receitas} - \text{despesas correntes do governo}).$$

Definindo o saldo (equilíbrio, déficit ou superávit) entre receitas e despesas correntes do governo como T, pode-se escrever a equação anterior da seguinte forma:

$$RPrD = Y - T \quad (\text{equação 5}).$$

Assim, pela ótica da renda, pode-se dizer que

$$Y = RPrD + T \quad (\text{equação 6}).$$

A partir das equações 1 e 6, conclui-se que, numa economia fechada com governo, a renda é composta dos seguintes elementos:

$$Y = C + S + T \quad (\text{equação 7}), \text{ onde}$$

S = poupança privada e

T = poupança pública.

E, pela ótica da despesa,

$$Y = C + I + G \quad (\text{equação } 8), \text{ onde}$$

G = gastos correntes do governo.

Neste caso, a partir das equações 7 e 8, tem-se:

$$C + S + T = C + I + G.$$

$$\text{Logo, } S + T = I + G \quad (\text{equação } 9).$$

Agora, a identidade contábil expressa pela equação 9 revela que, numa economia fechada com governo, os investimentos privados e públicos e os gastos correntes do governo são financiados pela poupança privada e pelas receitas do governo.

E, se $S = I$, então, necessariamente, $T = G$.

Caso haja déficit público, isto é, se $T < G$, então a poupança privada terá que financiar o investimento e, também, o déficit público.

Logo, verifica-se através da equação 9 que,

se $T < G$, então $S > I$, ou seja,

$$S - I = G - T \quad (\text{equação } 10).$$

No caso de uma economia aberta:

A renda privada disponível = renda – impostos diretos pagos ao governo + transferências recebidas do governo – renda líquida enviada ao exterior – transferências unilaterais líquidas para o exterior.

Pela ótica da renda, representada pela equação 7, pode-se dizer que a renda nacional disponível (RND) equivale ao consumo + poupança + poupança pública. Ou seja,

$$\text{RND} = C + S + T.$$

Pela ótica da despesa, numa economia aberta, tem-se:

$$\text{RND} = C + I + G + (X - M) \quad (\text{equação } 11).$$

A partir das equações 7 e 11, conclui-se que

$$C + S + T = C + I + G + (X - M) \quad (\text{equação } 12).$$

Essa expressão revela que a despesa agregada equivale à renda privada disponível (C+S), mais a receita do governo, líquida das transferências efetuadas, ou então, combinando as equações 10 e 12, tem-se:

$$S - I = (G - T) + (X - M) \quad (\text{equação 13}).$$

A equação 13 revela que, numa economia aberta,

$S - I$ = excesso de poupança privada em relação aos investimentos (privados e públicos);

$G - T$ = poupança corrente do governo; e

$X - M$ = saldo das transações correntes com bens e serviços do país.

É importante destacar que a equação 13 está escrita de forma a demonstrar que a poupança privada deve financiar os investimentos, além de eventuais déficits públicos e déficits em transações correntes com o exterior.

Finalmente, pode-se reescrever a equação 13 da seguinte forma:

$$I = S + (T - G) + (X - M).$$

Essa expressão indica que o investimento total (I) é financiado pela poupança privada (S), pela poupança pública (T - G), ou pela poupança externa (X - M).

A interpretação dessas equações pode ser feita a partir do sistema de contas nacionais proposto por Meade e Stone pois este foi construído de forma a revelar, através do registro contábil das partidas dobradas, a forma como a poupança privada deveria financiar o déficit público.

Como Meade e Stone (1941: 222) sugerem, a partir da leitura da coluna II da Tabela B' pode-se representar a equação 13 da seguinte forma:

Poupança pessoal + lucros retidos - investimentos =
= Consumo corrente do governo + gastos com subsídios feitos pelo governo - renda do governo proveniente de impostos diretos e impostos indiretos - renda de serviços mercantis prestados pelo governo.

Segundo os autores, essa equação também pode ser encontrada na Tabela C (ver

Tabela 10), onde o saldo entre a poupança privada e os investimentos corresponde ao déficit público (item 5, Tabela 10, ou item d, Tabela 11).

Para que o sistema de contas proposto por Meade e Stone em 1941 seja comparável com o sistema desenvolvido por Keynes em 1940, é preciso lembrar que no livro "*How to Pay for the War*" este autor ainda não havia considerado as transações com o resto do mundo no escopo do sistema de contas nacionais que estava desenhando⁷¹.

Portanto, a Tabela D preparada por Meade e Stone (ver Tabela 12) deve ser entendida como uma extensão do sistema original de Keynes, o que conferiu maior coerência entre as contas nacionais e a macroeconomia.

Tabela D: Balanço de pagamentos

A Tabela 12 (correspondente à Tabela D de Meade e Stone) mostra a Conta de transações com o exterior. A coluna I apresenta o valor da renda gerada ou apropriada proveniente do exterior, e na coluna II encontram-se os valores relativos aos fluxos de operações com o exterior que representam dispêndios de recursos da economia nacional.

O saldo entre o valor das receitas e despesas correntes resultantes de operações com o exterior compreende o saldo da balança de pagamentos em transações correntes, ou "investimento estrangeiro" (item 4, Tabela 12⁷², ou item 20, coluna III, Tabela 7), segundo a terminologia adotada por Meade e Stone.

Segundo Meade e Stone (1941: 227), através da Tabela 12 pode-se avaliar a consistência das estimativas efetuadas na Tabela 7 (coluna III, item 20), onde se calcula a capacidade ou necessidade de financiamento da economia. Tal valor representa, necessariamente, o valor obtido na Tabela 12 (coluna II, item 4), denominado "investimento estrangeiro".

⁷¹ Ver capítulo 2.

⁷² Meade e Stone (1941: 218 e 233).

Tabela 12

Conta de transações com o exterior – Tabela D de Meade e Stone

| Coluna I Receitas | Coluna II Despesas |
|---|---|
| 1. Renda proveniente de transações com o exterior <ul style="list-style-type: none"> a. Exportações de bens b. Exportações de serviços c. Receitas de turismo⁷³ d. Renda líquida da propriedade recebida do exterior e. Renda líquida do governo recebida do exterior | 3. Despesa corrente no exterior <ul style="list-style-type: none"> a. Importações de bens b. Importações de serviços c. Despesa com turismo no exterior 4. <i>Investimento estrangeiro</i> <ul style="list-style-type: none"> a) Reservas em ouro b. Reservas em moeda estrangeira <i>menos</i> Moeda nacional em poder de estrangeiros c. Reservas em títulos estrangeiros <i>menos</i> Títulos nacionais em poder de estrangeiros |
| 2. Total da renda gerada por receitas provenientes do exterior | 5. Total dos gastos correntes e investimentos no exterior |

Finalmente, Meade e Stone elaboraram uma última tabela com o intuito de mostrar a relação entre a renda nacional e o investimento.

Tabela E: Conta do produto interno líquido gerado por gastos internos

A Tabela 13 (ou Tabela E) compreende um conjunto de informações extraídas das Tabelas A e D para estimar o valor do investimento financiado pela poupança interna. Segundo os autores, esse investimento corresponde à diferença entre a renda gerada internamente e os gastos correntes internos, ou seja, já excluída a parcela daquela renda proveniente de transações com o exterior (Tabela 12, coluna I).

A Tabela E criada por Meade e Stone permite que se avalie o grau de abertura da economia, uma vez que deduz do total da renda nacional (Tabela 7, coluna I) a parte daquela renda que advém de transações com o exterior (Tabela 12, coluna I). Dessa forma, a Tabela E identifica as operações correntes (consumo pessoal e consumo do governo) e as de capital (investimento) realizadas pelos agentes residentes no território do país em estudo (Tabela 13, coluna II).

⁷³ Deve-se ressaltar que as operações relativas às exportações de serviços (item b) e às receitas de turismo, no balanço de pagamentos são igualmente classificadas como "exportações de serviços".

Ao se analisar o conteúdo da Tabela 13, pode-se dizer que, analogamente à Tabela 7, que representa a Conta de produção de uma economia aberta, a Tabela 13 compreende uma “conta de produção de uma economia hipoteticamente fechada, com governo”.

Para construir a Tabela E (ver Tabela 13) os autores sugerem, em primeiro lugar, a transformação do valor da renda nacional (Tabela 7) medida a custo de fator para preço de mercado. Para tal, é preciso somar ao valor obtido no item 5 da coluna I da Tabela 7 (renda nacional líquida a custo de fator), o valor dos impostos indiretos (Tabela 7, item 18) e deduzir o valor dos subsídios (Tabela 7, item 17).

Em seguida, Meade e Stone demonstram que a renda gerada pelo investimento interno (ou seja, a parcela do investimento financiada pela poupança interna) registrada na Tabela 13 (coluna I, item 1) equivale à diferença entre a renda nacional líquida a preço de mercado (Tabela 7) e o valor da renda gerada por receitas provenientes do exterior (Tabela 12, coluna I, item 2). Analogamente, a coluna II da Tabela 13 corresponde à diferença entre a coluna III da Tabela 7 e a coluna II da Tabela 12 (1941: 227 e 233).

Tabela 13

Conta do produto interno líquido gerado por gastos internos – Tabela E de Meade e Stone

| <u>Coluna I</u> Renda interna gerada por gastos internos | | <u>Coluna II</u> Gastos internos com consumo corrente e investimento | |
|---|--------------------------|---|-------------------------------------|
| OPERAÇÃO | Correspon- dência | OPERAÇÃO | Correspondência |
| 1. Renda gerada por gastos internos | | 3. Gastos correntes internos: | |
| a. Renda nacional a preço de mercado | <u>Tabela 7, item 5,</u> | a. Consumo pessoal e consumo do governo com bens e serviços | <u>Tabela 7 - item 15 e item 16</u> |
| <u>menos:</u> | <u>menos</u> | <u>menos:</u> | |
| b. Renda gerada por receitas do exterior | <u>item 17 e 18</u> | b. Gastos correntes no exterior | <u>Tabela 12 - item 3</u> |
| | <u>Tabela 12, item 2</u> | 4. Investimento interno | |
| | | a. Formação bruta de capital fixo | <u>Tabela 7 - Itens 19 e 20</u> |
| | | b. Variação de estoques | <u>Menos</u> |
| | | | <u>Tabela 12 - item 4</u> |
| 2. Total da Renda Interna Gerada por Gastos Internos | | 5. Total dos Gastos Internos com Consumo Corrente e Investimento | |

Tendo em vista as limitações provenientes do caráter pioneiro do trabalho intitulado *The Construction of Tables of National Income, Expenditure, Saving and Investment* publicado por Meade e Stone no *Economic Journal* em 1941, e tendo em vista a perspectiva promissora que a metodologia desenvolvida apresentava, Stone decidiu dedicar-se ao aprimoramento desse sistema no recém-criado Central Statistical Office inglês. Para isso, continuou contando com o apoio de Keynes, com quem freqüentemente discutia seu programa de trabalho (Studenski, 1958: 152).

A partir daí, Richard Stone passaria a dedicar grande parte do seu tempo ao desenvolvimento e disseminação das contas nacionais modernas, ao passo que James Meade trabalharia como analista econômico e, como tal, passaria a ser usuário de um sistema estatístico que ajudara a construir.

Assim, em 1947 Richard Stone preparou um relatório para a Liga das Nações intitulado: *Measurement of National Accounts and the Construction of Social Accounts* –

Report of the Sub-Committee on National Income Statistics of the League of Nations Committee of Statistical Experts (Stone, 1947).

Esse trabalho de Stone foi encomendado em 1945 pela Liga das Nações com o intuito de difundir a metodologia de construção das contas nacionais, já que vários países estavam desenvolvendo trabalhos na área de contas nacionais.⁷⁴

Como desdobramento desse trabalho, as Nações Unidas constituíram um grupo de especialistas, sob a liderança de Stone, com o objetivo de construir um sistema de contas nacionais padronizado que pudesse ser adotado pelos países membros durante os trabalhos de compilação das estatísticas nacionais relativas ao produto e à renda nacionais (United Nations, 1964: ix).

Com esse documento, as Nações Unidas pretendiam dar um passo em direção à homogeneidade das metodologias de construção das contas nacionais, de forma a garantir a comparabilidade internacional dos dados. Desse grupo de trabalho resultou a primeira versão do *Sistema de Contas Nacionais Modernas* das Nações Unidas, concluída em 1952 e editada em 1953 com o seguinte título: *A System of National Accounts and Supporting Tables* (United Nations, SNA, 1953).

A influência de Stone sobre as *contas nacionais modernas* pode ser comprovada pela leitura do prefácio da 1ª edição do SNA de 1953. Neste documento, as Nações Unidas apresentam o SNA de 1953 como uma seqüência do relatório preparado por Stone em 1947 (UN, 1953: ix).

O SNA de 1953 assinala que *a metodologia sugerida nos dois documentos é basicamente a mesma*. Possíveis diferenças seriam decorrentes da incorporação de sugestões provenientes da experiência adquirida ao longo dos cinco anos que separavam a publicação do texto de Stone e o das Nações Unidas (UN, 1953: ix).

Portanto, pode-se afirmar que *a análise e a compreensão da forma como evoluíram os trabalhos para a montagem da primeira versão das contas nacionais modernas passam, necessariamente, pelo estudo das obras de Meade e, principalmente, de Stone durante os anos 40* (Kurabayashi, 1994: 102), *ambos fortemente influenciados por Keynes*.

Todavia, é importante frisar que a influência de Stone sobre o desenvolvimento das contas nacionais modernas estendeu-se por mais de quarenta anos. Após a publicação do

⁷⁴ À reunião promovida em 1947 pelo Conselho das Nações Unidas para analisar a experiência dos países na área das contas nacionais, compareceram representantes de 33 países.

SNA de 1953, Stone dedicou-se à disseminação daquela metodologia de cálculo das contas nacionais e, também, à introdução e desenvolvimento de novos procedimentos metodológicos, tais como:

1. utilização dos índices de quantidade e de preços nas contas nacionais, com vistas a calcular as contas a preços correntes e constantes;
2. introdução das tabelas de insumo-produto nas contas nacionais, com o objetivo de construir a conta de produção desagregada pelas atividades econômicas, permitindo, assim, a compatibilização da conta dos setores institucionais com a conta dos setores produtivos;
3. revisão do sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas em 1968.

No entanto, cabe notar que várias modificações introduzidas na revisão do SNA de 1968 já vinham há algum tempo sendo adotadas em vários países. Segundo Kendrick (1995: 10), em 1952, as tabelas de insumo-produto já estavam sendo utilizadas para decompor a conta de produção das atividades. Além disso, alguns países já estavam construindo matrizes de fluxo de fundos, além da construírem contas nacionais a preços correntes e constantes.

Em 1952, porém, o Departamento de Estatística das Nações Unidas precisava optar por:

- a. integrar as diversas modalidades de contas nacionais em um sistema mais avançado e padronizado, ou
- b. divulgar a primeira versão do SNA em 1953, com base nas contas mais simplificadas propostas por Stone.

A primeira opção implicaria atraso na construção de contas nacionais comparáveis, uma vez que muitos países ainda não realizavam qualquer tipo de cálculo daquelas contas e, portanto, teriam dificuldades⁷⁵ para assimilar uma metodologia mais sofisticada.

Por outro lado, a segunda opção representaria a escolha pela divulgação de uma metodologia adequada à comparação internacional, dada a sua simplicidade, mas que iria requerer uma versão mais atualizada logo adiante.

Naquele momento, as Nações Unidas decidiram pela escolha de um sistema mais simples (Sistema de Contas Nacionais Consolidado), porém acessível a todos os países. Por

⁷⁵ Como será visto no capítulo 5 desta tese, este também era o caso do Brasil.

isso, a revisão do Manual de 1953 logo se faria necessária para incorporar os avanços que já estavam ocorrendo. No prefácio da versão de 1968 do SNA, pode-se verificar a diferença dessa versão em relação à versão de 1953:

“Le nouveau SCN fournit un cadre complet et détaillé pour l’enregistrement systématique et intégré des flux et des stocks d’une économie.

Il réunit dans un système cohérent et articulé des données qui vont, en ce qui concerne le degré d’agregation, des comptes consolidés de la nation figurant dans l’ancien SCN à des tableaux détaillés d’entrées-sorties et des opérations financières” (Nations Unies, 1970: iii).

A versão de 1968 do SNA vigorou até 1993, quando foi novamente revisada. O Capítulo 4 da presente tese será dedicado à análise das principais características metodológicas das versões de 1953, 1968 e 1993 dos Manuais das Nações Unidas, a fim de se avaliar a evolução das Contas Nacionais Modernas e a sua influência sobre as Contas Nacionais do Brasil (Capítulo 5).

Finalmente, deve-se observar que alguns países desenvolveram durante os anos 40 e 50 sistemas de contas nacionais alternativos ao sugerido pelas Nações Unidas. Alguns desses sistemas não puderam ser implantados na época em que foram criados e, por isso, sucumbiram diante da disseminação do sistema que culminou com o SNA.

Neste caso incluem-se os sistemas de contas nacionais desenvolvidos na Holanda e na Noruega que durante a ocupação alemã na Segunda Guerra Mundial não puderam ser divulgados (Kendrick, 1995: 9).

Outros sistemas tenderam a convergir em direção ao SNA em nome da uniformização da metodologia de contas nacionais. Este foi o caso do sistema de contas nacionais desenvolvido na Europa pela Organisation for European Economic Co-operation, o qual também foi concebido por Stone (Studenski, 1958: 155 e Bos, 1994: 198) ao final dos anos 40 com o objetivo de fornecer informações para a elaboração do Plano Marshall de reconstrução da Europa (1947-1952).

Em relação ao sistema de contas nacionais desenvolvido na França, cabe notar que o modelo criado nos anos 50 foi mais tarde substituído pelo *Système Élargie de Comptabilité Nationale* (INSEE, 1979) para conciliar a metodologia francesa com a desenvolvida pela Comunidade Européia (Eurostat, 1980) e pelas Nações Unidas.

Na introdução do Manual de Contas Nacionais da França (INSEE, 1979: 14), são destacadas as seguintes alterações introduzidas no sistema daquele país:

- a. inclusão da atividade do governo no conceito de produção;

b. definição da fronteira entre economia nacional e o resto do mundo, a partir da noção de residência no território econômico⁷⁶;

c. desagregação da conta do “setor privado” em duas categorias: famílias e empresas;

d. introdução das contas financeiras;

e. introdução das contas patrimoniais, e

f. avaliação das despesas do governo de acordo com as funções exercidas pelos diversos órgãos da administração pública.

Por último, deve-se também ressaltar que nos anos 60 os países socialistas já haviam desenvolvido uma metodologia alternativa de cálculo das contas nacionais, denominada Sistema de Balanços da Economia Nacional ou Contabilidade do Produto Material (Árvay, 1994: 218-236 e United Nations, 1993: XXXIX).

Segundo o Sistema de Balanços da Economia Nacional, o conceito de produção restringe-se às atividades relacionadas diretamente com a produção de bens, isto é, agricultura e indústria. E, de acordo com esta metodologia, as demais atividades econômicas são consideradas atividades associadas ao processo de distribuição da renda e, por isso, excluídas do conceito de produção.⁷⁷

Uma vez concluída a análise da contribuição de Keynes, Frisch, Kuznets, Leontief, Meade e Stone para a construção dos sistemas de contas nacionais modernos ao longo dos anos 30 e 40, pode-se, então, iniciar o estudo sobre a evolução recente desse Sistema.

Para tanto, o Capítulo 4 será dedicado ao estudo da evolução dos sistemas de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1953, 1968 e 1993 e sua influência sobre as Contas Nacionais do Brasil.

⁷⁶ Observe-se que os conceitos de “produção do governo” e “de residente no território econômico” foram desenvolvidos originalmente por Simon Kuznets nos Estados Unidos (ver Item 3.2 deste capítulo).

⁷⁷ No Apêndice deste capítulo é feita uma descrição da estrutura do Sistema de Balanços da Economia Nacional.

NOTA METODOLÓGICA

A iniciativa de Ragnar Frisch e outros economistas da escola escandinava (Aukrust, 1994) de procurar definir com maior rigor os conceitos de “produto nacional bruto a preço de mercado” e “produto nacional bruto ao custo de fator” não foi percebida por alguns autores que lidam com conceitos básicos das contas nacionais.

Como se sabe, alguns livros didáticos sobre introdução à economia, contabilidade social e macroeconomia destacam a importância da identidade contábil entre produto, renda e despesa para a compreensão dos sistemas de contas nacionais.

No manual de contas nacionais das Nações Unidas esses agregados são definidos da seguinte forma:

“Gross Domestic Product (GDP) at market prices represents the final result of the production activity of resident producer units.

Basically, GDP is a concept of value added. It is the sum of gross value added of all resident producer units ... plus that part (possibly the total) of taxes, less subsidies, on products which is not included in the valuation of output. GDP is the difference between output and intermediate consumption.

Next, GDP is also equal to the sum of the final uses of goods and services (all uses except intermediate consumption), measured in purchasers' price, less the value of imports of goods and services.

Finally, GDP is also equal to the sum of primary incomes distributed by resident producer units” (*United Nations, SNA, 1993: 41*).

Entretanto, nem sempre esta “identidade” é, de fato, demonstrada contabilmente pois, como já enfatizava Frisch, conceitualmente o produto medido ao “custo de fator” não é, necessariamente, igual ao “produto ao preço de mercado”. Seguindo o raciocínio de Frisch, a construção dessa identidade requer alguns esclarecimentos adicionais.

A seguir, serão usados os dados dos quadros econômicos para mostrar em que condições a identidade contábil entre produto, renda e despesa é válida. Como veremos, a demonstração dessa identidade depende da compatibilização entre os distintos níveis de valorização daqueles agregados, a saber:

- *custo de fator*: equivalente à renda dos fatores de produção;
- *preço básico*: que corresponde ao preço do produto na porta da fábrica, e
- *preço de mercado*: que compreende o preço básico, acrescido dos impostos indiretos, líquidos de subsídios.

Quando se calcula o Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia pela ótica da

produção, obtém-se o valor adicionado através da diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário. Este resultado, avaliado na porta da fábrica, equivale ao conceito de Produto Interno Bruto, medido ao *preço básico*.

Ao se estimar o PIB pela ótica da renda, o valor adicionado é obtido a partir da soma dos rendimentos (salário, renda da terra e lucro) dos fatores de produção. Este PIB é medido ao *custo do fator*.

Por outro lado, o Produto Interno Bruto estimado pela ótica da despesa (demanda final) representa um valor medido ao *preço de mercado*.

Através da contabilidade social, pode-se demonstrar que o valor do Produto Interno Bruto medido por aquelas três óticas é idêntico. Entretanto, a demonstração dessa identidade contábil exige que se explicita qual o nível de valoração do produto que está sendo utilizado. Os quatro Quadros que serão construídos a seguir servirão de referência para a demonstração dos requisitos necessários para a construção da identidade entre produto, renda e despesa.

O Quadro 1 refere-se a uma economia fechada e sem governo; o Quadro 2, à economia fechada com governo e os Quadros 3 e 4 referem-se a economias abertas.

No Quadro 1, a identidade contábil entre produto, renda e despesa numa economia hipoteticamente fechada e sem governo é construída da seguinte maneira:

Ótica da produção: Produto Interno Bruto medido ao preço básico (PIB pb) corresponde ao valor adicionado, ou seja, valor da produção – consumo intermediário = $400 - 195 = 205$.

Ótica da renda: Produto Interno Bruto medido ao custo de fator (PIB cf) = salário + renda da terra + lucro = $75 + 15 + 115 = 205$.

Ótica da despesa: Produto Interno Bruto medido ao preço de mercado (PIB pm) = demanda final = consumo pessoal + formação bruta de capital fixo + variação de estoque = $140 + 45 + 20 = 205$.

Quadro 1

Economia fechada e sem governo

| SETORES | INSUMOS | | | | DEMANDA FINAL | | | | TOTAL |
|-------------------|----------|------------|-----------|-------|---------------|-----------------|------------|-------|-------|
| | SETOR | SETOR | SETOR | TOTAL | CONSUMO | Formação Bruta | Varição de | TOTAL | |
| | Primário | Secundário | Terciário | | PESSOAL | de Capital Fixo | Estoque | | |
| Setor Primário | 5 | 10 | 10 | 25 | 40 | 5 | 10 | 55 | 80 |
| Setor Secundário | 10 | 30 | 30 | 70 | 40 | 30 | 10 | 80 | 150 |
| Setor Terciário | 0 | 40 | 60 | 100 | 60 | 10 | 0 | 70 | 170 |
| Total do Consumo | 15 | 80 | 100 | 195 | 140 | 45 | 20 | 205 | 400 |
| SALÁRIO | 15 | 25 | 35 | 75 | | | | | |
| REND A DA TERRA | 15 | 0 | 0 | 15 | | | | | |
| LUCRO | 35 | 45 | 35 | 115 | | | | | |
| Valor Adicionado | 65 | 70 | 70 | 205 | | | | | |
| Valor da Produção | 80 | 150 | 170 | 400 | | | | | |

Identidade entre Produto, Renda e Despesa numa
Economia Fechada e sem Governo:

Valor Adicionado = Valor da Produção - Consumo Intermediário = 400 (-) 195 = 205

Renda = Renda dos Fatores (Salário + Renda da Terra + Lucro) = 75 + 15 + 115 = 205

Despesa = Demanda Final (CP + FBKF + VE) = 140 + 45 + 20 = 205

Como se observa, nesta economia (fechada e sem governo), os valores do PIB medidos ao preço básico, ao custo de fator e ao preço de mercado são, por definição, idênticos.

No Quadro 2, a identidade contábil entre produto, renda e despesa numa economia fechada mas com governo é construída da seguinte forma:

Ótica da produção: PIB medido ao preço básico (PIB pb) = valor da produção – consumo intermediário = 470 – 245 = 225.

Quadro 2

Economia fechada com governo

| SETORES | INSUMOS | | | | | DEMANDA FINAL | | | | | TOTAL |
|--------------------------|-----------|------------|------------|-----------|------------|---------------|---------|-----------------|-------------|-------|-------|
| | SETOR | SETOR | SETOR | Governo | TOTAL | CONSUMO | CONSUMO | Formação Bruta | Variação de | TOTAL | |
| | Primário | Secundário | Terciário | | | PESSOAL | GOVERNO | de Capital Fixo | Estoque | | |
| Setor Primário | 5 | 10 | 10 | 10 | 35 | 30 | 0 | 5 | 10 | 45 | 80 |
| Setor Secundário | 10 | 30 | 30 | 20 | 90 | 35 | 0 | 20 | 5 | 60 | 150 |
| Setor Terciário | 0 | 40 | 60 | 20 | 120 | 40 | 0 | 10 | 0 | 50 | 170 |
| Governo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 70 | 0 | 0 | 70 | 70 |
| Total do Consumo | 15 | 80 | 100 | 50 | 245 | 105 | 70 | 35 | 15 | 225 | 470 |
| SALÁRIO | 15 | 25 | 35 | 20 | 95 | | | | | | |
| REND DA TERRA | 15 | 0 | 0 | 0 | 15 | | | | | | |
| LUCRO | 30 | 30 | 25 | 0 | 85 | | | | | | |
| Imposto sobre Atividade | 5 | 15 | 10 | 0 | 30 | | | | | | |
| Valor Adicionado | 65 | 70 | 70 | 20 | 225 | | | | | | |
| Valor da Produção | 80 | 150 | 170 | 70 | 470 | | | | | | |

Identidade entre Produto, Renda e Despesa numa Economia Fechada e com Governo:

Valor Adicionado = Valor da Produção - Consumo Intermediário = 470 (-) 245 = 225

Renda = Salário + Lucro + Renda da Terra + Impostos sobre a Atividade = (95+15+85)+30 = 225

Despesa = Demanda Final (CP+CG+FBKF+VE)= 105 +70 + 35 +15 = 225

Em relação ao Quadro 1, de uma economia fechada sem governo, o PIB do Quadro 2 foi acrescido de 20 unidades monetárias (isto é, de 205 para 225), em função da introdução da atividade do governo, cujo valor agregado é de 20 (70 de produção e 50 de

consumo intermediário).

Ótica da renda: PIB medido ao custo de fator (PIB cf) compreende o rendimento dos fatores (salário + renda da terra + lucro), mais o valor dos impostos indiretos que incidem sobre a atividade e que representam uma dedução do lucro (ou do excedente das empresas) = $(95 + 15 + 85) + 30 = 225$.

A partir dos dados de uma economia com a participação do governo, verifica-se que a renda dos fatores corresponde à parte do Valor Agregado (ou Produto) que é distribuída aos fatores de produção (trabalho, terra e capital), após deduzida a parte dos impostos indiretos sobre a atividade que cabe ao governo.

Desta forma, para demonstrar que o PIB medido pela ótica da renda é idêntico ao que é calculado pela ótica da produção, é preciso considerar o valor do lucro (ou do excedente) antes da incidência dos impostos sobre a atividade. Ou seja, numa economia com a presença do governo, a soma da renda dos fatores não corresponde, necessariamente, ao PIB medido ao custo de fator.

Ótica da Despesa: PIB medido ao preço de mercado (PIB pm) = demanda final = consumo pessoal + consumo do governo + formação bruta de capital fixo + variação de estoque = $105 + 70 + 35 + 15 = 225$.

Portanto, nesta economia (fechada e com governo), para que o PIB medido pelas óticas da produção, renda e despesa seja idêntico, é preciso incluir no cálculo do PIB ao custo de fator o valor dos impostos que incidem sobre a atividade.

Quadro 3

Economia aberta

| Setores | INSUMOS | | | | | DEMANDA FINAL | | | | | TOTAL | |
|--------------------------|----------|------------|-----------|---------|-------|-----------------|--------------------|------------|--------------------------------|---------------------|-------|-------|
| | Setores | | | | TOTAL | Consumo Pessoal | Consumo do governo | Exportação | Formação bruta de capital fixo | Variação de estoque | | TOTAL |
| | Primário | Secundário | Terciário | Governo | | | | | | | | |
| Setor primário | 5 | 10 | 10 | 10 | 35 | 30 | 0 | 10 | 5 | 10 | 55 | 90 |
| Setor secundário | 10 | 30 | 30 | 20 | 90 | 35 | 0 | 20 | 15 | 5 | 75 | 165 |
| Setor terciário | 0 | 40 | 60 | 20 | 120 | 45 | 0 | 5 | 5 | 0 | 55 | 175 |
| Governo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 70 | 0 | 0 | 0 | 70 | 70 |
| Importação | 10 | 15 | 5 | 0 | 30 | 20 | 0 | 0 | 10 | 5 | 35 | 65 |
| <i>Total do consumo</i> | 25 | 95 | 105 | 50 | 275 | 130 | 70 | 35 | 35 | 20 | 290 | 565 |
| Salários | 15 | 25 | 35 | 20 | 95 | | | | | | | |
| Renda da terra | 15 | 0 | 0 | 0 | 15 | | | | | | | |
| Lucros | 30 | 30 | 25 | 0 | 85 | | | | | | | |
| Imposto sobre atividade | 5 | 15 | 10 | 0 | 30 | | | | | | | |
| <i>Valor adicionado</i> | 65 | 70 | 70 | 20 | 225 | | | | | | | |
| <i>Valor da produção</i> | 90 | 165 | 175 | 70 | 500 | | | | | | | |

Identidade entre produto, renda e despesa numa economia aberta:

Valor adicionado = valor da produção - consumo intermediário = 500 - 275 = 225

Renda = renda dos fatores (salário + renda da terra + lucro) + impostos sobre a atividade = (95 + 15 + 85) + 30 = 225

Despesa = demanda final (CP+CG+FBKF+VE+(EXP-IMP)) = 130 + 70 + 35 + 20 + (35 - 65) = 225

No Quadro 3, a identidade contábil entre produto, renda e despesa numa economia aberta é construída da seguinte maneira:

Ótica da produção: PIB medido ao preço básico (PIB pb) corresponde ao valor da produção (-) consumo intermediário de insumos de origem nacional e importada = $500 - 275 = 225$.

Ótica da renda: PIB medido ao custo de fator (PIB cf) compreende o rendimento dos fatores (salário + renda da terra + lucro), mais o valor dos impostos indiretos que incidem sobre a atividade e que representam uma dedução do lucro (ou do excedente das empresas) = $(95 + 15 + 85) + 30 = 225$.

Ótica da despesa: Produto Interno Bruto medido ao preço de mercado (PIB pm) = demanda final - importações = consumo pessoal + consumo do governo + exportação + formação bruta de capital fixo + variação de estoque - importação = $130 + 70 + 35 + 35 + 20 - 65 = 225$.

Como se observa, numa economia aberta, o valor adicionado (ou PIB medido ao preço básico) corresponde ao valor da renda dos fatores, mais o valor dos impostos que incidem sobre a atividade, e ao valor da demanda final, após deduzida a demanda dos produtos importados.

Quadro 4
Economia aberta

| COMPOSIÇÃO DA OFERTA NO MERCADO | | | | | CONSUMO INTERMEDIÁRIO DOS SETORES | | | | | DEMANDA FINAL | | | | | | | |
|---------------------------------------|---------------|-----------------|---------------------|---------------|-------------------------------------|-----------|------------|------------|-----------|---------------|------------|---------------|-----------------|-----------------------|---------------------------|---------------------------|--------------------------------------|
| SETORES | Pro- dução | Impor- tação | Imposto indireto | Sub- sídio | Oferta total Preço de mercado | Setores | | | | TOTAL | Consumo | | Formação | | Variação de Estoque | TOTAL Demanda final | Demanda total Preço de mercado |
| | | | | | | Primário | Secundário | Terciário | Governo | | Pessoal | do Governo | Expor- tação | de Capital Fixo | | | |
| Setor primário | 100 | 20 | 20 | -5 | 135 | 10 | 15 | 20 | 15 | 60 | 55 | 0 | 10 | 5 | 5 | 75 | 135 |
| Setor secundário | 175 | 45 | 30 | -10 | 240 | 20 | 40 | 45 | 20 | 125 | 50 | 0 | 20 | 35 | 10 | 115 | 240 |
| Setor terciário | 210 | 0 | 10 | 0 | 220 | 0 | 45 | 65 | 25 | 135 | 70 | 0 | 5 | 10 | 0 | 85 | 220 |
| Governo | 80 | 0 | 0 | 0 | 80 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 80 | 0 | 0 | 0 | 80 | 80 |
| <i>Total</i> | <i>565</i> | <i>65</i> | <i>60</i> | <i>-15</i> | <i>675</i> | <i>30</i> | <i>100</i> | <i>130</i> | <i>60</i> | <i>320</i> | <i>175</i> | <i>80</i> | <i>35</i> | <i>50</i> | <i>15</i> | <i>355</i> | <i>675</i> |
| Salários | | | | | | 15 | 25 | 35 | 20 | 95 | | | | | | | |
| Renda da terra | | | | | | 15 | 0 | 0 | 0 | 15 | | | | | | | |
| Lucros | | | | | | 30 | 30 | 25 | 0 | 85 | | | | | | | |
| Renda dos Fatores | | | | | | 60 | 55 | 60 | 20 | 195 | | | | | | | |
| Imposto sobre Atividade | | | | | | 5 | 15 | 10 | 0 | 30 | | | | | | | |
| Depreciação | | | | | | 5 | 5 | 10 | 0 | 20 | | | | | | | |
| Valor adicionado bruto a preço básico | | | | | | 70 | 75 | 80 | 20 | 245 | | | | | | | |
| Valor da produção | | | | | | 100 | 175 | 210 | 80 | 565 | | | | | | | |

Identidade entre produto, renda e despesa numa economia aberta:

Valor adicionado a preço básico = valor da produção a preço básico - consumo intermediário a preço de mercado = 565 (-) 320 = 245

Renda = renda dos fatores (salários + lucros + renda da terra) + impostos sobre a atividade + depreciação = (95 + 15 + 85) + 30 + 20 = 245

Despesa = demanda final a preço de mercado (CP + CG + FBKF + VE + (EXP - IMP)) = 175 + 80 + 50 + 15 + (35 - 65) = 290

PIB pm = VA pb + (impostos indiretos - subsídios) = 245 + 60 - 15 = 290

RIB pm = renda dos fatores + impostos sobre a atividade + depreciação + impostos indiretos - subsídios = 195 + 30 + 20 + (60 - 15) = 290

DIB pm = demanda final - importação = 355 - 65 = 290

O Quadro 4 representa o caso de uma economia aberta na qual a identidade contábil entre produto, renda e despesa é construída da seguinte forma:

Ótica da produção: PIB medido ao preço básico (PIB pb) corresponde ao valor da produção – consumo intermediário de insumos de origem nacional e importada = $565 - 320 = 245$. Cabe notar que, em relação ao exemplo anterior, no Quadro 4 o valor da produção compreende o valor da depreciação.

Ótica da renda: PIB medido ao custo de fator (PIB cf) compreende o rendimento dos fatores (salário + renda da terra + lucro), mais o valor dos impostos indiretos que incidem sobre a atividade, mais o valor da depreciação = $(95 + 15 + 85) + 30 + 20 = 245$.

Ótica da despesa: Produto Interno Bruto medido ao preço de mercado (PIB pm) = demanda final – importações = consumo pessoal + consumo do governo + exportação + formação bruta de capital fixo + variação de estoque – importação = $175 + 80 + 35 + 50 + 15 - 65 = 290$.

O Quadro 4 retrata uma economia aberta cuja identidade contábil entre produto, renda e despesa depende da compatibilização dos três níveis de valoração do produto, a saber: custo de fator, preço básico e preço de mercado.

Numa economia onde o governo financia parte dos gastos através da cobrança de impostos que incidem sobre a produção e sobre os produtos nacionais e importados, é preciso construir a identidade do PIB a partir do conceito de *preço de mercado*.

Pelos dados do Quadro 4, constata-se que o cálculo do *Produto*, da *Renda* e da *Despesa* apresenta valores diferentes, impedindo que se construa imediatamente a identidade contábil. A interpretação desses resultados permite tirar algumas conclusões importantes acerca daqueles conceitos, antes da construção daquela identidade.

Verifica-se que, conforme dizia Frisch (Aukrust, 1994: 42) “o cálculo da renda dos fatores não corresponde, necessariamente, ao valor agregado ou produto”. Ao se construir a identidade a partir da ótica da renda, chega-se apenas ao valor da renda gerada (valor adicionado) que cabe aos fatores de produção, depois de deduzida a parcela dos impostos sobre a atividade.

No Quadro 4, a contribuição dos setores produtivos para o Produto Interno foi valorada ao custo dos fatores utilizados no processo produtivo em 195. Neste caso, o agregado macroeconômico que encontramos é o da Renda dos Fatores, ou Produto Interno

Líquido ao custo dos fatores.

Para chegar ao PIB a preço de mercado, ainda é preciso acrescentar o valor dos impostos sobre a atividade; o valor da depreciação e o valor dos impostos indiretos líquidos de subsídios que incidem sobre os produtos. Assim, o valor do PIB pm passa a ser de 290.

A partir dessa análise, compreende-se a preocupação de Frisch e outros autores escandinavos (Aukrust, 1994) em demonstrar que o conceito de “produto ao custo de fator” não é o mesmo (idêntico) que “produto a preço de mercado”, valorado de forma diferente (ópticas da renda e do produto). Na verdade, o “produto ao custo de fator” é apenas uma *parte* do “produto a preço de mercado”.

Neste sentido, percebe-se a importância da contribuição da Escola Escandinava para a precisão de conceitos fundamentais para as *contas nacionais modernas*. A partir da análise dos economistas escandinavos, verifica-se que o conceito de “produto ao custo de fator” somente pode ser comparado ao de “produto ao preço de mercado” se houver a compatibilização dos três níveis de valoração do produto: custo de fator, preço básico e preço de mercado. Caso contrário, não se pode construir a identidade básica das contas nacionais entre produto, renda e despesa.

APÊNDICE

O Sistema de Balanços da Economia Nacional (SBEN-1971) foi elaborado durante o período de 1965 a 1968, sob o patrocínio da Comissão de Estatística das Nações Unidas e com o objetivo de padronizar a metodologia de tratamento dos dados das contas nacionais nos países socialistas. Em 1971, as Nações Unidas publicaram a primeira versão desse sistema sob o título *Princípios Básicos do Sistema de Balanços da Economia Nacional* (United Nations, 1993).

Contudo, cabe notar que o cálculo das contas nacionais dos países de economia centralmente planejada já era realizado, a partir da concepção mais restrita do conceito de produção, desde os anos 20, especialmente na União Soviética.

É importante também observar que a decisão tomada em 1964 pela Comissão de Estatística das Nações Unidas de cancelar a metodologia dos países socialistas resultou da necessidade de se promover a revisão conjunta dos sistemas de contas nacionais dos países de economia de mercado (SCN-1968) e dos países de economia centralmente planejada (SBEN-1971).

Por outro lado, Árvay (1994: 221) chama atenção para o fato de que os primeiros estudos comparativos das Nações Unidas sobre os dois sistemas foram motivados pela necessidade de avaliação do impacto das diferenças metodológicas sobre o valor do produto ou renda de cada bloco de países.

É curioso observar que a realização desse estudo foi motivada pela pressão dos países adeptos do SCN que alegavam que o valor das suas contribuições para as Nações Unidas era proporcionalmente maior que a contribuição dos países socialistas, justamente porque estes últimos adotavam um conceito mais restrito de produção, que, por sua vez, servia de referência para o cálculo daquelas contribuições.

Essa discordância provém fundamentalmente da assunção, pelos países socialistas, da teoria do valor-trabalho de Adam Smith e Karl Marx, segundo a qual somente o trabalho associado à produção material (bens agrícolas e industriais) deveria ser considerado produtivo. Dessa forma, as demais atividades deveriam ser tratadas como atividades relacionadas ao processo de apropriação de uma renda já gerada (ou seja, redistribuição daquela renda).

Tendo em vista a utilização de diferentes conceitos de produção, o escopo dos sistemas de contas nacionais dos países socialistas tende a ser diferente daquele dos países capitalistas. Ao se analisarem as principais contas do SBEN pode-se compreender por que o conceito de produção restrito à produção material impõe diferenças marcantes *vis-à-vis* o SCN.

O SBEN é composto de um conjunto de quatro balanços, a saber:

1. Balanço da produção, consumo e acumulação do produto social global, ou balanço material da economia

No balanço material são construídas as tabelas de insumo-produto onde são identificadas a origem e o destino dos produtos materiais da economia, e são calculadas as grandezas macroeconômicas referentes ao valor do produto social global e produto material líquido. Estes valores correspondem no SCN, respectivamente, ao valor bruto da produção e valor adicionado das atividades produtoras de bens.

2. Balanço entre produção, distribuição redistribuição e uso final da renda nacional ou balanço financeiro da economia

Nesta conta, os agregados mais importantes são o consumo pessoal de bens e a acumulação. O valor do produto líquido material é dividido na conta de distribuição primária da renda entre trabalhadores e empresas (trabalho e "capital"), sendo que o valor relativo à remuneração das empresas é obtido de forma residual.

Cabe notar que, em função de o conceito de produção estar restrito às atividades produtoras de bens materiais, a Contabilidade do Produto Material trata todas as operações relacionadas com a compra de serviços como operações de repartição, ou redistribuição, da renda.

3. Balanço da mão-de-obra

Nesta conta são incluídas as informações sobre população economicamente ativa, emprego setorial e produtividade do trabalho produtivo.

4. Balanço da riqueza nacional

Neste balanço são registrados os valores referentes ao volume dos bens criados pelo trabalho produtivo.

Finalmente, cabe observar que, desde o início dos anos 90, a desintegração da União Soviética, a reunificação da Alemanha e a transição de vários países socialistas em

direção ao sistema de economia de mercado, tanto na Europa central, quanto na Ásia e na África, contribuíram para que os países adeptos da contabilidade do produto material abandonassem aquela metodologia.

Estes países estão atualmente em fase de transição para a implantação dos Sistemas de Contas Nacionais (SCN) dos países de economia de mercado. Com isso, o SCN de 1993 das Nações Unidas tenderá a ser utilizado pela quase-totalidade dos países que produzem algum tipo de estatística econômica.

EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS DAS NAÇÕES UNIDAS: 1953-1968-1993

4.1. O sistema de contas nacionais de 1953⁷⁸

A primeira versão do Sistema de Contas Nacionais desenvolvido pelas Nações Unidas foi publicada em 1953 e compreendia a apresentação de um conjunto simplificado de seis contas que descreviam os fluxos econômicos relativos à produção, consumo, acumulação de capital e transações com o exterior (SNA, UN, 1953: cap. III). O SNA de 1953 consistiu na preparação de um sistema de contas que procurava registrar os créditos e débitos das operações (não-financeiras e de transferência) que os agentes econômicos (empresas, famílias e governo) realizam entre si.

As seis contas padronizadas do SNA de 1953 eram desagregadas em um conjunto de onze tabelas complementares (UN, 1953: cap. IV) que permitiam identificar as seguintes relações entre os agregados macroeconômicos: produto interno bruto e produto nacional bruto; origem da renda gerada, por atividade econômica; origem da renda nacional, por setor institucional; distribuição da renda nacional; financiamento da formação de capital; composição da formação de capital; apropriação e uso da renda nacional pelas famílias e instituições privadas sem fins lucrativos; composição do consumo privado; apropriação e uso da renda do governo; e balanço de pagamentos.

Em relação ao SNA de 1953, cabe tecer quatro comentários preliminares: em primeiro lugar, deve-se observar a ênfase dada à importância das contas nacionais para o planejamento econômico. No Capítulo 1, a grande depressão dos anos 30, os problemas relacionados ao financiamento dos gastos com a Segunda Guerra Mundial, os programas de reconstrução do pós-guerra e os planos de desenvolvimento de economias atrasadas eram apontados como fatores determinantes da necessidade de um sistema de contas que fornecesse

⁷⁸ *A System of National Accounts and Supporting Tables. Studies in Methods*, série F, n. 2, rev. 1, Nova York: United Nations, 1953.

as informações de que os governantes precisavam para elaborar os planos econômicos e de governo (UN, 1953: 1).

Em segundo lugar, deve-se ressaltar a contribuição daquele sistema para o desenvolvimento e disseminação das contas nacionais modernas, na medida em que forneceu uma base conceitual que facilitava a uniformização das metodologias de registro das contas nacionais.

Em terceiro lugar, constata-se que essa primeira versão do SNA somente estava preocupada com a definição de um *sistema de contas expressas em valores monetários correntes*. O SNA de 1953 menciona a necessidade de construção de números-índices de produção e de preços para a elaboração de contas a preços constantes, mas não aborda os problemas relacionados aos cálculos das contas nacionais a preços constantes (UN, 1953: ix).

Em quarto lugar, observa-se que o SNA de 1953 foi elaborado de forma a retratar o funcionamento da economia pela ótica institucional, ao decompor os agentes econômicos em: famílias e instituições privadas sem fins lucrativos; empresas e governo.

O SNA de 1953 começou o desenvolvimento do sistema pela delimitação do âmbito das contas nacionais. Para tanto, iniciou a apresentação do sistema de contas nacionais com a definição do valor de produção (UN, 1953: 4). A abordagem inicial adotada para definir o conceito de produção foi a mais simples possível, uma vez que a *produção* foi descrita genericamente como um “processo de provisão de bens e serviços”.

Em seguida, o mesmo SNA observou que o conceito de produção a ser adotado pelas contas nacionais deveria levar em consideração apenas a produção de bens e serviços destinados à venda no mercado.⁷⁹ Para medir a geração de renda da economia em um determinado período de tempo alerta para a necessidade de dedução do consumo intermediário para se efetuar o cálculo do valor adicionado. A partir do cálculo do valor adicionado, o SNA demonstra a identidade contábil entre produto, renda e despesa, a qual já foi descrita no Capítulo 3 desta tese.

O SNA adverte para a necessidade de se computar como atividade produtiva a produção de serviços domésticos por parte das famílias, uma vez que, embora não sejam destinados à venda no mercado, tais serviços são produzidos a partir da utilização de mão-de-obra (fator de produção trabalho) contratada no mercado.

⁷⁹ “In a monetary economy all goods and services are included in the concept of production if they are exchanged for money.” United Nations. *A System of National Accounts*. Nova York, 1953: 4.

A partir da definição do conceito de produção, o SNA decompôs os agentes econômicos em entidades produtoras e consumidoras dos bens e serviços, cabendo às empresas a função de produzir aqueles produtos, e às famílias a função de consumi-los. Os produtores, por sua vez, classificam-se em empresas ou unidades familiares.

Quanto aos produtos, estes são classificados como bens e serviços intermediários ou finais. Os gastos com bens e serviços finais realizados pelos agentes econômicos classificam-se em função do destino dado aos produtos, isto é: quando destinados à satisfação das necessidades das famílias, são classificados como consumo pessoal e, quando adquiridos pelas empresas, são classificados como formação bruta de capital fixo.

Feita a distinção entre as funções de consumo (famílias) e de produção (empresas), o SNA define a conta de produção, ou conta do produto interno bruto (UN, 1953: 18), como a primeira conta do Sistema de Contas Nacionais de 1953. Essa conta compreende as vendas dos bens e serviços produzidos pelas empresas e as compras dos insumos utilizados ao longo do processo produtivo.

Convém lembrar que a produção realizada por unidades familiares que também se dedicam a atividades produtivas deve ser incluída nesta conta de produção, uma vez que às contas nacionais interessa avaliar a totalidade do produto gerado na economia, independentemente da forma como seus produtores estejam organizados.

Analogamente ao tratamento dado à produção das famílias, o SNA recomenda que se considere como produtiva a atividade realizada pelo governo, enquanto agente que presta serviços à coletividade. Segundo o SNA, embora sejam considerados “não-mercantis” (ou seja, são prestados de forma gratuita à sociedade), tais serviços são produzidos a partir da utilização de fatores (servidores civis e militares) contratados no mercado⁸⁰.

Considerando que os serviços públicos são prestados gratuitamente à coletividade, o SNA recomenda que a produção dessa atividade seja calculada a partir da soma dos custos com materiais de consumo (consumo intermediário) e custos de fatores (salários, encargos sociais, etc.) incorridos para a prestação desses serviços.

Dessa forma, fica esclarecida a distinção entre atividade mercantil e não-mercantil:

✓ a atividade realizada pelas empresas é considerada mercantil porque o conceito de produto

⁸⁰ Ver Capítulo 3, item 3.2, que trata da contribuição de Simon Kuznets para a classificação da atividade realizada pelo governo.

(ou valor adicionado) depende da diferença entre o valor do produto (preço de venda) e o valor dos insumos. Vale dizer, como a receita das empresas depende da venda do produto no mercado, a atividade desempenhada por elas é considerada uma “atividade mercantil”.

- ✓ a atividade realizada pelo governo é considerada “não-mercantil” porque a administração pública não se financia através do mercado (dado que sua produção é prestada gratuitamente à coletividade), mas por meio de transferências (impostos) recebidas das empresas e das famílias.

Mais adiante o SNA de 1953 introduz no universo da produção as atividades realizadas por instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL), as quais, como o próprio nome indica, prestam à sociedade serviços de natureza não-mercantil. A produção dessas unidades é calculada de forma similar à do governo (ou seja, a partir dos custos de produção) e elas também financiam suas atividades com transferências recebidas das empresas e famílias.

Como se nota, as IPSFL e o Governo têm em comum o fato de serem agentes que prestam serviços gratuitos à coletividade e que se financiam por meio de transferências. Por outro lado, a natureza das transferências recebidas determina a diferença entre IPSFL e Governo: enquanto as IPSFL são financiadas por transferências voluntárias, o Governo é financiado por transferências (impostos e taxas) compulsórias.

Após a delimitação do universo da atividade produtiva e a identificação dos diversos agentes econômicos, o SNA agregou aqueles agentes de acordo com a função desempenhada dentro do sistema econômico. Dessa classificação surgiram as contas nacionais de 1953, organizadas pelos seguintes *setores institucionais*: *empresa, família e IPSFL, e governo* (UN, 1953: 10-11).

O setor institucional Empresa abrange todas as unidades produtivas dedicadas à produção de bens e serviços para posterior venda no mercado a um preço que cubra, ao menos, os custos de produção. Esse setor engloba a atividade de empresas privadas (sociedades ou empresas individuais ou familiares); empresas públicas que financiam seus custos de produção através da venda de produtos; produtores independentes (isto é, trabalhadores por conta própria, autônomos e profissionais liberais) e as famílias de produtores rurais (proprietários, ou não, de terras).

O setor institucional Família e IPSFL inclui o conjunto de indivíduos residentes no país e as instituições privadas que prestam serviços de natureza gratuita (não-mercantil) à

coletividade. Estão incluídos nesta categoria clubes, associações, fundações, sindicatos, cooperativas, escolas, hospitais e outras entidades filantrópicas.

O setor institucional Governo compreende todas as instâncias da administração pública (federal, estadual e municipal) que prestam serviços à coletividade, tais como educação e saúde pública, segurança, justiça, administração e outros serviços públicos não-mercantis.

Uma vez classificados os Setores Institucionais, o SNA de 1953 construiu uma conta para cada setor institucional com o intuito de registrar as transações relacionadas a *produção, consumo e acumulação de capital*. Além disso, foi construída uma outra conta para contabilizar as transações realizadas entre os agentes econômicos residentes no país e o *Exterior*.

De acordo com o SNA de 1953, era preciso construir contas de Produção, Consumo e de Capital, por Setor Institucional, que se articulam da seguinte forma:

Conta de produção

Esta conta registra os fluxos de rendas e gastos associados à atividade produtiva dos setores institucionais. A Conta de Produção é construída sob a forma de uma Conta T, na qual os *créditos*⁸¹ correspondem às receitas provenientes da venda (e autoconsumo) dos bens e serviços produzidos. Quanto aos *débitos* da conta de produção, estes compreendem as despesas realizadas ao longo do processo de produção com o consumo de matérias-primas, com o consumo de capital fixo e o pagamento dos fatores de produção.

A partir da Conta de Produção, pode-se construir a identidade básica das contas nacionais, já explicada no Capítulo 3. Segundo aquela identidade, pela ótica da renda, os débitos equivalentes ao pagamento dos fatores representa o valor adicionado ao custo de fator. Já pela ótica da produção, o valor agregado é calculado pelo saldo entre o total dos créditos da conta de produção e o consumo intermediário. E, pela ótica da despesa, o valor adicionado corresponde aos créditos equivalentes ao valor da venda de bens e serviços finais.

⁸¹ Por convenção, o SNA de 1953 estabelece que as operações de crédito são registradas no lado direito das contas, e as de débito, no lado esquerdo.

Conta de apropriação

Esta conta registra os fluxos de rendas e gastos associados a operações de repartição da renda que devem ser adicionados aos fluxos de renda registrados na conta de Produção, para se chegar aos conceitos de *renda nacional e renda disponível*.

Do lado do *crédito*, são registradas as rendas de cada setor institucional provenientes de investimentos e transferências realizadas pelos demais setores institucionais, inclusive do Resto do Mundo. Os débitos consistem em transferências de renda de um setor institucional para os demais (inclusive o Resto do Mundo).

O valor da renda total apropriada por um setor institucional (total dos créditos da conta de apropriação), menos a renda transferida para terceiros, corresponde ao conceito de renda disponível que, por sua vez, pode ser decomposta em consumo ou poupança.

No caso das Famílias, o saldo entre o total da renda apropriada e as transferências efetuadas para outros setores institucionais representa o conceito de *renda pessoal disponível*. Em relação ao governo, a *renda disponível da administração pública* compreende a diferença entre o valor das receitas (transferências correntes recebidas⁸², mais eventuais receitas com a prestação de serviços) e as transferências correntes realizadas. Após descontar o valor do consumo do governo (despesas correntes com a prestação de serviços não-mercantis), chega-se à poupança do governo que corresponde ao conceito de superávit, déficit ou equilíbrio fiscal do governo.⁸³

Quando o cálculo da renda apropriada é realizado para o conjunto da economia, pode-se estimar o valor da Renda Nacional, a qual representa o montante da renda gerada internamente no país *mais* os rendimentos líquidos de fatores recebidos do exterior. Se da renda nacional for deduzido o valor das transferências correntes efetuadas para o exterior e for acrescido o valor daquelas transferências recebidas do exterior, obtém-se o conceito de Renda Nacional Disponível, que se reparte em Consumo e Poupança nacionais.

⁸² "Transferências correntes" são fluxos de pagamentos unilaterais realizados entre os agentes econômicos (sejam eles residentes ou não) que interferem na composição da renda corrente, a qual, por sua vez, determina o nível de consumo. Essas transferências são registradas nas contas correntes dos setores institucionais. Já as "transferências de capital" correspondem aos fluxos de pagamentos unilaterais relacionados com o financiamento da acumulação de capital dos setores institucionais (SNA, 1953: 36 e 1993: 270).

⁸³ É importante ressaltar que, como foi visto no Capítulo 2, todos esses conceitos, assim como a sua apresentação em forma de um sistema de contas que distingue o setor público do setor privado, já estavam presentes no livro *How to Pay for the War*, escrito por Keynes em 1940.

Ao analisar a estrutura da Conta de apropriação do SNA de 1953, percebe-se que o modelo de contas nacionais desenvolvido por Keynes em 1940 no livro *How to Pay for the War* com o objetivo de calcular a renda e a despesa do governo e identificar o déficit público (ou poupança do governo) é plenamente incorporado ao Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas. Este sistema compreende um conjunto de contas de renda e despesa para cada setor institucional (empresa, família e governo) que se articulam através dos respectivos débitos e créditos.

Conta de capital

Na conta de Capital são registrados os fluxos monetários relacionados com a formação de capital e o financiamento da acumulação de capital. Os *créditos* da conta de Capital correspondem aos recursos internos disponíveis, a saber: reserva para depreciação; transferências de capital recebidas de outros setores institucionais (inclusive o exterior) e empréstimos para atender à necessidade de financiamento (inclusive externo) de um dado setor.

Quanto aos *débitos*, estes consistem em dispêndios com a compra de bens de capital, variação dos estoques, empréstimos concedidos a outros setores institucionais e transferências de capital.

Os créditos contabilizados na conta de Capital significam as fontes de financiamento da economia nacional e, como tal, são classificados em: poupança das empresas, das famílias e do governo. Já os débitos equivalem ao montante do investimento (público e privado) realizado no ano. A diferença entre o total da poupança interna e o investimento determina a capacidade ou necessidade de financiamento da economia.

Conta do exterior

A última conta do SNA de 1953 contém *créditos* e *débitos* relacionados com transações efetuadas entre agentes econômicos residentes no território nacional (empresas, famílias e governo) e não-residentes. Os créditos e débitos desta conta equivalem à contrapartida dos débitos e créditos lançados nas contas dos Setores Institucionais residentes.

Cabe observar que as quatro contas (Produção; Apropriação, Capital e Exterior) articulam-se entre si a partir de uma operação de saldo encontrada em cada uma das contas. A correspondência entre esses saldos, por sua vez, é obtida através do princípio contábil das partidas dobradas, segundo o qual o débito de uma conta equivale a um (ou mais de um) crédito em outra conta, e vice-versa.

Assim, a passagem da conta de Produção para a conta de Apropriação é feita por meio do *Valor Adicionado*, cujo saldo é registrado na primeira conta como um débito (pagamento pelas unidades produtivas de renda aos fatores) e, na segunda, como um crédito (recebimento da renda dos fatores).

Por outro lado, a conexão entre as contas de Apropriação e de Capital é realizada através da *Poupança*, que é o saldo da conta de Apropriação obtido entre o valor da renda disponível e o consumo. Esta poupança significa um débito para a Conta de Apropriação (uso dado à renda) e um crédito para a conta de Capital (financiamento do investimento, ou do déficit público⁸⁴).

A ligação entre a conta de Capital e a conta do Exterior (Resto do Mundo) é feita a partir da relação existente entre o saldo da conta de Capital, representado pela *Capacidade ou Necessidade de Financiamento da Economia* (correspondente ao valor do saldo entre a poupança interna e o investimento total) e o *Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes* na conta do Resto do Mundo⁸⁵.

Após a definição dos setores institucionais, o SNA de 1953 (p. 13) considera a possibilidade de se desagregar cada setor institucional por atividade econômica. Entretanto, pondera que essa segunda classificação (por ramo de atividade econômica) esbarra na dificuldade de se decompor um setor institucional (por exemplo, empresa) pelas diversas atividades exercidas (comércio, indústria, etc.) pela empresa.

Tendo em vista a constatação de que a fronteira entre as diversas atividades econômicas não coincide com a dos setores institucionais, o SNA conclui ser impossível construir uma conta de produção para cada atividade realizada por uma mesma firma. Ou seja, a versão de 1953 do SNA não visualizava um caminho que permitisse compatibilizar, a curto prazo, a classificação das atividades econômicas, construída a partir da noção de estabelecimento como unidade estatística informante, com a classificação de setor institucional.

Sendo assim, constata-se que essa decisão tomada pelo SNA de 1953 determinaria o desenho do primeiro Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas que, portanto, seria montado somente a partir da ótica institucional.

Finalmente, deve-se ressaltar que a versão do SNA de 1953 teve duas outras

⁸⁴ Para mais detalhes sobre a relação entre poupança privada e déficit público, ver capítulo 2.

⁸⁵ Para mais detalhes a respeito da relação entre poupança interna e balanço de pagamentos, ver capítulo 3, item 3.4 (Modelo de economia aberta).

edições, em 1960 e 1964, contendo, entretanto, pequenas alterações metodológicas. A 2ª edição, de 1960, reconhecia a importância da construção de tabelas de insumo–produto integradas ao sistema de contas nacionais, mas tratava esta questão como um objetivo de longo prazo. Já a 3ª edição, de 1964, procurou compatibilizar o SNA com o Manual do Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional (UN, SNA, 1993).

Na segunda versão do SNA, em 1968, a ONU optaria pela construção de um sistema que integrasse as contas dos Setores Institucionais com as das Atividades Econômicas⁸⁶. A atualização do sistema de contas nacionais foi decidida pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1964 (Árvay, 1994: 221), a qual visava a revisão conjunta dos sistemas de contas nacionais dos países de economia de mercado (SNA de 1968) e dos países socialistas (Sistema de Balanços da Economia Nacional de 1971).⁸⁷

A seguir, far-se-á a descrição do Sistema de Contas Nacionais de 1968, procurando-se identificar as principais diferenças entre esta versão e a de 1953.

4.2 O sistema de contas nacionais de 1968⁸⁸

No prefácio da versão de 1968, o Sistema de Contas Nacionais descreve a atualização do SNA como resultado do desenvolvimento das contas nacionais em vários países, desde a edição do SNA de 1953. A nova versão incorporou novos aspectos das Contas, tais como a inclusão de tabelas de insumo–produto; quadros de fluxos de fundos; contas de patrimônio; e contas nacionais a preços constantes.

A ampliação do sistema de contas nacionais para novas áreas visava à construção de modelos econômicos mais desagregados que deveriam servir de fonte de informação para análise e tomada de decisões de política econômica. Conseqüentemente, seria preciso decompor os dados relativos a produção, consumo, acumulação e outros agregados macroeconômicos o que, por sua vez, levaria à criação de novos sistemas de classificação dos agentes econômicos, novas contas e novas tabelas.

⁸⁶ Com essa opção, em 1968, a ONU introduziria, definitivamente, a Matriz de Insumo-Produto ao Sistema de Contas Nacionais.

⁸⁷ Ver Apêndice do Capítulo 3 desta tese.

⁸⁸ *A System of National Accounts*. Studies in Methods, série F, nº 2, rev. 2, Nova York: United Nations, 1968. A bibliografia utilizada nesta tese refere-se à versão francesa denominada "*Système de comptabilité nationale*, Études Methodologiques, série F, nº 2, rev. 3, Nova York: Nations Unies, 1970.

Neste sentido, no SNA de 1968, a conta de Produção foi transformada em uma tabela de insumo–produto com o objetivo de fornecer um conjunto maior de dados sobre a origem e o destino dos bens e serviços, assim como sobre o processo de geração primária da renda e sua repartição funcional. Além disso, os dados referentes à evolução temporal da oferta e demanda dos bens e serviços passaram a ser expressos em valores correntes e constantes.

Já a conta de Capital passou a conter informações desagregadas sobre os fluxos de créditos financeiros, para identificar as fontes e mecanismos de financiamento da acumulação de capital. Dessa desagregação surgiu a Matriz de Fluxo de Fundos ou Tabela de Operações Financeiras, que revelam os *fluxos de créditos e débitos através dos quais os excedentes de poupança de alguns agentes econômicos são utilizados para financiar aqueles agentes cujas despesas de capital superam a poupança própria* (UN, 1968: 2).

A conta de Apropriação e a conta de Capital foram desagregadas por setor institucional para facilitar a compreensão da capacidade de apropriação e utilização da renda de cada setor, a saber: empresas financeiras; empresas não-financeiras; instituições privadas sem fins lucrativos; famílias; e governo.

O SNA de 1968 também introduziu a conta de Patrimônio dos setores institucionais com o objetivo de acompanhar a evolução patrimonial da economia ao longo do tempo.

Para dar conta da ampliação do âmbito das contas nacionais (contas de Fluxo e de Patrimônio), o SNA de 1968 procurou representar o funcionamento do sistema econômico através de uma Matriz de Contabilidade Social, segundo a qual, por convenção, para cada conta (conta de patrimônio de abertura; conta de produção, conta de apropriação; conta de capital e financiamento da acumulação; conta do resto do mundo, e conta de patrimônio de fechamento), as linhas representam as operações de crédito da conta e as colunas compreendem as de débito.

A Matriz de Contabilidade Social era composta de três subsistemas de contas. O *primeiro grupo* compunha-se pelas Contas Consolidadas da Nação, construídas nos moldes do SNA de 1953, isto é, compreendia um conjunto integrado de Contas de Produção, Apropriação, Acumulação e Resto do Mundo. De acordo com o SNA de 1968, essa parte do Sistema representava o mínimo de que cada país deveria dispor de forma a garantir a comparabilidade internacional das suas contas nacionais.

O *segundo grupo* referia-se à desconsolidação da conta de Produção pela Tabela de Insumo-Produto, a qual revela os recursos (produção e importação) e usos (consumo intermediário e demanda final) dos bens e serviços, além de mostrar a conta de Geração da Renda e sua distribuição funcional.

A importância desta matriz reside no fato de que ela concilia o modelo criado por Leontief⁸⁹ de construção de uma conta de produção, desagregada por atividade econômica, com a conta de Produção por setor institucional. A partir dessa integração a matriz passa a assumir papel preponderante dentro do sistema de contas nacionais na medida em que serve de referência para a avaliação do nível de consistência das estatísticas econômicas produzidas por um país.

O *terceiro grupo* compreendia as contas de Apropriação e de Capital, construídas para cada setor institucional (empresas não-financeiras; instituições financeiras; instituições privadas sem fins lucrativos; famílias e governo).

A fim de ilustrar as vantagens da apresentação das contas nacionais por meio de uma Matriz de Contabilidade Social, o SNA 1968 constrói no capítulo 1 (UN: 3-12) um sistema simplificado de contas (produção; apropriação e uso da renda nacional; acumulação de capital e operações com o exterior) cuja representação pode ser feita através de quatro modelos distintos: Contas Consolidadas; Quadro Econômico de Conjunto; Matriz de Contabilidade Social; e Equações Contábeis.

Quadro 5

1º Modelo: Contas consolidadas da nação

1. Conta de Produção (ou Conta do PIB)

| Débitos | | Créditos | |
|---|-----|----------------------------------|-----|
| 1. Valor Adicionado Bruto ou Renda Interna Bruta(9) | 255 | 3. Venda de Bens de Consumo (6) | 210 |
| | | 4. Venda de Bens de Capital (12) | 47 |
| 2. Importações (18) | 54 | 5. Exportações (16) | 52 |
| Total | 309 | Total | 309 |

⁸⁹ Ver item 3.3 do Capítulo 3 desta tese; ver também Leontief (1986).

2. Conta de Apropriação e Uso da Renda

| Débitos | | Créditos | |
|---|-----|--|-----|
| 6. Compra de Bens de Consumo (3) | 210 | 9. Renda Interna Bruta (1) | 255 |
| 7. Poupança Líquida (15) | 27 | 10. Menos Depreciação (13) | -19 |
| 8. Transferências Correntes Líquidas para o Exterior (19) | 4 | 11. Renda Líquida dos Fatores Enviada ao Exterior (17) | 5 |
| Total | 241 | Total | 241 |

3. Conta de Acumulação de Capital

| Débitos | | Créditos | |
|---|-----|--------------------------|----|
| 12. Compra de Bens de Capital (4) | 47 | 15. Poupança Líquida (7) | 27 |
| 13. Menos Depreciação (10) | -19 | | |
| 14. Capacidade de Financiamento da Nação (20) | -1 | | |
| Total | 27 | Total | 27 |

4. Conta do Resto do Mundo (ou Balanço de Pagamentos em Transações Correntes)

| Débitos | | Créditos | |
|--|----|---|----|
| 16. Exportações (5) | 52 | 18. Importações (2) | 54 |
| 17. Renda Líquida dos Fatores Enviada ao Exterior (11) | 5 | 19. Transferências Correntes Líquidas para o Exterior (8) | 4 |
| | | 20. Necessidade de Financiamento do resto do Mundo (14) | -1 |
| Total | 57 | Total | 57 |

O modelo simplificado de contas nacionais consolidadas do SNA de 1968 apresenta o funcionamento do sistema econômico através das quatro contas que revelam a geração da renda, a formação da renda nacional, o uso da renda em consumo e poupança, a formação de capital e o seu financiamento e as transações com o exterior.

Como se pode notar, esse sistema permite calcular os principais agregados macroeconômicos e, ademais, cada conta apresenta um saldo (Valor Adicionado, Poupança e Capacidade ou Necessidade de Financiamento da Economia) que garante a articulação das contas entre si. No entanto, o SNA de 1968 (UN: 3) questiona a representação das contas em forma de Conta T, pois, para obedecer ao princípio contábil das partidas dobradas, torna-se necessário registrar cada operação duas vezes (como débito e seu correspondente crédito).

Para evitar essa duplicidade de registros, o SNA de 1968 propõe um 2º Modelo, denominado Quadro Econômico de Conjunto,⁹⁰ o qual tem a vantagem de registrar uma única vez cada operação e de oferecer uma visão do conjunto da economia, desde a produção, passando pelos mecanismos de distribuição e utilização da renda, até chegar à estimativa da formação de capital e suas formas de financiamento.

Os *créditos* correspondem às operações que contribuem para aumentar o valor dos recursos de cada setor institucional considerado (empresas, famílias, governo e resto do mundo). Por convenção, o SNA estabelece que os créditos (ou recursos) são registrados no lado direito do quadro. Por outro lado, os *débitos* (usos) compreendem as operações que reduzem os recursos dos setores institucionais, ou então são transações que indicam a utilização da renda em pagamento aos fatores, transferências correntes, investimento e financiamento da acumulação de capital. E, por convenção, os débitos (ou usos) são registrados no lado esquerdo do Quadro Econômico de Conjunto.

A discriminação das operações é feita no centro do quadro, evitando assim o duplo registro de cada uma delas. Como se pode notar, essa forma de registro compreende a mesma seqüência encontrada nas contas consolidadas, ou seja, parte-se das operações relacionadas com a produção e a geração da renda, passa-se pelas operações de distribuição da renda para se chegar ao consumo e à poupança. Esta última, por sua vez, relaciona-se com os mecanismos internos e externos de financiamento da acumulação de capital, permitindo calcular o valor da capacidade (ou necessidade) de financiamento da economia.

⁹⁰ Ou "Contas Econômicas Integradas", segundo a terminologia adotada pelo SNA de 1993 (United Nations, SNA, 1993: 27 e 1968: 4).

Quadro 6

2º Modelo: Quadro econômico de conjunto

| Débitos (Usos) | | | | Operações | Créditos (Recursos) | | | |
|--------------------------------------|---|---------------------------------|--------------------------------------|---|--------------------------------------|---|---------------------------------|--------------------------------------|
| P r o d u ç ã o | A p r o p r i a ç ã o | C a p i t a l | E x t e r i o r | | P r o d u ç ã o | A p r o p r i a ç ã o | C a p i t a l | E x t e r i o r |
| 1 | 2 | 3 | 4 | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| | 210 | | | Bens de Consumo | 210 | | | |
| | | 47 | | Bens de Capital | 47 | | | |
| | | | 52 | Exportações | 52 | | | |
| 54 | | | | Importações | | | | 54 |
| 255 | | | | Valor Adicionado Bruto ou Renda Interna Bruta | | 255 | | |
| | | -19 | | Depreciação | | -19 | | |
| | | | 5 | Renda Líquida dos Fatores Enviada ao Exterior | | 5 | | |
| 4 | | | | Transferências Correntes Líquidas para Exterior | | | | 4 |
| 27 | | | | Poupança Líquida | | | 27 | |
| | | -1 | | Capacidade de Financiamento da Nação | | | | -1 |
| 309 | 241 | 27 | 57 | Total | 309 | 241 | 27 | 57 |

Apesar de considerar o Quadro Econômico de Conjunto uma forma adequada de apresentação das contas nacionais, o SNA 1968 opta pela criação de um 3º Modelo de Contas, composto da Matriz de Contabilidade Social.

Para Pyatt (1994: 249), a representação do sistema de contas nacionais sob a forma matricial consistia em uma extensão do trabalho de Leontief para o conjunto da economia. Vale dizer, enquanto a matriz de insumo–produto de Leontief revelava a estrutura produtiva da economia (Conta de Produção), para Stone, idealizador da matriz de contabilidade social, esta indicava como os demais aspectos da vida econômica também podiam ser representados sob o formato de matriz.

Com este novo desenho das contas nacionais, Stone pretendia dar um passo mais adiante no sentido da construção de um sistema de análise da estrutura da economia, seu

funcionamento e suas interações, sem se restringir apenas ao cálculo dos agregados macroeconômicos encontrados no modelo de contas consolidadas.

Quadro 7

3º Modelo: Matriz de contabilidade social

| Débitos Créditos | C o n t a s | | | | T o t a l |
|---------------------|-------------|-------------|---------|----------|-----------|
| | Produção | Apropriação | Capital | Exterior | |
| 1. Produção | | 210 | 47 | 52 | 309 |
| 2. Apropriação | 255 | | -19 | 5 | 241 |
| 3. Capital | | 27 | | | 27 |
| 4. Exterior | 54 | 4 | -1 | | 57 |
| T o t a l | 309 | 241 | 27 | 57 | |

Nesta matriz cada operação também é representada por um único registro e identifica-se a natureza (débito ou crédito) da transação (consumo, exportação, depreciação, poupança, etc.) de acordo com a seguinte convenção:

Cada *linha da matriz* corresponde a uma determinada operação de crédito (ou recurso) da conta em estudo.

Cada *coluna da matriz* corresponde a uma determinada operação de débito (ou uso) da conta.

Para o SNA de 1968, a grande vantagem da matriz de contabilidade social provém do fato de que cada célula dessa matriz pode ser subdividida em outras matrizes, sem se alterar a estrutura do sistema. Por exemplo, a conta de produção pode ser decomposta em uma matriz de insumo–produto que indica o conjunto de atividades (agricultura, indústria, serviços, etc.) que produzem os diversos tipos de bens e serviços em um determinado ano.

Em relação ao consumo de bens de consumo, pode-se, por exemplo, construir uma tabela complementar e compatível com o 3º Modelo, a partir da discriminação dos produtos consumidos e da subdivisão dos consumidores por classes de renda. A Formação de Capital pode, por sua vez, ser decomposta por produtos (máquinas, instalações, etc.) e de acordo com o setor institucional (empresa, família, governo).

Quanto à desagregação da Matriz de Contabilidade Social, deve-se observar que, com este método, o SNA de 1968 abre o caminho para a integração da Matriz de Insumo-Produto ao Sistema de Contas Nacionais, ao permitir que a Conta de Produção seja construída, ao mesmo tempo, pela ótica institucional (empresas, famílias, governo e resto do mundo) e pela ótica das atividades econômicas (agricultura, indústria, serviços, etc.).

A partir da Matriz de Contabilidade Social, o SNA de 1968 aproximaria o modelo de contas nacionais criado por Keynes ao modelo desenvolvido por Leontief. E, como já foi visto nos Capítulos 2 e 3 (item 3.3), apesar de estarem apoiados em teorias conflitantes, os modelos desenvolvidos por Keynes e Leontief convergiram para um único sistema de contas nacionais: Matriz de Contabilidade Social do SNA de 1968, a qual concilia o sistema de Keynes (ótica dos setores institucionais) com o de Leontief (ótica das atividades econômicas).

Justifica-se essa compatibilidade pelo fato de a Matriz de Leontief poder desempenhar papel fundamental dentro da montagem do sistema estatístico de um país, ao fornecer um instrumento eficaz de análise da abrangência e consistência das estatísticas econômicas.

Como, regra geral, nenhum país dispõe de informações completas para construir todas as células de uma matriz de insumo-produto. No entanto, esse instrumento permite que se estimem alguns agregados, ou se avalie a qualidade de algumas estatísticas, submetendo-os a uma crítica de coerência que consiste no confronto de uma dada informação com outras com as quais o referido agregado tem que ser compatível.

Por exemplo, no cálculo do Produto de cada atividade são utilizadas estatísticas sobre produção e consumo intermediário, para se chegar ao valor adicionado. Caso não seja construída uma matriz, o cálculo do Produto Interno Bruto da economia é realizado através do somatório dos valores adicionados de todas as atividades consideradas na economia em estudo.

Como, *a priori*, não se podem garantir a coerência e a abrangência de cada dado estatístico, é preciso, portanto, submeter as informações a testes de consistência macroeconômica. Caso não se processe o cálculo do PIB pelas demais óticas (renda e despesa⁹¹), corre-se o risco de distorcer a estimativa desse agregado, em virtude de não se poderem identificar possíveis erros, como a baixa cobertura dos dados relacionados com a

⁹¹ Ver Nota Metodológica ao final do capítulo 3 desta tese.

produção do setor informal que compra mercadorias nacionais e importadas, visando à sua revenda ou transformação.

Por outro lado, a construção de uma matriz de insumo-produto requer que se proceda ao cálculo do PIB pelas três óticas, quando então se faz necessário que as estimativas de produção, renda e demanda sejam, necessariamente, coerentes entre si.

A adoção deste procedimento para a construção da matriz confere a este instrumento um grau de consistência das informações bem superior ao da construção da conta de Produção Consolidada, justamente porque esta não dispõe de elementos suficientes para assegurar a coerência dos resultados.

O exemplo construído na Nota Metodológica ao final do Capítulo 3 permite verificar como se obtém a coerência entre os dados estatísticos. O Quadro 4 refere-se a uma economia aberta com governo, composta por quatro setores produtivos, inclusive o governo. Para facilitar o raciocínio, supõe-se que cada atividade produz apenas um produto. A oferta total (675) de bens e serviços nessa economia é composta da produção (565), mais a importação (65), ambas acrescidas do valor dos impostos indiretos, líquidos de subsídios (45).

Parte dessa oferta é absorvida pelos setores produtivos que utilizam os bens e serviços como matérias-primas (320) em seus processos de produção. A parcela da oferta de bens e serviços não absorvida pelas atividades é destinada à demanda final: consumo final das famílias (175), consumo público final do governo (80), exportação (35), formação bruta de capital fixo (50) e variação dos estoques (15).

O arranjo dos dados na forma anteriormente descrita já permite que se estime o produto da economia pela abordagem da produção e da demanda. Além disso, pode-se avaliar a renda da economia a partir de informações sobre salários e encargos sociais (95); renda da terra (15); lucros (85); impostos sobre as atividades (30), mais depreciação (20), perfazendo um total do PIB a preço básico de 245. Somando-se o valor dos impostos indiretos, líquidos de subsídios, tem-se o PIB medido a preço de mercado de 290.

Como se pode observar, mesmo que os dados utilizados sejam variados, complexos, ou incompletos, a matriz de insumo-produto constitui um instrumento importante de representação dos resultados de uma economia, porque:

1. possibilita a apresentação dos dados de forma global, e ao mesmo tempo detalhada, dos principais agregados macroeconômicos de um país;
2. viabiliza o controle macroeconômico dos dados estatísticos relativos à economia de um país, pois exige que os dados utilizados sejam coerentes entre si;
3. fornece um conjunto de informações sobre a estrutura produtiva que podem ser utilizadas em modelos de projeção e de previsão econômica;
4. contribui para a melhora do próprio sistema estatístico de um país ao indicar as deficiências de algumas estatísticas, as incoerências entre fontes estatísticas e eventuais lacunas de informação;
5. permite a articulação entre a conta de Produção das Atividades com a conta dos Setores Institucionais; e,
6. é plenamente compatível com a Matriz de Contabilidade Social, criada pelo SNA de 1968.

Para mostrar a forma como a Matriz de Insumo-Produto é integrada à Matriz de Contabilidade Social, será montado, a seguir, um exemplo de construção de Contas Nacionais Consolidadas compatível com a Matriz de Insumo-Produto.

Partindo dos dados do Quadro 4, referente a uma matriz de insumo-produto de uma economia aberta e com governo, podem-se construir os seguintes agregados macroeconômicos:

Quadro 8

Agregados macroeconômicos

| Agregados Macroeconômicos | Valor | Agregados Macroeconômicos | Valor |
|---|-------|---------------------------|-------|
| Produção | 565 | Consumo Intermediário | 320 |
| Valor Agregado Bruto (preço básico) | 245 | Renda dos Fatores | 195 |
| Imposto sobre Atividade | 30 | Depreciação | 20 |
| Impostos Indiretos Líquidos de Subsídio | 45 | Consumo Pessoal | 175 |
| Consumo do Governo | 80 | Exportação | 35 |
| Formação Bruta de Capital Fixo | 50 | Variação de Estoques | 15 |
| Importação | 65 | | |

A partir desses agregados pode-se construir a seguinte conta de Produção consolidada:

Quadro 9

Conta de Produção Consolidada compatível com a
Matriz de Insumo-Produto – SNA de 1968

| DÉBITOS | | CRÉDITOS | |
|---------------------------|------------|------------|--------------------------------|
| Salários | 95 | 175 | Consumo Pessoal |
| Renda da Terra | 15 | 80 | Consumo do Governo |
| Lucros | 85 | 35 | Exportação |
| | | 50 | Formação Bruta de Capital Fixo |
| | | 15 | Varição de Estoques |
| Renda dos Fatores (PILcf) | 195 | 355 | Total da Demanda Final |
| Imposto sobre Atividade | 30 | | |
| Depreciação | 20 | | |
| Total PIBpb | 245 | | |
| Imposto Indireto | 60 | | |
| Subsídio | -15 | | |
| Total PIBpm | 290 | | |
| Importação | 65 | | |
| Total dos Débitos | 355 | 355 | Total dos Créditos |

Entretanto, deve-se notar que o Sistema de Contas Nacionais compreende um conjunto de contas que retrata também as operações de distribuição e utilização da renda nacional, assim como transações relacionadas com o financiamento da acumulação de capital, as quais não são contempladas na Matriz de Insumo-Produto e, por conseguinte, na Conta de Produção.

Sendo assim, é preciso obter informações complementares para construir o Sistema de Contas proposto pelo SNA de 1968. Tais informações servem para identificar as operações não contempladas pela Conta de Produção, como, por exemplo:

imposto de renda pago pelas famílias (25); dividendos pagos pelas empresas às famílias (80); transferências correntes feitas pelo governo em benefício das famílias (25) e transferências correntes para o exterior feitas pelas famílias (5).

De posse dessas informações, pode-se então elaborar um conjunto completo de Contas Nacionais Consolidadas da Nação, nos moldes do proposto pelo SNA de 1968, partindo-se de uma matriz construída por atividade econômica (criada por Leontief) e chegando-se ao sistema de contas dos setores institucionais (criado por Keynes).

Quadro 10

Conta de apropriação e uso da renda – SNA de 1968

| DÉBITOS | | CRÉDITOS | |
|------------------------------------|-----|----------|-----------------------------------|
| Imposto de Renda | 25 | 95 | Salários |
| Transferência Corrente p/ Exterior | 5 | 15 | Renda da Terra |
| Consumo Pessoal | 175 | 80 | Dividendos |
| Poupança Privada | 35 | 50 | Transferência Corrente do Governo |
| Total dos Débitos | 240 | 240 | Total dos Créditos |

Quadro 11

Conta corrente do governo – SNA de 1968

| DÉBITOS | | CRÉDITOS | |
|------------------------------------|-----|----------|---------------------------------|
| Consumo do Governo | 80 | 60 | Imposto Indireto sobre Produtos |
| Subsídio | 15 | 25 | Imposto de Renda |
| Transferência Corrente p/ Famílias | 50 | 30 | Imposto sobre Atividade |
| Poupança do Governo | -30 | | |
| Total dos Débitos | 115 | 115 | Total dos Créditos |

Quadro 12

Conta de acumulação de capital – SNA de 1968

| DÉBITOS | | CRÉDITOS | |
|--------------------------------|----|----------|---------------------------------------|
| Formação Bruta de Capital Fixo | 50 | 5 | Lucro Retido pelas Empresas |
| Varição de Estoques | 15 | 20 | Depreciação |
| | | 35 | Poupança Privada |
| | | -30 | Poupança do Governo |
| Total do Investimento | 65 | 30 | Poupança Interna Bruta |
| | | 35 | Necessidade de Financiamento da Nação |
| Total dos Débitos | 65 | 65 | Total dos Créditos |

Quadro 13

Conta do resto do mundo – SNA de 1968

| DÉBITOS | | CRÉDITOS | |
|-------------------------------|----|----------|---|
| Exportação | 35 | 65 | Importação |
| | | 5 | Transferência Corrente feita pelas Famílias |
| Total da Despesa Corrente | 35 | 70 | Total da Receita Corrente |
| Saldo do BP do Resto do Mundo | 35 | | |
| Total dos Débitos | 70 | 70 | Total dos Créditos |

Finalmente, o SNA de 1968 observa que o funcionamento do sistema econômico também pode ser representado por de um conjunto de equações, as quais compreendem o 4º Modelo de apresentação das Contas Nacionais.

4º Modelo: Equações contábeis

As equações contábeis, embora não permitam analisar detalhadamente o funcionamento de uma economia, compreendem um conjunto de identidades econômicas que auxiliam na avaliação da coerência dos principais agregados macroeconômicos. Essas equações (Vanoli, 1985) encadeiam-se da seguinte maneira:

Equação 1: produção = consumo intermediário + valor adicionado

Equação 2: produção = consumo intermediário + consumo pessoal + consumo do governo + formação bruta de capital fixo + variação de estoques + (exportações – importações)

Equação 3: valor agregado líquido = soma das rendas primárias (ou renda dos fatores + impostos sobre as atividades)

Equação 4: rendas primárias + transferências líquidas correntes recebidas = renda nacional disponível

Equação 5: renda nacional disponível = consumo final + poupança

Equação 6: poupança = formação de capital + variação de ativos financeiros – variação de passivos financeiros

Equação 7: exportações – importações + rendas primárias (dos fatores) líquidas recebidas do exterior + transferências correntes líquidas recebidas do exterior = variação de ativos financeiros no exterior – variação de passivos financeiros contraídos no exterior

Equação 8: soma da variação dos ativos = soma da variação dos passivos

Equação 9: patrimônio de fechamento das contas = patrimônio de abertura + (variações dos ativos – variação dos passivos) + reavaliações dos ativos

Equação 10: população total = população ativa + população inativa.

Convém notar que este sistema de equações contábeis permite verificar a importância das contas de patrimônio do SNA de 1968, as quais permitem integrar as contas de fluxo com as de estoque (ou patrimônio). Segundo o SNA (UN, 1968: 6), a Conta de Patrimônio indica, para um dado setor institucional, ou para o conjunto da economia, o valor contábil dos ativos físicos, mais a diferença entre o valor dos créditos e débitos financeiros.

Sendo assim, o valor do patrimônio de abertura, mais o excedente dos créditos sobre os débitos financeiros, mais a reavaliação dos ativos, determina o patrimônio de fechamento do setor institucional, ou da economia.

A partir da análise feita sobre o SNA de 1968, pode-se agora afirmar que esta versão ampliou significativamente o campo de atuação das contas nacionais. Dentre essas áreas destacam-se a inserção da matriz de insumo-produto ao corpo central do sistema de contas com a construção de contas de produção por atividade e por setor institucional; a construção de contas de bens e serviços a preços correntes e constantes, além da construção de contas de patrimônio.

No entanto, deve-se também reconhecer que ainda ficaram algumas lacunas para serem preenchidas no futuro, principalmente no que diz respeito à construção de um sistema de contas regionais, cuja carência prejudica a análise e a política econômicas em países de grande dimensão territorial, como o Brasil.

Por outro lado, embora tenha sido mostrada a evolução das contas nacionais desde a edição da primeira versão em 1953, é preciso ressaltar que a versão do SNA de 1968 foi publicada em um momento de grandes transformações na economia mundial que levaram à necessidade de uma nova revisão do SNA, a qual seria realizada em 1993.

Finalmente, deve-se destacar a crítica feita por vários especialistas em contas nacionais a respeito do grau de complexidade e dificuldade de compreensão de várias recomendações metodológicas presentes no SNA de 1968 (Kendrick, 1995: 11-12; Harrison, 1994, : 170 e UN, 1993: XLI).

Nesse sentido, a seguir será realizada a análise do SNA de 1993 com o objetivo de identificar as principais mudanças metodológicas introduzidas nesta versão, em relação à de 1968.

4.3 O novo sistema de contas nacionais de 1993⁹²

A nova versão do sistema de contas nacionais divulgada pelas Nações Unidas em março de 1993 visava, principalmente, a tornar os conceitos econômicos mais claros, simples e coerentes em relação à versão do *System of National Accounts* de 1968.

Das alterações introduzidas no sistema de contas nacionais de 1993, podem-se destacar as seguintes:

a. Maior integração entre as contas de produção, apropriação e uso da renda, capital, financeira e de patrimônio. Esta integração foi viabilizada pela criação das Contas Econômicas Integradas.

b. Maior clareza na definição do âmbito da atividade realizada pelos intermediários financeiros e da classificação dos instrumentos de intermediação financeira, tendo em vista a criação de novos instrumentos financeiros, que acompanharam a desregulamentação na área financeira, verificada nos últimos anos (UN, 1993: 523). Além disso, os serviços bancários passaram a ser tratados separadamente da receita obtida do saldo entre juros recebidos e juros pagos pelas instituições financeiras.

c. Transformação da matriz de insumo–produto em componente chave do Quadro Central do Sistema de Contas Nacionais, ao fornecer os elementos para a construção das *identidades*⁹³ contábeis entre oferta e demanda, as quais asseguram a coerência dos dados estatísticos utilizados (UN, 1993: 523).

d. Introdução de tabelas sobre população e emprego.

⁹² *System of National Accounts*. Nova York: Commission of the European Communities; International Monetary Fund; Organisation for Economic Co-operation and Development; United Nations and World Bank, 1993.

⁹³ Optou-se por utilizar a expressão "*identidade contábil*" em vez do termo "*equilíbrio*" empregado no SNA e pelo IBGE, a fim de se evitar a associação que pode ser feita entre o conceito das contas nacionais sobre *equilíbrio contábil* "ex-post" com o conceito neoclássico de [tendência ao] *equilíbrio econômico* "ex-ante", já discutido nos capítulos 1 e 2 desta tese.

A ampla utilização do SNA de 1968 como guia para a implementação das contas nacionais em vários países foi, em parte, prejudicada pelas grandes mudanças ocorridas nas estruturas produtivas das economias capitalistas, acompanhadas pela elevação das taxas de inflação, após as crises do petróleo em 1973 e 1979 e, também, pelo surgimento de inovações financeiras não previstas no Manual de 1968.

Em relação à idéia de preços constantes nas contas nacionais, convém ressaltar que ela foi introduzida com o objetivo de eliminar o "efeito-preço" sobre o comportamento das variáveis em valor. Esta iniciativa baseava-se na noção de que, para se construírem contas a preços constantes, era preciso eleger um ano-base de referência para a construção das séries históricas. Contudo, já durante os anos 70 essa metodologia começou a ser revista em função das distorções que a elevação das taxas de inflação provocava na contabilidade das empresas e, por conseguinte, na contabilidade nacional.

A mudança no comportamento das empresas, visando a se defenderem das perdas financeiras causadas pela aceleração inflacionária dos anos 70, também repercutiu no sistema de contas nacionais. Como exemplo, temos a alteração no comportamento de grandes empresas comerciais (supermercados), que reduziam suas margens de comércio sobre a revenda de mercadorias, em favor de um maior giro de estoques e de ganhos financeiros oriundos da defasagem entre o momento de pagamento das suas compras – a prazo – e o de recebimento das suas vendas – à vista.

Este procedimento podia levar a situações não previstas nas versões anteriores dos manuais de contas nacionais, devido à possibilidade de ocorrência de margem de comércio negativa, já que o valor de produção do comércio é calculado a partir da diferença entre o preço de venda e o de compra. Na revisão do SNA de 1993 essa distorção é analisada no capítulo que trata da valorização dos estoques.

Problemas desta natureza evidenciaram a necessidade de se reverem alguns conceitos relativos à noção de intermediação financeira e de variação e valorização dos estoques, dada a sua importância para a melhor compreensão do comportamento das atividades de comércio, armazenagem e produção de produtos sazonais, principalmente os agrícolas.

Dentro desse contexto, o SNA de 1993 sugere a construção de séries históricas a preços constantes, a partir da utilização de índices em cadeia com base móvel (ao contrário do uso de índices com base fixa), a fim de incorporar as mudanças nos preços relativos que ocorrem de um ano para outro.

Entretanto, deve-se observar que, em alguns pontos, a versão de 1993 das contas nacionais ainda não incorporou integralmente as sugestões feitas ao longo dos últimos anos, tais como:

- O SNA de 1993 ainda não considera os custos da devastação do meio ambiente;
- também não contempla a construção de um sistema de contas regionais integrado às contas nacionais,
- além de não incluir as despesas com pesquisa e desenvolvimento na categoria de investimento.

Finalmente, é importante notar que este sistema prevalecerá por um longo período, determinando, assim, o próprio sentido da modernização que deverá seguir o próprio sistema de Contas Nacionais do Brasil, como será visto no Capítulo 5.

Em relação aos avanços metodológicos introduzidos pelo SNA de 1993, neste capítulo será dada especial atenção à análise da estrutura do Sistema de Contas, o qual, segundo o SNA (UN, 1993: 26-41), é composto de um *corpo central* e de *contas satélites*.

O *corpo central* do Sistema de Contas consiste em um conjunto de contas e tabelas que procura registrar de forma integrada as operações não-financeiras e financeiras realizadas pelos agentes econômicos, classificados por setores institucionais e por ramo de atividade econômica.

Já as *contas satélites* compreendem informações sócio-econômicas relacionadas com o sistema de contas nacionais, mas têm a particularidade de não precisarem ser expressas em valores monetários, ou fornecerem dados específicos para a construção de subsistemas, tais como: contas ambientais, subsistemas de saúde e de educação, etc.

Voltando ao corpo central do Sistema de Contas Nacionais, este é composto dos seguintes quadros e tabelas:

a. *Contas Econômicas Integradas*

Nestas contas são apresentadas as contas dos setores institucionais e do resto do mundo, articuladas com as contas de operações (não-financeiras) e as contas de ativos e passivos (contas de patrimônio).

Esta forma de apresentação das contas dos setores institucionais corresponde ao Quadro Econômico de Conjunto criado pelo SNA de 1968, o qual permite articular as contas

das empresas não-financeiras; instituições financeiras; governo; famílias e instituições privadas sem fins lucrativos com a conta de produção das atividades econômicas (matriz de insumo-produto).

A compreensão da estrutura das contas econômicas integradas é importante para ajudar a entender o novo sistema de Contas Nacionais do Brasil, divulgado pelo IBGE em dezembro de 1997, o qual será analisado no Capítulo 5.

A seqüência da apresentação das contas econômicas integradas permite articular os fluxos de operações (produção, os estágios da distribuição e uso da renda nacional), definidas como contas correntes. Estas contas revelam, por setor institucional, o mecanismo de geração, distribuição e apropriação da renda nacional, além de revelarem o destino dado à renda, em termos de consumo e poupança. Os saldos são registrados do lado esquerdo de cada conta (débitos)⁹⁴ e constituem um crédito para a conta seguinte.

É importante destacar que o SNA de 1993 desagregou a Conta de Produção do SNA de 1968 em duas novas contas: conta de produção, cujo saldo é o “valor agregado líquido” e a conta de geração da renda, que apresenta o “excedente de exploração”⁹⁵ como saldo. No novo SNA a conta de geração da Renda passou a fazer parte do conjunto de contas sobre distribuição, apropriação e utilização da renda.

Agora, as contas relacionadas com os mecanismos de distribuição, apropriação e utilização da renda são expressas da seguinte forma:

- *Conta de geração da renda* cujo saldo é representado pelo excedente de exploração.
- *Conta de distribuição primária da renda* que permite calcular o valor da renda nacional, a qual corresponde para cada setor institucional ao conceito adotado pelo SNA de 1993 de “rendimentos primários” (UN, 1993: 525). Este valor é o resultado da distribuição do valor adicionado entre (a) renda do trabalho (salários e encargos sociais); (b) renda do capital (rendas de propriedade) e governo (impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação).
- *Conta de distribuição secundária da renda*, que tem como saldo a renda disponível.
- *Conta de uso da renda*, cujo saldo é a poupança.

⁹⁴ Por convenção, o SNA de 1993 estabelece que as operações relacionadas com os débitos das contas (utilização) sejam registradas do lado esquerdo, e as relacionadas com créditos (recursos), do lado direito.

⁹⁵ Ou “excedente operacional bruto”, segundo a terminologia adotada nas Contas Nacionais do Brasil (Sistema de contas nacionais do Brasil, vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1997a).

Em seguida ao cálculo da poupança o sistema constrói as contas de Acumulação que registram as operações relacionadas com a formação de capital e com acumulação de ativos (aquisição líquida de ativos financeiros) e passivos financeiros. As contas de Acumulação são abertas pela poupança que é calculada nas contas Correntes e serve de elemento de ligação entre essas duas contas.

Cabe notar que o SNA de 1993 dividiu a Conta de Capital do SNA 1968 em duas contas para separar a aquisição de ativos não-financeiros da aquisição de ativos financeiros e da assunção de passivos financeiros (UN, 1993: 524). Estas contas passaram a ter a seguinte denominação:

- *Conta de capital* – onde é calculada a capacidade ou necessidade de financiamento de cada setor institucional, ou da economia como um todo. Este valor é obtido através da diferença entre a poupança (proveniente da conta de uso da renda) e a formação de capital.
- *Conta financeira* – onde é calculada a capacidade ou necessidade de financiamento referente ao saldo entre o valor dos ativos financeiros adquiridos e passivos financeiros contraídos no ano.

As contas de Acumulação do SNA de 1993 também incluem duas novas contas que servem para calcular o valor da variação dos ativos e passivos dos setores institucionais, o qual permite estimar a variação patrimonial de um ano para outro. Estas contas são:

- *Conta de outras mudanças no volume de ativos* – onde são registradas as variações nos ativos e passivos resultantes de fatores não associados ao processo de produção, isto é, mudanças que afetam o valor dos ativos, mas não são resultantes da produção corrente. Incluem-se nesta categoria as seguintes operações:

- descoberta de novos recursos econômicos
- desaparecimento econômico de ativos
- crescimento natural de recursos biológicos não produzidos
- perdas resultantes de catástrofes naturais
- expropriações sem indenizações
- outras mudanças no volume dos ativos não financeiros

O saldo dessa conta determina o valor da variação do patrimônio líquido, proveniente das “outras mudanças no volume dos ativos”.

- *Conta de reavaliação* – que estima as operações financeiras que causam alterações nos ativos e passivos financeiros dos setores institucionais, tais como:
 - ganhos e perdas nominais provenientes da propriedade de ativos não financeiros
 - ganhos e perdas nominais provenientes da propriedade de ativos financeiros
 - ganhos e perdas nominais provenientes de passivos financeiros

O saldo da conta de reavaliação determina o valor da mudança no patrimônio líquido resultante dos ganhos e perdas nominais.

Os dados das contas de acumulação (conta de capital; conta financeira; conta de outras mudanças no volume de ativos e conta de reavaliação) são utilizados na construção das contas de patrimônio dos setores institucionais e da economia nacional para registrar a *conta de variação patrimonial*. Esta conta inclui as seguintes operações:

- variação dos ativos não-financeiros
- variação dos ativos financeiros
- variação dos passivos financeiros
- variação do patrimônio líquido

As informações da conta de variação patrimonial são somadas à conta de patrimônio inicial (abertura) para calcular a conta de patrimônio final (fechamento) e, com isso, concluir as Contas Econômicas Integradas.

Pela descrição das Contas Econômicas Integradas, nota-se que a articulação entre as diversas contas é, em geral, realizada através de *saldos*, os quais constituem importantes medidas macroeconômicas, tais como: *valor adicionado, renda disponível, poupança, capacidade de financiamento da nação*, etc.

Convém notar o destaque dado pelo SNA à relação que existe entre as contas de fluxos e as contas de patrimônio. Para o SNA, as alterações ocorridas no tempo capazes de afetar os ativos ou passivos detidos pelos setores institucionais são registradas nas contas de fluxos. As contas de patrimônio de fechamento são inteiramente determinadas pelas contas de patrimônio de abertura e pelas operações ou outros fluxos registrados na seqüência das contas correntes (UN, 1993).

A seguir, será feita a apresentação dos resultados das Contas Econômicas Integradas (CEI) construídos a partir dos dados utilizados no SNA de 1993. Para facilitar a compreensão dessas contas, optou-se por apresentá-las por etapas: a primeira etapa compreende a seqüência das CEI para o conjunto da economia, e na segunda etapa será apresentado um modelo de CEI desagregadas pelos setores institucionais.

Cabe observar que os dados usados para explicar o funcionamento das CEI da economia foram extraídos da Tabela 2.8 do SNA de 1993 (UN: 60-65).⁹⁶ Esta forma de apresentação dos dados permite que se verifique a forma como as contas são articuladas, desde a conta de produção até a conta de patrimônio.

As Contas Econômicas Integradas apresentadas no Quadro 14 compreendem o conjunto de contas de fluxos e estoques organizadas para representar o funcionamento da economia como um todo. E, como será visto no Capítulo 5, este é o modelo adotado pelo IBGE em 1997 para divulgar o Sistema de Contas Nacionais do Brasil (ver Quadro 17).

⁹⁶ Ver também Quadro 2: Economia Nacional – Contas de produção, renda e capital. *Sistema de Contas Nacionais do Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1997a, p. 27-33.

Quadro 14
CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS
 I. Contas da Economia Nacional

| CONTAS CORRENTES | | |
|-------------------------|--|-------------------|
| <u>Usos</u> | <u>Operações e Saldos</u> | <u>Recursos</u> |
| Economia Nacional | | Economia Nacional |
| | Conta de Produção | |
| | Produção | 3604 |
| 1883 | Consumo Intermediário | |
| | Impostos, Líquidos de Subsídios, sobre Produtos | 133 |
| 1854 | Valor Agregado Bruto (Produto Interno Bruto) | |
| 222 | Consumo de capital Fixo | |
| 1632 | Valor Agregado Líquido (Produto Interno Líquido) | |
| | Conta de Geração da Renda | |
| | Valor Agregado Líquido (Produto Interno Líquido) | 1632 |
| 762 | Remuneração dos Empregados | |
| 191 | Impostos, Líquidos de Subsídios, sobre Produção e Importação | |
| 679 | Excedente de Exploração, inclusive Renda de Autônomos | |
| | Conta de Distribuição Primária da Renda | |
| | Excedente de Exploração, inclusive Renda de Autônomos | 679 |
| | Remuneração dos Empregados | 766 |
| | Impostos, Líquidos de Subsídios, sobre Produção e Importação | 191 |
| 391 | Renda da Propriedade | 416 |
| 1661 | Renda Nacional Líquida | |
| | Conta de Distribuição Secundária da Renda | |
| | Renda Nacional Líquida | 1661 |
| 212 | Impostos sobre a Renda, Riqueza e Propriedade | 213 |
| 322 | Contribuições Sociais | 322 |
| 332 | Outros Benefícios Sociais | 332 |
| 269 | Outras Transferências Correntes | 239 |
| 1632 | Renda Disponível Líquida | |
| | Conta de Uso da Renda | |
| | Renda Disponível Líquida | 1632 |
| 1399 | Consumo Final | |
| | Ajustamento pela Variação da Participação das | |
| 11 | Famílias nos Fundos de Pensão | 11 |
| 233 | Poupança Líquida | |

(continua)

(continuação)

Quadro 14

| CONTAS DE ACUMULAÇÃO | | |
|----------------------|---|---|
| Variação de Ativos | Operações e Saldos | Variação de Passivos e Patrimônio Líquido |
| Economia Nacional | | Economia Nacional |
| | Conta de Capital | |
| | Poupança Líquida | 233 |
| 376 | Formação Bruta de Capital Fixo | |
| -222 | (-) Consumo de Capital Fixo | |
| 28 | Variação de Estoques | |
| 10 | Aquisições de Outros Ativos Não Financeiros (Objetos de Arte) | |
| | Transferências de Capital Recebidas | 62 |
| | (-) Transferências de Capital Pagas | -65 |
| | <i>Variação do Patrimônio Líquido, provenientes da Poupança e das Transferências de Capital</i> | 230 |
| 38 | Capacidade (+) ou Necessidade (-) de Financiamento | |
| | Conta Financeira | |
| | Capacidade (+) ou Necessidade (-) de Financiamento | 38 |
| 641 | Aquisições Líquidas de Ativos Financeiros | |
| | Assunção de Passivos Financeiros | 603 |
| | Conta de Outras Mudanças no Volume de Ativos | |
| 31 | Descoberta de Novos Recursos Econômicos | |
| -20 | Desaparecimento Econômico de Ativos | |
| 4 | Outras Mudanças nos Ativos | -2 |
| | <i>Variação do Patrimônio Líquido, provenientes das Outras Mudanças no Volume dos Ativos</i> | 17 |
| | Conta de Reavaliação | |
| | Ganhos e Perdas Nominais Provenientes da Propriedade | |
| 280 | de Ativos Não Financeiros | |
| 84 | de Ativos Financeiros | |
| | de Passivos Financeiros | 76 |
| | Mudança no Patrimônio Líquido Resultante dos Ganhos e Perdas Nominais | 288 |

(continua)

Quadro 14

continuação

| CONTAS DE PATRIMÔNIO | | |
|---|------------------------|------------------------------------|
| Ativos | Contas de Balanço | Passivos e e Patrimônio Líquido |
| Economia Nacional | | Economia Nacional |
| Conta de Patrimônio Inicial (Abertura) | | |
| 9922 | Ativos Não Financeiros | |
| 6792 | Ativos Financeiros | |
| | Passivos Financeiros | 6298 |
| | Patrimônio Líquido | 10416 |
| Conta de Variação Patrimonial | | |
| 482 | Ativos Não Financeiros | |
| 730 | Ativos Financeiros | |
| | Passivos Financeiros | 677 |
| | Patrimônio Líquido | 535 |
| Conta de Patrimônio Final (Fechamento) | | |
| 10404 | Ativos Não Financeiros | |
| 7522 | Ativos Financeiros | |
| | Passivos Financeiros | 6975 |
| | Patrimônio Líquido | 10951 |

Fonte: SNA (1993).

Este modelo de contas nacionais apresenta o inconveniente de não descrever cada uma das contas, e suas respectivas operações, por setor institucional⁹⁷. Por isso, mais adiante, este modelo de contas para a economia nacional deverá ser transformado nas Contas Econômicas Integradas Completas (Quadro 15) para descrever as contas dos setores institucionais, além de introduzir a Conta de operações com o exterior. No sistema completo, a seqüência das contas e operações é a mesma exposta anteriormente. A diferença entre os dois sistemas está na identificação dos setores institucionais responsáveis por cada operação.

Assim, a conta de produção, que indica um valor de produção de 3.604 para a economia como um todo, agora pode ser decomposta por setor institucional responsável por aquela produção. Neste caso, a produção de 3.604 é desagregada em:

$$\text{empresas não-financeiras} = 1.753$$

⁹⁷ Como será visto no capítulo 5 desta tese, referente às Contas Nacionais do Brasil, o modelo de CEI apresentado até aqui corresponde ao que está sendo implementado pelo IBGE. Ver *Sistema de Contas Nacionais do Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1997a, p. 27-33.

empresas financeiras = 102

governo = 440

famílias = 1.269

IPSFL = 40

Total da economia = 3.604

Como será visto no exemplo seguinte, a desagregação feita para a operação de produção é realizada para todas as demais operações. Convém também notar que, por se tratar de uma economia aberta, será preciso incluir a conta de transações com o exterior.

Por último, deve-se destacar a inclusão da matriz de insumo-produto nas contas econômicas integradas completas, através da compatibilização da conta de produção da matriz, construída por atividade, com a conta de produção por setor institucional. Já as transações com bens e serviços registradas na matriz são incluídas nas CEI completas através de uma coluna denominada bens e serviços cujos valores são desagregados por setor institucional.

(continuação)

Quadro 15

| CONTAS DE PATRIMÔNIO | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------|-------------------|------------------------|---------|---------|----------|------------------------|--------------------|-------------------------------|--------------|-------|---------|---------|-------------------|----------------|------------------------|
| Ativos | | | | | | | | Operações e Saldos | Passivos e Patrimônio Líquido | | | | | | | |
| Bens e Serviços (recursos) | Resto do Mundo | Total da Economia | Setores Institucionais | | | | | | Setores Institucionais | | | | | | | |
| | | | IPSFL | Família | Governo | Finanças | Não Finanças | | Empresas | | IPSFL | Família | Governo | Total da Economia | Resto do Mundo | Bens e Serviços (usos) |
| | | | | | | | | | Finanças | Não Finanças | | | | | | |
| Conta de Patrimônio Inicial (Abertura) | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 0 | 9922 | 324 | 2822 | 1591 | 144 | 5041 | Ativos Não Financeiros | | | | | | | | | |
| 573 | 6792 | 172 | 1819 | 396 | 3508 | 897 | Ativos Financeiros | | | | | | | | | |
| | | | | | | | Passivos Financeiros | 1817 | 3384 | 687 | 289 | 121 | 6298 | 297 | | |
| | | | | | | | Patrimônio Líquido | 4121 | 268 | 1300 | 4352 | 375 | 10416 | 276 | | |
| Conta de Variação Patrimonial | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 0 | 482 | 25 | 110 | 56 | 1 | 290 | Ativos Não Financeiros | | | | | | | | | |
| 57 | 730 | 33 | 199 | 123 | 294 | 81 | Ativos Financeiros | | | | | | | | | |
| | | | | | | | Passivos Financeiros | 155 | 285 | 176 | 33 | 28 | 677 | 91 | | |
| | | | | | | | Patrimônio Líquido | -4121 | -268 | -1300 | -4352 | -375 | -10416 | -276 | | |
| Conta de Patrimônio Final (Fechamento) | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 0 | 10404 | 349 | 2932 | 1647 | 145 | 5331 | Ativos Não Financeiros | | | | | | | | | |
| 630 | 7522 | 205 | 2018 | 519 | 3802 | 978 | Ativos Financeiros | | | | | | | | | |
| | | | | | | | Passivos Financeiros | 1972 | 3669 | 863 | 322 | 149 | 6975 | 388 | | |
| | | | | | | | Patrimônio Líquido | 4337 | 278 | 1303 | 4628 | 405 | 10951 | 242 | | |

Fonte: UN, 1993.

Sabendo-se que a matriz de insumo-produto está articulada com as contas econômicas integradas através da conta de produção, será feita, a seguir, a descrição do modelo de Tabela de Insumo – Produto, ou Tabela de Recursos e Usos de Bens e Serviços, adotado pelo SNA de 1993.

b. Tabela de Recursos e Usos de Bens e Serviços (TRU)

Esta tabela serve para descrever a matriz de insumo-produto, a qual permite analisar a conta de produção das atividades econômicas, juntamente com a conta de operações com bens e serviços desagregada por produtos.

Como já foi comentado anteriormente, as tabelas de insumo-produto (TIP) permitem que se faça uma análise detalhada do processo de produção de cada atividade; da oferta e demanda dos bens e serviços produzidos e importados; da contribuição das atividades para a formação do Produto Interno Bruto do país; da distribuição funcional da renda e da composição do emprego por atividade. Como os conceitos adotados nas TIP correspondem aos adotados nas contas nacionais, os seus dados são compatíveis com os que são introduzidos na conta de produção das contas econômicas integradas (UN, 1993: 343).

A Tabela 14, a seguir, descreve a Tabela de Recursos e Usos de Bens e Serviços do SNA de 1993.

A Tabela de Recursos e Usos de Bens e Serviços (TRU) está organizada da seguinte maneira:

I. Tabela de Recursos de Bens e Serviços

Os recursos compreendem os produtos produzidos e importados e compõem a oferta da economia. Cada linha da TRU corresponde a cada produto da classificação de bens e serviços que for adotada. As colunas da Tabela de Recursos correspondem às atividades produtoras dos bens e serviços.

Há ainda duas linhas adicionais para apresentar o ajustamento do valor CIF para FOB da importação e para compras diretas efetuadas no exterior (ou operações sem cobertura cambial) por residentes.

O ajustamento CIF/FOB deve-se ao fato de as estatísticas de importação serem registradas a preços CIF, enquanto o SNA de 1993 considera a importação a preço FOB. Para compatibilizá-las, o SNA (UN, 1993: 352) sugere o seguinte ajuste:

- a. as importações de bens são avaliadas a preços CIF;
- b. como os serviços de transporte e de seguro sobre a importação, sejam eles prestados por empresas residentes ou não-residentes no país, já estão incluídos naquele valor CIF da importação, é então preciso deduzi-los. Com isso, o total da importação de bens passa a representar o valor FOB;
- c. os serviços de transporte e seguro prestados por produtores não-residentes são registrados como importações de serviços;
- d. os serviços de transporte e seguro relativos à importação prestados por produtores residentes são incluídos apenas na produção de serviços de transporte e seguros das atividades;
- e. para evitar a dupla contagem, os serviços de transporte e seguros relativos à importação prestados por produtores residentes e não-residentes têm que ser retirados da oferta total desses serviços no quadro dos recursos (na coluna do ajustamento CIF/FOB sobre a importação nas linhas dos serviços de transporte e serviços prestados às empresas);
- f. estes serviços são registrados na linha do ajustamento CIF/FOB, de modo que os totais da linha e da coluna de ajustamento sejam iguais a zero.

Quanto às colunas, estas são desagregadas de maneira a permitir a identificação da forma como a produção é realizada pelas unidades produtivas, a saber: produção mercantil; produção para utilização própria, e produção não-mercantil

Para compatibilizar o nível de valoração da oferta com o da demanda (pois os recursos são avaliados a *preço básico* e os usos a *preço de mercado*) na TRU há colunas que permitem comparar a oferta e a demanda a preço de mercado, ou preço de consumidor, para alcançar a identidade entre oferta e demanda.

Assim, para construir a oferta a preço de mercado, é preciso somar ao valor da produção (medido a preço básico) e da importação (preço FOB) os valores das margens de comércio e de transportes e o valor dos impostos indiretos líquidos de subsídios que incidem sobre produtos nacionais e importados. Com isso, chega-se ao valor da oferta na Tabela de Recursos medido a preço de consumidor.

II. Tabela de Usos de Bens e Serviços

Os usos compreendem a demanda intermediária e final dos produtos. Também são incluídos nesta tabela os usos referentes aos “pagamentos aos fatores” (remunerações dos empregados; impostos sobre a produção; consumo de capital fixo e excedente de exploração).

Para entender o conteúdo da Tabela de Usos de Bens pode-se separar esta tabela em quadrantes, a saber:

Tabela 15

Estrutura da tabela de recursos e usos das contas nacionais

I - TABELA DE RECURSOS DE BENS E SERVIÇOS

| | | |
|--------|-----------------|------------|
| OFERTA | PRODUÇÃO | IMPORTAÇÃO |
|--------|-----------------|------------|

II - TABELA DE USOS DE BENS E SERVIÇOS

| | | |
|--------|----------------------|------------------------|
| | CONSUMO | TRANSF. DE BENS |
| | I | II |
| OFERTA | INTERMEDIÁRIO | FINAL |
| | III | IV |
| | VALOR | |
| | ADICIONADO | |

Fonte: IBGE, 1997a

O Quadrante I compreende a matriz de consumo intermediário das atividades (colunas), por tipo de produto. No Quadrante II está a demanda final dos bens e serviços, decomposta em consumo final, formação de capital e exportação. O Quadrante III compreende as informações referentes aos componentes do valor adicionado das atividades, ou dos custos dos insumos primários (que, por definição, excluem o consumo intermediário).

O Quadrante IV não é considerado nos sistemas de contas nacionais, mas, segundo Ramos (1997: 26), alguns autores consideram que

“(...) os elementos da interseção das linhas de valor adicionado com as colunas da demanda final representam pagamentos pelos consumidores finais por serviços prestados por eles próprios (por exemplo serviços domésticos), pagamentos do governo às famílias e outros elementos do valor adicionado como transferências entre famílias.”

Pode-se perceber a relação entre a Tabela de Recursos e Usos e as Contas Econômicas Integradas (CEI) através do seguinte parágrafo, extraído do SNA de 1993 (UN: 353):

“A seqüência de contas dos ramos de atividade é facilmente reconhecida. A produção de cada atividade aparece no quadro de recursos (por produto); aparecendo seguidamente, no quadro de Usos, o consumo intermediário (por produtos) e, finalmente, o valor adicionado e os seus componentes.”

Como foi visto na apresentação das CEI, as contas dos setores institucionais também começam por esta mesma seqüência. Assim, pode-se dizer que, enquanto a conta de produção das CEI identificam a origem institucional da renda interna gerada e a repartição funcional dessa renda, a conta de produção das Tabelas de Recursos e Usos de Bens e Serviços identifica aqueles agregados por atividade econômica.

Por último, deve-se ressaltar que o SNA de 1993 adota um novo conceito de estabelecimento para construir a conta de produção das atividades produtivas. Após definir as *unidades institucionais* como “agentes econômicos que têm capacidade para possuir ativos, subscrever dívidas e realizar atividades econômicas e operações com outros agentes” (UN, 1993: 87), o SNA classifica toda “unidade institucional que tem uma atividade produtiva como uma empresa” (UN, 1993: 113).

A *empresa*, por sua vez, pode ser classificada de acordo com a forma como a respectiva unidade institucional se organiza para realizar a atividade de produção. Aquelas empresas que se organizam em forma de sociedade⁹⁸ ou instituição privada sem fins lucrativos são consideradas “unidades institucionais completas”, pois dedicam-se

⁹⁸ “Sociedade” compreende toda empresa que dispõe de contabilidade organizada.

exclusivamente à atividade de produção, seja ela mercantil, ou não-mercantil. Segundo os setores institucionais, as empresas classificam-se em: empresas (ou sociedades) financeiras; empresas não-financeiras e IPSFL.

Já a unidade produtiva que *não* se organiza em forma de sociedade para realizar a atividade de produção, ou então realiza a atividade de produção juntamente com outras funções,⁹⁹ é apenas considerada como uma unidade institucional (família ou administração pública) produtora de bens e serviços, mas não é classificada como empresa (sociedade).

O SNA de 1993 também chama a atenção para a possibilidade de a empresa exercer atividades produtivas muito diferentes,¹⁰⁰ o que torna difícil classificá-la

“(...) em função da sua atividade principal, principalmente quando as atividades são bastante heterogêneas do ponto de vista dos processos de produção utilizados, assim como dos bens ou serviços produzidos. Por esta razão, para as análises da produção em que a tecnologia produtiva representa um papel importante, é necessário trabalhar com grupos de produtores dedicados essencialmente ao mesmo tipo de produção. Este requisito significa que algumas unidades institucionais têm que ser divididas em unidades menores e mais homogêneas, definidas no Sistema como estabelecimentos” (UN, 1993: 113).

Segundo o Manual de 1993, para classificar as unidades produtoras de uma mesma empresa de acordo com o conceito de estabelecimento, é preciso levar em conta a atividade e a localização da unidade produtiva em estudo.

Em relação à atividade exercida pela unidade de produção, o SNA de 1993 cria o conceito de “unidade de atividade econômica”, que consiste

“(...) numa empresa, ou parte de uma empresa que se dedica a um só tipo de atividade produtiva (não-auxiliar) ou em que a atividade produtiva principal contabiliza a maior parte do valor adicionado da empresa” (UN, 1993: 115).

Quanto à localização, o conceito de estabelecimento prende-se à noção de “unidade local”, a qual é definida em função da seguinte regra:

“A unidade local é definida como uma empresa, ou parte de uma empresa, que exerce a sua atividade produtiva num só, ou a partir de um só local. (UN, 1993: 115).

Da combinação desses dois conceitos (atividade econômica e localização) surge, portanto o *conceito de estabelecimento*, que

“(...) é definido como uma empresa, ou parte de uma empresa, implantada num

⁹⁹ Por exemplo, as famílias podem exercer, simultaneamente, funções de produção e de consumo. Além disso, as famílias não precisam, necessariamente, constituir uma empresa (“sociedade”) para produzirem bens e serviços.

¹⁰⁰ Por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce exerce atividades de extração mineral, beneficiamento de minerais, transporte ferroviário e outras.

único local e exercendo uma só atividade produtiva (não-auxiliar) ou na qual a maior parte do valor adicionado provém da atividade produtiva principal” (UN, 1993: 115).

Feita a análise da evolução do sistema de contas nacionais modernas, desde a sua criação por Keynes até o seu desenvolvimento pelas Nações Unidas, no próximo capítulo será realizado o estudo sobre a evolução das Contas Nacionais do Brasil. Com esta análise pretende-se mostrar que as Contas Nacionais do Brasil também evoluíram no sentido da integração das matrizes de insumo-produto ao sistema proposto pelas Nações Unidas em 1993.

CAPÍTULO 5

AS CONTAS NACIONAIS DO BRASIL

5.1 Origem das contas nacionais do Brasil: 1947-1980.

A elaboração de pesquisas estatísticas no Brasil começou na época do Império. O ano de 1872 – ano de realização do primeiro Recenseamento Geral do Império do Brasil – é considerado por estatísticos e demógrafos brasileiros como um marco para o desenvolvimento das estatísticas do país.

Desde o período colonial até 1872, as estimativas existentes sobre população baseavam-se em registros religiosos ou da administração colonial (IBGE, 1990a: 22) e eram realizadas sem qualquer anotação a respeito de metodologias e cobertura dos levantamentos. O recenseamento de 1872 foi o primeiro a ser realizado com o objetivo de levantar o total da população do Império, mas, como o próprio nome sugere, era uma pesquisa estatística restrita à análise demográfica. Esta modalidade de censo foi repetida nos anos de 1890, 1900 e 1920, sendo que este último introduziu, pela primeira vez, quesitos relativos à produção agrícola e industrial no Brasil (IBGE, 1990a: 23).

A partir de 1940, o Brasil passou a realizar recenseamentos decenais que cobriam a área demográfica e econômica. Além destes censos,¹⁰¹ em 1975 e 1985 foram realizados novos censos econômicos que visavam à atualização, em intervalos de tempo mais curtos, das informações referentes à estrutura produtiva do país, as quais eram úteis para o desenvolvimento das contas nacionais do país.

Em relação às contas nacionais, cabe observar que, no Brasil, o primeiro trabalho escrito sobre o assunto foi de autoria do professor Antônio Dias Leite Júnior. Em 1948, o professor Dias Leite preparou o livro *Renda Nacional* para o concurso de livre-docência da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual comenta as contribuições de Keynes e Stone para o desenvolvimento das *contas nacionais modernas*.

No que diz respeito à produção de estatísticas econômicas, deve-se ressaltar que as estatísticas existentes para os anos anteriores a 1939 foram construídas por pesquisadores

¹⁰¹ Recenseamentos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

como Furtado, Haddad, Fishlow, Villela e Suzigan (IBGE, 1990a: 95-101), preocupados com a análise do processo histórico de desenvolvimento da economia brasileira. Tendo em vista o estágio em que se encontravam as Contas Nacionais do Brasil àquela época, constata-se que aquelas séries históricas foram construídas a partir de indicadores¹⁰² sobre o nível de atividade econômica do país, sem que houvesse a possibilidade de estarem articuladas a um sistema de contas nacionais.

Tal dissociação das estatísticas econômicas com as contas era proveniente do fato de que a experiência brasileira de construção de contas nacionais somente foi iniciada, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir da segunda metade dos anos 40. Em 1947, a FGV constituiu o Núcleo de Economia – embrião do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), criado em 1951, – com vistas à formação da equipe técnica que se encarregaria da construção das Contas Nacionais do Brasil (FGV, 1972: 25) de 1947 em diante.

Em 1949, a FGV preparou o primeiro trabalho sobre contas nacionais, voltado para o cálculo da renda nacional líquida de 1947 e, em 1950, estimou a renda nacional de 1946. Em 1952, publicou as primeiras estimativas da renda nacional de 1950 e 1951, por unidade da Federação, e dos investimentos bruto e líquido, relativos ao período de 1947 a 1951.

Em 1953, a FGV publicou pela primeira vez a estimativa do produto nacional bruto e líquido do Brasil e atualizou o cálculo da renda nacional por Estado, para o período 1947-1952. Em 1955, o IBRE/FGV alterou a metodologia de cálculo e divulgou os resultados do período 1948-1955 na *Revista Brasileira de Economia* (FGV, 1956) sob o título “Sistema de contas nacionais para o Brasil e estimativas de produto, renda e investimento”.

Em 1956, a FGV procurou adequar o seu Sistema de Contas referente ao período 1948-1955 à metodologia proposta pelo SNA de 1953. Este sistema cobria as estimativas do produto nacional bruto e líquido do Brasil, da renda nacional por Estado, além de apresentar uma série histórica do Índice de produto real, ano-base de 1939. Segundo a própria FGV, somente em 1956 aquela instituição estendeu sua metodologia ao cálculo dos agregados das contas nacionais que permitiriam a construção da identidade contábil básica entre produto, renda e despesa. Até então, “(...) as estimativas da renda nacional consistiam basicamente no produto nacional bruto e seus desdobramentos (...)” (FGV, 1972: 26).

Em 1962, a FGV realizou uma revisão dos dados e da metodologia de construção

¹⁰² Volume de importação e exportação; consumo de energia elétrica; volume de produção; etc.

da série correspondente ao período 1947-1960 e, depois disso, ficou praticamente sem produzir novas estimativas das Contas Nacionais do Brasil até 1966. Essa paralisação deveu-se a problemas na produção, pelo IBGE, das estatísticas primárias que eram a fonte básica dos dados das contas nacionais.

Até então, as contas nacionais eram elaboradas pela FGV para os anos em que os recenseamentos eram realizados e projetadas para os anos não-censitários, através do uso de indicadores de evolução do produto e dos preços. Após 1960, a FGV não pôde utilizar suas fontes usuais de dados para a construção das contas nacionais porque o IBGE decidiu interromper os trabalhos de coleta de dados das pesquisas anuais para concentrar seus recursos na realização do censo daquele ano. Ademais, como a realização do Censo de 1960 se estendeu até 1966, as contas nacionais sofreram o mesmo atraso.

A partir de 1966, ocorreram novos problemas que contribuíram para um atraso na elaboração das Contas Nacionais do Brasil. As reformas econômicas e administrativas promovidas pelo Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco (1964-1966) contribuíram para o atraso das contas nacionais, na medida em que várias instituições que eram provedoras de informações para a FGV foram extintas ou reestruturadas, interrompendo, assim, a rede de informações necessárias para a construção das contas.

Por conta desses problemas, durante a segunda metade dos anos 60, eram divulgadas apenas algumas informações esparsas sobre os agregados macroeconômicos. Esse ciclo foi concluído em 1969, quando a FGV pôde finalmente atualizar a série das contas nacionais, a partir dos dados do Censo de 1960. A metodologia adotada para esta revisão foi publicada pela FGV em 1972.

A metodologia de 1972 explicita a opção da FGV pela implementação do sistema de contas nacionais proposto pelo SNA de 1953. E, como já foi visto no Capítulo 4, este sistema consiste em um conjunto de cinco contas dos setores institucionais, estruturadas em partidas dobradas: Produção; Apropriação; Governo; Capital, e Resto do Mundo.

Além destas cinco contas, a FGV publicou um conjunto de quadros estatísticos sobre a composição da despesa nacional bruta; valor adicionado da indústria de transformação; renda interna da indústria; índice de produto real das atividades, e renda interna por atividade e por unidade da Federação.

Posteriormente, em 1973, a FGV publicou a revisão das estimativas das contas nacionais dos anos 1970-1973, após incorporar os dados do Censo Econômico de 1970. A

metodologia adotada em 1973 introduziu mudanças, tanto no tratamento dos dados quanto na cobertura desses dados, que causaram problemas para a comparação dos dados da série histórica das contas nacionais. Segundo a FGV, a série histórica sofreu uma interrupção, na medida em que os novos dados eram compatíveis somente com os de 1949 e 1959 (igualmente, anos censitários). Portanto, mais adiante, seria necessário rever as estimativas relativas aos demais anos para que as Contas Nacionais do Brasil fossem coerentes ao longo do tempo.

Ainda em relação à metodologia de 1973, vale tecer os seguintes comentários: em primeiro lugar, constata-se a opção da FGV pela manutenção da estrutura das contas nacionais proposta pelo SNA de 1953, apesar de haver algumas mudanças metodológicas decorrentes de procedimentos sugeridos pelo SNA de 1968, como, por exemplo, no tratamento dos juros e aluguéis. Segundo a FGV, “essas modificações foram introduzidas em consonância com o novo Sistema recomendado pelas Nações Unidas [SNA-68], o que não quer dizer, entretanto, que todas as inovações por elas preconizadas estejam incorporadas no presente cálculo” (FGV, 1973a: 3).

Em segundo lugar, verifica-se que o desenho das contas nacionais do Brasil objetivava a apresentação dos resultados por setor institucional, apesar da importância dada pelas Nações Unidas (SNA, 1968) à inserção da matriz de insumo-produto ao corpo central do sistema.

Em terceiro lugar, observa-se que a metodologia adotada pela FGV apoiava-se na construção das contas nacionais nos anos censitários (1949, 1959 e 1970), para os quais havia maior número de informações. Já os anos não-censitários eram construídos através da interpolação ou extrapolação de dados censitários, valendo-se de indicadores de volume e de preços (Suzigan, 1973).

De um lado, é preciso reconhecer que esta metodologia representava praticamente a única alternativa para a construção das contas nacionais em anos não-censitários, diante da falta de informações mais detalhadas. Esta situação, por sua vez, refletia a forma como o sistema estatístico do IBGE estava, à época, estruturado: em anos censitários, as pesquisas sobre a estrutura produtiva da economia eram exaustivas, além de serem desagregadas por Estado. Todavia, eram pesquisas bastante demoradas (vide Censo de 1960). Já nos anos não-censitários, a quantidade de pesquisas era reduzida, com cobertura limitada e com metodologias, conceitos e variáveis distintos dos censos.

Como consequência, uma vez que não era recomendável construir séries históricas a partir de dados heterogêneos, o caminho encontrado teria, necessariamente, que passar pela utilização de indicadores de comportamento dos agregados macroeconômicos para projetar os dados dos anos censitários.

Por outro lado, deve-se ressaltar que o uso de indicadores de evolução para construir as contas nacionais requer procedimentos complementares de crítica de consistência do dado, em si, e da sua coerência, em relação aos demais. E, como já foi discutido no Capítulo 4, tal sistema requer o uso de matrizes de insumo-produto para garantir a coerência dos dados; caso contrário, corre-se o risco de produzir informações incompletas ou inconsistentes.

Como o Sistema de Contas Nacionais da FGV somente foi desenhado para a construção de contas por setor institucional (FGV, 1972, 1973a, 1973b), não houve condições para a construção de Matrizes (ou Tabelas de Recursos e Usos), apesar de as Nações Unidas as terem transformado em um elemento central do Sistema de Contas Nacionais de 1968.

No entanto, vale lembrar que o IBGE iniciou, em 1973, o projeto de construção de matrizes de insumo-produto, com a criação do Departamento de Estatísticas Derivadas – embrião do atual Departamento de Contas Nacionais. A primeira Matriz do IBGE¹⁰³ foi publicada em 1979 e referia-se ao ano censitário de 1970; em 1984 foi concluída a Matriz de 1975, cujos resultados foram publicados em 1987.

Ocorre no entanto que, embora o Brasil dispusesse desde os anos 70 de dois subsistemas de contas nacionais, estes não eram coerentes entre si o suficiente para dotar o país de um sistema moderno de contas nacionais, nos moldes do sugerido pelas Nações Unidas.

Ao contrário, em alguns aspectos aqueles dois subsistemas eram contraditórios entre si: a FGV, embora pretendesse construir um sistema de contas nacionais completo, em alguns casos, não tinha condições de estimar o universo das atividades econômicas do país, mesmo em anos censitários (FGV, 1972 e 1973a); o IBGE, apesar de trabalhar nas matrizes de 1970 e 1975 com um conceito de produção restrito às atividades predominantemente mercantis (IBGE, 1979: 4, 9 e 12), construía tabelas de recursos e usos para toda a economia.

¹⁰³ A primeira Matriz do Brasil foi publicada pelo IPEA em 1967 sob o título *Relações Interindustriais no Brasil – 1959* (IBGE, 1979: 1).

Na verdade, as duas instituições adotavam, separadamente, a metodologia de construção da conta de Produção, por setor institucional (FGV) e por atividade econômica (IBGE) sugerida pelo SNA de 1968, mas os resultados não eram confrontados com vistas à produção de uma única estimativa do Produto e da Renda Nacionais. Conseqüentemente, durante vários anos os pesquisadores tinham diante de si duas estimativas diferentes do PIB do Brasil, uma proveniente das contas nacionais oficiais (FGV), outra resultante da matriz de insumo-produto (IBGE).

Tal situação persistiu até 1986, quando então o IBGE absorveu a equipe técnica das Contas Nacionais da FGV e assumiu a responsabilidade da construção do Sistema de Contas Nacionais. O primeiro ano para o qual as contas nacionais do Brasil passaram a integrar, num mesmo sistema, matriz e contas nacionais foi 1980 (IBGE, 1988).

As Contas Nacionais de 1980 foram elaboradas de acordo com a metodologia do SNA de 1968, e agora, nos anos 90, foram atualizadas para incorporar as inovações introduzidas pelo SNA de 1993.

Entretanto, durante o período de implementação da nova metodologia (1987-1997), o IBGE continuou produzindo as Contas Nacionais Consolidadas, criadas pela FGV. Em 1997, o IBGE divulgou a série histórica do Sistema de Contas Nacionais construído segundo a nova metodologia, relativa ao período 1990-1996. Daí em diante, este deverá ser o Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

5.2 As contas nacionais consolidadas

Embora a expressão “contas nacionais consolidadas” tenha sido empregado, pela primeira vez, no Brasil apenas em 1990 (IBGE, 1990b), é preciso reconhecer que o sistema montado no país pela FGV, desde 1939 até 1979, apoiava-se no modelo de contas nacionais consolidadas das Nações Unidas.

Antes de as contas nacionais passarem para a responsabilidade do IBGE (1986), a FGV promoveu uma revisão na metodologia e nos dados da série histórica de 1970-1982 (FGV, 1984). Segundo aquela instituição, a nova metodologia alterava as estimativas anteriores sobre a conta de Produção, em função de algumas revisões conceituais e de mudanças no tratamento das estatísticas primárias.

A FGV reconhecia que a nova metodologia, embora procurasse seguir as recomendações do SNA de 1968, ainda se restringia ao cálculo dos fluxos de produção e dispêndio, e, portanto, não cobria "... as contas relativas aos fluxos financeiros e de rendimento" (FGV, 1984: 5).

Quanto ao nível de valoração das estimativas da conta de Produção, a FGV declara trabalhar com valores brutos (que incluem o consumo de capital fixo), medidos a custo de fatores (FGV, 1984: 6).

Após descrever a metodologia de cálculo da conta de Produção e dos fluxos componentes do dispêndio, a FGV descreve a metodologia de construção dos agregados a preços constantes, com a base de ponderação fixada em 1970.

Os dados da série de 1970-1982 das contas nacionais do Brasil foram apresentados por meio das (cinco) contas de Produção; de Apropriação; do Governo; de Capital, e de Transações com o Exterior, além de tabelas complementares contendo informações sobre Renda Nacional e Renda Disponível; Contribuição das Atividades e das Regiões para a formação do PIB, e Índices de Produto Real.

Em 1990, o Sistema de Contas Nacionais Consolidadas passou por uma nova atualização, desta vez realizada pelo IBGE. Na revisão de 1990, a conta do Governo foi suprimida e o Sistema Consolidado passou a compreender as (quatro) contas do Produto Interno Bruto; Renda Nacional Disponível Bruta; Capital, e Transações Correntes com o Resto do Mundo. Também foram elaborados quadros complementares sobre o PIB a preços correntes e constantes; composição da renda nacional disponível bruta; PIB por atividade; conta corrente da administração pública; índices de variação do produto real, e composição da formação bruta de capital fixo.

De 1988 a 1995, estes mesmos quadros e tabelas foram publicados pelo IBGE, sendo 1995 o último ano de publicação da série histórica das Contas Nacionais Consolidadas. Conseqüentemente, a partir do ano de referência de 1996, as contas nacionais do Brasil passam a ser divulgadas apenas segundo a nova metodologia desenvolvida pelo IBGE desde o ano de 1980.

5.3 O novo sistema de contas nacionais do Brasil

Durante o período de 1987 a 1997, o IBGE construiu simultaneamente o Sistema de Contas Nacionais Consolidadas e o novo sistema denominado “Sistema de Contas Nacionais do Brasil” (1997a, 1997b). Como foi dito anteriormente, 1980 foi o primeiro ano de referência para o cálculo das contas nacionais com base nesta nova metodologia (IBGE, 1988). Em seguida, o IBGE construiu a série histórica das contas nacionais, a preços correntes e preços constantes.

5.3.1 Contas nacionais do ano-base 1980

O “Novo Sistema de Contas Nacionais” (IBGE, 1988), referente ao ano-base 1980, compreendia três conjuntos de contas, a saber: tabelas de insumo-produto; contas não-financeiras por setor institucional e síntese da economia brasileira.

O Sistema de Contas Nacionais do Brasil do ano de 1980 foi estruturado de forma a representar o 2º Modelo de Contas proposto pelo SNA de 1968 (Quadro Econômico de Conjunto), articulado com a Matriz de Insumo-Produto¹⁰⁴, com o objetivo de oferecer uma visão do conjunto da economia, desde a produção, passando pelos mecanismos de distribuição e utilização da renda, até chegar à estimativa da formação de capital e suas formas de financiamento.

A seguir, será feita uma breve apresentação de cada uma das três partes do Sistema, cuja metodologia de construção foi publicada pelo IBGE em 1988, sob o título “Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil – Metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980”.

I. Tabelas de insumo-produto: Conta de Oferta e Demanda de Bens e Serviços; Conta de Produção e Distribuição Operacional da Renda por Atividade Econômica.

A Tabela de Insumo-Produto das contas nacionais de 1980 apresentada a seguir foi agregada para ser melhor visualizada e para explicitar os resultados das contas de Produção e de Distribuição Operacional da Renda, por atividade, que, em seguida, serão transferidos para a Tabela de Síntese da Economia Brasileira.

A Tabela de Insumo-Produto de 1980 foi construída para um conjunto de cerca de 300 atividades e mais de 500 grupos de produtos (IBGE, 1988: 56). Para cada produto dessa classificação foi realizado um estudo da coerência das informações relacionadas com a oferta

¹⁰⁴ Ver capítulo 4, item 4.2, “O sistema de contas nacionais de 1968”.

e a demanda de bens e serviços. Cada produto era registrado em uma planilha, denominada “Planilha de Equilíbrio entre Oferta e Demanda” (Tabela 16) com o objetivo de construir a identidade contábil entre recursos (oferta) e usos (demanda) de bens e serviços.

Uma vez “equilibradas”, isto é, uma vez encontradas as informações compatíveis com a oferta de produtos nacionais e importados e com a demanda intermediária e final – todas avaliadas a preço de consumidor –, cada uma das planilhas é, então, transformada em uma das linhas da Tabela de Insumo-Produto¹⁰⁵. Portanto, o número de linhas da matriz depende do número de planilhas que se pode construir para um dado ano.

Tabela 16

Planilha de equilíbrio entre oferta e demanda de 1980

| (Cr\$ Milhões) | | | | | |
|--------------------------------|-----------------|--------------------|----------------------|----------------------------------|------------------------|
| Composição do preço | Preço Básico | Margem de Comércio | Margem de Transporte | Impostos Indiretos (-) Subsídios | Total Preço de Mercado |
| Oferta (ou recursos) | | | | | |
| Produção | 23797258 | -42947 | -15219 | 1343673 | 25082765 |
| Importação | 1469646 | 44266 | 15219 | 103722 | 1632853 |
| Total dos recursos | 25266904 | 1319 | 0 | 1447395 | 26715618 |
| Demanda (ou usos) | | | | | |
| Consumo intermediário | 13043763 | 1299 | -123020 | 633406 | 13555448 |
| Consumo pessoal | 7948384 | -484 | 87328 | 642728 | 8677956 |
| Formação bruta de capital fixo | 2869461 | -12 | 4729 | 95732 | 2969910 |
| Variação de estoque | 262142 | 424 | 3131 | -2266 | 263431 |
| Exportações | 1143154 | 92 | 27832 | 77795 | 1248873 |
| Total dos usos | 25266904 | 1319 | 0 | 1447395 | 26715618 |

Síntese dos dados de 1980: (*)

| | |
|--|-----------------|
| Valor da produção (preço básico) | 23797258 |
| Consumo intermediário (preço de mercado) | 13555448 |
| Valor adicionado (preço básico) | 10241810 |
| Impostos indiretos líquidos de subsídios | 1447395 |
| Produto interno bruto (preço de mercado) | 11689205 |

(*) Ver Tabela 17 e Quadro 16.

Além disso, são estas planilhas que alimentam os Quadrantes I e II da matriz apresentada na Tabela 17 (Tabela de insumo-produto do Brasil de 1980), a seguir.

¹⁰⁵ Mais adiante, no momento da descrição da metodologia para a construção das tabelas de insumo-produto da série 1990-1996, a partir das “planilhas de equilíbrio”, será apresentado o modelo de “planilha de produto” que é utilizado na construção de tabelas anuais de insumo-produto do Brasil.

Tabela 17
Tabela de insumo-produto do Brasil de 1980

| Valor de Produção | Imposto de Comércio | Margem de Comércio | Margem de Transp. | Imposto Líquido | TOTAL OFERTA (PC) | Atividade Econômica | Agropecuária | Ind Extr | Ind Trans- formação | Construção civil | S.I.U.P. | Comércio | Trans- portes | Comun-icação | Inst. Finan- cearias | Admin. Pública | Serviço Aluguel | Outros Serviços | Dummy | TOTAL CI | Consumo Pessoal | Consumo Governo | FBKF | Var Estoque | Expor- tação | TOTAL DF | TOTAL Demanda |
|-------------------|---------------------|--------------------|-------------------|-----------------|-------------------|---------------------|--------------|----------|---------------------|------------------|----------|----------|---------------|--------------|----------------------|----------------|-----------------|-----------------|-------|----------|-----------------------|-----------------|------|-------------|--------------|----------|---------------|
| 1776 | 90 | 151 | 68 | -40 | 2045 | Agropecuária | 262 | 0 | 1013 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16 | 0 | 22 | 0 | 1313 | 423 | 0 | 109 | 149 | 49 | 730 | 2043 |
| 13161 | 1193 | 1300 | 305 | 1341 | 17300 | Indústria | 431 | 69 | 5333 | 1208 | 139 | 554 | 369 | 21 | 32 | 146 | 142 | 663 | 0 | 9107 | 4292 | 0 | 2734 | 115 | 1054 | 8195 | 17302 |
| 278 | 508 | 4 | 68 | -27 | 831 | Extrativa Mineral | 6 | 20 | 665 | 33 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 726 | 0 | 0 | 0 | -7 | 114 | 107 | 833 |
| 10367 | 685 | 1296 | 237 | 1338 | 13943 | Transformação | 420 | 44 | 4549 | 1065 | 37 | 530 | 359 | 18 | 25 | 119 | 6 | 635 | 0 | 7807 | 4176 | 0 | 908 | 122 | 930 | 6136 | 13943 |
| 2125 | 0 | 0 | 0 | 3 | 2128 | Construção civil | 0 | 1 | 18 | 107 | 2 | 5 | 8 | 1 | 1 | 6 | 134 | 9 | 0 | 292 | 0 | 0 | 1826 | 0 | 10 | 1836 | 2128 |
| 371 | 0 | 0 | 0 | 27 | 398 | S. I. U. P. | 5 | 4 | 101 | 3 | 98 | 19 | 2 | 2 | 6 | 21 | 2 | 19 | 0 | 282 | 116 | 0 | 0 | 0 | 0 | 116 | 398 |
| 8860 | 167 | -1451 | -373 | 147 | 7360 | Serviços | 52 | 34 | 810 | 88 | 38 | 286 | 166 | 22 | 223 | 238 | 5 | 249 | 923 | 3134 | 2676 | 1273 | 127 | 0 | 140 | 4216 | 7360 |
| 1634 | 29 | -1453 | 0 | 1 | 211 | Comércio | 2 | 4 | 165 | 4 | 0 | 22 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 202 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 9 | 211 |
| 1029 | 78 | 0 | -373 | 2 | 736 | Transportes | 18 | 4 | 106 | 4 | 1 | 90 | 101 | 4 | 3 | 10 | 0 | 8 | 0 | 349 | 278 | 0 | 0 | 0 | 110 | 388 | 737 |
| 132 | 1 | | | 24 | 157 | Comunicação | 0 | 1 | 26 | 3 | 1 | 15 | 5 | 2 | 20 | 21 | 0 | 11 | 0 | 105 | 51 | 0 | 0 | 0 | 1 | 52 | 157 |
| 1219 | 15 | | | 73 | 1307 | Financeiros | 10 | 5 | 83 | 10 | 20 | 28 | 9 | 3 | 85 | 35 | 2 | 19 | 923 | 1232 | 69 | 0 | 0 | 0 | 5 | 74 | 1306 |
| 1276 | 0 | | | 0 | 1276 | Admin pública | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1273 | 0 | 0 | 0 | 1276 | 1276 |
| 1046 | 1 | | | 0 | 1047 | Aluguel | 0 | 1 | 28 | 3 | 1 | 48 | 6 | 1 | 10 | 7 | 1 | 43 | 0 | 149 | 898 | 0 | 0 | 0 | 0 | 898 | 1047 |
| 2524 | 43 | 2 | | 47 | 2616 | Outros Serviços | 22 | 19 | 402 | 64 | 15 | 83 | 45 | 12 | 105 | 160 | 2 | 168 | 0 | 1097 | 1377 | 0 | 127 | 0 | 15 | 1519 | 2616 |
| 0 | 0 | | | 0 | 0 | Dummy Financ | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 0 | 19 | | | 0 | 19 | Ajuste externo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 | 7 | 19 |
| 23797 | 1469 | 0 | 0 | 1448 | 26714 | TOTAL | 745 | 103 | 7156 | 1296 | 177 | 840 | 535 | 43 | 255 | 400 | 147 | 934 | 923 | 13554 | 7403 | 1273 | 2970 | 264 | 1250 | 13160 | 26714 |
| | | | | | | TOTAL CI | 745 | 103 | 7156 | 1296 | 177 | 840 | 535 | 43 | 255 | 400 | 147 | 934 | 923 | 13554 | Total C I | | | | | | |
| | | | | | | TOTAL VA | 1137 | 160 | 2892 | 829 | 194 | 1236 | 493 | 99 | 974 | 989 | 867 | 1296 | -923 | 10243 | Total V A | | | | | | |
| | | | | | | TOTAL VP | 1682 | 263 | 10048 | 2125 | 371 | 2076 | 1028 | 142 | 1229 | 1389 | 1014 | 2230 | 0 | 23797 | Total V P | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1619 Imposto Indireto | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | -172 Subsídio | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 11690 PIB pm | | | | | | |

Fonte: elaboração do Autor a partir de IBGE (1988)

Já o Quadrante III é construído a partir das informações, obtidas junto às empresas e seus estabelecimentos, sobre produção, consumo e pagamento aos fatores. De posse desses dados, são construídas as contas de Produção e de Distribuição Operacional da Renda das atividades, como pode ser visto na Tabela de Insumo-Produto (Tabela 17).

Convém observar que também é possível construir, a partir daquela Planilha de Equilíbrio, outras tabelas de insumo-produto:

a. Tabela de Insumo-Produto avaliada a preço básico, isto é, preço na “porta da fábrica”, antes da incidência das margens de comércio, transporte e impostos líquidos de subsídios. Segundo o SNA de 1968 (UN: 42), tabelas de insumo-produto avaliadas a “preço básico” são mais adequadas para a construção de modelos de cálculo do impacto de variações na demanda final sobre a produção.

De acordo com este modelo, criado por Leontief, é possível estimar o efeito multiplicador sobre a produção e a renda provenientes de acréscimos na demanda final (a qual, segundo o modelo aberto de Leontief, é exógena)¹⁰⁶. E, de acordo com o SNA (UN, 1968: 42), uma das utilidades dos modelos de insumo-produto é permitir que se calcule a produção necessária para atender à demanda final. Assim, este modelo, ao estimar o impacto direto e indireto sobre a produção, permite calcular o volume de produção necessária para satisfazer a demanda.

E, se a produção é calculada a partir do impacto direto da demanda final e indireto da demanda intermediária, então é preciso que tanto a demanda quanto a oferta (produção ou importação) sejam calculadas de forma homogênea, isto é, valoradas pelo mesmo nível de preço.

Além disso, como o modelo de Leontief procura medir esses elementos a partir de uma unidade homogênea (monetária) que expresse as unidades de produção físicas (que são quantidades heterogêneas de produtos) que compõem os “coeficientes técnicos de produção” (IBGE, 1979 e Ramos, 1997: 71-74), as Nações Unidas recomendam o uso do “preço básico” como unidade de medida.

Para este tipo de análise, o “preço básico” é considerado mais adequado que o “preço de consumidor”, porque este compreende as margens de comércio, transporte, os impostos indiretos e os subsídios sobre os produtos, que representam custos que variam de

¹⁰⁶ Ver Capítulo 3, item 3.3: “O estudo das relações intersetoriais e a Matriz de Insumo – Produto de Leontief.

acordo com o consumidor (empresas, famílias, governo e exterior) e não em função da produção.

Portanto, verifica-se que a metodologia do IBGE de elaboração das contas nacionais de 1980, ao construir as Planilhas de Equilíbrio entre Oferta e Demanda que identificam os diversos componentes do preço de mercado, viabiliza a produção de dois instrumentos de análise complementares:

- de um lado, a Tabela de Insumo-Produto ou Tabela de Recursos e Usos das Atividades Econômicas que vai ser integrada às contas dos setores institucionais nas contas nacionais;
- de outro, a Matriz de Insumo-Produto de Leontief que permite realizar estudos sobre o inter-relacionamento setorial ao verificar como cada atividade se relaciona com as que produzem os seus insumos.

É importante frisar que esta metodologia foi adotada pelo IBGE apenas a partir da implementação do novo Sistema de Contas Nacionais de 1980. As Matrizes de 1970 e 1975 visavam apenas à construção do modelo de Leontief. E, a partir de 1980, todas as matrizes produzidas pelo IBGE passariam a estar articuladas com as contas nacionais.

As outras matrizes que podem ser construídas através da metodologia descrita acima são:

b. Tabela de Insumo-Produto para os insumos de procedência nacional e outra para os insumos importados – que fornecem informações sobre a procedência dos insumos e seus possíveis impactos sobre a balança de pagamentos.

c. Tabela de Insumo-Produto para o cálculo das margens e impostos que incidem sobre os produtos consumidos pelas atividades e pelas categorias de demanda final.

Dessa forma, percebe-se que a soma dos valores encontrados nas tabelas construídas a preço básico, mais as margens de comércio e de transporte e mais os impostos indiretos líquidos de subsídios sobre os produtos, corresponde à tabela de insumo-produto valorada a preço de consumidor. E, como foi demonstrado, todas estas informações estão registradas na Planilha de Equilíbrio.

II. *Contas não-financeiras por setor institucional*: conta de Produção; conta de Distribuição Operacional da Renda; conta de Apropriação da Renda; conta de Uso da Renda e conta de Capital.

A construção das contas não-financeiras dos setores institucionais compreende uma etapa intermediária do processo de elaboração das contas nacionais. Esta etapa consiste na organização das informações referentes aos agentes econômicos com vistas a agrupá-los de acordo com a ótica institucional, isto é, de acordo com a função que cada agente (por exemplo: empresa, família e governo) exerce dentro do sistema econômico; com a natureza e a origem dos recursos.

Os setores institucionais considerados nestas contas são: empresas não-financeiras; instituições financeiras e companhias seguradoras; administrações públicas e famílias.

Para o setor institucional "empresas não-financeiras", as contas nacionais constroem a conta de Produção; conta de Distribuição Operacional da Renda; conta de Resultado, cujos conceitos obedecem à lógica contábil¹⁰⁷ das empresas referentes aos conceitos de recebimentos e gastos, e conta de Estimativa dos Investimentos Físicos das Empresas que são importantes para a construção do Quadro Econômico de Conjunto.

Este setor é desagregado em empresas públicas e privadas e, em seguida, decomposto por atividade econômica. Com esta subdivisão pode-se confrontar os dados utilizados na construção das tabelas de insumo-produto com os registros contábeis e administrativos para avaliar a consistência da conta de Produção.

O setor institucional "empresas financeiras" compreende as empresas que têm como função principal coletar, transformar e distribuir os recursos financeiros entre os agentes que têm necessidade de financiamento (IBGE, 1988: 98). Este setor também é desagregado em empresas privadas e públicas.

As "instituições seguradoras" consistem em agentes cuja função principal é transformar riscos individuais em riscos coletivos. As "administrações públicas" abrangem as unidades que têm como função principal prestar serviços não-mercantis à coletividade e realizar operações de repartição da renda e do patrimônio nacionais (IBGE, 1988: 110).

O setor institucional "famílias" compreende os agentes que consomem os bens e serviços finais. Entretanto, este setor abrange também a atividade de produção realizada por unidades produtivas organizadas em moldes familiares, isto é, unidades cuja gestão do patrimônio da unidade produtiva é realizada juntamente com a do patrimônio da própria família.

¹⁰⁷ Por exemplo, enquanto nas Contas Nacionais trabalha-se com o conceito de juros, na Conta de Resultado trabalha-se com valores de receitas e despesas financeiras (IBGE, 1988: 83).

Finalmente, as contas não-financeiras abrangem também as operações não-financeiras realizadas pelos agentes econômicos residentes com os residentes no exterior. Este setor institucional tem seus resultados extraídos do balanço de pagamentos e os dados são registrados do ponto de vista dos agentes não-residentes (IBGE, 1988: 128).

Uma vez construídas as contas não-financeiras dos setores institucionais, os dados são preparados para a montagem do Quadro Econômico de Conjunto que foi definido pelas contas nacionais do Brasil como conta de Síntese da Economia Brasileira

III. *Síntese da economia brasileira.*

De acordo com o IBGE, a Síntese comporta duas etapas:

- “1ª. A síntese das operações com bens e serviços, que é realizada durante a construção das Tabelas de Insumo-Produto; e
- 2ª. A elaboração das Tabelas de Síntese da Economia Brasileira, que, por sua vez, abrange duas outras etapas: o equilíbrio de cada uma das operações e a coerência global através das contas dos agentes” (IBGE, 1988: 132).

Como já foi visto anteriormente, a síntese de bens e serviços é efetuada durante a fase de construção da tabela de insumo-produto. Esta síntese é realizada de duas formas: a primeira compreende a síntese horizontal, cuja finalidade é avaliar a consistência dos dados sobre a oferta e demanda dos bens e serviços na economia, através da Planilha de Equilíbrio entre Oferta e Demanda; a segunda consiste na síntese vertical, que visa a analisar os coeficientes técnicos de produção das atividades econômicas e a estrutura da demanda final.

A partir da síntese de bens e serviços pode-se construir os agregados referentes a produção, consumo intermediário, valor adicionado, consumo final das famílias, consumo final do governo, formação de capital, exportação e importação de bens e serviços. Esses agregados são então introduzidos na conta de síntese da economia brasileira para compor a conta de produção e de distribuição operacional da renda.

Para demonstrar a relação entre a Síntese de Bens e Serviços e o Quadro Econômico de Conjunto, será apresentado, a seguir, o Quadro 16 sobre a síntese da economia brasileira de 1980, cujos valores referentes à conta de produção e de distribuição operacional da renda são perfeitamente compatíveis com a tabela de insumo-produto do mesmo ano (ver Tabela 17), a qual, por sua vez, é construída a partir das planilhas apresentadas na Tabela 16.

Quadro 16
Quadro econômico de conjunto da economia brasileira de 1980

| USOS | | | | | | | | BENS | | TOTAL | | RECURSOS | | | | | | | | | | | |
|--|----------|-------|--------|--------|---------|---------|----------|-------|----------|-----------|---------------------------|----------|-------|--------|--------|---------|---------|----------|-------|----------|-------|-------|-----|
| EMPRESA NÃO FINANÇ | | FAMIL | INSTIT | SEGURO | ADMINST | TP & PL | RESTO DO | MUNDO | SERVIÇOS | OPERAÇÕES | EMPRESA NÃO FINANÇ | | FAMIL | INSTIT | SEGURO | ADMINST | TP & PL | RESTO DO | MUNDO | SERVIÇOS | TOTAL | | |
| Privadas | Públicas | LIAS | FINANÇ | DORAS | PÚBLICA | | | | | | Privadas | Públicas | LIAS | FINANÇ | DORAS | PÚBLICA | | | | | | | |
| CONTA DE PRODUÇÃO DOS SETORES INSTITUCIONAIS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | 23797 | PRODUÇÃO | 11928 | 1809 | 7428 | 1132 | 79 | 1321 | 100 | | | | 23797 | |
| | | | | | | | | | | 22338 | ATIV MERCANTIL | 11928 | 1809 | 7342 | 1132 | 79 | 48 | | | | | 22338 | |
| | | | | | | | | | | 1459 | ATIV NÃO MERCANTIL | | | 86 | | | 1273 | 100 | | | | 1459 | |
| | | | | | | | | 1250 | | 1250 | EXPORTAÇÃO | | | | | | | | | | | 1250 | |
| | | | | | | | | | 1469 | 1469 | IMPORTAÇÃO | | | | | | | | | 1469 | | | |
| 7517 | 1183 | 3249 | 204 | 46 | 418 | 14 | | | 923 | 13554 | CONS INTERMED | | | | | | | | | | 13554 | 13554 | |
| 7517 | 1183 | 3249 | 204 | 46 | 18 | | | | 923 | 13140 | ATIV MERCANTIL | | | | | | | | | | 13140 | 13140 | |
| | | | | | | 400 | 14 | | | 414 | ATIV NÃO MERCANTIL | | | | | | | | | | 414 | 414 | |
| 4411 | 626 | 4179 | 928 | 33 | 903 | 86 | | | -923 | 10243 | VALOR ADICIONADO | | | | | | | | | | | | |
| 4411 | 626 | 4093 | 928 | 33 | 30 | 0 | | | -923 | 9198 | ATIV MERCANTIL | | | | | | | | | | | | |
| | | 86 | | | 873 | 86 | | | | 1045 | ATIV NÃO MERCANTIL | | | | | | | | | | | | |
| CONTA DE DISTRIBUIÇÃO OPERACIONAL DA RENDA DOS SETORES INSTITUCIONAIS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | VALOR ADICIONADO | 4411 | 626 | 4179 | 928 | 33 | 903 | 86 | 0 | | -923 | 10243 | |
| | | | | | | | | | | | ATIV MERCANTIL | 4411 | 626 | 4093 | 928 | 33 | 30 | 0 | 0 | | -923 | 9198 | |
| | | | | | | | | | | | ATIV NÃO MERCANTIL | 0 | 0 | 86 | 0 | 0 | 873 | 86 | 0 | | 0 | 1045 | |
| 2132 | 360 | 970 | 354 | 19 | 990 | 86 | 1 | | | 4922 | RENDA do TRABALHO | | | | | | | | | | | | |
| 1645 | 269 | 466 | 280 | 15 | 735 | 71 | 1 | | | 3462 | MOO COM VÍNCULO | | | | | | | | | | | | |
| 6 | 2 | 434 | | | | 8 | | | | 450 | MOO SEM VÍNCULO | | | | | | | | | | | | |
| 9 | 6 | | | | | | | | | 15 | SALÁRIO MONETÁRIO | | | | | | | | | | | | |
| 405 | 67 | 61 | 72 | 4 | 83 | 7 | | | | 699 | Contrib Sociais Efetivas | | | | | | | | | | | | |
| 67 | 16 | 9 | 12 | | 172 | | | | | 276 | Contrib Sociais Fictícias | | | | | | | | | | | | |
| 93 | 12 | 9 | 7 | 1 | | | 1 | | 1619 | 1742 | IMPOSTO de PRODUÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | 1619 | 1619 | Imposto S/ Produtos | | | | | | | | | | | | |
| 93 | 12 | 9 | 7 | 1 | | | 1 | | | 123 | Outr Imp S/ Produção | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | SUBSÍDIO RECEBIDO | 73 | 57 | 10 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 0 | 147 | |
| | | | | | | | | | | | Subsídio ao Produto | | | | | | | | | | | 0 | 0 |
| | | | | | | | | | | | Subsídio à Atividade | 73 | 57 | 10 | 7 | 0 | | | | | | | 147 |
| 2259 | 311 | 3210 | 564 | 13 | -87 | 0 | | | -923 | 5347 | EXCED OPERAC BRUTO | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | Renda de Autônomo | | | | | | | | | | | | |
| 2259 | 311 | 2584 | 564 | 13 | -87 | 0 | | | -923 | 4721 | EOB (excluído autônomo) | | | | | | | | | | | | |

A estrutura da Conta de Síntese da Economia Brasileira corresponde ao modelo do Quadro Econômico de Conjunto do SNA de 1968, o qual passou a ser denominado Contas Econômicas Integradas pelo SNA de 1993, cuja estrutura foi descrita no Capítulo 4 desta tese.

5.3.2 Contas nacionais: preços correntes e preços constantes

Uma vez construído o primeiro ano-base (1980) do novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil, o IBGE desenvolveu o modelo de construção das contas a preços correntes e preços constantes¹⁰⁸. Este modelo requeria algumas modificações na metodologia adotada para o ano-base. Destas modificações, destacam-se:

a. Série histórica da tabela de recursos e usos: preços correntes e preços constantes

A série histórica deveria ser construída a preços correntes e a preços constantes para permitir identificar as mudanças associadas a variações de preços e variações de volume. Tendo em vista a necessidade de atualização contínua dos ponderadores da série histórica, optou-se pela construção da série apoiada em uma base móvel, cujo ponderador é o ano imediatamente anterior.

b. Nova planilha de equilíbrio entre oferta demanda

Para construir a série histórica para cada par de anos, foi preciso criar uma nova Planilha que atendesse aos requisitos metodológicos. A nova planilha para os anos da série histórica passou a ter o seguinte desenho:

¹⁰⁸ Durante os anos em que este modelo esteve em fase de teste, o IBGE manteve a construção das Contas Nacionais Consolidadas.

Tabela 18

Planilha de equilíbrio entre oferta e demanda de anos correntes

| SISTEMA DE PROJEÇÃO DAS TABELAS DE INSUMO-PRODUTO PLANILHA DE EQUILÍBRIO - 1994 | | | | | |
|--|------------------------------|----------------------------------|---|---------------------------------|------------------------------|
| PRODUTO : 1401 - MADEIRA E MOBILIÁRIO | | | Valor de 1993 = milhões de cruzeiros reais Valor de 1994 = mil reais | | |
| FATORES | VALOR CORRENTE DE 1993 | ÍNDICE DE VOLUME 1994/1993 | VALOR CONSTANTE Valor de 1994 a preço de 1993 | ÍNDICE DE PREÇO 1994/1993 | VALOR CORRENTE DE 1994 |
| Valor de produção | 758455 | 0,995 | 754902 | 24,49 | 6723921 |
| Importação | 5730 | 1,531 | 8770 | 19,41 | 61893 |
| Imposto sobre importação | 366 | 1,530 | 560 | 20,40 | 4155 |
| Margem de comércio | 129860 | 1,040 | 135054 | 24,97 | 1226410 |
| Margem de transporte | 71280 | 1,030 | 73418 | 19,75 | 527275 |
| IPI / ISS | 19312 | 1,030 | 19890 | 21,17 | 153131 |
| ICMS | 53271 | 1,030 | 54860 | 29,59 | 590366 |
| Outros impostos | 125 | 1,032 | 129 | 7,99 | 375 |
| Subsídios sobre produtos | 0 | 0,000 | 0 | 0,00 | 0 |
| TOTAL DOS RECURSOS | 1038399 | 1,009 | 1047583 | 24,38 | 9287526 |
| Consumo intermediário | 402110 | 1,038 | 417579 | 24,07 | 3654786 |
| Consumo pessoal | 405391 | 1,040 | 421607 | 25,04 | 3839025 |
| Formação bruta de capital fixo | 110873 | 1,025 | 113645 | 25,10 | 1037270 |
| Exportação | 113353 | 0,967 | 109610 | 21,96 | 875333 |
| Variação de estoque | 6672 | -2,227 | -14858 | 22,00 | -118888 |
| TOTAL DOS USOS | 1038399 | 1,009 | 1047583 | 24,38 | 9287526 |
| SALDO (RECURSOS - USOS) | 0 | 0,000 | 0 | 0,00 | 0 |

Fonte: DECNA-IBGE.

c. Modelo de projeção anual das tabelas de recursos e usos

As tabelas de recursos e usos anuais são construídas a partir do modelo de projeção dos dados do ano-base (ano n) para o ano seguinte (ano n+1) a partir do modelo desenvolvido pelo IBGE. Este modelo (Ramos, 1994) foi concebido para construir a tabela de insumo-produto do ano seguinte a partir dos seguintes procedimentos:

1ª etapa: projeção horizontal

Os dados da tabela de insumo-produto do ano n são projetados para o ano n+1, por meio da utilização de indicadores de evolução do valor da produção, do volume e do

preço (ver, anteriormente, estrutura da Nova Planilha de Equilíbrio entre Oferta Demanda). Estes novos dados, ao serem incluídos na planilha do ano seguinte, permitem projetar os valores da oferta e demanda de cada produto da classificação adotada. Conforme já foi visto, estes dados são em seguida transferidos para as linhas das tabelas de recursos e usos.

2ª etapa: projeção vertical

Os coeficientes técnicos dos principais insumos utilizados por cada uma das atividades (“células obrigatórias”) são analisados em separado para verificar se a projeção (horizontal) da oferta dos insumos corresponde à demanda prevista para cada atividade consumidora, em função da evolução da produção.

3ª etapa: síntese da tabela de recursos e usos projetada

A síntese compreende os diversos ajustes requeridos para conciliar a projeção da oferta, realizada por meio dos indicadores de evolução do valor, volume e preços, com a projeção da demanda que resulta da análise da coerência dos novos coeficientes técnicos de produção.

O confronto entre a produção de cada atividade e o seu consumo intermediário resulta no valor adicionado que, por sua vez, tem que ser coerente com indicadores de evolução do emprego e produtividade do respectivo setor.

Deste modelo de projeção resultaram as novas tabelas de produção e de recursos e usos, para o ano $n+1$, cujo desenho foi alterado, a partir de 1990, para acompanhar as sugestões feitas pelo SNA de 1993.

5.3.3 Contas econômicas integradas da economia brasileira de 1990 a 1996

A série das tabelas de recursos e usos das contas nacionais do Brasil de 1990 a 1996 passaram a ter o formato apresentado na Tabela 19, a seguir. Esta tabela contém os dados da Tabela de recursos e usos da economia brasileira em 1996, cujos valores estão expressos em mil reais.

A metodologia desenvolvida pelo IBGE possibilita a construção de tabelas anuais de recursos e usos para, em seguida, transformá-las nas contas de produção e de geração da renda das contas correntes do sistema de contas econômicas integradas.

O modelo de Contas Econômicas Integradas do IBGE, referente ao período 1990-1996, corresponde, por enquanto, ao sistema de contas para a economia como um todo (IBGE, 1997a). O desenho atual do modelo de Contas Nacionais do Brasil ainda não permite a desagregação das contas econômicas integradas pelos setores institucionais, conforme sugere o SNA de 1993.

Para mostrar a relação entre o novo sistema de contas nacionais do IBGE e as contas econômicas integradas (CEI) do SNA de 1993, os dados da economia brasileira de 1996 foram organizados no Quadro 17 nos mesmos moldes das CEI completas das Nações Unidas (ver Capítulo 4) por setor institucional, sem, entretanto, realizar a discriminação dos setores. Nos Anexos 1 a 6 serão apresentadas as contas nacionais do Brasil de 1990 a 1995, estruturadas da mesma forma que o Quadro 17.

Quadro 17

CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS DO BRASIL - 1996
(Valores em R\$ Mil)

CONTAS CORRENTES

| USOS | | | RECURSOS | | | |
|--|----------------|-------------------|--|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | Operações e Saldos | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 1 - Conta de Produção | | | | | | |
| 1.307.384,188 | | | Produção | 1.307.384,188 | | |
| 71.486,490 | | | Importações de Bens e Serviços | | 71.486,490 | |
| | 55.468,554 | | Exportações de Bens e Serviços | | | 55.468,554 |
| | | 613.019,287 | Consumo Intermediário | | | 613.019,287 |
| 84.455,452 | | | Impostos sobre Produtos | 84.455,452 | | |
| 4.238,987 | | | Imposto sobre a Importação | 4.238,987 | | |
| 80.216,465 | | | Demais Impostos sobre Produtos | 80.216,465 | | |
| | | 778.820,353 | Produto Interno Bruto | | | |
| | 16.017,936 | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | | |
| Conta 2 - Conta de Renda | | | | | | |
| 2.1 - Conta de Distribuição Primária da Renda | | | | | | |
| 2.1.1 - Conta de Geração da Renda | | | | | | |
| | | | Produto Interno Bruto | 778.820,353 | | |
| | | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | 16.017,936 | |
| | | 298.730,102 | Remuneração dos Empregados | | | |
| | | 298.361,694 | Residentes | | | |
| | 204,204 | 368,408 | Não-Residentes | | 368,408 | |
| | | 123.243,523 | Impostos sobre Produção e Importação | | | |
| | | -3.468,937 | Subsídios à Produção | | | |
| | | 360.315,665 | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | 360.315,665 | | |
| | | 44.612,256 | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | 44.612,256 | | |
| | | 315.703,409 | Excedente Operacional Bruto | 315.703,409 | | |
| 2.1.2 - Conta de Distribuição da Renda | | | | | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | 360.315,665 | | |
| | | | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | 44.612,256 | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto | 315.703,409 | | |
| | | | Remuneração dos Empregados | 298.565,898 | | |
| | | | Residentes | 298.361,694 | | |
| | | | Não-Residentes | 204,204 | | |
| | | | Impostos sobre Produção e Importação | 123.243,523 | | |
| | | | Subsídios à Produção | -3.468,937 | | |
| | 4.405,675 | 17.164,475 | Renda da Propriedade Enviada e Recebida do Exterior | 4.405,675 | 17.164,475 | |
| | | 765.897,349 | Renda Nacional Bruta | | | |
| 2.2 - Conta de Distribuição Secundária da Renda | | | | | | |
| | | | Renda Nacional Bruta | 765.897,349 | | |
| | 3.354,633 | 727,890 | Transferências Correntes Enviadas e Recebidas do Exterior | 3.354,633 | 727,890 | |
| | | 768.524,092 | Renda Disponível Bruta | | | |
| 2.3 - Conta de Uso da Renda | | | | | | |
| | | | Renda Disponível Bruta | 768.524,092 | | |
| | | 833.825,577 | Consumo Final | | | 833.825,577 |
| | | 134.698,615 | Poupança Bruta | | | |
| | 26.314,197 | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | | |

CONTAS DE ACUMULAÇÃO

| USOS | | | RECURSOS | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------------|---|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | Operações e Saldos | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 3 - Conta de Capital | | | | | | |
| | | | Poupança Bruta | 134.698,615 | | |
| | | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | 26.314,197 | |
| | | 148.884,097 | Formação Bruta de Capital Fixo | | | 148.884,097 |
| | | 12.128,615 | Variação de Estoques | | | 12.128,615 |
| | | -26.314,197 | Capacidade (+) ou Necessidade (-) de Financiamento | | | |

Fonte: IBGE (1997a).

Comparando-se as Contas Econômicas Integradas da economia brasileira de 1990 a 1996 (Quadro 17 e Anexos 1 a 6) com o Quadro 15 correspondente às CEI do SNA de 1993 (UN: 60-64) pode-se concluir que *as contas nacionais do Brasil estão evoluindo na direção da sua integração com as Contas Nacionais Modernas.*

Entretanto, para que tal objetivo seja de fato alcançado, ainda será preciso construir as contas financeiras e as contas de patrimônio, conforme propõe o SNA.

Por outro lado, constata-se a contribuição da matriz de insumo-produto para o desenvolvimento das contas nacionais do Brasil, ao viabilizar a construção das contas nacionais a partir de uma metodologia mais consistente do que a das contas nacionais consolidadas.

Portanto, pode-se concluir que, também no Brasil, as contas nacionais evoluíram no sentido da integração das *contas nacionais modernas*, criadas por Keynes, com a *Matriz de Insumo-Produto*, criada por Leontief.

CONCLUSÃO

Procurou-se demonstrar nesta tese que a contribuição de Keynes foi decisiva para a gênese e posterior desenvolvimento do sistema de *contas nacionais modernas*. O conhecimento da trajetória intelectual desse pensador ajudou a explicar a evolução de sua obra teórica e a explicar por que as *contas nacionais modernas*, tais como concebidas por Keynes, constituem um desdobramento da obra do autor.

Como professor em Cambridge, Keynes durante anos mostrou-se um fiel discípulo das teses de Alfred Marshall e teve a oportunidade de conhecer de perto o pensamento dos economistas defensores dos princípios liberais da economia de mercado. Como funcionário do governo inglês, acompanhou as negociações sobre o Tratado de Paz assinado em Versailles e escreveu em 1919 o livro *Economic Consequences of the Peace*, com suas críticas às condições impostas à Alemanha, as quais seriam, a longo prazo, prejudiciais aos interesses ingleses.

Em 1925, publicou o livro *Economic Consequences of Mr. Churchill*, para expressar sua opinião contrária à política econômica do governo inglês de retorno ao padrão ouro, adotando a mesma taxa de câmbio prevalecente antes da Primeira Guerra Mundial. Em 1936, escreveu a *Teoria geral do emprego, juro e moeda* para mostrar que as teses liberais defendidas pelos economistas neoclássicos já estavam em desuso, além de não fornecerem respostas aos problemas relacionados com a depressão dos anos 30. Neste livro, Keynes rompeu definitivamente com a escola neoclássica e fundou uma nova teoria.

A macroeconomia keynesiana provou que a oferta não cria sua própria procura (Lei de Say) e, por isso, propôs a implementação de políticas públicas de estímulo à demanda, para garantir a manutenção do nível de oferta e, assim, sustentar o nível de produção, renda e emprego.

A experiência da Suécia, Estados Unidos e Inglaterra de adoção de políticas econômicas e sociais nos anos 30, para enfrentar o problema da recessão e do desemprego, serviram de exemplo para mostrar que as “livres forças de mercado” não conduziriam aquelas economias a uma situação de equilíbrio automático, como pregavam os economistas ortodoxos.

Neste sentido, a Teoria Geral é uma obra que revela a importância das “teses intervencionistas” e anti-recessivas de Keynes, as quais estavam apoiadas na convicção do autor de que, nos anos 30, as medidas voltadas para o “estado de bem-estar” (*welfare state*)

eram mais importantes do que as medidas liberais defendidas pelos economistas ortodoxos. Keynes valeu-se inclusive do conhecimento empírico proporcionado pela política americana do *New Deal* nos anos 30 para construir sua teoria.

A teoria de Keynes defendia a idéia do intervencionismo, ou *managed capitalism* (Moggridge, 1993: 31-32 e 37), na medida em que o autor acreditava que somente o planejamento poderia contribuir para a solução da crise econômica dos anos 30.

Em 1939-1940 Keynes voltou sua preocupação para a discussão de problemas relacionados com as características de uma economia de guerra e pleno emprego, a saber: gastos militares e déficit fiscal; excesso de demanda e inflação; déficit no balanço de pagamentos e recuperação da economia de paz, após o término da Segunda Guerra Mundial. Nestas condições, Keynes elaborou outro arsenal teórico no livro *How to Pay for the War – A Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer*, segundo o qual o problema fundamental da Inglaterra nos anos 40 residia em encontrar mecanismos de financiamento dos gastos públicos, sem causar inflação, sem consumir as divisas do país e sem comprometer a capacidade de recuperação da economia inglesa no pós-guerra.

Segundo Keynes, o planejamento de uma economia de guerra envolvia a adoção de medidas novas, *algumas radicais*,¹⁰⁹ as quais requeriam um conhecimento da realidade do país que as estatísticas e os modelos de contas nacionais existentes naquela época não eram capazes de retratar adequadamente. Tendo em vista esta realidade, Keynes desenvolveu no livro *How to Pay for the War* o esboço do que viria a ser a *gênese das contas nacionais modernas*. Em seguida, o modelo criado por Keynes foi aperfeiçoado por Meade e Stone e, mais tarde, transformado no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas.

Para demonstrar a influência de Keynes sobre as contas nacionais modernas, os dados sobre a economia inglesa relativos ao ano fiscal de abril de 1938 a março de 1939, e utilizados por Keynes no livro *How to Pay for the War* foram organizados, no Capítulo 2 desta tese, nos moldes do modelo construído em 1941 por James Meade e Richard Stone, sob a supervisão de Keynes (Moggridge, 1992).

A primeira versão do modelo keynesiano de contas nacionais foi publicada pelas Nações Unidas em 1953. Esta primeira versão do SNA (*A System of National Accounts*) foi elaborada a partir do relatório preparado em 1947 por Richard Stone, e a estrutura das contas do primeiro SNA reproduzia fielmente o modelo criado por Keynes em 1940, confirmando a influência de Keynes sobre as contas nacionais atuais.

Sendo assim, pode-se reconstituir a cronologia da *gênese das contas nacionais*

¹⁰⁹ Por exemplo: a criação da "poupança compulsória" (Keynes, 1940).

modernas da seguinte maneira: o primeiro Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas foi publicado em 1953¹¹⁰ e baseava-se no relatório de Richard Stone preparado em 1947¹¹¹. Este relatório¹¹² de Stone foi elaborado de acordo com o modelo criado por James Meade e Richard Stone em 1941¹¹³, sob a orientação de Keynes. Este, por sua vez, incentivou Meade e Stone a montarem um modelo de contas nacionais de acordo com o sistema de equações que ele havia proposto no livro *How to Pay for the War* em 1940.

Anos mais tarde (1968 e 1993), as Nações Unidas introduziram atualizações metodológicas nos sistemas de contas nacionais, mas sempre respeitando a lógica macroeconômica desenvolvida por Keynes em 1939-1940.

Este mesmo sistema serviu de referência para a montagem das Contas Nacionais do Brasil no final dos anos 40. As primeiras estimativas daquelas contas referiram-se aos anos de 1939 e 1947. Daí em diante, a série histórica das contas nacionais passou a ser anual. No Brasil, a construção das contas nacionais foi realizada pela Fundação Getúlio Vargas até 1986, quando então passou a ser realizada pela Fundação IBGE.

A análise da evolução dos Sistemas de Contas Nacionais das Nações Unidas e do Brasil (Capítulos 4 e 5, respectivamente) revelou a influência do modelo original criado por Keynes. Entretanto, ao acompanhar a evolução daqueles sistemas, constatou-se que os dois sistemas (da ONU e do Brasil) convergiram para um modelo de contas nacionais cuja construção apoiava-se em subsistemas, aparentemente, antagônicos entre si.

De um lado, havia o sistema de contas nacionais de Keynes que foi estruturado para servir como instrumento de planejamento econômico, a partir de informações sobre a interdependência entre os setores institucionais (empresas, famílias, governo e resto do mundo). Este sistema foi concebido por Keynes como alternativa aos modelos de equilíbrio existentes e procurava mostrar a natureza instável do capitalismo. Segundo Keynes, a tendência ao desequilíbrio deveria ser encarada como algo inerente ao próprio sistema capitalista, e não como um “desvio”.

De outro lado, havia a matriz de insumo-produto, concebida por Leontief

¹¹⁰ United Nations. *A System of National Accounts and Supporting Tables*. Studies in Methods, série F, n. 2, rev. 1, Nova York, 1953.

¹¹¹ Richard Stone. “Definition and Measurement of the National Income and the Related Totals”. Appendix to the Report of the Sub-Committee on National Income Statistics of the League of Nations Committee of Statistical Experts. Título: Measurement of National Income and the Construction of Social Accounts. Studies and Reports on Statistical Methods, n. 7, United Nations, Genebra, 1947.

¹¹² Preparado para atender a um pedido da Liga das Nações em 1945.

¹¹³ James Meade e Richard Stone. “The Construction of Tables of National Income, Expenditure, Savings and Investment”. *Economic Journal*, vol. LI, jun.-set., 1941, p. 216-233.

(Capítulo 3) para também ser usada como instrumento de planejamento, ao fornecer informações para a avaliação dos impactos da política econômica sobre as atividades produtivas, priorizando a análise sobre a interdependência entre os setores produtivos (atividades econômicas). Todavia, o modelo de Insumo-Produto de Leontief (1983: 73) foi construído a partir da adaptação da teoria neoclássica de equilíbrio geral walrasiano alguns anos após a divulgação das teses de Keynes contrárias a esta visão.

No entanto, estes dois modelos (Contabilidade Social e Insumo-Produto), apesar de terem percorrido caminhos distintos e de estarem baseados em teorias conflitantes, culminaram em um único instrumento de planejamento, representado pelo Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas em 1968. A convergência da Matriz de Insumo-Produto e das Contas Nacionais Modernas para um mesmo sistema ocorreu por meio da conciliação da noção de equilíbrio econômico neoclássico (*ex-ante*) entre oferta e demanda na Matriz de Insumo-Produto e a noção de identidade contábil (*ex-post*) entre produto, renda e despesa na Contabilidade Social.

Essa contradição é, segundo Figueiredo (1980: 33), apenas aparente, na medida que o conceito de desequilíbrio de Keynes também pode ser adaptado ao seu contrário (ou seja, a situações de equilíbrio). Conseqüentemente, “a associação das Contas Nacionais com a Teoria Neoclássica e a Teoria Keynesiana não constitui uma contradição em termos. Pelo contrário, o desequilíbrio pode ser encarado desde um ponto de vista de equilíbrio” (Figueiredo, 1980: 35).

De qualquer forma, independentemente da natureza da contradição entre as Contas Nacionais de Keynes e a Matriz de Insumo-Produto de Leontief, percebe-se que os Sistemas de Contas Nacionais das Nações Unidas, assim como o do Brasil, são instrumentos originalmente desenvolvidos com o intuito de acompanhar a evolução dos agregados macroeconômicos, através de informações atualizadas, comparáveis e consistentes teoricamente.

E, como foi demonstrado nesta tese, as *contas nacionais modernas* foram concebidas para fornecer os instrumentos de que a teoria macroeconômica de Keynes necessitava para analisar o funcionamento da economia capitalista, com vistas à elaboração de medidas de política econômica que pudessem enfrentar os problemas característicos daqueles anos.

O método desenvolvido por Keynes na *Teoria Geral* (1983: livro segundo, capítulo 4) para a “**escolha das unidades quantitativas**” serviu, em primeiro lugar, para

negar o conceito de produção da teoria marginalista, na medida que “não é possível agregar grandezas heterogêneas¹¹⁴” (Keynes, 1983: 38-39). Em segundo lugar, e como consequência da impossibilidade de lidar com o conceito de produção neoclássico, Keynes optou por trabalhar com unidades quantitativas em valor, por serem “estritamente homogêneas”.

Após a substituição de categorias “puramente teóricas” por “categorias concretas”, Keynes pôde construir no Capítulo 6 conceitos de renda e produto a partir da unidade monetária, a qual é homogênea e, portanto, mensurável.

Assim, quando desenvolveu no livro *How to Pay for the War* o seu primeiro modelo de um sistema de contas nacionais, Keynes já contava com um método de cálculo definido. O que transformou o seu modelo de cálculo das contas nacionais no sistema de contas nacionais modernas foi o fato de Keynes integrar, pela primeira vez, a análise das finanças públicas dentro do marco conceitual das contas nacionais e da contabilidade (através do uso das partidas dobradas) para definir os instrumentos de política econômica adequados ao planejamento das ações do governo, tanto em contexto de recessão, quanto de pleno emprego.

Conclui-se, portanto, que, para conciliar teoria com política econômica, Keynes construiu um novo marco teórico para entender a economia da sua época que, por sua vez, gerou as *contas nacionais modernas*. Como foi visto nos Capítulos 1 e 2, aquela economia enfrentava problemas relacionados com recessão, desemprego, inflação, déficit público e reconstrução do pós-guerra. Por outro lado, sabe-se que problemas dessa natureza são historicamente determinados pelas características estruturais da economia capitalista de cada época.

Hoje, decorrido mais de meio século desde o aparecimento da *Teoria Geral* e do Sistema de Contas Nacionais, ambos criados por Keynes, constata-se que a teoria keynesiana é, sob diversos aspectos, contestada por seus críticos. Alguns consideram-na uma teoria capaz de lidar com os problemas da recessão, mas não igualmente capaz de debelar o fenômeno da inflação (Galbraith, 1979: 223). Outros consideram-na, equivocadamente¹¹⁵, uma teoria da apologia do déficit público, apesar do seu impacto sobre a inflação. Outros mais, tratam a teoria keynesiana como uma doutrina ultrapassada, em virtude da excessiva preocupação com o *estado de bem-estar*. Contudo, o caminho percorrido nesta tese para compreender a

¹¹⁴ Isto é, capital e trabalho.

¹¹⁵ O livro de Keynes *How to Pay for the War* é um exemplo da preocupação de Keynes acerca do impacto negativo do déficit público sobre a inflação. A opção de Keynes por políticas fiscais expansionistas deve ser analisada de acordo com um contexto histórico de recessão e desemprego, como eram os anos 30.

realidade econômica e social do período entre as guerras mundiais permite, ao menos, concluir que aquela preocupação, além de nobre, se justificava. Ademais, refletindo a respeito daqueles anos, e olhando para o presente, esta tese permite também concluir que aquelas políticas deveriam ser repetidas, sempre que aquele quadro de incertezas (Galbraith, 1979: 210) ocorresse.

Este seria, portanto, o caso do final deste século. Comparando-se as estatísticas de desemprego dos anos 20 e 30 com a dos anos 90, conclui-se que, se naquela época políticas econômicas combinadas com objetivos sociais e humanitários eram necessárias, por que não haveriam de ser também nos dias de hoje?

Na Inglaterra dos anos 20, a taxa de desemprego nunca foi inferior a 9% (Landes, 1994: 378). Foi visto nesta tese que, naquela época, os governos ingleses foram pressionados para adotarem medidas de cunho social, como o auxílio ao desemprego, para enfrentar um problema que afligia um milhão de desempregados.

Por outro lado, segundo a OECD,¹¹⁶ durante a década de 1980 o desemprego na Inglaterra voltou ao patamar de 9%, após variar em torno de 2,6% nos anos 60 e de 4,3% na década seguinte.

Hoje em dia, porém, já não se admite o retorno das medidas keynesianas anticíclicas ou voltadas para o estado de bem-estar. Mais uma vez, prega-se o respeito às regras do “mercado”. Seria isso um indício do retorno às teses defendidas durante os anos de depressão pelo secretário de Estado americano Andrew Mellon?¹¹⁷

Na verdade, verifica-se hoje o retorno aos princípios liberais defendidos pelos economistas do final do século XIX e início do XX. As teses do passado foram negadas pela teoria [keynesiana] e pela própria história dos anos 20, 30 e 40. No entanto, hoje elas são fortes e “globais”, apesar das evidências históricas da sua falácia. O desemprego dos anos 20 e 90, as crises financeiras (em 1929, iniciada na Bolsa de Nova York, e de 1997, iniciada na Bolsa dos países asiáticos) que se alastraram pelos continentes e a recessão econômica são exemplos de problemas que evidenciam o caráter instável do capitalismo, passado e presente.

No passado, o mundo presenciou o aparecimento das teses de Keynes para explicar o funcionamento das economias capitalistas da sua época. Para reduzir a incerteza e a instabilidade, Keynes propôs a criação de um sistema de registros contábeis das informações

¹¹⁶ Nickell S., “Unemployment: A Survey”. *Economic Journal*, vol. 100, N. 401, Jun./1990, p. 391.

¹¹⁷ “Liquide-se a mão-de-obra, liquidem-se as ações, liquidem-se os agricultores...” (Galbraith, 1979: 212). Depois, deixe que o mercado resolva o problema. Mas o que ainda restaria para resolver?

para fins de política econômica, que geraram a própria *Contabilidade Social Moderna*.

No presente, verificamos a expansão da globalização e desregulamentação financeiras. Estas são acompanhadas pela crescente flexibilização das relações trabalhistas, negando, de certa forma, o estado de bem-estar e ampliando o desemprego. As crises, quando ocorrem, são geralmente de proporções imprevisíveis e se alastram rapidamente por todos os continentes. Na maioria das vezes, são crises financeiras de dimensões inimagináveis para os padrões dos anos 30.

Será que este quadro da economia capitalista no final do século XX não estaria colocando desafios semelhantes aos enfrentados por Keynes?

Será que o processo de globalização não requer novos controles sobre os fluxos financeiros, posto que estes não estão sujeitos aos controles das políticas econômicas (nem das contas nacionais), originalmente concebidas dentro do marco conceitual de Keynes?

Não seria o caso de estarmos precisando do surgimento de um novo Keynes?

BIBLIOGRAFIA

- ARNDT, H.W. "Colin Clark". In: *National Income and Economic Progress. Essays in Honour of Colin Clark*. Editado por D. Ironmonger, J.O.N. Perkins e T. van Hoa. Nova York: St. Martin's Press, 1988. Citado por Kenessey, 1993, p. 41.
- ÁRVAY, Janos. "The Material Product System (MPS): A Retrospective". In: *The Account of Nations*. Z. Kenessey (ed.), Amsterdam: IOS Press, 1994, p. 218-236.
- AUKRUST, Odd. "The Scandinavian Contribution to National Accounts". In: *The Account of Nations*. Z. Kenessey (ed.), Amsterdam: IOS Press, 1994, p. 16-65.
- AUKRUST, Odd; BJERVE, Petter Jacob e FRISCH, Ragnar. "A System of Concepts Describing the Economic Circulation and Production Process", 1948. Citado por Aukrust em "*The Account of Nations*". Amsterdam: IOS Press, 1994, p. 16, 21 e 59.
- BOS, Frits. "Constancy and Change in the United Nations Manuals on National Accounting (1947, 1953, 1968 e 1993)". In: *The Account of Nations*. Z. Kenessey (ed.), Amsterdam: IOS Press, 1994, p. 198- 217.
- CANUTO, Otaviano. "O equilíbrio geral de Walras". In: *Os Clássicos da Economia*. Carneiro, Ricardo (org.), São Paulo: Editora Ática, 1997, p. 203-210.
- CLARK, Colin. *National Income and Outlay*. Londres: Macmillan, 1938.
- EIJK, Corj. Van. "National Accounts and the Macroeconomic Revolutions of the Interwar Period". In: *The Value Added of National Accounting*. Vooburg/Heerlen: Netherlands Central Bureau of Statistics, 1993.
- EUROSTAT. *The European System of Integrated Economic Accounts*. Luxemburgo: Eurostat, 1980.
- FIGUEIREDO, Ferdinando de Oliveira. *Metodologia das contas nacionais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- FONSECA, Manuel Alcino R. *Uma análise comparativa dos modelos de insumo-produto e de programação linear*. Rio de Janeiro: IEI-UFRJ, 1981. Tese de Mestrado.
- FRISCH, Ragnar. *Introductory Remarks to the Eco-circ System – the Economic Circulation System*, 1942. Citado por Kenessey em "*The Account of Nations*". Amsterdam: IOS Press, 1994, p. 60.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Sistema de contas nacionais para o Brasil e estimativas de produto-renda e investimento. *Revista Brasileira de Economia*, 1956, v. 10, n. 4.

_____. *Contas nacionais do Brasil: conceitos e metodologia*. IBRE/FGV, Rio de Janeiro, 1972.

_____. *Atualização parcial do sistema de contas nacionais, 1971/1972*. IBRE/FGV; Rio de Janeiro, 1973a, junho.

_____. *Sistema de contas nacionais, 1939 – 1947/1969*. FGV; 2ª ed. Rio de Janeiro, novembro, 1973b.

_____. *Contas nacionais do Brasil: metodologia e tabelas estatísticas*. IBRE/FGV, Rio de Janeiro, 1984.

HARRISON, Anne. "The SNA: 1968-1993 and Beyond". In: *The Account of Nations*. Z. Kenessey (ed.), Amsterdam: IOS Press, 1994, p. 169-197.

HARROD, Roy F. *La Vida de John Maynard Keynes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

HICKS, John Richard. *The Social Framework of the American Economy – An Introduction to Economics*. Nova York, 1952 (1ª edição: 1942).

_____. *Clássicos y Modernos. Ensayos sobre Teoría Económica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

_____. "The Unification of Macro-Economics". *Economic Journal*, vol. C, jun./1990, p. 528-538.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos – O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. *Matriz de relações intersetoriais – Brasil – 1970*. IBGE, Rio de Janeiro, 1979.

_____. *Matriz de relações intersetoriais – Brasil - 1975*. IBGE, Rio de Janeiro, 1987.

_____. *Novo sistema de contas nacionais do Brasil – Metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980*. Série Textos para Discussão, n. 10, vol. I e II. IBGE, Rio de Janeiro, dez./1988.

_____. *Matriz de insumo-produto – Brasil – 1980*. Série Textos para Discussão, n. 14. IBGE, Rio de Janeiro, maio/1989.

_____. *Estatísticas históricas do Brasil. Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990a, 2ª edição.

_____. *Sistema de contas nacionais consolidadas do Brasil. Série Relatórios Metodológicos*, vol. 8. Rio de Janeiro: IBGE, 1990b.

_____. *Novo sistema de contas nacionais – séries correntes: 1981-1985*. Série Textos para Discussão, n. 51, vol. 1 e 2. IBGE, Rio de Janeiro, julho/1991.

_____. *Sistema de contas nacionais do Brasil: 1990-1996*. 2 vol. Rio de Janeiro: IBGE, 1997a.

_____. *Sistema de contas nacionais: tabelas de recursos e usos – metodologia*. Série Textos para Discussão, n. 88. Rio de Janeiro: IBGE, dezembro/1997b.

INSEE. *Système élargi de comptabilité nationale – méthodes*. N. 198-199 des Collections de L'INSEE, série C, n. 44-45. Paris, 1979.

KALDOR, Nicholas. "The White Paper on National Income and Expenditure". *Economic Journal*, vol. LI, jun.-set./1941, p. 181-191.

KENDRICK, John W. *The New System of National Accounts*. Boston: Klumer Academic Publishers, 1995.

KENDRICK, John W. e CARSON, Carol S. *Economic Accounts and Their Uses*. New York: McGraw Hill, 1972.

KENESSEY, Zoltan. "Postwar Trends in National Accounts in the Perspective of Earlier Developments". In: *The Value Added of National Accounting*. Vooburg: Netherlands Central Bureau of Statistics, 1993.

KENESSEY, Zoltan (ed.). *The Accounts of Nations*. Amsterdam: IOS Press, 1994.

KEYNES, John Maynard. *How to Pay for the War – A Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer*. Nova York: Harcourt, 1940.

_____. *The Budget of National Resources*. The Collected Writings of John Maynard Keynes (CWJMK), vol. XXII, 1940, p. 124-132.

_____. "The Concept of National Income: A Supplementary Note". *Economic Journal*, vol. L, mar./1940, p. 60-65.

_____. *The Income and Fiscal Potential of Great Britain*. CWJMK, vol. XXII, 1940, p. 52-74.

_____. *Essays in Persuasion*. Nova York: Norton, 1963.

_____. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Coleção "Os Economistas". São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KURABAYASHI, Yoshimasa. "Keynes' How to Pay for the War and its Influence on Postwar National Accounting". In: *The Account of Nations*. Z. Kenessey (ed.), Amsterdam: IOS Press, 1994, p. 93-108.

KUZNETS, Simon. *National Income and its Composition: 1919-1939*. Nova York, 1941.

_____. *National Income: A Summary of Findings*. Nova York: National Bureau of Economic Research, 1946.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado – Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1969.

LEITE JÚNIOR, Antonio Dias. *Renda nacional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1948. Tese de licenciatura.

LEONTIEF, Wassily. *The Structure of American Economy, 1919-1929*. Nova York: Oxford Press, 1966 (1ª edição: 1941).

_____. *A economia do insumo-produto*. Coleção "Os Economistas", São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Textes et itinéraire*. Paris: Éditions La Découverte, 1986.

LICHTENSZTEJN, Samuel e BAER, Monica. *FMI e Banco Mundial. Estratégias e Políticas do Poder Financeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MEADE, James e STONE, Richard. "The Construction of Tables of National Income, Expenditure, Savings and Investment". *Economic Journal*, vol. LI, jun.set./1941, p. 216-233.

MENEZES, Antônio Carlos. *Matrizes insumo-produto brasileiras: 1970, 1975 e 1980. Classificações compatíveis de atividades e produtos*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 138 p. Tese de mestrado, 1992.

MOGGRIDGE, Donald Edward. "A Política Econômica na Segunda Guerra Mundial". In: *Ensaio sobre John Maynard Keynes*. Milo Keynes (coordenador). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 161-186.

_____. *Maynard Keynes: An Economist's Biography*. Londres e Nova York: Routledge, 1992.

_____. *Keynes*. Toronto: University of Toronto Press, 1992.

NAPOLEONI, Cláudio. *O Pensamento Econômico do Século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NATIONS UNIES. *Système de comptabilité nationale*, Études Methodologiques, série F, n° 2, rev. 3, Nova York: United Nations, 1970. Publicado originalmente em inglês sob o título: *A System of National Accounts*. Studies in Methods. série F, n° 2, rev. 2, Nova York: United Nations, 1968.

NIEHANS, Jürg. *A History of Economic Theory. Classic Contributions: 1720-1980*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1990.

OHLSSON, Ingvar. *On National Accounting*. Estocolmo, 1953.

PARKER, R. A. C. *EL Siglo XX. Europa 1918-1945*. Coleção "História Universal". Barcelona: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

PATINKIN, Don. *Anticipations of the General Theory? And Other Essays on Keynes*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

PEARCE, David William. *The MIT Dictionary of Modern Economics*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996.

PETTY, William. *Obras econômicas. Tratados dos impostos e contribuições; Verbum sapienti e aritmética política*. Coleção "Os Economistas", São Paulo: Abril Cultural, 1986 (2ª ed.), p. 1-158.

PIGOU, Arthur Cecil. "Types of War Inflation". *Economic Journal*, vol. LI, dez./1941, p. 439-448.

POSTNER, Harry H. "A Historical Note on Quadruple-Entry Bookkeeping". In: *The Account of Nations*, Kenessey, Z. (ed.), Amsterdam: IOS Press, 1994, p. 237-245.

PYATT, Graham. "Intellectual Foundations for the 1968 SNA". In: *The Account of Nations*, Kenessey, Z. (ed.), Amsterdam: IOS Press, 1994, p. 246 -250.

QUESNAY, François. *Quadro econômico dos fisiocratas*. Coleção "Os Economistas", São Paulo: Abril Cultural, 1986 (2ª ed.), p. 271-343.

RAMOS, Roberto Luís Olinto. *Projeção das tabelas de insumo-produto*. IBGE, 1994, 21 p. (mimeografado).

_____. *Uma comparação dos modelos para o cálculo dos coeficientes técnicos diretos de Leontief*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, Engenharia de Produção, 1997, 250 p. Tese de doutorado.

RUGGLES, Nancy. "Social Accounting". In: *The New Palgrave*, vol. 4, Macmillan, 1987. Citado por Kenessey, Z. *The Account of Nations*, Amsterdam. IOS Press, 1994.

RUGGLES, Richard e RUGGLES, Nancy. *Contabilidade nacional e análise macroeconômica*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1962.

SÉRUZIER, Michel. *Construire les comptes de la nation: guide d'élaboration conforme au système de comptabilité nationale*. Ministère de la Coopération de France. Toulouse, 1988.

SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da. "Marshall e o Equilíbrio Parcial". In: *Os Clássicos da Economia*. Carneiro, Ricardo (org.). São Paulo: Editora Ática, 1997, p. 148-156.

SKIDELSKY, Robert. *The End of Keynesian Era*. London: Macmillan Press, 1977.

STONE, Richard. "Definition and Measurement of the National Income and the Related Totals". Appendix to the Report of the Sub-Committee on National Income Statistics of the League of Nations Committee of Statistical Experts. Título: *Measurement of National Income and the Construction of Social Accounts*. Studies and Reports on Statistical Methods, n. 7, United Nations, Genebra, 1947.

_____. *Input-Output and National Accounts*. Paris: OECD, 1961.

STUDENSKI, Paul. *The Income of Nations – Theory, Measurement, and Analysis: Past and Present*. Nova York: New York University Press, 1958.

SUZIGAN, Wilson. "Contas nacionais do Brasil, conceitos e metodologia – Um comentário". In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 2, julho/1973, p. 389-404.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *Keynes*. São Paulo: Ática, 1984.

TINBERGEN, Jan. "Origin of National Accounts and Relation to Economic Theory". In: *The Value Added of National Accounting*. Vooburg: Netherlands Central Bureau of Statistics, 1993.

UNITED NATIONS. *A System of National Accounts and Supporting Tables*. Studies in Methods, série F, n. 2, rev. 1, Nova York, 1953.

_____. *System of National Accounts*. Nova York: Commission of the European Communities; International Monetary Fund; Organisation for Economic Co-operation and Development; United Nations and World Bank, 1993.

VANOLI, André. "Sur la structure générale du SCN à partir de l'expérience du système élargi de comptabilité nationale français". Texto apresentado na XIX Conferência Geral da International Association for Research in Income and Wealth. Noordwykerhout, Holanda, 1985.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia pura*. Coleção "Os Economistas", São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEIR, Margaret e SKOCPOL, Theda. "State Structures and the Possibilities for Keynesian Responses to the Great Depression in Sweeden, Britain and United States". In: *Bringing the State Back*. In: Evans. Peter B., Rueschemeyer, Dietrich e Skocpol, Theda. Cambridge University Press, 1985, p. 107-163.

WEEKS, John. "Value and Production in the General Theory". In: *J. M. Keynes in Retrospect – the Legacy of the Keynesian Revolution*. Hillard, John (ed.), Hants: Edward Elgar, 1988, p. 185-210.

ZERKOWSKI, Ralph Miguel. "Contas nacionais do Brasil". In: *Pesquisa e planejamento econômico*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 1, fevereiro/1974, p. 139-155.

Anexo 1

CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS DO BRASIL - 1 9 9 0

(Valores em Cr\$ Milhão)

CONTAS CORRENTES

| USOS | | | Operações e Saldos | RECURSOS | | |
|--|----------------|-------------------|--|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 1 - Conta de Produção | | | | | | |
| 61.350.949 | | | Produção | 61.350.949 | | |
| 2.209.920 | | | Importações de Bens e Serviços | | 2.209.920 | |
| | 2.603.376 | | Exportações de Bens e Serviços | | | 2.603.376 |
| | | 34.037.425 | Consumo Intermediário | | | 34.037.425 |
| 4.445.661 | | | Impostos sobre Produtos | 4.445.661 | | |
| 123.340 | | | Imposto sobre a Importação | 123.340 | | |
| 4.322.321 | | | Demais Impostos sobre Produtos | 4.322.321 | | |
| | | 31.759.185 | Produto Interno Bruto | | | |
| | -393.456 | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | | |
| Conta 2 - Conta de Renda | | | | | | |
| 2.1 - Conta de Distribuição Primária da Renda | | | | | | |
| 2.1.1 - Conta de Geração da Renda | | | | | | |
| | | | Produto Interno Bruto | 31.759.185 | | |
| | | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | -393.456 | |
| | | 14.410.235 | Remuneração dos Empregados | | | |
| | | 14.397.420 | Residentes | | | |
| | 705 | 12.815 | Não - Residentes | | 12.815 | |
| | | 5.221.248 | Impostos sobre Produção e Importação | | | |
| | | -410.677 | Subsídios à Produção | | | |
| | | 12.538.379 | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | | | |
| | | 2.198.926 | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | | | |
| | | 10.339.453 | Excedente Operacional Bruto | | | |
| 2.1.2 - Conta de Distribuição da Renda | | | | | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | 12.538.379 | | |
| | | | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | 2.198.926 | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto | 10.339.453 | | |
| | | | Remuneração dos Empregados | 14.398.125 | | |
| | | | Residentes | 14.397.420 | | |
| | | | Não - Residentes | 705 | | |
| | | | Impostos sobre Produção e Importação | 5.221.248 | | |
| | | | Subsídios à Produção | -410.677 | | |
| | 83.604 | 851.003 | Renda da Propriedade Enviada e Recebida do Exterior | 83.604 | 851.003 | |
| | | 30.979.676 | Renda Nacional Bruta | | | |
| 2.2 - Conta de Distribuição Secundária da Renda | | | | | | |
| Renda Nacional Bruta | | | | | | |
| | | | Renda Nacional Bruta | 30.979.676 | | |
| | 73.895 | 29.112 | Transferências Correntes Enviadas e Recebidas do Exterior | 73.895 | 29.112 | |
| | | 31.024.459 | Renda Disponível Bruta | | | |
| 2.3 - Conta de Uso da Renda | | | | | | |
| Renda Disponível Bruta | | | | | | |
| | | 24.960.629 | Consumo Final | | | 24.960.629 |
| | | 6.063.830 | Poupança Bruta | | | |
| | 341.270 | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | | |

CONTAS DE ACUMULAÇÃO

| USOS | | | Operações e Saldos | RECURSOS | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------------|---|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 3 - Conta de Capital | | | | | | |
| | | | Poupança Bruta | 6.063.830 | | |
| | | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | 341.270 | |
| | | 6.562.586 | Formação Bruta de Capital Fixo | | | 6.562.586 |
| | | -157.486 | Variação de Estoques | | | -157.486 |
| | -341.270 | | Capacidade (+) ou Necessidade (-) de Financiamento | | | |

Fonte: IBGE (1997a).

Anexo 2

CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS DO BRASIL - 1 9 9 1

(Valores em Cr\$ Milhão)

CONTAS CORRENTES

| USOS | | | Operações e Saldos | RECURSOS | | |
|--|----------------|-------------------|--|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 1 - Conta de Produção | | | | | | |
| 306.408.318 | | | Produção | 306.408.318 | | |
| 13.121.207 | | | Importações de Bens e Serviços | | 13.121.207 | |
| | 14.386.298 | | Exportações de Bens e Serviços | | | 14.386.298 |
| | | 160.773.830 | Consumo Intermediário | | | 160.773.830 |
| 20.152.010 | | | Impostos sobre Produtos | 20.152.010 | | |
| 689.051 | | | Imposto sobre a Importação | 689.051 | | |
| 19.462.959 | | | Demais Impostos sobre Produtos | 19.462.959 | | |
| | | 165.786.498 | Produto Interno Bruto | | | |
| | -1.265.091 | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | | |
| Conta 2 - Conta de Renda | | | | | | |
| 2.1 - Conta de Distribuição Primária da Renda | | | | | | |
| 2.1.1 - Conta de Geração da Renda | | | | | | |
| | | | Produto Interno Bruto | 165.786.498 | | |
| | | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | -1.265.091 | |
| | | 69.048.125 | Remuneração dos Empregados | | | |
| | | 69.006.327 | Residentes | | | |
| | 4.060 | 41.798 | Não - Residentes | | 41.798 | |
| | | 23.536.098 | Impostos sobre Produção e Importação | | | |
| | | -2.229.401 | Subsídios à Produção | | | |
| | | 75.431.676 | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | | | |
| | | 11.621.217 | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | | | |
| | | 63.810.459 | Excedente Operacional Bruto | | | |
| 2.1.2 - Conta de Distribuição da Renda | | | | | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | 75.431.676 | | |
| | | | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | 11.621.217 | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto | 63.810.459 | | |
| | | | Remuneração dos Empregados | 69.010.387 | | |
| | | | Residentes | 69.006.327 | | |
| | | | Não - Residentes | 4.060 | | |
| | | | Impostos sobre Produção e Importação | 23.536.098 | | |
| | | | Subsídios à Produção | -2.229.401 | | |
| | 370.099 | 4.085.601 | Renda da Propriedade Enviada e Recebida do Exterior | 370.099 | 4.085.601 | |
| | | 162.033.258 | Renda Nacional Bruta | | | |
| 2.2 - Conta de Distribuição Secundária da Renda | | | | | | |
| | | | Renda Nacional Bruta | 162.033.258 | | |
| | 708.886 | 161.637 | Transferências Correntes Enviadas e Recebidas do Exterior | 708.886 | 161.637 | |
| | | 162.580.507 | Renda Disponível Bruta | | | |
| 2.3 - Conta de Uso da Renda | | | | | | |
| | | | Renda Disponível Bruta | 162.580.507 | | |
| | | 131.747.397 | Consumo Final | | | 131.747.397 |
| | | 30.833.110 | Poupança Bruta | | | |
| | 1.940.900 | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | | |

CONTAS DE ACUMULAÇÃO

| USOS | | | Operações e Saldos | RECURSOS | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------------|---|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 3 - Conta de Capital | | | | | | |
| | | | Poupança Bruta | 30.833.110 | | |
| | | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | 1.940.900 | |
| | | 30.022.408 | Formação Bruta de Capital Fixo | | | 30.022.408 |
| | | 2.751.602 | Varição de Estoques | | | 2.751.602 |
| | | -1.940.900 | Capacidade (+) ou Necessidade (-) de Financiamento | | | |

Fonte: IBGE (1997a).

Anexo 3

CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS DO BRASIL - 1 9 9 2

(Valores em Cr\$ Milhão)

CONTAS CORRENTES

| USOS | | Operações e Saldos | | | RECURSOS | | |
|--|----------------|--------------------|--|-------------------|----------------|-----------------|--|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços | |
| Conta 1 - Conta de Produção | | | | | | | |
| 3.497.670.523 | | | Produção | 3.497.670.523 | | | |
| 147.798.122 | | | Importações de Bens e Serviços | | 147.798.122 | | |
| | 191.568.871 | | Exportações de Bens e Serviços | | | 191.568.871 | |
| | | 1.943.049.838 | Consumo Intermediário | | | 1.943.049.838 | |
| 208.015.926 | | | Impostos sobre Produtos | 208.015.926 | | | |
| 6.993.818 | | | Imposto sobre a Importação | 6.993.818 | | | |
| 201.022.108 | | | Demais Impostos sobre Produtos | 201.022.108 | | | |
| | | 1.762.636.611 | Produto Interno Bruto | | | | |
| | -43.770.749 | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | | | |
| Conta 2 - Conta de Renda | | | | | | | |
| 2.1 - Conta de Distribuição Primária da Renda | | | | | | | |
| 2.1.1 - Conta de Geração da Renda | | | | | | | |
| | | | Produto Interno Bruto | 1.762.636.611 | | | |
| | | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | -43.770.749 | | |
| | | 767.419.752 | Remuneração dos Empregados | | | | |
| | | 766.625.319 | Residentes | | | | |
| | 60.779 | 794.433 | Não - Residentes | | 794.433 | | |
| | | 244.505.035 | Impostos sobre Produção e Importação | | | | |
| | | -29.872.906 | Subsídios à Produção | | | | |
| | | 780.584.730 | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | | | | |
| | | 110.252.145 | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | | | | |
| | | 670.332.585 | Excedente Operacional Bruto | | | | |
| 2.1.2 - Conta de Distribuição da Renda | | | | | | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | 780.584.730 | | | |
| | | | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | 110.252.145 | | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto | 670.332.585 | | | |
| | | | Remuneração dos Empregados | 766.686.098 | | | |
| | | | Residentes | 766.625.319 | | | |
| | | | Não - Residentes | 60.779 | | | |
| | | | Impostos sobre Produção e Importação | 244.505.035 | | | |
| | | | Subsídios à Produção | -29.872.906 | | | |
| | 5.288.375 | 38.537.952 | Renda da Propriedade Enviada e Recebida do Exterior | 5.288.375 | 38.537.952 | | |
| | | 1.728.653.380 | Renda Nacional Bruta | | | | |
| 2.2 - Conta de Distribuição Secundária da Renda | | | | | | | |
| | | | Renda Nacional Bruta | 1.728.653.380 | | | |
| | 7.951.046 | 1.455.528 | Transferências Correntes Enviadas e Recebidas do Exterior | 7.951.046 | 1.455.528 | | |
| | | 1.735.148.898 | Renda Disponível Bruta | | | | |
| 2.3 - Conta de Uso da Renda | | | | | | | |
| | | | Renda Disponível Bruta | 1.735.148.898 | | | |
| | | 1.385.118.801 | Consumo Final | | | 1.385.118.801 | |
| | | 350.030.097 | Poupança Bruta | | | | |
| | -16.283.036 | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | | | |

CONTAS DE ACUMULAÇÃO

| USOS | | Operações e Saldos | | | RECURSOS | | |
|-----------------------------------|----------------|--------------------|---|-------------------|----------------|-----------------|--|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços | |
| Conta 3 - Conta de Capital | | | | | | | |
| | | | Poupança Bruta | 350.030.097 | | | |
| | | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | -16.283.036 | | |
| | | 324.735.138 | Formação Bruta de Capital Fixo | | | 324.735.138 | |
| | | 9.011.923 | Variação de Estoques | | | 9.011.923 | |
| | | 16.283.036 | Capacidade (+) ou Necessidade (-) de Financiamento | | | | |

Fonte: IBGE (1997a).

Anexo 4

CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS DO BRASIL - 1 9 9 3

(Valores em CR\$ Milhão)

CONTAS CORRENTES

| USOS | | | Operações e Saldos | RECURSOS | | |
|--|----------------|-------------------|--|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 1 - Conta de Produção | | | | | | |
| 80.593.734 | | | Produção | 80.593.734 | | |
| 3.526.271 | | | Importações de Bens e Serviços | | 3.526.271 | |
| | 4.071.810 | | Exportações de Bens e Serviços | | | 4.071.810 |
| | | 45.844.233 | Consumo Intermediário | | | 45.844.233 |
| 4.017.563 | | | Impostos sobre Produtos | 4.017.563 | | |
| 173.485 | | | Imposto sobre a Importação | 173.485 | | |
| 3.844.078 | | | Demais Impostos sobre Produtos | 3.844.078 | | |
| | | 38.767.064 | Produto Interno Bruto | | | |
| | -545.539 | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | | |
| Conta 2 - Conta de Renda | | | | | | |
| 2.1 - Conta de Distribuição Primária da Renda | | | | | | |
| 2.1.1 - Conta de Geração da Renda | | | | | | |
| | | | Produto Interno Bruto | 38.767.064 | | |
| | | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | -545.539 | |
| | | 17.498.287 | Remuneração dos Empregados | | | |
| | | 17.449.639 | Residentes | | | |
| 14.924 | 48.648 | | Não - Residentes | | 48.648 | |
| | | 5.277.832 | Impostos sobre Produção e Importação | | | |
| | | -168.219 | Subsídios à Produção | | | |
| | | 16.159.164 | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | | | |
| | | 2.444.338 | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | | | |
| | | 13.714.826 | Excedente Operacional Bruto | | | |
| 2.1.2 - Conta de Distribuição da Renda | | | | | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | 16.159.164 | | |
| | | | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | 2.444.338 | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto | 13.714.826 | | |
| | | | Remuneração dos Empregados | 17.464.563 | | |
| | | | Residentes | 17.449.639 | | |
| | | | Não - Residentes | 14.924 | | |
| | | | Impostos sobre Produção e Importação | 5.277.832 | | |
| | | | Subsídios à Produção | -168.219 | | |
| 71.174 | 1.014.946 | | Renda da Propriedade Enviada e Recebida do Exterior | 71.174 | 1.014.946 | |
| | | 37.789.568 | Renda Nacional Bruta | | | |
| 2.2 - Conta de Distribuição Secundária da Renda | | | | | | |
| | | | Renda Nacional Bruta | 37.789.568 | | |
| 185.069 | 46.901 | | Transferências Correntes Enviadas e Recebidas do Exterior | 185.069 | 46.901 | |
| | | 37.927.736 | Renda Disponível Bruta | | | |
| 2.3 - Conta de Uso da Renda | | | | | | |
| | | | Renda Disponível Bruta | 37.927.736 | | |
| | | 30.140.005 | Consumo Final | | | 30.140.005 |
| | | 7.787.731 | Poupança Bruta | | | |
| | 293.789 | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | | |

CONTAS DE ACUMULAÇÃO

| USOS | | | Operações e Saldos | RECURSOS | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------------|---|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 3 - Conta de Capital | | | | | | |
| | | | Poupança Bruta | 7.787.731 | | |
| | | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | 293.789 | |
| | | 7.475.498 | Formação Bruta de Capital Fixo | | | 7.475.498 |
| | | 606.022 | Variação de Estoques | | | 606.022 |
| | | -293.789 | Capacidade (+) ou Necessidade (-) de Financiamento | | | |

Fonte: IBGE (1997a).

Anexo 5

CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS DO BRASIL - 1 9 9 4

(Valores em R\$ Mil)

CONTAS CORRENTES

| USOS | | | Operações e Saldos | RECURSOS | | |
|--|----------------|-------------------|--|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 1 - Conta de Produção | | | | | | |
| 653.189.668 | | | Produção | 653.189.668 | | |
| 31.993.027 | | | Importações de Bens e Serviços | | 31.993.027 | |
| | 33.220.108 | | Exportações de Bens e Serviços | | | 33.220.108 |
| | | 343.983.014 | Consumo Intermediário | | | 343.983.014 |
| 39.998.025 | | | Impostos sobre Produtos | 39.998.025 | | |
| 1.803.038 | | | Imposto sobre a Importação | 1.803.038 | | |
| 38.194.967 | | | Demais Impostos sobre Produtos | 38.194.967 | | |
| | | 349.204.679 | Produto Interno Bruto | | | |
| | -1.227.081 | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | | |
| Conta 2 - Conta de Renda | | | | | | |
| 2.1 - Conta de Distribuição Primária da Renda | | | | | | |
| 2.1.1 - Conta de Geração da Renda | | | | | | |
| | | | Produto Interno Bruto | 349.204.679 | | |
| | | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | -1.227.081 | |
| | | 140.079.248 | Remuneração dos Empregados | | | |
| | | 139.953.073 | Residentes | | | |
| | 39.707 | 126.175 | Não - Residentes | | 126.175 | |
| | | 56.263.888 | Impostos sobre Produção e Importação | | | |
| | | -1.155.236 | Subsídios à Produção | | | |
| | | 154.016.779 | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | | | |
| | | 19.937.796 | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | | | |
| | | 134.078.983 | Excedente Operacional Bruto | | | |
| 2.1.2 - Conta de Distribuição da Renda | | | | | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | 154.016.779 | | |
| | | | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | 19.937.796 | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto | 134.078.983 | | |
| | | | Remuneração dos Empregados | 139.992.780 | | |
| | | | Residentes | 139.953.073 | | |
| | | | Não - Residentes | 39.707 | | |
| | | | Impostos sobre Produção e Importação | 56.263.888 | | |
| | | | Subsídios à Produção | -1.155.236 | | |
| 1.504.333 | 7.330.670 | | Renda da Propriedade Enviada e Recebida do Exterior | 1.504.333 | 7.330.670 | |
| | | 343.291.874 | Renda Nacional Bruta | | | |
| 2.2 - Conta de Distribuição Secundária da Renda | | | | | | |
| | | | Renda Nacional Bruta | 343.291.874 | | |
| 1.840.034 | 361.387 | | Transferências Correntes Enviadas e Recebidas do Exterior | 1.840.034 | 361.387 | |
| | | 344.770.521 | Renda Disponível Bruta | | | |
| 2.3 - Conta de Uso da Renda | | | | | | |
| | | | Renda Disponível Bruta | 344.770.521 | | |
| | | 270.644.256 | Consumo Final | | | 270.644.256 |
| | | 74.126.265 | Poupança Bruta | | | |
| | | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | | |
| | 3.207.077 | | | | | |

CONTAS DE ACUMULAÇÃO

| USOS | | | Operações e Saldos | RECURSOS | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------------|---|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 3 - Conta de Capital | | | | | | |
| | | | Poupança Bruta | 74.126.265 | | |
| | | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | 3.207.077 | |
| | | 72.453.282 | Formação Bruta de Capital Fixo | | | 72.453.282 |
| | | 4.880.060 | Variação de Estoques | | | 4.880.060 |
| | | -3.207.077 | Capacidade (+) ou Necessidade (-) de Financiamento | | | |

Fonte: IBGE (1997a).

Anexo 6

CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS DO BRASIL - 1 9 9 5

(Valores em R\$ Mil)

CONTAS CORRENTES

| USOS | | | Operações e Saldos | RECURSOS | | |
|--|----------------|-------------------|--|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 1 - Conta de Produção | | | | | | |
| 1.113.351.626 | | | Produção | 1.113.351.626 | | |
| 61.314.054 | | | Importações de Bens e Serviços | | 61.314.054 | |
| | 49.916.655 | | Exportações de Bens e Serviços | | | 49.916.655 |
| | | 541.533.543 | Consumo Intermediário | | | 541.533.543 |
| 74.373.434 | | | Impostos sobre Produtos | 74.373.434 | | |
| 4.875.955 | | | Imposto sobre a Importação | 4.875.955 | | |
| 69.497.479 | | | Demais Impostos sobre Produtos | 69.497.479 | | |
| | | 646.191.517 | Produto Interno Bruto | | | |
| | 11.397.399 | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | | |
| Conta 2 - Conta de Renda | | | | | | |
| 2.1 - Conta de Distribuição Primária da Renda | | | | | | |
| 2.1.1 - Conta de Geração da Renda | | | | | | |
| | | | Produto Interno Bruto | 646.191.517 | | |
| | | | <i>Saldo das Transações Externas com Bens e Serviços</i> | | 11.397.399 | |
| | | 247.277.244 | Remuneração dos Empregados | | | |
| | | 247.075.857 | Residentes | | | |
| | 57.182 | 201.387 | Não - Residentes | | 201.387 | |
| | | 104.115.611 | Impostos sobre Produção e Importação | | | |
| | | -3.575.363 | Subsídios à Produção | | | |
| | | 298.374.025 | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | | | |
| | | 38.128.990 | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | | | |
| | | 260.245.035 | Excedente Operacional Bruto | | | |
| 2.1.2 - Conta de Distribuição da Renda | | | | | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto, inclusive Renda de Autônomos | 298.374.025 | | |
| | | | Rendimento de Autônomos (Renda Mista) | 38.128.990 | | |
| | | | Excedente Operacional Bruto | 260.245.035 | | |
| | | | Remuneração dos Empregados | 247.133.039 | | |
| | | | Residentes | 247.075.857 | | |
| | | | Não - Residentes | 57.182 | | |
| | | | Impostos sobre Produção e Importação | 104.115.611 | | |
| | | | Subsídios à Produção | -3.575.363 | | |
| | 3.125.903 | 13.135.440 | Renda da Propriedade Enviada e Recebida do Exterior | 3.125.903 | 13.135.440 | |
| | | 636.037.775 | Renda Nacional Bruta | | | |
| 2.2 - Conta de Distribuição Secundária da Renda | | | | | | |
| | | | Renda Nacional Bruta | 636.037.775 | | |
| | 3.994.244 | 669.595 | Transferências Correntes Enviadas e Recebidas do Exterior | 3.994.244 | 669.595 | |
| | | 639.362.424 | Renda Disponível Bruta | | | |
| 2.3 - Conta de Uso da Renda | | | | | | |
| | | | Renda Disponível Bruta | 639.362.424 | | |
| | | 513.561.741 | Consumo Final | | | 513.561.741 |
| | | 125.800.683 | Poupança Bruta | | | |
| | 18.226.492 | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | | |

CONTAS DE ACUMULAÇÃO

| USOS | | | Operações e Saldos | RECURSOS | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------------|---|-------------------|----------------|-----------------|
| Bens e Serviços | Resto do Mundo | Economia Nacional | | Economia Nacional | Resto do Mundo | Bens e Serviços |
| Conta 3 - Conta de Capital | | | | | | |
| | | | Poupança Bruta | 125.800.683 | | |
| | | | <i>Saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes</i> | | 18.226.492 | |
| | | 132.753.432 | Formação Bruta de Capital Fixo | | | 132.753.432 |
| | | 11.273.743 | Variação de Estoques | | | 11.273.743 |
| | | -18.226.492 | Capacidade (+) ou Necessidade (-) de Financiamento | | | |

Fonte: IBGE (1997a).